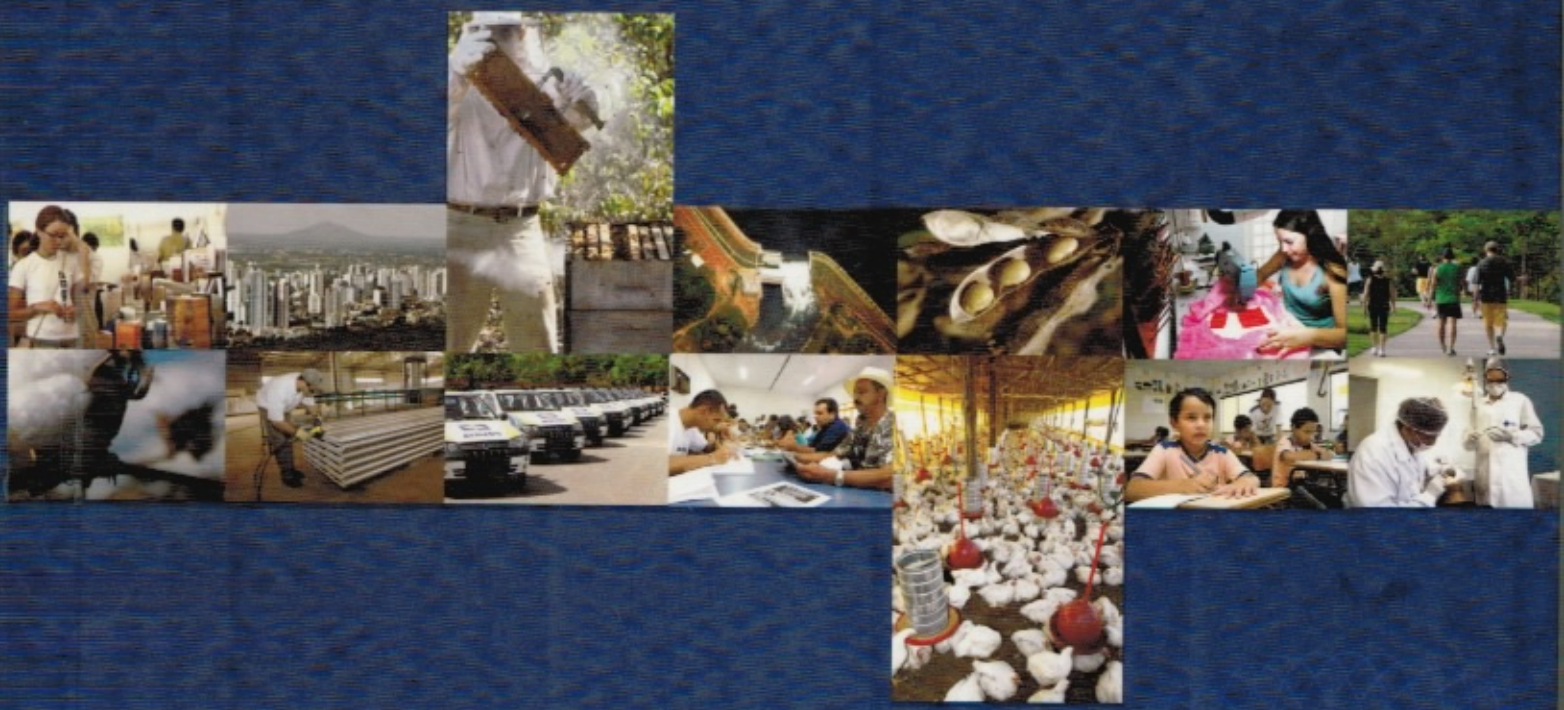
Mato Grosso em números

2008



Governo de Mato Grosso

Seplan

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

Governo de
Mato Grosso

Governador
Blairo Borges Maggi

Vice Governador
Silval da Cunha Barbosa

Secretário de Estado de Justiça
e Segurança Pública
Carlos Brito de Lima

Secretário de Estado da Casa Civil
João Antônio Cuiabano Malheiros

Secretário de Estado da Casa Militar
Cel. Pm Orestes Teodoro de Oliveira

Secretário de Estado de Planejamento
e Coordenação Geral
Yênes Jesus de Magalhães

Secretário de Estado de Fazenda
Eder de Morais Dias

Secretário de Estado da Auditoria Geral
José Gonçalves Botelho do Prado

Secretário de Estado de
Desenvolvimento Rural - Seder
Neldo Egon Weirich

Secretário de Estado de Indústria,
Comércio Minas e Energia
Pedro Jamil Nadaf

Secretária de Estado de Trabalho, Emprego,
Cidadania e Assistência Social
Terezinha de Souza Maggi

Secretário de Estado de
Desenvolvimento do Turismo
Pedro Jamil Nadaf

Secretário de Estado
de Infra-Estrutura - Sinfra
Vilceu Francisco Marchetti

Mato Grosso em números

2 0 0 8

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Governador
Blairo Borges Maggi

Vice-governador
Silval da Cunha Barbosa

SEPLAN
Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

Secretário
Yênes Jesus de Magalhães

Secretário Adjunto de Planejamento
Arnaldo Alves de Souza Neto

Secretário Adjunto de Gestão
Oscemário Forte Daltro

Superintendente de Estudos e Informações
Eleonora Duze Costa Duarte

EQUIPE TÉCNICA:

Antônio Abutakka – Economista
(Organizador e responsável técnico por Aspectos Sociais)

Marilde Brito Lima – Economista
(Organizadora e responsável técnica por Aspectos Econômicos)

Creuza Coelho de Souza Bezerra – Geógrafa

Dalila Vargas O. Sifuentes – Geógrafa

Eduardo Matsubara – Economista

João Baptista Marques Figueiredo – Agente da Área Instrumental

Jorge Massanobu Kuroyanagi – Eng. Civil

Ligia Camargo – Eng. Cartógrafa

Luís Carlos Dorileo – Economista

Luzia Ivo de Almeida Arima – Geógrafa

Márcia Consuelo Rosa Melo – Agente da Área Instrumental

Maria Aparecida Cerci de Paiva – Eng. Agrônoma

Maria Auxiliadora Marques Vasconcelos – Pedagoga

Maria Lucidalva Costa Moreira – Eng. Agrônoma

Ana Lúcia da Silva Paula Rodrigues - Contadora

CONSULTORIA:

Leodete Miranda
Consultoria e Comunicação Cartográfica

Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura.

**Representação
da UNESCO
no Brasil**

Este documento foi produzido no contexto da cooperação UNESCO/SEPLAN-MT, Projeto Desenvolvimento e Apoio a Gestão de Mato Grosso 914/BRA/507. As opiniões aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a visão da UNESCO sobre o assunto.

Governo de Mato Grosso
Seplan
Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

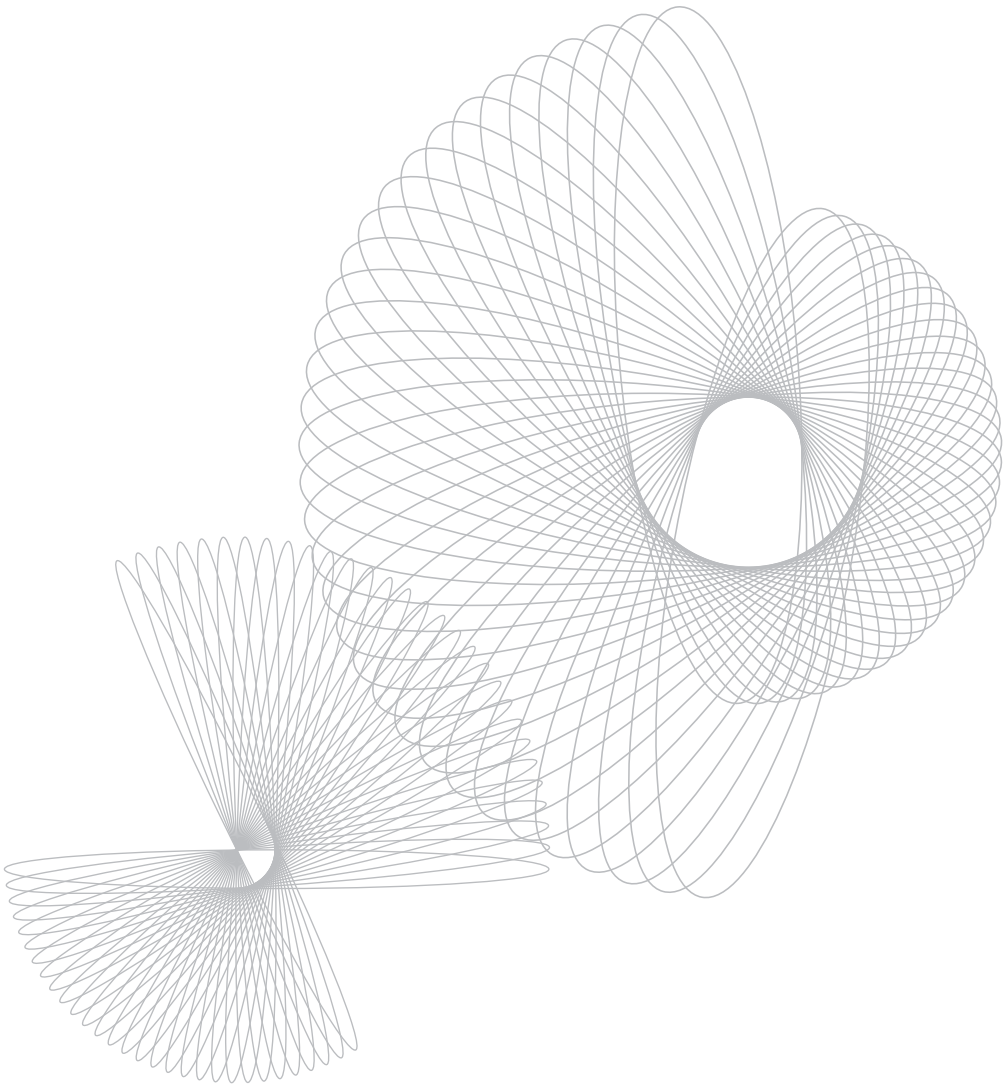
Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral
Bloco SEPLAN - Palácio Paiaguás - CPA - Cuiabá, MT
CEP 78.050-970
Telefones: (65) 3613-3249 | 3258 | 3259
Fax: (65) 3613-3241
Sites: www.mt.gov.br | www.seplan.mt.gov.br
E-mail: smapas@seplan.mt.gov.br

Mato Grosso em números

2 0 0 8

Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

Governo de Mato Grosso | Seplan
Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral



PARCEIROS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Secretaria de Estado de Saúde

Secretaria de Estado de Educação

Secretaria de Estado de Fazenda

Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Minas e Energia

Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social

Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Turismo

Secretaria de Estado de Infra-Estrutura

Secretaria de Estado de Meio Ambiente

Secretaria de Estado de Cultura

Secretaria Extraordinária de Projetos Estratégicos

Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

PANTAVIDA

Sumário

Localização 10
Divisão Político-administrativa 13

16 Aspectos Sociais
20 Demografia
30 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH
38 Saúde
46 Educação
60 Habitação
69 Trabalho e Renda

Aspectos Econômicos 76
Agropecuária 80
Agricultura 83
Pecuária 100
Indústria 110
Comércio 122
Mercado Externo 130
Contas Regionais 138
Infra-estrutura 154
Transportes 154
Energia 160
Finanças Públicas 164
Análise do Resultado Orçamentário 166
Turismo 172

180 Lista de Abreviaturas
181 Referências Bibliográficas

Apresentação

Ao trazer à sociedade mato-grossense a 2ª edição de *Mato Grosso em Números 2008* - um documento em contínuo processo de aprimoramento - o Governo do Estado, por meio da SEPLAN-MT, atende a sua incumbência legal de entidade produtora e disseminadora de informações, cujo objetivo é orientar as decisões de agentes públicos e privados em tempo hábil.

Este documento é constituído na sua grande totalidade por indicadores, que são instrumentos estratégicos e gerenciais por excelência, não só porque propiciam sínteses informacionais entre elementos de uma realidade, mas também porque, de forma referencial e rápida, situam a relação considerada, favorecendo processos decisórios mais ágeis. É um material de consulta fruto de uma profunda reflexão. A SEPLAN tem se empenhado para conferi a essas informações um grau de confiabilidade adequado, num processo de contínuo aprimoramento na coleta, organização e análise dos dados.

Assim, *Mato Grosso em Números 2008* constitui-se numa ferramenta preciosa, uma vez que resulta de um minucioso trabalho de seleção e organização de informações, que são apresentadas em tabelas, gráficos e mapas. É considerado um importante instrumento para a geração de conhecimento sobre o Estado de Mato Grosso, com a divulgação de informações criteriosas e aptas a proporcionar um apurado panorama de sua realidade socioeconômica.

Constrói-se, assim, uma obra de referência que pode ser utilizada por uma ampla gama de usuários, que alcança do estudante ao formulador de políticas públicas.

Dessa forma, o documento *Mato Grosso em Números* firma-se como um valioso material para orientação de ações do poder público em benefício da comunidade. Através dele, o caminho das proposições e projetos até o cidadão fica abreviado e, por conseqüência, os resultados são mais específicos, claros e abrangentes.

Yênes Jesus de Magalhães
Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

Localização

Localização

O Estado de Mato Grosso faz parte da região Centro-Oeste do Brasil, localizado na parte sul do continente americano. Possui superfície de 903.357,91 km2, limita-se ao norte com os Estados do Pará e Amazonas, ao sul com Mato Grosso do Sul, a leste com Goiás e Tocantins e a oeste com Rondônia e Bolívia.

	Norte		Sul		Leste		Oeste	
	Latitude	Longitude	Latitude	Longitude	Latitude	Longitude	Latitude	Longitude
Brasil	– 5°16′20″	– 60°12′43″	– 33°45′03″	– 53°23′48″	– 7°09′28″	– 33°45′03″	– 7°33′13″	– 73°59′32″
Centro-Oeste	– 7°21′13″	– 58°07′44″	– 24°04′02″	– 54°17′10″	– 14°32′16″	– 45°58′36″	– 10°09′04″	– 61°36′04″
Mato Grosso	– 7°21′13″	– 58°07′44″	– 18°02′26″	– 53°29′09″	– 9°50′27″	– 50°12′22″	– 10°09′04″	– 61°36′04″

Fonte: IBGE Anuário Estatístico do Brasil. Vol. 1, 2001.

Localização – Mato Grosso

Fuso Horário

Devido à grande extensão Leste-Oeste, o território brasileiro abrange quatro fusos horários situados a oeste de Greenwich. O Estado de Mato Grosso abrange um fuso horário (o fuso quatro negativo), correspondendo ao quarto fuso horário. Apresenta, portanto, 4 horas a menos, tendo como referência Londres, o horário GMT (Greenwich Meridian Time).

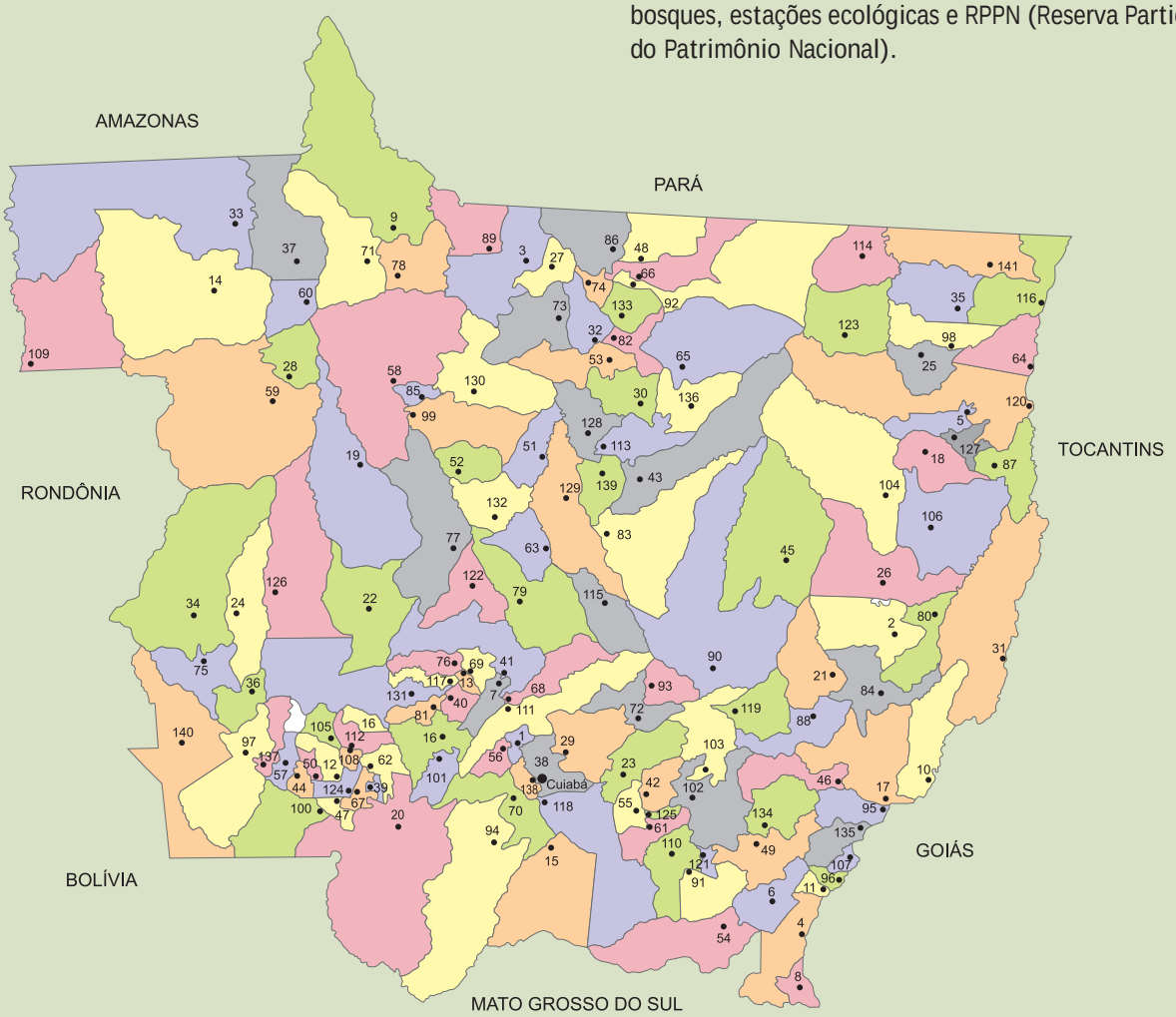
Localização	Área (km²)	Fuso horário (unid.)
Brasil	8.547.403,50	4
Centro-Oeste	1.612.077,20	2
Mato Grosso	903.357,91	1

Fonte: IBGE, 2001.

Divisão Político-administrativa – Mato Grosso

Mato Grosso possui 141 municípios, agrupados em 22 microrregiões político-administrativas, que fazem parte de 5 mesorregiões definidas pelo IBGE.

Atualmente Mato Grosso possui 68 terras indígenas e 23 unidades de conservação federais, 44 estaduais e 38 municipais distribuídas entre reservas, parques, bosques, estações ecológicas e RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Nacional).



1 - Acorizal
2 - Água Boa
3 - Alta Floresta
4 - Alto Araguaia
5 - Alto Boa Vista
6 - Alto Garças
7 - Alto Paraguai
8 - Alto Taquari
9 - Apiacás
10 - Araguaiana
11 - Araguaínha
12 - Araputanga
13 - Arenápolis
14 - Aripuanã
15 - Barão de Melgaço
16 - Barra do Bugres
17 - Barra do Garças
18 - Bom Jesus do Araguaia
19 - Brasnorte
20 - Cáceres
21 - Campinápolis
22 - Campo Novo do Parecis
23 - Campo Verde
24 - Campos de Júlio
25 - Canabrava do Norte
26 - Canarana
27 - Carlinda
28 - Castanheira
29 - Chapada dos Guimarães
30 - Cláudia
31 - Cocalinho
32 - Colíder
33 - Colniza
34 - Comodoro
35 - Confresa
36 - Conquista D'Oeste
37 - Cotriguaçu
38 - Cuiabá
39 - Curvelândia
40 - Denise
41 - Diamantino
42 - Dom Aquino
43 - Feliz Natal
44 - Figueirópolis D'Oeste
45 - Gaúcha do Norte
46 - General Carneiro
47 - Glória D'Oeste
48 - Guarantã do Norte
49 - Guiratinga
50 - Indiavaí
51 - Ipiranga do Norte
52 - Itanhangá
53 - Itaúba
54 - Itiquira
55 - Jaciara
56 - Jangada
57 - Jauru
58 - Juara
59 - Juína
60 - Juruena
61 - Juscimeira
62 - Lambari D'Oeste
63 - Lucas do Rio Verde
64 - Luciara
65 - Marcelândia
66 - Matupá
67 - Mirassol D'Oeste
68 - Nobres
69 - Nortelândia
70 - Nossa Sra. do Livramento
71 - Nova Bandeirantes
72 - Nova Brasilândia
73 - Nova Canaã do Norte
74 - Nova Guarita
75 - Nova Lacerda
76 - Nova Marilândia
77 - Nova Maringá
78 - Nova Monte Verde
79 - Nova Mutum
80 - Nova Nazaré
81 - Nova Olímpia
82 - Nova Santa Helena
83 - Nova Ubiratã
84 - Nova Xavantina
85 - Novo Horizonte do Norte
86 - Novo Mundo
87 - Novo Santo Antônio
88 - Novo São Joaquim
89 - Paranaíta
90 - Paranatinga
91 - Pedra Preta
92 - Peixoto de Azevedo
93 - Planalto da Serra
94 - Poconé
95 - Pontal do Araguaia
96 - Ponte Branca
97 - Pontes e Lacerda
98 - Porto Alegre do Norte
99 - Porto dos Gaúchos
100 - Porto Esperidião
101 - Porto Estrela
102 - Poxoréo
103 - Primavera do Leste
104 - Querência
105 - Reserva do Cabaçal
106 - Ribeirão Cascalheira
107 - Ribeirãozinho
108 - Rio Branco
109 - Rondolândia
110 - Rondonópolis
111 - Rosário Oeste
112 - Salto do Céu
113 - Santa Carmen
114 - Santa Cruz do Xingu
115 - Santa Rita do Trivelato
116 - Santa Terezinha
117 - Santo Afonso
118 - Santo Antonio de Leverger
119 - Santo Antonio do Leste
120 - São Félix do Araguaia
121 - São José do Povo
122 - São José do Rio Claro
123 - São José do Xingu
124 - São José dos Quatro Marcos
125 - São Pedro da Cipa
126 - Sapezal
127 - Serra Nova Dourada
128 - Sinop
129 - Sorriso
130 - Tabaporã
131 - Tangará da Serra
132 - Tapurah
133 - Terra Nova do Norte
134 - Tesouro
135 - Torixoréu
136 - União do Sul
137 - Vale de São Domingos
138 - Várzea Grande
139 - Vera
140 - Vila Bela da SS. Trindade
141 - Vila Rica
- Área de litígio entre municípios

As Regiões de Planejamento do Estado de Mato Grosso

Em 2001, através de estudos produzidos pela Seplan-MT, definiu-se uma nova regionalização do Estado de Mato Grosso. Essa regionalização foi composta por 12 regiões denominadas de Regiões de Planejamento do Estado de Mato Grosso.

Ela tem sua origem a partir dos dados do Diagnóstico do Meio Físico-Biótico e Socioeconômico do Projeto Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico a partir das análises temáticas e dos mapeamentos de vários temas que compuseram esse estudo.

Regiões de Planejamento – Mato Grosso

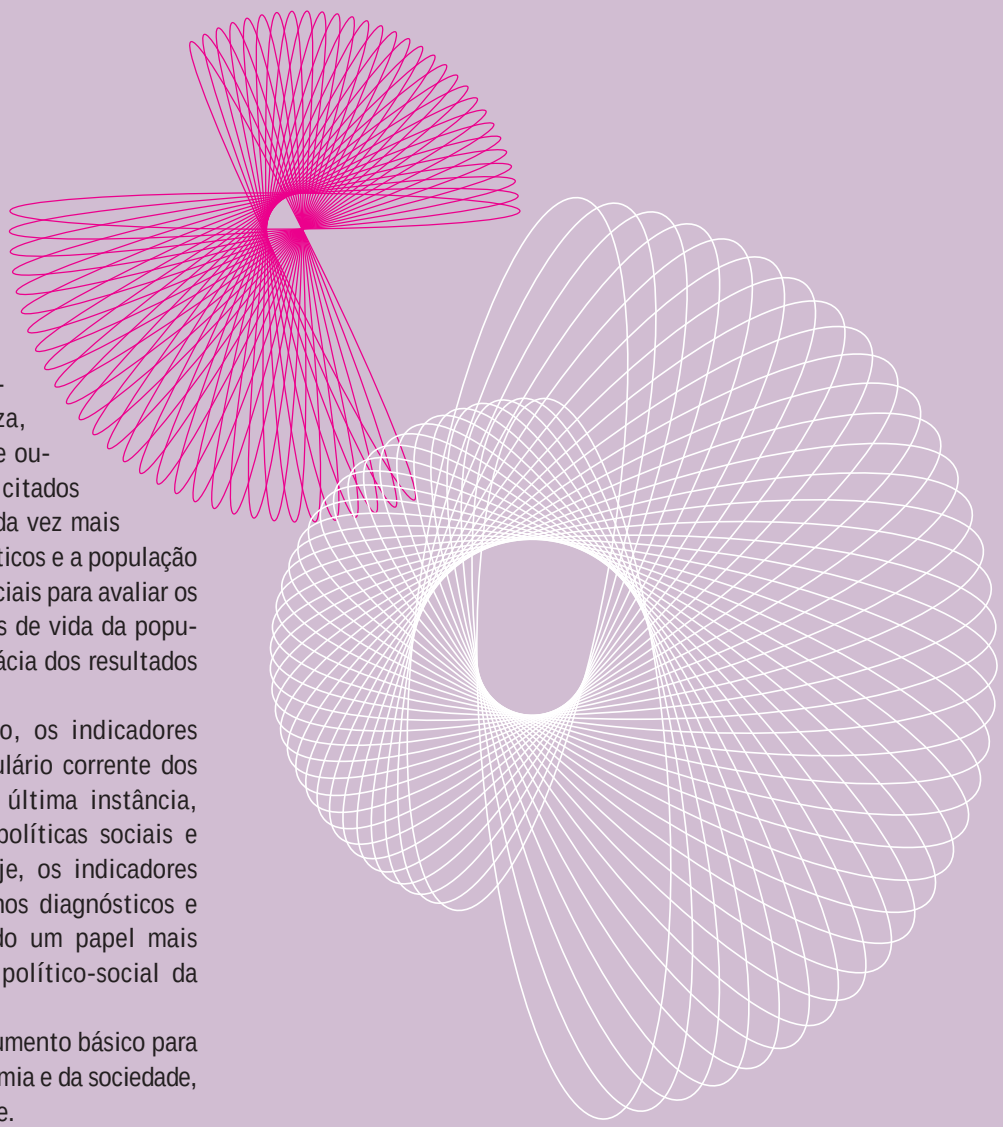
Região I - Pólo Juína
Região II - Pólo Alta Floresta
Região III - Pólo Vila Rica
Região IV - Pólo Barra do Garças
Região V - Pólo Rondonópolis
Região VI - Pólo Cuiabá/Várzea Grande
Região VII - Pólo Cáceres
Região VIII - Pólo Tangará da Serra
Região IX - Pólo Diamantino
Região X - Pólo Sorriso
Região XI - Pólo Juara
Região XII - Pólo Sinop

Fonte: DSEE,2003

Aspectos Sociais

Escola Estadual
OVEGILDO DE

Aspectos Sociais



Atualmente os indicadores sociais, como taxa de mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, nível de desemprego, grau de indigência e pobreza, Índice de Desenvolvimento Humano e outros, são conceitos corriqueiramente citados na mídia e nos debates políticos. Cada vez mais jornalistas, lideranças populares, políticos e a população em geral se utilizam de indicadores sociais para avaliar os avanços ou retrocessos nas condições de vida da população, apontando a eficácia ou ineficácia dos resultados das políticas públicas.

Finalmente, depois de muito tempo, os indicadores sociais passaram a integrar o vocabulário corrente dos agentes políticos responsáveis, em última instância, pela definição das prioridades das políticas sociais e alocação dos recursos públicos. Hoje, os indicadores sociais deixaram de figurar apenas nos diagnósticos e relatórios governamentais, ganhando um papel mais relevante nas arenas de discussão político-social da sociedade brasileira.

As estatísticas sempre serão um instrumento básico para pautar as medidas evolutivas da economia e da sociedade, e ora também da sua sustentabilidade.

Cada vez mais jornalistas, lideranças populares, políticos e a população em geral se utilizam de indicadores sociais para avaliar os avanços ou retrocessos nas condições de vida da população, apontando a eficácia ou ineficácia dos resultados das políticas públicas.

O importante é que no Brasil a sistemática captação e organização das estatísticas socioeconômicas são essenciais para o avanço na qualidade dos diagnósticos de problemas e na proposição de caminhos para enfrentá-los, a par de, concomitantemente, prover meios para que os profissionais da área, em seus contínuos aprendizados, aperfeiçoem experiências e se equipem para novos desafios.

É nesse sentido que a Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso tem se dedicado a atender a essas demandas, aperfeiçoando cada vez mais sua condição de disseminadora e produtora de informações.

Antonio Abutakka

Economista, técnico da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso – SEPLAN. Mestre em Geografia pela UFMT – Área de concentração - Ambiente e Desenvolvimento Regional.

Tabela 1
Principais indicadores sociais do Brasil e do Estado de Mato Grosso

Indicadores	Ano	Brasil	Mato Grosso
Taxa geométrica de crescimento populacional anual	2000/2007	1,14	1,89
Taxa de urbanização	2006	83,29	76,26
* Taxa de mortalidade infantil	2005	**17,90	17,75
Taxa de Fecundidade – filhos por mulher	2007	2,0	2,3
Analfabetismo (pessoas de 10 anos ou mais) (%)	2006	10,15	9,39
IDH	2000	0,766	0,767
Esperança de vida ao nascer	2006	72,4	72,9
Total de domicílios	2006	54.610.000	835.000
Domicílios com canalização interna de água (%)	2006	91,23	89,54
Domicílios com rede coletora de esgoto (%)	2006	48,48	13,01
Domicílios com coleta diretamente do lixo (%)	2006	79,61	70,81
Domicílios que possuem microcomputador (%)	2006	18,56	14,56
Domicílios que possuem microcomputadores com acesso à internet (%)	2006	13,66	9,61
Déficit habitacional (residências)	2006	5.693.000	127.000
Trabalhadores que contribuem com o Instituto de Previdência (%)	2006	48,56	44,11
Trabalhadores que não contribuem com o Instituto de Previdência (%)	2006	51,44	55,89
Rendimento médio mensal das pessoas economicamente ativas (R$)	2006	797,00	791,00
Índice de Gini do rendimento mensal da PEA com rendimento	2006	0,547	0,520
PIB per capita R$	2005	11.658,00	13.365,00
População economicamente ativa (PEA)	2006	97.528.000	1.493.000
População ocupada	2006	89.318.000	1.368.000
PEA/População Residente	2006	52,09	52,09
Taxa de desemprego (%)	2006	9,19	9,13
Leito hospitalar por mil habitantes	2007	-	2,57

Fonte: SEPLAN/MT/IBGE/DATASUS/PNAD/SES
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI
* Para cada 1.000 crianças nascidas vivas
**2004

Demografia

O processo demográfico ocorrido no Estado de Mato Grosso foi, sem sombra de dúvida, um dos fatores de maior importância para apreender e compreender toda sua evolução sócioeconômica que se iniciou no século XVIII.

Compreendendo aproximadamente 10% do território nacional, e abrigando em contrapartida apenas 1,53% da população do país, (2.854.642 habitantes – IBGE, 2007), Mato Grosso constitui exemplo típico de região de fronteira, que caminha rumo à consolidação de uma área de moderna produção agroindustrial, após a transformação de sua base produtiva, impulsionada por forte ação estatal.

Como característica preliminar, pode-se dizer que essa área vem se afirmando, nas duas últimas décadas, como uma economia baseada predominantemente na pecuária extensiva de corte e de leite, na agricultura extensiva de alimentos básicos, e, mais recentemente, na produção intensiva de milho, algodão e soja, afora experiência isolada de indústrias madeireiras. Esses sistemas produtivos têm sido responsáveis pela produção de matérias-primas para a agroindústria e algumas mercadorias processadas, em geral destinadas à exportação, como grãos, carnes e algodão e, portanto, desencadeadores do próprio processo de agroindustrialização regional.

Porém, juntamente com o avanço econômico ocorre também o demográfico. Décadas após décadas, o fenômeno do crescimento demográfico vem se deslocando pelo território mato-grossense num movimento ondulante que percorre o Estado da direita para a esquerda, começando pela baixada cuiabana, a partir da década de 1960. Atinge a região sudoeste do Estado, onde se localiza o município de Cáceres, na década de 1970, e chega ao "nortão" de Mato Grosso, nas décadas de 1980 e 1990.

Assim, parece razoável concluir que é a incorporação progressiva das diversas áreas brasileiras ao processo produtivo o determinante principal da ascensão, estabilização ou declínio do crescimento populacional nessas áreas.

Fato importante a ser relatado é que, no Estado de Mato Grosso, as oportunidades econômicas, de modo geral, associam-se à possibilidade de acesso a terras férteis ainda não incorporadas ao processo produtivo. Na medida em que tal possibilidade deixa de existir, estanca-se, de imediato, o fluxo migratório para a região, e passa a ter lugar a partir desse momento o processo de estabilização ou, o que tem sido mais freqüente, constata-se diminuição no ritmo do crescimento demográfico.

É claro que algumas áreas não se enquadram no esquema descrito, já que o principal componente do crescimento demográfico não reside na migração e, portanto, só pode resultar do crescimento natural da população. Porém, os novos perfis etários da população mato-grossense e brasileira relacionam-se diretamente com a queda da fecundidade e o aumento da longevidade.

Vale observar que a atração de fluxos interestaduais para Mato Grosso teve as regiões Sul e Sudeste do Brasil como principais fontes de origem. De acordo com o resultado da pesquisa Sócio-Econômico-Agronômica, realizada quando da elaboração do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso, os principais fatores de expulsão desses migrantes dos seus lugares de origem referem-se a questões econômicas como a falta de emprego e condições de vida, e os fatores mais significativos que atraíram esses migrantes para o nosso Estado foram as possibilidades de acesso à terra, emprego e melhores condições de vida.

Décadas após décadas, o fenômeno do crescimento demográfico vem se deslocando pelo território mato-grossense num movimento ondulante que percorre o Estado da direita para a esquerda, começando pela Baixada Cuiabana, a partir da década de 1960.

Outro fato observado refere-se ao perfil etário da população, no qual o envelhecimento resultará, nos próximos anos, em uma composição etária de predominância nitidamente de adultos. O acompanhamento desses fenômenos demográficos é decisivo não apenas para avaliar o impacto de políticas e programas já implementados, mas também, principalmente, para que o poder público possa se antecipar às novas demandas sociais deles decorrentes.

E por fim, as tabelas que compõem este documento mostram que Mato Grosso, com uma população de 2.854.642 habitantes em 2007, segundo estimativa do IBGE, apresenta uma taxa de crescimento populacional de 1,89% ao ano, e que 76,95% desta população localiza-se na zona urbana. A taxa de fecundidade é de 2,3 filhos por mulher e há uma pequena predominância do sexo masculino.

Antonio Abutakka

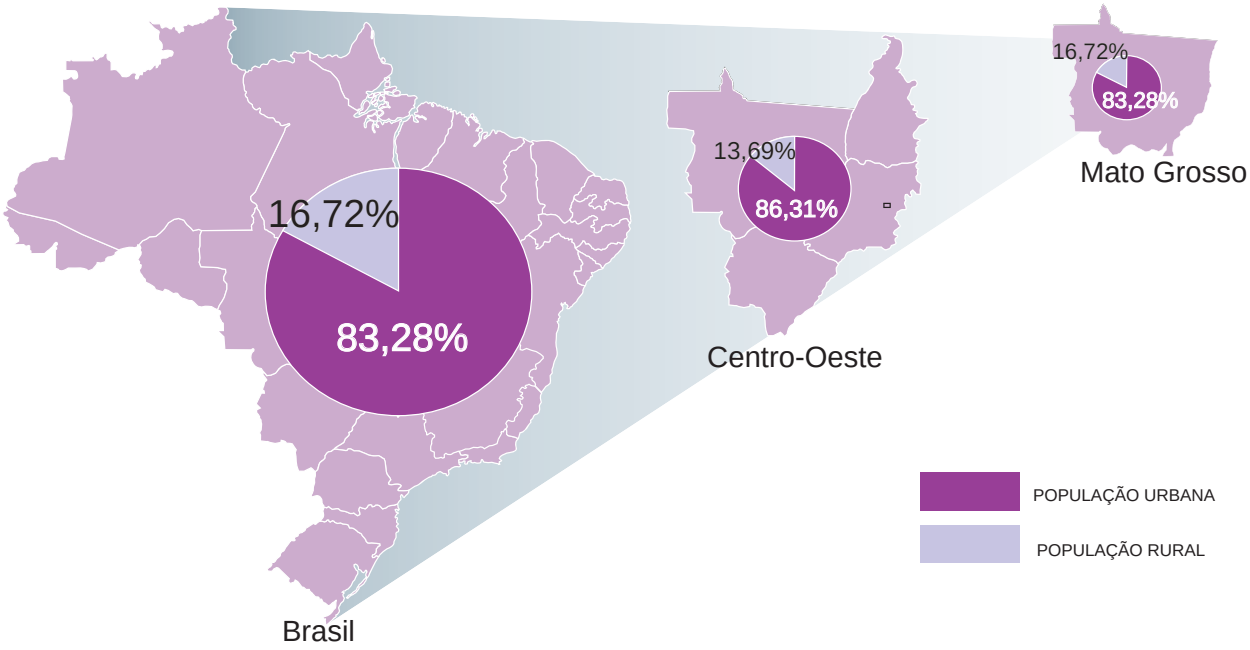
Economista, técnico da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso – SEPLAN. Mestre em Geografia pela UFMT – Área de concentração - Ambiente e Desenvolvimento Regional.

Tabela 1
Evolução da População recenseada e estimada, no Estado de Mato Grosso, Centro-Oeste e Brasil - 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000-2007

Ano	População (habitantes)		
	Mato Grosso	Centro-Oeste	Brasil
1940	192.531	1.250.982	41.236.315
1950	211.858	1.730.684	51.944.397
1960	319.248	2.942.992	70.070.457
1970	599.764	5.073.259	93.139.037
1980	1.138.691	7.545.769	119.011.052
1991	2.027.231	9.427.601	146.825.475
1996	2.235.832	10.500.579	157.070.163
2000	2.504.353	11.636.728	169.799.170
2001 (1)	2.560.537	11.885.529	172.385.826
2002 (1)	2.604.723	12.101.540	174.632.960
2003 (1)	2.651.313	12.317.271	176.871.437
2004 (1)	2.759.134	12.816.392	182.060.108
2005 (1)	2.803.274	13.020.767	184.184.264
2006 (2)	2.866.474	13.313.377	187.227.792
2007 (3)	2.854.642	13.219.840	183.888.835

Fonte: IBGE,1940-2007
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações – SEI
Nota: 1940 até 1950 : População presente.
1960 até 1980 : População recenseada.
1991 até 2000 : População residente.
(1) Estimativa IBGE
(2) PNAD – 2006
(3) Contagem – 2007

População urbana e rural
Brasil – Centro-Oeste – Mato Grosso



Fonte: IBGE/PENAD, 2006

Tabela 2
Número de Eleitores do Estado de Mato Grosso – 1998-2006

Número de Eleitores					
Ano					
1998	2000	2002	2004	2005	2006
1.514.355	1.642.384	1.730.022	1.836.140	1.854.477	1.940.270

Fonte: TRE-MT, 1998-2006.
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações – SEI

Evolução da população do Estado de Mato Grosso – 1940-2007

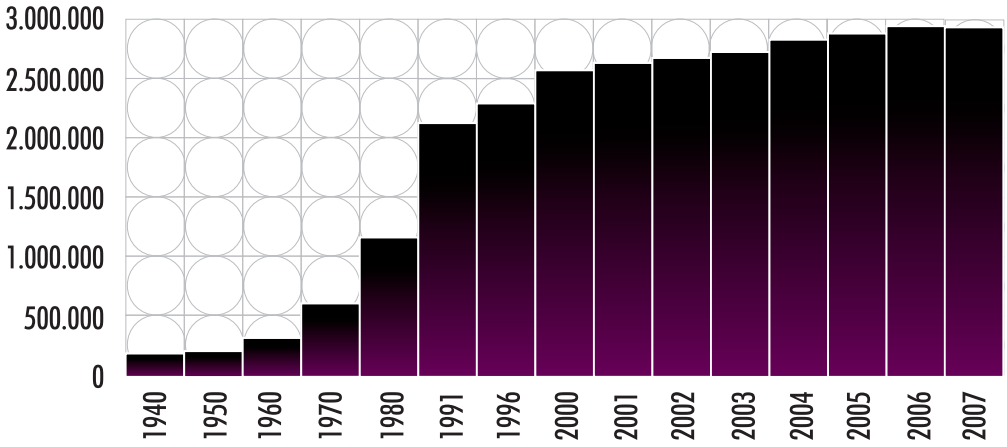


Tabela 3

Evolução da Taxa Média Geométrica de crescimento anual, no Estado de Mato Grosso, Centro-Oeste e Brasil – 1940-2007

Período	Taxa média geométrica de crescimento anual (%)		
	Mato Grosso	Centro-Oeste	Brasil
1940 / 1950	0,96	3,30	2,34
1950 / 1960	4,19	5,45	3,04
1960 / 1970	6,51	5,60	2,89
1970 / 1980	6,62	4,05	2,48
1980 / 1991	5,38	2,04	1,93
1991 / 1996	1,97	2,18	1,36
1996 / 2000	2,87	2,60	1,97
1991 / 2000	2,31	2.37	1,65
2000 / 2003	1,92	1,91	1,37
2000 / 2004	2,45	2,44	1,76
2000 / 2005	2,28	2,27	1,64
2000 / 2006	2,28	2,27	1,64
2000 / 2007	1,89	1,83	1,14

Fonte: - IBGE- Censo Demográfico - 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 - contagem populacional de 1996 e 2007, estimativa 2001 a 2006.
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI

Tabela 4
Evolução da população por situação do domicílio, no Estado de Mato Grosso, Centro-Oeste e Brasil – 1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2004-2007

Ano	Mato Grosso		Centro-Oeste		Brasil	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1970	684.189	912.901	2.437.379	2.635.880	52.084.984	41.054.053
1980	654.952	483.739	4.614.597	2.191.314	80.437.327	38.573.725
1991	1.485.110	542.121	7.663.122	1.764.479	110.990.990	35.834.485
1996	1.705.139	530.693	8.864.936	1.635.643	123.076.831	33.993.332
2000	1.987.726	516.627	10.092.976	1.543.752	137.953.959	31.845.211
2001(1)	2.032.554	527.983	10.350.316	1.588.097	142.099.680	27.269.877
2004(1)	2.119.328	639.806	11.057.995	1.758.397	151.124.470	30.935.638
2005(1)	2.157.190	650.292	11.219.849	1.820.397	152.711.363	31.677.257
2006(1)	2.196.463	670.011	11.491.815	1.821.562	155.933.826	31.293.966
2007(2)	2.305.507	549.135	***	***	80.015.885	28.749.152

Fonte: - IBGE - Censo Demográfico - 1970, 1980, 1991, 2000 - contagem populacional de 1996. (1) PNAD; (2) Contagem 2007.
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI
* População recenseada.

Evolução da Taxa de Crescimento Geométrico da população do Estado de Mato Grosso – 1940-2007

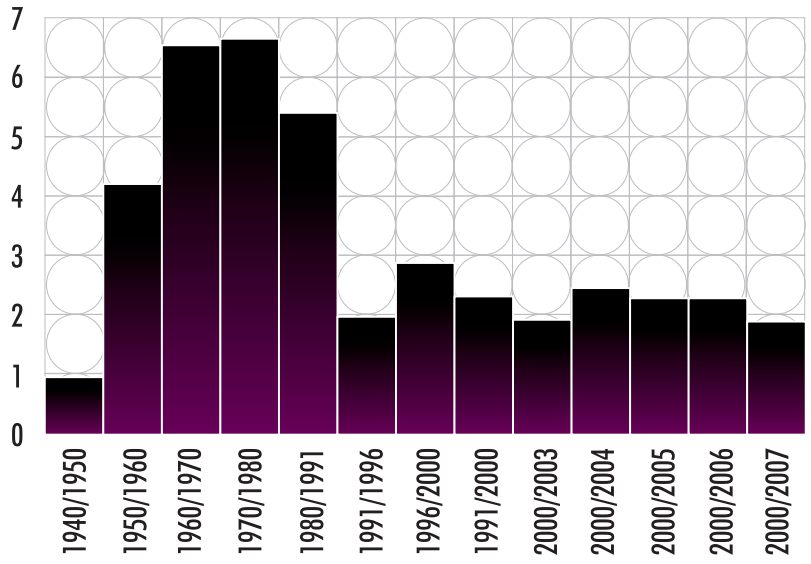


Tabela 5
Evolução da população residente, por sexo, situação do domicílio e densidade demográfica, no Estado de Mato Grosso – 1980, 1991, 1996, 2000, 2004-2006

Ano	População total	Sexo		Densidade demográfica (hab/km²)
		Masculino	Feminino	
1980	1.138.691	594.146	544.545	1,26
1991	2.027.231	1.048.507	977.563	2,23
1996	2.235.832	1.154.216	1.081.616	2,47
2000	2.504.353	1.287.387	1.216.966	2,70
2004(1)	2.759.134	1.379.567	1.379.567	3,05
2005(1)	2.807.482	1.421.441	1.386.041	3,11
2006(1)	2.866.477	1.453.879	1.412.595	3,15
2007(2)	2.854.642	1.452.153	1.377.327	3,16

Fonte: - IBGE- Censo Demográfico - 1980, 1991, 2000 - contagem populacional de 1996. (1) PNAD; (2) Contagem 2007.
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI

Tabela 6
Evolução percentual da população por cor ou raça, no Brasil, Centro-Oeste e Estado de Mato Grosso – 2001- 2006

Brasil, Região Centro-Oeste e Mato Grosso	Cor ou raça	Ano					
		2001	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	Branca	53,37	53,32	52,07	51,41	49,90	49,72
	Preta	5,64	5,60	5,91	5,90	6,26	6,89
	Amarela	0,46	0,43	0,44	0,42	0,48	0,49
	Parda	40,38	40,46	41,39	42,09	43,16	42,61
	Indígena	0,13	0,18	0,19	0,17	0,19	0,28
	Sem declaração	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00
Centro-Oeste	Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	Branca	43,83	44,59	42,99	43,07	43,53	42,95
	Preta	3,65	4,27	4,52	4,88	5,67	5,70
	Amarela	0,43	0,52	0,38	0,48	0,45	0,38
	Parda	51,67	50,07	51,75	51,25	49,91	50,53
	Indígena	0,42	0,52	0,35	0,32	0,43	0,44
	Sem declaração	0,01	0,02	0,00	0,01	0,01	0,00
Mato Grosso	Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	Branca	36,84	39,27	35,55	38,85	36,67	36,10
	Preta	4,36	4,16	4,44	6,70	7,03	6,09
	Amarela	0,55	0,60	0,46	0,45	0,20	0,37
	Parda	57,13	54,81	58,42	53,19	55,16	56,70
	Indígena	1,12	1,07	1,14	0,80	0,94	0,73
	Sem declaração	-	0,09	-	-	-	-

Fonte: IBGE/PNAD - 2001-2006
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI

População do Estado de Mato Grosso segundo Cor ou Raça – 2006 (%)

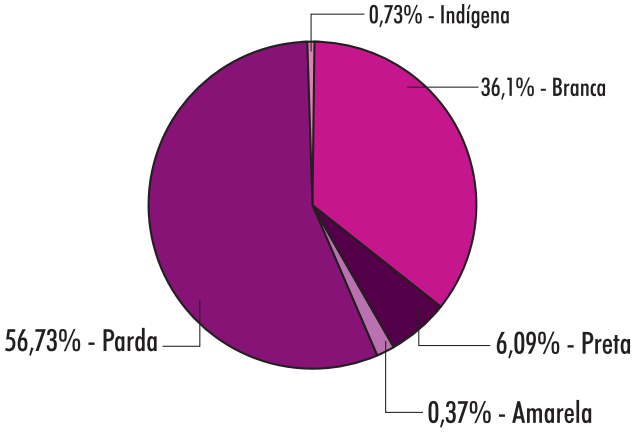
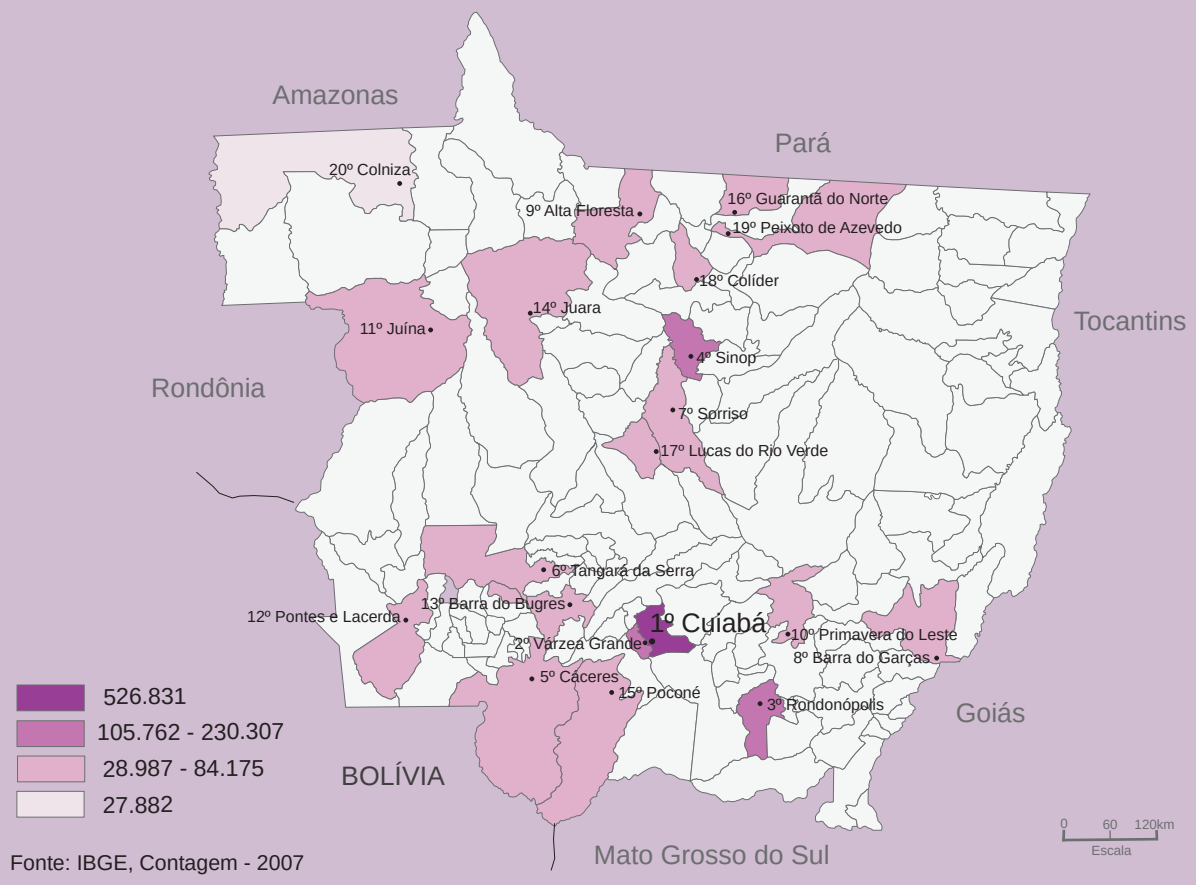


Tabela 7
Ranking dos vinte maiores municípios do Estado de Mato Grosso, em população – 2007

Municípios	População Residente	
	Contagem 2007	Classificação
Cuiabá	526.831	1º
Várzea Grande	230.307	2º
Rondonópolis	172.783	3º
Sinop	105.762	4º
Cáceres	84.175	5º
Tangará da Serra	76.657	6º
Sorriso	55.134	7º
Barra do Garças	53.243	8º
Alta Floresta	49.140	9º
Primavera do Leste	44.729	10º
Juína	38.422	11º
Pontes e Lacerda	37.910	12º
Barra do Bugres	32.490	13º
Juara	32.023	14º
Poconé	31.118	15º
Guarantã do Norte	30.754	16º
Lucas do Rio Verde	30.741	17º
Colider	30.695	18º
Peixoto de Azevedo	28.987	19º
Colniza	27.882	20º

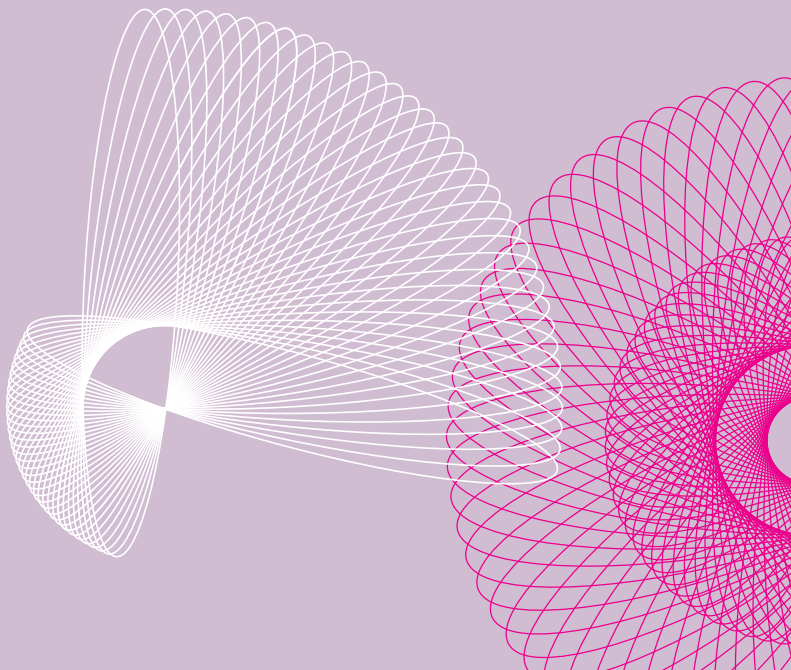
Fonte: IBGE - Contagem - 2007

Ranking dos municípios com maior população 2007 – Mato Grosso



Fonte: IBGE, Contagem - 2007

Os novos perfis etários da população mato-grossense e brasileira relacionam-se diretamente com a queda da fecundidade e o aumento da longevidade.



Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores para medir o nível de desenvolvimento humano dos diversos países do mundo. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente bem-estar infantil.

O índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em seu relatório anual. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". O objetivo da elaboração desse índice é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto – PIB per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

Os critérios para a sua elaboração levam em conta três indicadores: Educação; longevidade; e o PIB per capita, depois de corrigido pelo poder de compra da moeda de cada país.

Para avaliar a dimensão da educação, o cálculo do IDH considera dois indicadores. O primeiro é a taxa de alfabetização, considerando o percentual de pessoas acima de 15 anos de idade; esse indicador tem peso dois. O Ministério da Educação indica que, se a criança não se atrasar na escola, ela termina o principal ciclo de estudos (Ensino Fundamental) aos 14 anos de idade. Por isso a medição do analfabetismo se dá a partir dos 15 anos. O segundo indicador é o somatório das pessoas, independentemente da idade, que freqüentam algum curso, seja ele fundamental, médio ou superior, dividido pelo total de pessoas entre 7 e 22 anos da localidade. Também entram na contagem os alunos supletivos, de classes de aceleração e de pós-graduação universitária. Neste área também está incluido o sistema de equivalências Rvcc ou Crvcc; apenas classes especiais de alfabetização são descartadas para efeito do cálculo.

O item longevidade é avaliado considerando a esperança de vida ao nascer. Esse indicador mostra a quantidade de anos que uma pessoa nascida em uma localidade, em um ano de referência, deve viver. Ocultamente, há uma sintetização das condições de saúde e de salubridade no local, já que a expectativa de vida é diretamente proporcional e diretamente relacionada ao número de mortes precoces.

A renda é calculada tendo como base o PIB per capita do país ou município. Como existem diferenças entre o custo de vida de um país para o outro, a renda medida pelo IDH é em dólar PPC – Paridade do Poder de Compra, que elimina essas diferenças.

O Brasil está na 69ª colocação no ranking do IDH de 2006 (em 177 países no total), com um índice de 0,792 (médio desenvolvimento humano). Desde 1990, já subiu 14 posições. Apesar de ter melhorado nos critérios educação e longevidade, o Brasil caiu no critério renda.

O Estado de Mato Grosso, no ano de 2000, foi considerado o 9º Estado brasileiro em IDH, atrás do Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Goiás. Mas, em 30 anos da sua mensuração, Mato Grosso vem melhorando esse índice. Em 1970, seu IDH era 0,458, considerado baixo, e no decorrer desses anos seu crescimento aumentou consideravelmente, atingindo um índice de 0,767 no

ano 2000, índice este superior à média do Brasil, que foi de 0,766 naquele ano.

Quanto ao IDH dos municípios de Mato Grosso, Sorriso foi o que apresentou a melhor evolução, passando do 6º lugar em 1991 para o 1º lugar em 2000. Cuiabá também galgou uma posição melhor, passando do 3º lugar para 2º lugar; já Sinop retroagiu do 1º lugar em 1991, para o 7º lugar em 2000.

Vale mencionar que, no ano 2000, nenhum município de Mato Grosso foi classificado na categoria de índice baixo (inferior a 0,500). Se à primeira vista essa situação parece ser muito boa para o Estado, dando a impressão do bom desenvomvimento humano da população dos municípios, por outro, essa classificação não mostra com fidelidade a verdadeira realidade sócioeconômica. Esse fato é explicado pela metodologia adotada para o seu cálculo, no qual existem apenas três classes - alta, média e baixa. Dessa forma os intervalos entre cada uma dessas classes são muito grandes, mascarando essa classificação. Como exemplo pode-se citar a classificação média, na qual os intervalos variam de 0,500 a 0,799. Em nível municipal, o ideal seria aumentar as classes para cinco. Dessa forma, diminuiriam os intervalos entre cada uma delas.

Antonio Abutakka
Economista, técnico da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso – SEPLAN. Mestre em Geografia pela UFMT – Área de concentração - Ambiente e Desenvolvimento Regional.

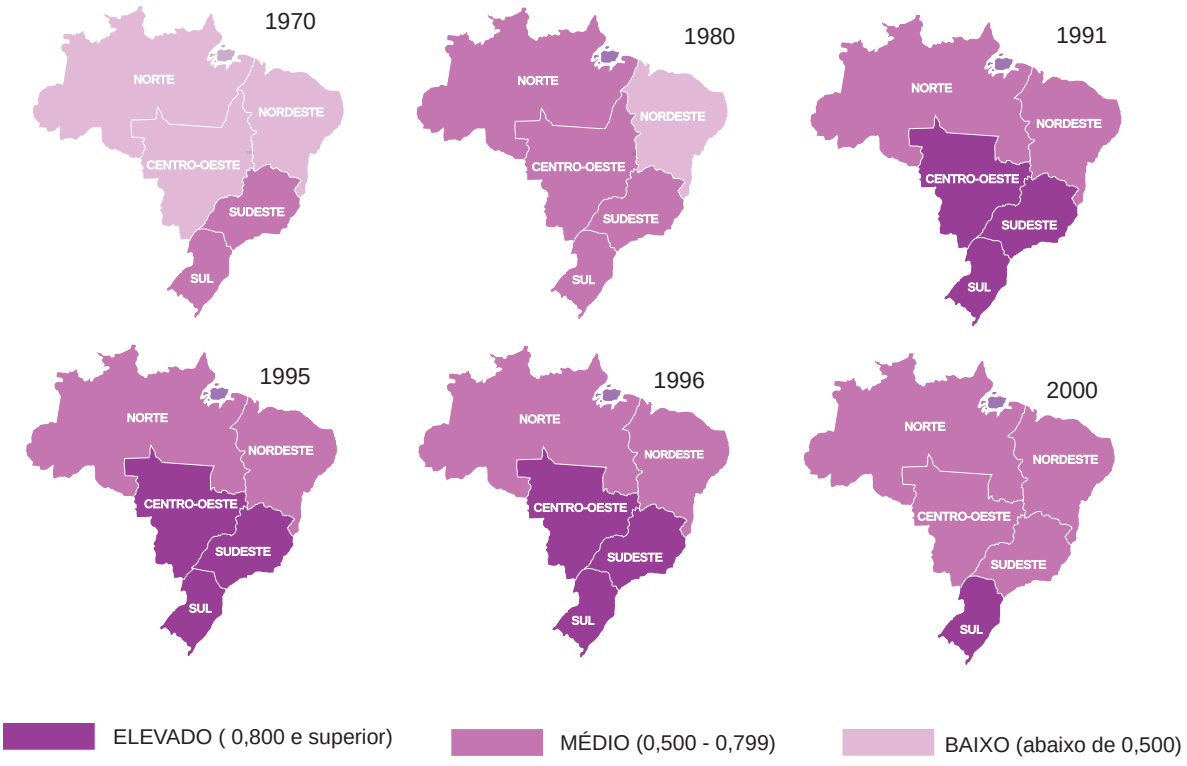
Os critérios para a sua elaboração levam em conta três indicadores: educação; longevidade; e o PIB per capita, depois de corrigido pelo poder de compra da moeda de cada país.

Tabela 1
Evolução do IDH, no Brasil e Regiões – 1970, 1980, 1991, 1995, 1996 e 2000

Especificação	1970	1980	1991	1995	1996	2000
Brasil	0,494	0,734	0,787	0,814	0,830	0,766
Centro-Oeste	0,469	0,704	0,817	0,839	0,848	0,788
Mato Grosso	0,458	0,600	0,756	0,768	0,767	0,767
Norte	0,425	0,595	0,676	0,720	0,727	0,725
Nordeste	0,299	0,483	0,557	0,596	0,608	0,678
Sudeste	0,620	0,795	0,832	0,853	0,857	0,788
Sul	0,553	0,789	0,834	0,855	0,860	0,800

Fonte: PNUD / IPEA / FJP / IBGE.
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações – SEI
Classificação segundo IDH:
Elevado (0,800 e superior)
Médio (0,500 - 0,799)
Baixo (abaixo de 0,500)

Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, 1970-2000 – Brasil-Regiões



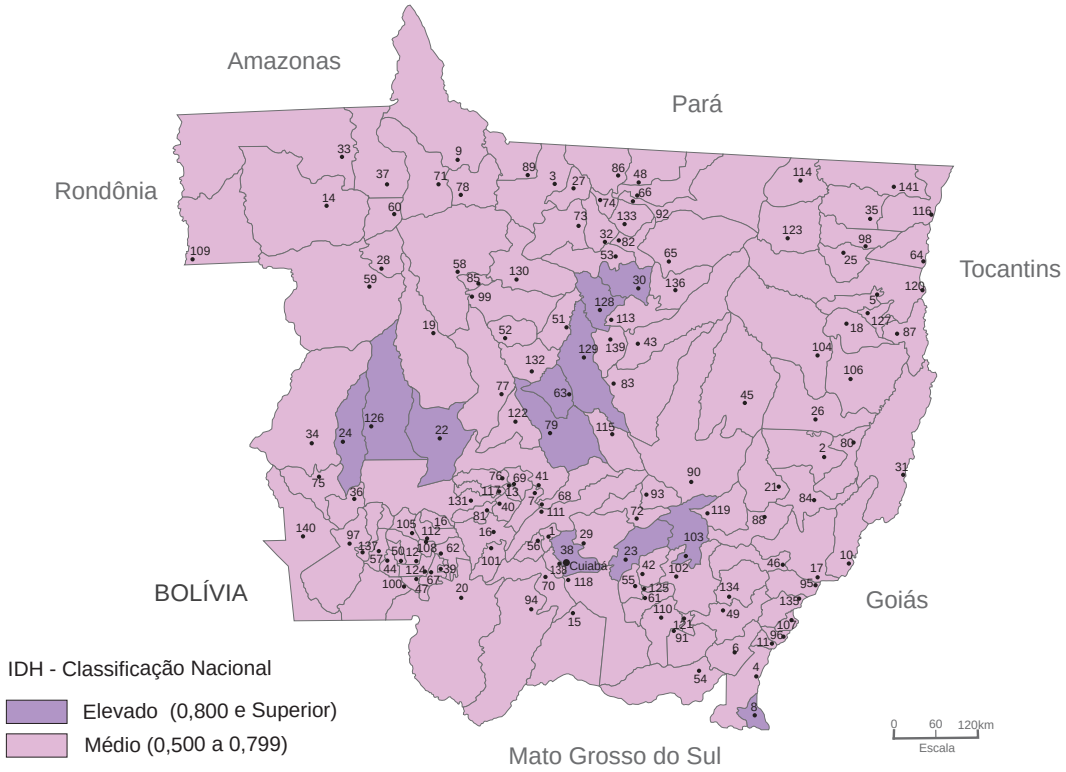
Fonte: DSEE, 2003

Tabela 2
Ranking dos vinte municípios de Mato Grosso com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) – 2000

Municípios	2000				
	IDH-M			IDH-M	Ranking
	Longevidade	Educação	renda		
Sorriso	0.805	0.869	0.797	0.824	1º
Cuiabá	0.734	0.938	0.790	0.821	2º
Lucas do Rio Verde	0.805	0.882	0.766	0.818	3º
Cláudia	0.802	0.848	0.789	0.813	4º
Campos de Júlio	0.804	0.849	0.778	0.810	5º
Campos de Júlio	0.804	0.849	0.778	0.810	6º
Campo Novo do Parecis	0.745	0.866	0.815	0.809	7º
Sinop (MT)	0.802	0.874	0.746	0.807	8º
Primavera do Leste	0.775	0.879	0.762	0.805	9º
Alto Taquari	0.791	0.845	0.777	0.804	10º
Sapezal	0.807	0.838	0.763	0.803	11º
Nova Mutum	0.767	0.866	0.771	0.801	12º
Campo Verde	0.786	0.868	0.747	0.800	13º
Alto Garças	0.791	0.855	0.738	0.795	14º
Barra do Garças	0.738	0.915	0.719	0.791	15º
Rondonópolis	0.761	0.890	0.722	0.791	16º
Várzea Grande	0.773	0.903	0.693	0.790	17º
Pontal do Araguaia	0.802	0.890	0.674	0.789	18º
Diamantino	0.769	0.876	0.720	0.788	19º
Jaciara	0.790	0.875	0.699	0.788	20º

Fonte: PNUD / IPEA / FJP / IBGE.
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações – SEI
Classificação segundo IDH: Elevado (0,800 e superior); Médio (0,500 - 0,799); Baixo (abaixo de 0,500)

Índice de Desenvolvimento Humano-IDH – Mato Grosso-2000



1 - Acorizal
2 - Água Boa
3 - Alta Floresta
4 - Alto Araguaia
5 - Alto Boa Vista
6 - Alto Garças
7 - Alto Paraguai
8 - Alto Taquari
9 - Apiacás
10 - Araguaiana
11 - Araguaínha
12 - Araputanga
13 - Arenápolis
14 - Aripuanã
15 - Barão de Melgaço
16 - Barra do Bugres
17 - Barra do Garças
18 - Bom Jesus do Araguaia
19 - Brasnorte
20 - Cáceres
21 - Campinápolis
22 - Campo Novo do Parecis
23 - Campo Verde
24 - Campos de Júlio
25 - Canabrava do Norte
26 - Canarana
27 - Carlinda
28 - Castanheira
29 - Chapada dos Guimarães
30 - Cláudia
31 - Cocalinho
32 - Colíder
33 - Colniza
34 - Comodoro
35 - Confresa
36 - Conquista D'Oeste
37 - Cotriguaçú
38 - Cuiabá
39 - Curvelândia
40 - Denise
41 - Diamantino
42 - Dom Aquino
43 - Feliz Natal
44 - Figueirópolis D'Oeste
45 - Gaúcha do Norte
46 - General Carneiro
47 - Glória D'Oeste
48 - Guarantã do Norte
49 - Guiratinga
50 - Indiavaí
51 - Ipiranga do Norte
52 - Itanhangá
53 - Itaúba
54 - Itiquira
55 - Jaciara
56 - Jangada
57 - Jauru
58 - Juara
59 - Juína
60 - Juruena
61 - Juscimeira
62 - Lambari D'Oeste
63 - Lucas do Rio Verde
64 - Luciara
65 - Marcelândia
66 - Matupá
67 - Mirassol d'Oeste
68 - Nobres
69 - Nortelândia
70 - Nossa Sra. do Livramento
71 - Nova Bandeirantes
72 - Nova Brasilândia
73 - Nova Canaã do Norte
74 - Nova Guarita
75 - Nova Lacerda
76 - Nova Marilândia
77 - Nova Maringá
78 - Nova Monte Verde
79 - Nova Mutum
80 - Nova Nazaré
81 - Nova Olímpia
82 - Nova Santa Helena
83 - Nova Ubiratã
84 - Nova Xavantina
85 - Novo Horizonte do Norte
86 - Novo Mundo
87 - Novo Santo Antônio
88 - Novo São Joaquim
89 - Paranaíta
90 - Paranatinga
91 - Pedra Preta
92 - Peixoto de Azevedo
93 - Planalto da Serra
94 - Poconé
95 - Pontal do Araguaia
96 - Ponte Branca
97 - Pontes e Lacerda
98 - Porto Alegre do Norte
99 - Porto dos Gaúchos
100 - Porto Esperidião
101 - Porto Estrela
102 - Poxoréo
103 - Primavera do Leste
104 - Querência
105 - Reserva do Cabaçal
106 - Ribeirão Cascalheira
107 - Ribeirãozinho
108 - Rio Branco
109 - Rondolândia
110 - Rondonópolis
111 - Rosário Oeste
112 - Salto do Céu
113 - Santa Carmen
114 - Santa Cruz do Xingú
115 - Santa Rita do Trivelato
116 - Santa Terezinha
117 - Santo Afonso
118 - Santo Antonio de Leverger
119 - Santo Antonio do Leste
120 - São Félix do Araguaia
121 - São José do Povo
122 - São José do Rio Claro
123 - São José do Xingú
124 - São José dos Quatro Marcos
125 - São Pedro da Cipa
126 - Sapezal
127 - Serra Nova Dourada
128 - Sinop
129 - Sorriso
130 - Tabaporã
131 - Tangará da Serra
132 - Tapurah
133 - Terra Nova do Norte
134 - Tesouro
135 - Torixoréu
136 - União do Sul
137 - Vale de São Domingos
138 - Várzea Grande
139 - Vera
140 - Vila Bela da SS. Trindade
141 - Vila Rica

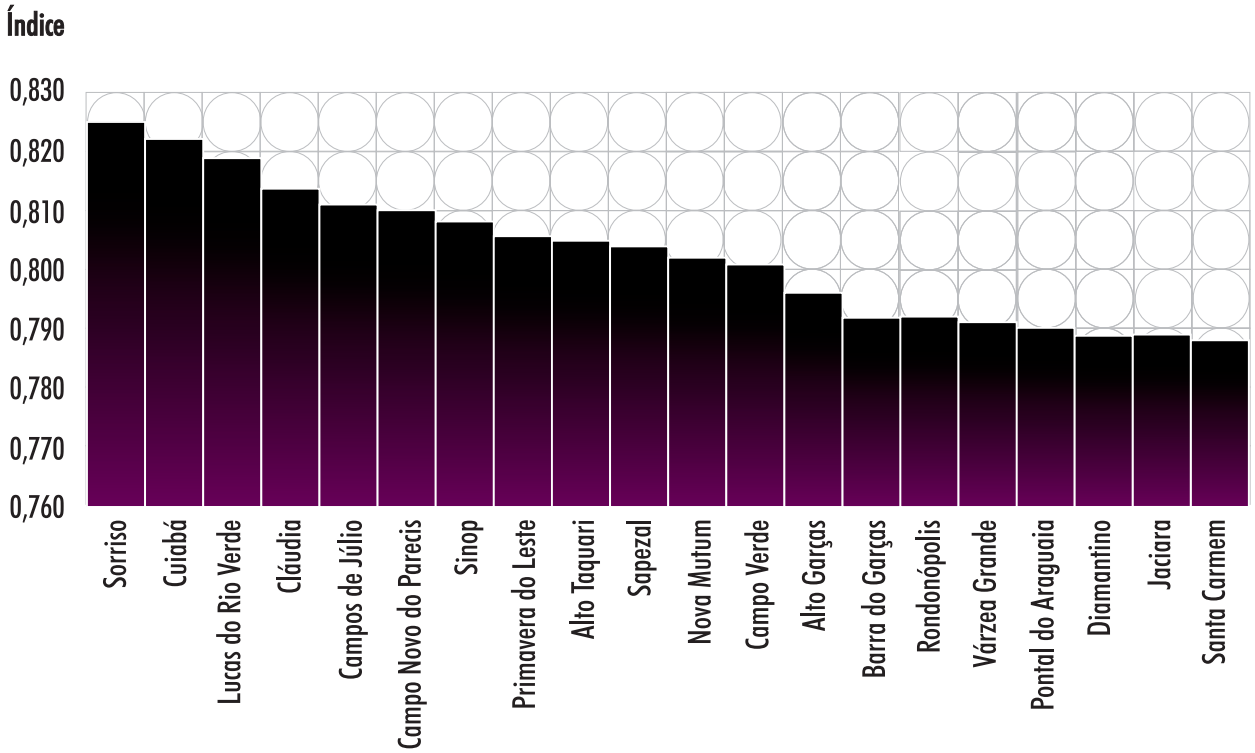
Vale mencionar que, no ano 2000, nenhum município de Mato Grosso foi classificado na categoria de índice baixo (inferior a 0,500).

Tabela 3
Ranking dos vinte municípios de Mato Grosso com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) – 2000

Municípios	2000				
	IDH-M			IDH-M	Ranking
	Longevidade	Educação	Renda		
Porto Estrela	0,688	0,711	0,562	0,654	1º
Nossa Senhora do Livramento	0,736	0,656	0,573	0,655	2º
Santa Terezinha	0,647	0,783	0,565	0,665	3º
Barão de Melgaço	0,677	0,772	0,567	0,672	4º
Campinápolis	0,639	0,775	0,604	0,673	5º
Poconé	0,649	0,800	0,588	0,679	6º
Reserva do Cabaçal	0,657	0,793	0,591	0,680	7º
Jauru	0,657	0,787	0,596	0,680	8º
Jangada	0,711	0,752	0,576	0,680	9º
São José do Xingu	0,639	0,776	0,629	0,681	10º
Luciara	0,631	0,853	0,589	0,691	11º
Lambari d'Oeste	0,676	0,784	0,616	0,692	12º
Canabrava do Norte	0,707	0,793	0,579	0,693	13º
Ribeirão Cascalheira	0,647	0,807	0,627	0,694	14º
Porto Esperidião	0,670	0,780	0,636	0,695	15º
General Carneiro	0,694	0,788	0,604	0,695	16º
Acorizal	0,744	0,763	0,578	0,695	17º
Rio Branco	0,676	0,797	0,622	0,698	18º
São José do Povo	0,771	0,781	0,605	0,699	19º
Carlinda	0,707	0,799	0,595	0,700	20º

Fonte: PNUD / IPEA / FJP / IBGE.
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações – SEI
Classificação segundo IDH: Elevado (0,800 e superior); Médio (0,500 - 0,799); Baixo (abaixo de 0,500)

Ranking dos 20 municípios com melhor IDH-Mato Grosso – 2000



Saúde

Em Mato Grosso, dos 172 hospitais existentes em 2007, 114 são privados, contra 57 do poder público. Partindo dessa realidade, é que esse comentário terá como foco central os serviços gratuitos oferecidos pelo sistema de saúde pública, uma vez que grande parte das populações brasileira e mato-grossense depende de tais serviços. É bom ter conhecimento de que a Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, definiu o Sistema Único de Saúde - SUS - como princípio reestruturador do setor de saúde em âmbito nacional, com ênfase na descentralização dos serviços, conduzindo, portanto, à sua municipalização.

O texto constitucional institui a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantindo acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, e define como de caráter complementar a participação das instituições privadas no SUS.

Quanto ao financiamento, compromete a participação de recursos do orçamento da Seguridade Social, da União, dos Estados e Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios.

A descentralização, principal norteador do SUS, deve ser entendida como repasse de recursos e delegação de poder para que as esferas de governos estadual e municipal formulem suas próprias políticas de saúde, de acordo com suas especificidades locais e, ao mesmo tempo, obedeçam às diretrizes formuladas em âmbito federal.

No caso específico de Mato Grosso, a falta de infra-estrutura e de oferta de serviços de saúde, aliada às longas distâncias e dificuldades de acesso entre povoamentos rurais e urbanos, destes entre si e com os grandes centros com capacidade de oferecer atenção mais completa à saúde, já impossibilitaria que o SUS cumprisse com o seu papel constitucional. Se a este quadro agregarem-se as condições socioeconômicas precárias da população e a forma como estão estruturados os serviços de saúde, com forte aporte da medicina privada, verificam-se os elementos fundamentais que acabam por inviabilizar os princípios do SUS, permitindo que haja uma pequena parcela de "privilegiados" (aqueles que podem pagar os serviços de saúde diretamente, por meio de seguros-saúde ou convênios e aqueles que usufruem de convênios de saúde como benefícios indiretos de contratos de trabalho), enquanto se mantém a grande maioria da população à mercê dos serviços públicos de saúde, via de regra de baixa qualidade, ainda que ofertados gratuitamente.

Em termos de prestação de serviços, a Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso – SES – é a gestora do Sistema Estadual de Saúde, a ela cabendo o desempenho de quatro papéis básicos: exercer a função do SUS, no âmbito estadual; criar condições e incentivar o poder municipal para que assuma a gestão de atenção à saúde de seus munícipes, sempre na perspectiva da atenção integral; assumir, em caráter transitório, a gestão da atenção à saúde daquelas populações pertencentes a municípios que ainda não tomaram para si esta responsabilidade; e promover a harmonização, a integração e a modernização dos Sistemas Municipais de Saúde.

A SES conta, ainda, com um conjunto de instituições, as quais prestam assistência à população nas seguintes áreas especializadas: ações de prevenção e reabilitação; diagnóstico laboratorial de doenças transmissíveis e análises para controle de qualidade da água e alimentos; garantia da qualidade e a gratuidade do sangue e dos hemoderivados utilizados nas transfusões e em pacientes hemofílicos e portadores de doenças sanguíneas; elaboração de diagnóstico laboratorial de câncer de mama e de útero; atendimento especializado para pacientes portadores de hanseníase, diabetes, tuberculose, AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis, entre outras; fornecimento de soros para picadas de cobras e de outros animais peçonhentos; e tratamento hospitalar e ambulatorial para pacientes portadores de distúrbios mentais.

Todas essas unidades localizam-se em Cuiabá e sua descentralização tem sido uma das prioridades da SES.

Faz parte, ainda, da estrutura da Secretaria de Saúde do Estado de Mato Grosso, nove Pólos Regionais de Saúde, que são o elo entre essa instituição, e as Secretarias Municipais de Saúde (SMS) de determinada região.

Com estruturas administrativas próprias, os Pólos têm a finalidade de supervisionar, coordenar e assessorar os serviços de saúde pertencentes à própria SES e/ou município de sua área de abrangência. Apenas o Pólo da região de Cuiabá não possui instância administrativa, ficando os 13 municípios de sua abrangência sob supervisão direta da SES.

Os indicadores a seguir dão a dimensão do segmento populacional que busca o atendimento deste sistema e alguns dos resultados reveladores dos avanços obtidos nas condições de saúde da população mato-grossense.

Quanto ao acesso aos serviços de saúde, segundo a Fundação SEADE (2006), a maioria da população brasileira (76%) não possui planos de saúde, portanto, depende integralmente do SUS para ter acesso a esses serviços de saúde. Ao se dividir as populações mato-grossense e brasileira em cinco segmentos iguais ordenados segundo o nível de renda familiar, nota-se que a quase totalidade dos segmentos mais pobres depende exclusivamente desse sistema.

O texto constitucional institui a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantindo acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, e define como de caráter complementar a participação das instituições privadas no SUS.

Quanto à mortalidade infantil, esse coeficiente representa um dos indicadores mais significativos das condições de saúde de uma dada população, por refletir as condições socioeconômicas e ambientais (em seu sentido amplo) do meio em que a criança nasce.

Em comparação à média nacional (26,6 por mil nascidos vivos), a taxa de mortalidade mato-grossense (17,75 por mil) é baixa (Datasus 2005). Seu atual patamar é fruto de anos de esforços públicos nas áreas sociais de saúde e saneamento básico, porém, muito ainda pode

e deve ser feito para a melhoria das condições de vida da população.

No Estado de Mato Grosso, a tendência histórica desse indicador tem sido de queda contínua, passando de 26,70 óbitos por mil nascidos vivos em 1997, para 23,49 em 2000, e chegando a 17,75 mortes por mil em 2005. Esse declínio deveu-se principalmente à associação de políticas e serviços ligados à imunização e à melhoria das condições ambientais, como o saneamento básico.

Dessa forma, para manter a tendência declinante desse indicador nos próximos anos, é necessário ampliar os esforços no campo da saúde materno-infantil. Isso porque, hoje, a mortalidade infantil em Mato Grosso não reflete apenas incidência de doenças infecciosas ou problemas nutricionais. Concentram-se nos primeiros dias de vida das crianças, quando a condição da gestação, do parto e dos cuidados pós-parto é decisiva e exige ações muito mais complexas. Os programas de saúde da família e de saúde da mulher são, assim, de extrema relevância.

Outro fato a ser mencionado são as morbidades, de competência também do Estado, caso específico da malária, dengue, meningite, hepatite, tuberculose, AIDS, e outros. O Estado e a sociedade terão que fazer cada um a sua parte, contribuindo, dessa forma, para a melhoria da qualidade de vida da população.

Uma prova da preocupação do Governo com a melhoria da qualidade de vida da população foi o investimento realizado neste setor no período de 2003-2006, segundo dados da SES, que garantiu atendimento gratuito à população dos 141 municípios mato-grossenses. Com recursos do Fundo Estadual de Saúde, nesse período foram investidos R$ 762,54 milhões.

Antonio Abutakka
Economista, técnico da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso – SEPLAN. Mestre em Geografia pela UFMT – Área de concentração - Ambiente e Desenvolvimento Regional.

Tabela 1
Evolução da rede hospitalar no Estado de Mato Grosso – 1999-2007

Ano	Total	Público			Universitário	Privado
		Total	Estadual	Municipal		
1999	188	51	03	48	01	125
2000	192	50	01	49	01	137
2001	178	48	03	45	01	111
2002	147	48	05	43	01	80
2003	156	52	04	45	01	82
2004	177	57	05	52	01	119
2005	166	62	04	58	02	102
2006	169	57	05	52	01	111
*2007	172	57	05	52	01	114

Fonte: SES-MT - SCNES/GECESS/COIASS/IBGE
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações – SEI
* Dados referentes até o mês de abril

Uma prova da preocupação do Governo com a melhoria da qualidade de vida da população foi o investimento realizado neste setor no período de 2003-2006, segundo dados da SES, que garantiu atendimento gratuito à população dos 141 municípios mato-grossenses.

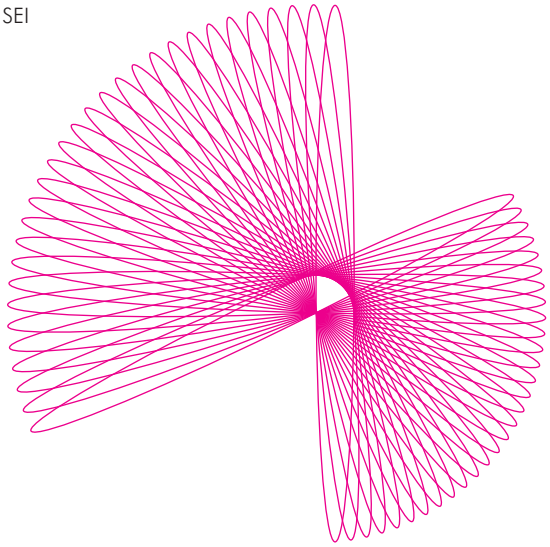


Tabela 2
Evolução do número de leitos no Estado de Mato Grosso – 1999-2007

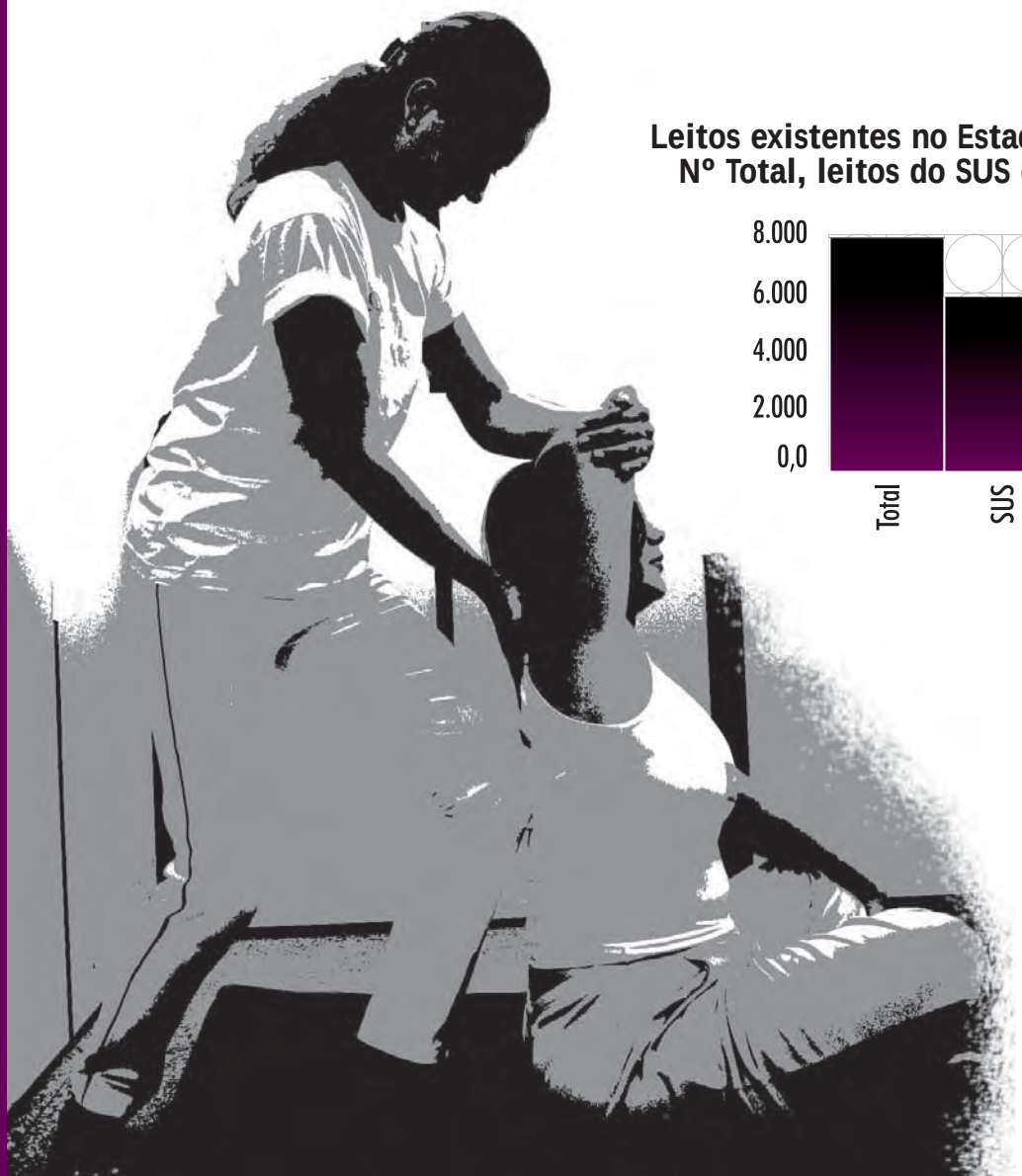
Ano	Total	Público			Privado	Universitário	Filantrópico
		Total	Estadual	Municipal			
1999	7.200	1.506	142	1.364	4.564	80	1.050
2000	7.283	1.627	190	1.437	5.220	118	318
2001	5.410	1.676	192	1.484	2.852	108	774
2002	6.308	1.663	388	1.275	3.182	108	1.355
2003	6.406	1.918	388	1.290	3.218	108	1.402
2004	7.187	2.140	517	1.623	4.927	108	853
2005	7.212	5.180	587	1.776	4.593	138	-
2006	7.344	2.477	556	1.921	4.747	120	-
*2007	7.344	2.477	556	1.921	4.747	120	-

Fonte: SES-MT - SCNES/GECESS/COIASS/IBGE
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações – SEI
* Dados referentes até o mês de abril

Tabela 3
Evolução do número de leitos do SUS e Privados, no Estado de Mato Grosso – 1999-2007

Ano	Leitos do Sus e Privados		
	Leitos do SUS	Leitos Privados	Total
1999	2.636	4.564	7.200
2000	4.823	2.460	7.283
2001	2.558	2.852	5.410
2002	5.151	1.157	6.308
2003	4.620	1.786	6.406
2004	5.656	1.735	7.391
2005	5.436	1.776	7.212
2006	5.463	1.881	7.344
*2007	5.414	1.930	7.344

Fonte: SES-MT - SCNES/GECESS/COIASS/IBGE
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações – SEI
* Dados referentes até o mês de abril



Leitos existentes no Estado de Mato Grosso
Nº Total, leitos do SUS e Privados – 2007

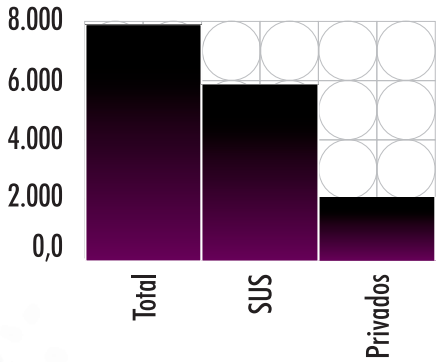


Tabela 4
Evolução do número de leitos por mil habitantes e leitos por hospital, Estado de Mato Grosso – 1999-2007

Ano	Número de leitos por mil habitantes	Recomendado pela OMS	Número de leitos por hospital
1999	3,03	4,0	38,30
2000	2,90	4,0	37,93
2001	2,11	4,0	30,39
2002	2,42	4,0	42,91
2003	2,42	4,0	41.06
2004	2,69	4,0	41,76
2005	2,57	4,0	43,44
2006	2,57	4,0	43,45
*2007	2,57	4,0	43,45

Fonte: Ministério da Saúde/ SES-MT - SCNES/GECESS/COIASS/IBGE
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações – SEI
* Dados referentes até o mês de abril
OMS – Organização Mundial da Saúde

Tabela 5
Evolução da rede ambulatorial de saúde pública, no Estado de Mato Grosso – 1999-2007

Ano	Posto de saúde	Centro de saúde	Policlínica	Amb. Hospitalar	Pronto-socorro
1999	460	347	28	88	14
2000	449	225	17	61	08
2001	410	198	17	73	07
2002	400	190	28	40	05
2003	383	199	16	67	06
2004	258	556	19	67	09
2005	262	578	18	-	08
2006	249	623	21	-	10
*2007	256	623	21	-	10

Fonte: SES-MT - SCNES/GECESS/COIASS/IBGE
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações – SEI
* Dados referentes até o mês de abril

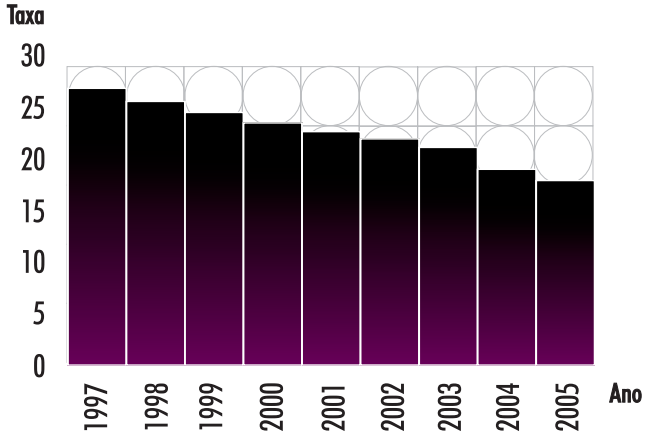
Tabela 6
Evolução das taxas de mortalidade infantil, no Estado de Mato Grosso – 1997-2005

Ano	Taxa de mortalidade infantil
1997	26,70
1998	25,54
1999	24,47
2000	23,49
2001	22,58
2002	21,78
2003	21,04
2004(1)	18,92
2005(2)	17,75

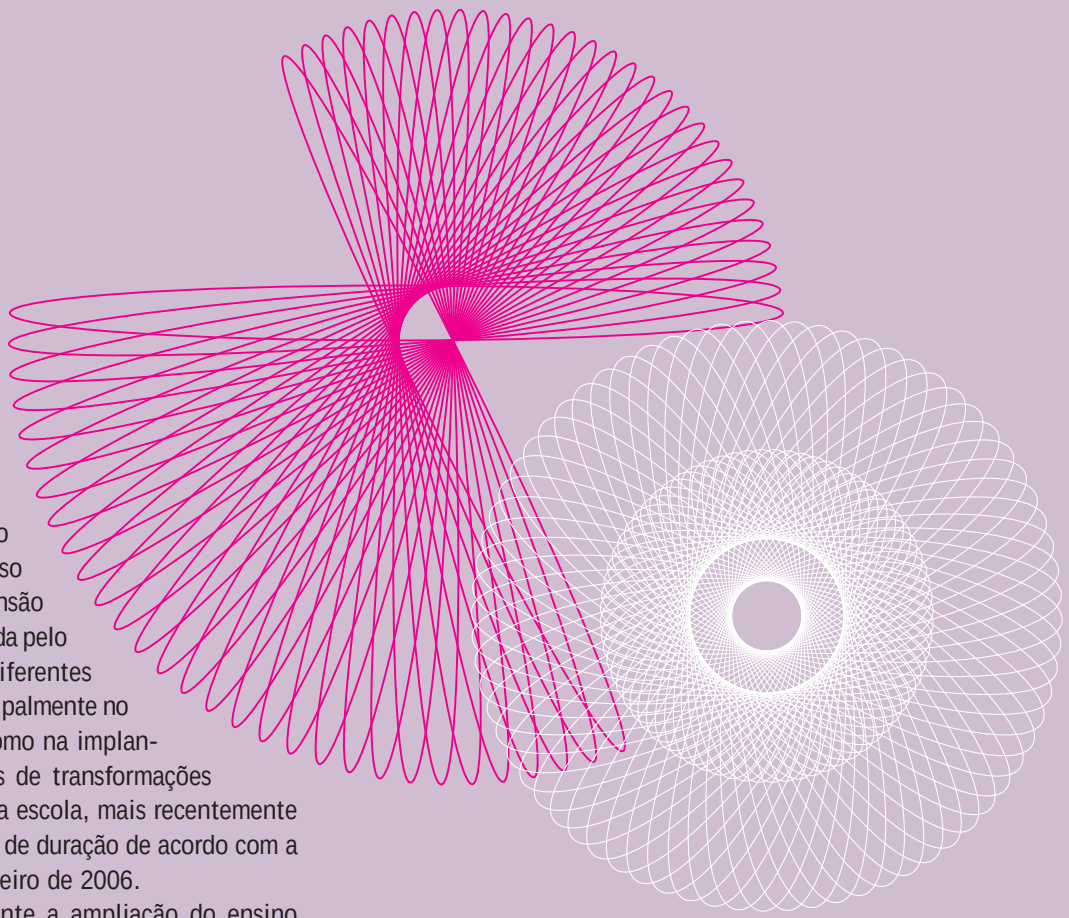
Fonte: Datasus/SES
(1) Estimativa baseada em dados de nascidos vivos e óbitos divulgados pelo Datasus
(2) SES/MT – (site oficial)

No Estado de Mato Grosso, a tendência histórica desse indicador tem sido de queda contínua, passando de 26,70 óbitos por mil nascidos vivos em 1997, para 23,49 em 2000, e chegando a 17,75 mortes por mil em 2005.

Evolução da taxa de mortalidade infantil no Estado de Mato Grosso – 1997-2005



Educação



Mato Grosso no que diz respeito à Educação Básica, vem intensificando o aprimoramento da qualidade do ensino de maneira significativa, que no contexto passa pelo âmbito da legislação, do financiamento e do currículo. Todo esse processo pôde ser incorporado à expansão do sistema educacional, gerada pelo aumento de matrículas nas diferentes modalidades de ensino, principalmente no ensino fundamental, bem como na implantação de políticas indutoras de transformações significativas na estrutura da escola, mais recentemente ampliando-o para nove anos de duração de acordo com a Lei nº. 11.274,de 6 de fevereiro de 2006.

Observa-se que foi importante a ampliação do ensino fundamental para nove anos, que representa um avanço importantíssimo na educação, principalmente na busca de inclusão e êxito da criança das camadas populares no sistema escolar, que constitui o público potencial dos programas de educação.

É preciso reconhecer, também, que felizmente as taxas de analfabetismo vêm diminuindo sistematicamente, à medida que a escolaridade da população aumenta. Esse fato se explica, em grande parte, devido ao esforço do setor público em universalizar o atendimento, obrigatório por lei, para a faixa etária de 7 a 14 anos e também admitir a importância da educação para as crianças menores de 7 anos.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação introduziu mudanças importantes na Educação Básica, salientando, sobretudo, um novo modo de estruturação de ensino e definindo melhor a responsabilidade das três esferas governamentais: federal, estadual e municipal.

Assim constituído, os municípios devem oferecer a educação infantil, e, prioritariamente, o ensino fundamental. Os Estados devem oferecer, com prioridade, o ensino médio e colaborar com os municípios na oferta do ensino fundamental, e cabe à União prover recursos para a manutenção e o desenvolvimento das instituições de Educação Superior federais.

Neste ponto nos remetemos aos números da educação para as três modalidades de ensino mais consolidadas no Estado de Mato Grosso, e que expressam o universo da escolarização, com uma dimensão mais significativa seguindo uma ordem no contexto educativo, respectivamente: ensino fundamental, educação infantil e ensino médio.

Quanto ao ensino fundamental, o seu atendimento se estende por todos os 141 municípios do Estado, além de que a rede pública estadual suplanta a municipal e a privada na absorção da clientela escolar. A rede estadual destaca-se com 45,5% do total dos estudantes do ensino fundamental que em proporção responde pela oferta. Portanto, ela tem maior presença e contribui com impacto significativo no acesso ao ensino formal.

Na distribuição das matrículas nas instituições privadas, observa-se uma cobertura em 2005 de 6,2% e 6,4% em 2006, sobretudo nos centros urbanos, onde existe população de maior poder aquisitivo e que, certamente, ocupa mais vagas nesse setor e pode também assumir as responsabilidades das mensalidades escolares.

Entretanto, as matrículas nas redes municipais foram as principais responsáveis pela expansão da educação infantil no Estado, registrada em 1999 com 71,0%, passando para 89,7% em 2005 e 80,0% em 2006. Mas é essencial ressaltar que ainda existe uma demanda a

ser atendida e um atendimento limitado oferecido pela educação infantil no Estado.

Para realizar a tarefa de diminuir essa limitação ou conquistar a sua abrangência, é necessário todo empenho e de investimentos na definição de uma política, além de valorizá-la e articulá-la para que não se acentuem as desigualdades e contextos.

Analisando a evolução escolar em Mato Grosso, houve um aumento no número de matrículas no ensino fundamental. Em 2004, Mato Grosso optou por instituir na rede estadual o regime de ciclos de formação, por isso também a oferta cresceu ao longo do ano elevando-se para 49%. Observa-se que nos anos de 2005 e 2006 a rede estadual obteve um ritmo menos acelerado no número de matrículas, passando de 47,1% para 45,5%.

Os dados apresentados demonstram que Mato Grosso vem empreendendo esforços, sobretudo por meio da implantação de programas de governo e do sistema de ciclos, que dificultam a reprovação. Mas que, para o aprimoramento da qualidade de ensino, significa ainda tomar medidas que combatam o fracasso e a exclusão escolar, que geram grande impacto nos sistemas educacionais.

Como resultado, é crescente também a tendência de matrículas no ensino médio, em especial no ano de 2006. Observa-se a participação das diferentes redes de ensino, mas seguramente com amplo domínio da estadual, que detém 88,7% do total.

Vale notar a grande e rápida expansão da rede estadual nessa modalidade de ensino, adicionando de 2000 a 2006 um número expressivo de 804.745 alunos. A rede privada no mesmo período também apresenta um grande número de alunos no ensino médio, 92.337, que compreende 9,4% do total.

O ensino médio é incumbência do Estado, que deve oferecer um esforço maior para expandir o acesso a ele, de forma a garantir sua obrigatoriedade, pois parte dessa clientela escolar é também de educação de jovens e adultos e educação profissional. Tendo em vista sua importância e demanda, a oferta pode elevar a escolarização e aumentar as possibilidades de trabalho.

Dados sobre a distribuição de matrículas por rede de ensino revelam que a maior parte do corpo docente encontra-se nas redes municipal e estadual de ensino, perfazendo em 2006, 46,1% e 43,7%, respectivamente. Observa-se no contexto uma tendência de aumento de 5,2% em relação ao período de 2005.

Quanto aos dados sobre os professores que atuam precisamente nos ensinos fundamental e médio no Estado, estes estão disponíveis na forma por grau de formação, que compreende a qualificação docente. Observa-se um aumento

significativo de 67,2% em 1999 para 79,6% em 2006. São ressaltados nesses dados progressos importantes em relação à qualificação docente, sobretudo no fato de o professor aprimorar suas competências e atualizar-se, pois é uma exigência do contexto atual.

Faz parte do sistema de educação em Mato Grosso outras modalidades de ensino, respectivamente: Educação de Jovens e Adultos, destinada àqueles que não tiveram acesso aos ensinos fundamental e médio na idade esperada; a Educação Profissional, atendendo perfis distintos; e a Educação Especial, voltada para alunos portadores de necessidades especiais, ministrada na rede regular de ensino.

A demanda em Educação de Jovens e Adultos, que em 2006 passou para 79,6% com participação de atendimento expressiva na rede estadual, constitui um meio de elevar a escolarização e sugere possibilidades, não excludentes.

Verifica-se que a taxa de analfabetismo, da população residente de 10 anos ou mais decresce marcadamente no Estado. De 11,09% em 2000, ela passa a ser 9,09% em 2002. Porém, nota-se que os percentuais aumentam em 2004 e 2005, passando a atingir 10,34% e 11,14%, respectivamente.

Comparando a taxa de analfabetismo de Mato Grosso com o Brasil, verifica-se que ela era menos elevada em 2002, com 9,09%. Em termos de região Centro-Oeste, observa-se que a escolarização no Estado de Mato Grosso é mais destacada no ano de 2005, com 2.295.594 pessoas alfabetizadas.

Em Mato Grosso, a questão do analfabetismo se-gue a tendência do país, pois a baixa escolarização em um mundo globalizado requer mais a produção e o consumo de ciência e tecnologia. A manutenção ainda elevada de analfabetos pode ser explicada, em parte, porque não foi alvo das políticas públicas em educação, e que há também a produção de novos analfabetos nos dias atuais, consumido por parte da população que não consegue se alfabetizar.

Por fim, cabe destacar que as melhorias observadas na educação em Mato Grosso devem almejar muito mais do que a alfabetização, tendo em vista que as necessidades educacionais se tornam cada vez mais elevadas e exigentes.

Portanto, melhorar o nível educacional de um Estado é um desafio grande e complexo, que exige esforços em todos os níveis, e representa, sobretudo, condição essencial para que Mato Grosso se posicione de forma correta no contexto de modernidade educacional do Brasil.

Maria Auxiliadora Marques Vasconcelos
Pedagoga. Técnica da Área Instrumental do Governo.
SEPLAN-MT.

Em Mato Grosso, a questão do analfabetismo segue a tendência do país, pois a baixa escolarização em um mundo globalizado requer mais a produção e o consumo de ciência e tecnologia.

Tabela 1
Evolução do número de unidades escolares por dependência administrativa da Educação Infantil, Ensinos Fundamental e Médio – 1999-2006

Ano	Unidades escolares				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1999	3326	3	600	2.381	342
2000	3243	3	603	2.312	325
2001	3110	3	603	2.203	301
2002	2973	3	603	2.045	322
2003	2924	3	610	1.989	322
2004	5309	3	1.351	3.306	649
2005	5408	3	1.373	3.368	664
2006	5374	3	1.401	3.328	642

Fonte: Secretaria de Estado de Educação - SEDUC-MT, 2007.
Elaboração: SEPLAN-MT/Superintendência de Estudos e Informações.
Nota: Estão incluídos nos totais dos anos 2004, 2005 e 2006 o número de unidades escolares do ensino fundamental em 9 anos.

Tabela 2
Evolução de Salas de aula utilizadas, por dependência administrativa da Educação Infantil, Ensinos Fundamental e Médio – 1999-2006

Ano	Salas de Aula Utilizadas				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1999	16.018	63	6.297	6.916	2.742
2000	17.065	74	6.654	7.630	2.707
2001	17.801	122	6.686	8.385	2.608
2002	18.329	141	6.724	8.641	2.823
2003	18.972	132	6.837	9.091	2.912
2004	19.357	128	7.254	9.014	2.961
2005	20.275	128	7.298	9.656	3.193
2006	20.785	123	7.502	10.014	3.146

Fonte: Secretaria de Estado de Educação - SEDUC-MT, 2007.
Elaboração: SEPLAN-MT/Superintendência de Estudos e Informações.

Tabela 3
Evolução de Alunos matriculados na educação infantil por dependência administrativa – 1999-2006

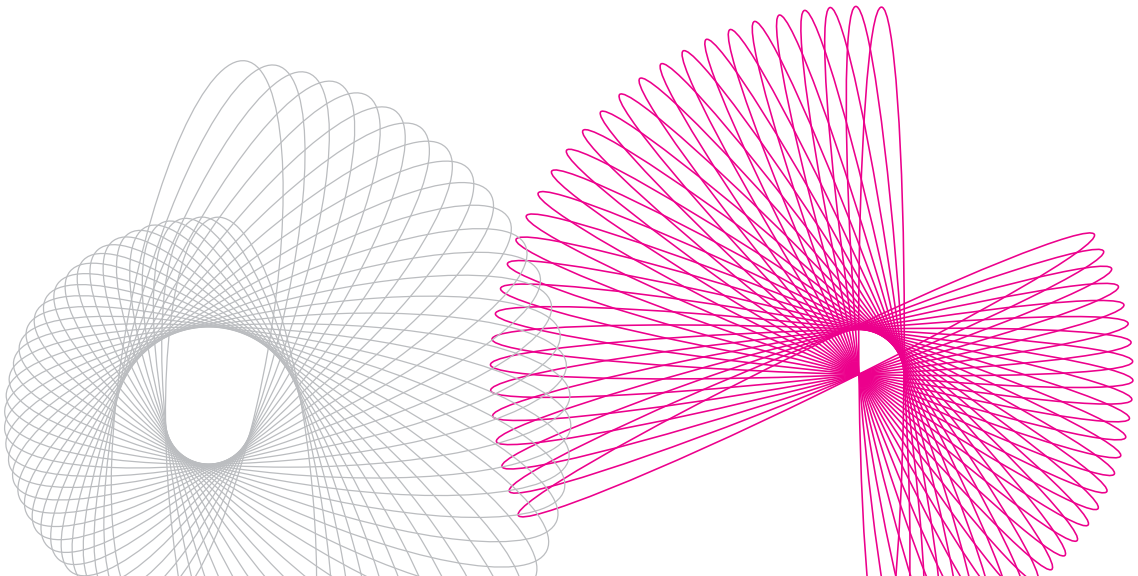
Ano	Educação Infantil				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1999	56.303	-	2.573	39.772	13.958
2000	61.924	-	2.310	45.516	14.098
2001	66.222	-	1.380	51.650	13.192
2002	69.867	-	1.676	54.546	13.645
2003	74.726	-	1.741	58.586	14.399
2004	77.500	-	1.651	62.152	13.697
2005	87.988	-	1.576	69.956	16.456
2006	93.866	-	1.349	75.054	17.463

Fonte: Secretaria de Estado de Educação - SEDUC-MT, 2007.
Elaboração: SEPLAN-MT/Superintendência de Estudos e Informações.

Tabela 4
Evolução de Alunos matriculados no ensino fundamental por dependência administrativa – 1999-2006

Ano	Ensino Fundamental				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1999	604.741	-	315.572	250.827	38.342
2000	611.620	-	308.496	266.979	36.145
2001	596.909	-	282.517	279.441	34.951
2002	602.446	-	278.901	287.320	36.225
2003	610.429	-	280.127	294.691	35.611
2004	611.230	-	299.037	275.464	36.729
2005	601.445	-	283.294	280.636	37.515
2006	578.788	-	263.918	277.852	37.018

Fonte: Secretaria de Estado de Educação - SEDUC-MT, 2007.
Elaboração: SEPLAN-MT/Superintendência de Estudos e Informações.



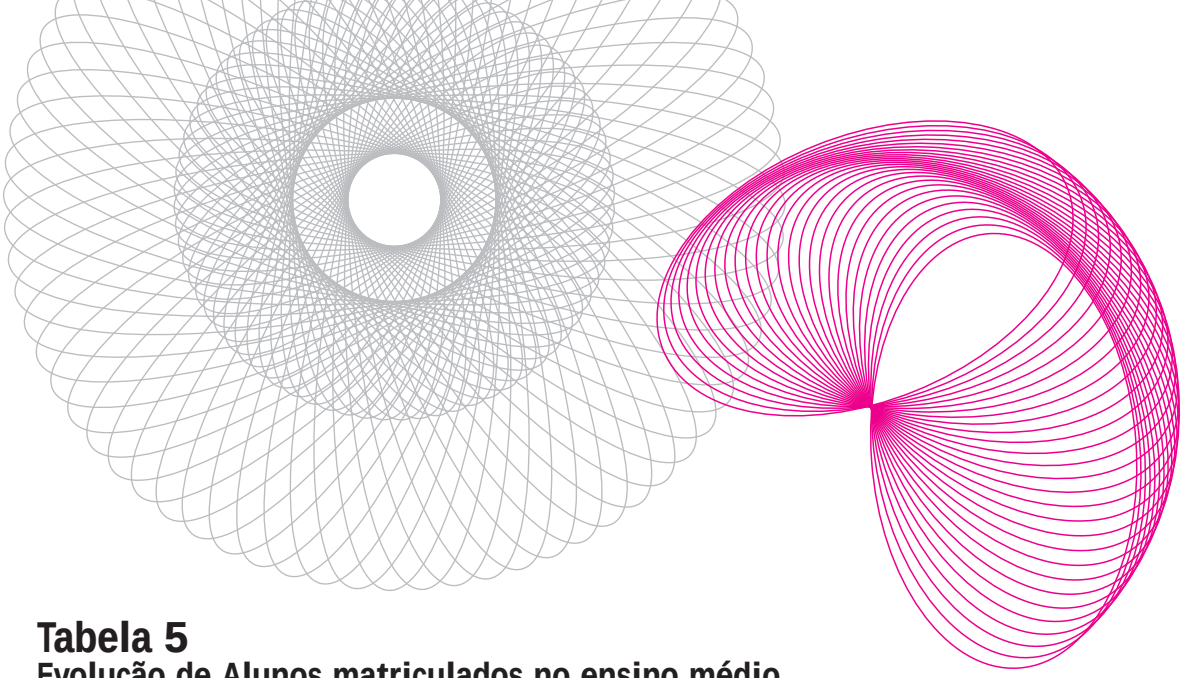


Tabela 5
Evolução de Alunos matriculados no ensino médio por dependência administrativa – 1999-2006

Ano	Ensino Médio				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1999	92.933	2.471	77.463	1.334	11.665
2000	99.973	3.464	84.429	1.798	10.282
2001	108.142	2.602	91.802	2.011	11.727
2002	121.605	2.613	104.827	1.300	12.865
2003	137.107	1.405	121.219	1.452	13.031
2004	147.399	1.574	130.010	1.430	14.385
2005	151.359	1.535	133.167	1.438	15.219
2006	156.942	1.491	139.291	1.332	14.828

Fonte: Secretaria de Estado de Educação - SEDUC-MT, 2007.
Elaboração: SEPLAN-MT/Superintendência de Estudos e Informações.

Tabela 6
Evolução de Alunos matriculados na educação especial, por dependência administrativa – 1999-2006

Ano	Educação Especial				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1999	4.876	-	1.206	274	3.396
2000	5.160	-	1.229	283	3.648
2001	6.130	-	1.434	385	4.311
2002	6.574	-	1.569	315	4.690
2003	6.839	-	1.403	394	5.042
2004	7.201	-	1.537	342	5.322
2005	7.355	-	1.446	508	5.401
2006	7.087	-	1.378	460	5.249

Fonte: Secretaria de Estado de Educação - SEDUC-MT, 2007.
Elaboração: SEPLAN-MT/Superintendência de Estudos e Informações.

Tabela 7
Evolução de Alunos matriculados na educação de jovens e adultos, por dependência administrativa – 1999-2006

Ano	Educação de Jovens e Adultos				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1999	44.988	-	36.736	5.808	2.444
2000	60.668	-	52.539	5.701	2.428
2001	63.537	-	52.845	8.696	1.996
2002	62.208	-	49.090	11.703	1.415
2003	44.323	-	34.774	8.919	630
2004	42.643	-	35.018	6.887	738
2005	57.260	-	43.096	12.352	1.812
2006	84.153	*32	67.016	16.471	666

* EJA Presencial para a rede pública federal.
Fonte: Secretaria de Estado de Educação - SEDUC-MT, 2007.
Elaboração: SEPLAN-MT/Superintendência de Estudos e Informações.

Tabela 8
População residente de 10 anos ou mais de idade, total e alfabetizada e percentual da não alfabetizada, no Estado de Mato Grosso, Centro-Oeste e Brasil

Especificação	População de 10 anos ou mais de idade											
	Total				Alfabetizada				Não alfabetizada (%)			
	2000	2002	2004	2005	2000	2002	2004	2005	2000	2002	2004	2005
Mato Grosso	1.981.816	2.086.235	2.229.552	2.316.442	1.761.966	1.896.611	1.998.904	2.295.594	11,09	9,09	10,34	11,14
Centro-Oeste	9.333.009	9.857.812	10.472.208	10.746.516	8.423.813	9.003.042	9.460.341	10.713.237	9,74	8,67	9,66	10,47
Brasil	136.881.115	143.383.001	149.759.797	152.740.402	119.328.353	125.049.272	132.786.123	147.374.713	12,82	12,79	11,33	13,17

Fonte: Secretaria de Estado de Educação - SEDUC-MT, 2007.
Elaboração: SEPLAN-MT/Superintendência de Estudos e Informações.

Tabela 9
Evolução do Pessoal docente na educação infantil, por dependência administrativa – 1999-2006

Ano	Pessoal Docente – Educação Infantil				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1999	2.775	-	106	1.675	994
2000	3.111	-	122	2.012	977
2001	3.320	-	81	2.366	873
2002	3.526	-	73	2.539	914
2003	3.838	-	82	2.807	949
2004	3.994	-	81	2.971	942
2005	4.386	-	65	3.315	1.006
2006	4.625	-	71	3.547	1.007

Fonte: Secretaria de Estado de Educação - SEDUC-MT, 2007.
Elaboração: SEPLAN-MT/Superintendência de Estudos e Informações.

Tabela 10
Evolução do Pessoal docente no ensino fundamental, por dependência administrativa – 1999-2006

Ano	Pessoal Docente – Ensino Fundamental				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1999	25.567	-	12.508	10.156	2.903
2000	28.576	-	13.231	12.272	3.073
2001	28.180	-	12.304	12.903	2.973
2002	28.199	-	12.192	12.934	3.073
2003	28.448	-	12.067	13.376	3.005
2004	31.325	-	14.826	13.418	3.081
2005	30.870	-	14.097	13.708	3.065
2006	29.840	-	13.057	13.759	3.024

Fonte: Secretaria de Estado de Educação - SEDUC-MT, 2007.
Elaboração: SEPLAN-MT/Superintendência de Estudos e Informações - 2007.

KEY

Melhorar o nível educacional de um Estado é um desafio grande e complexo, que exige esforços em todos os níveis, e representa, sobretudo, condição essencial para que Mato Grosso se posicione de forma correta no contexto de modernidade educacional do Brasil.

Tabela 11
Evolução do Pessoal docente no ensino médio, por dependência administrativa – 1999-2006

Ano	Pessoal Docente – Ensino Médio				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1999	5.685	313	3.821	150	1.401
2000	6.132	306	4.299	199	1.328
2001	6.238	135	4.562	189	1.352
2002	6.751	96	5.079	109	1.467
2003	7.396	109	5.701	103	1.483
2004	8.210	295	6.264	102	1.549
2005	8.232	165	6.426	101	1.540
2006	8.303	118	6.614	103	1.468

Fonte: Secretaria de Estado de Educação - SEDUC-MT, 2007.
Elaboração: SEPLAN-MT/Superintendência de Estudos e Informações - 2007.

Tabela 12
Evolução de Instituições de ensino da educação superior – 1999-2006

Ano	Total Geral	Pública				Particular	
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Comunitária Confessional/Filantrópica
1999	19	3	1	1	1	16	-
2000	20	3	1	1	1	17	-
2001	24	4	2	1	1	20	-
2002	27	4	2	1	1	23	-
2003	28	4	3	1	1	23	-
2004	33	5	3	1	1	28	-
2005	41	5	(1) 3	(2) 1	1	36	-
*2006	46	5	3	1	1	36	-
(1): Em 2005 não contemplaram no total os 16 Campus da Federal nos municípios do Estado, bem como os 18 Campus da Estadual (2).							

Fonte: Secretaria de Estado de Educação - SEDUC/MT, 2007.
Elaboração: SEPLAN-MT/Superintendência de Estudos e Informações - 2007.
* 2006: Dados Preliminares.

Tabela 13
Evolução do Pessoal docente, por nível de formação, atuante nos ensinos fundamental e médio – 1999-2006

Nível de Formação	Ensino Fundamental							
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Ensino Fundamental	1.502	1.357	813	474	512	572	337	14
Incompleto	527	391	150	136	129	125	78	2
Completo	975	966	663	338	383	447	259	12
Ensino Médio	12.505	12.013	11.807	10.972	9.698	9.288	7.051	2.318
Magistério Completo	9.707	9.192	9.149	8.585	7.313	6.783	7.051	1.278
Outra Formação	2.798	2.821	2.658	2.387	2.385	2.505	-	-
Ensino Superior	12.903	15.206	15.560	16.753	18.238	21.465	23.482	12.884
Licenciatura Completa	10.345	12.639	12.855	14.971	16.366	19.558	23.482	12.884
Completa c/ Magistério	1.738	1.903	2.053	1.391	1.403	1.440	-	-
Completa s/ Magistério	-	-	-	-	-	-	-	-

Nível de Formação	Ensino Médio							
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Ensino Fundamental	45	5	46	6	15	9	-	-
Incompleto	-	-	-	-	7	3	-	-
Completo	45	5	46	6	8	6	-	-
Ensino Médio	997	909	936	947	853	723	222	72
Magistério Completo	380	402	437	459	421	315	222	72
Outra Formação	617	507	499	488	432	408	-	-
Ensino Superior	4.643	5.218	5.243	5.778	6.518	7.307	8.010	8.231
Licenciatura Completa	3.636	3.943	4.262	5.111	5.797	6.725	8.010	8.231
Completa c/ Magistério	451	770	586	378	412	324	-	-
Completa s/ Magistério	556	505	395	289	309	258	-	-

Fonte: Secretaria de Estado de Educação - SEDUC-MT, 2007.
Elaboração: SEPLAN-MT/Superintendência de Estudos e Informações.

Habitação

A questão da moradia no Brasil constitui-se um dos mais graves problemas da sociedade brasileira. Hoje existe em nosso país um déficit habitacional de aproximadamente 6,6 milhões de moradias (Sinduscon-PR, 2006), dos quais 83% centrados em famílias com renda mensal de até três salários mínimos. Essa realidade precisa ser enfrentada através de um grande esforço mobilizador de todos os setores da sociedade. O setor da construção civil reivindica a garantia de aplicação do dinheiro da caderneta de poupança na produção habitacional e a preservação dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para sua finalidade legal, que é a de financiar a moradia popular, saneamento e infra-estrutura.

De acordo com o ministro das Cidades, Márcio Forte, "muita gente tem uma casa precariamente instalada, sem piso, sem pintura, tubulações incompletas, faltando vasos e esquadrias", dessa forma, segundo o ministro, o foco principal será a melhoria das habitações. O governo pretende aplicar R$ 19 bilhões neste setor, um montante recorde para a área, envolvendo as classes da população com rendimentos baixo, médio e alto.

O pacote prevê, dentre outras ações, R$ 8,7 bilhões de recursos da caderneta de poupança para crédito imobiliário e a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que incide sobre materiais de construção. Muitas medidas foram criticadas por integrantes do setor da construção civil, para quem as ações vão aumentar o índice de favelização nos grandes centros metropolitanos do país.

Em Mato Grosso o setor habitacional apresenta também

A questão da moradia no Brasil constitui-se um dos mais graves problemas da sociedade brasileira. Hoje existe em nosso país um deficit habitacional de aproximadamente 6,6 milhões de moradias (Sinduscon-PR, 2006).

um déficit elevado (2006 igual a 13,19%), que pode ser constatado observando as tabelas 6 e 7. Em 2005 houve uma significativa redução em relação ao ano anterior, porém em 2006 volta a aumentar, mas, mesmo assim, mantêm-se inferior ao ano 2004.

As principais causas dessa redução foram as ações públicas, articuladas em vários programas, como – Fundo Estadual de Habitação (FETHAB); Bolsa de Material de Construção (BMT); Prosol; Casa fácil; Lions e Programa de Arrendamento Residencial (PAR). O objetivo central foi o de unir esforços, por meio de parcerias com prefeituras, organizações governamentais e não governamentais, iniciativa privada e a própria população, para reduzir o deficit habitacional, melhorar as condições de infra-estrutura urbana e ambiental das cidades e diminuir as desigualdades sociais.

Entre os anos de 2003 e 2006, o Governo do Estado de Mato Grosso viabilizou a entrega de aproximadamente 32 mil moradias, contribuindo, assim, para o avanço nos resultados apresentados na tabela 6.

Quanto aos critérios considerados para classificar os domicílios como adequados, segundo o IBGE, o principal parâmetro é o acesso a redes de serviços urbanos. Em Mato Grosso a evolução desses serviços pode ser visualizada nas tabelas 3, 4 e 5.

Dessa forma, nota-se que, mesmo com a evolução desses serviços no decorrer dos anos, ainda há uma grande deficiência desse segmento em Mato Grosso.

Em 2001 a coleta de lixo tinha uma cobertura de 64,31% dos domicílios; em 2006 há um avanço, passando para 70,81%, sendo que a média nacional neste último período de 79,61%.

A água com canalização interna é outro componente de medição dos domicílios como adequados. Em 2001 atingia 56,85% dos domicílios; já em 2006 sua participação é aumentada para 62,74%, menor que a média do Brasil , que nesse ano atingiu 81,07%.

Quanto ao esgotamento sanitário, em 2001 apenas 7,36% dos domicílios tinham acesso à rede de coleta; em 2006 esse percentual atinge 13,01%, bem inferior à média do Brasil, que era de 48,48%.

Dessa maneira, pode-se evidenciar a falta de políticas mais efetivas, principalmente na área de saneamento básico, constituindo-se este num grande gargalo para o avanço da melhoria da qualidade de vida da população.

Antonio Abutakka
Economista, técnico da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso – SEPLAN - Mestre em Geografia pela UFMT – Área de concentração - Ambiente e Desenvolvimento Regional.

Em Mato Grosso o setor habitacional apresenta também um deficit elevado (2006 igual a 13,19%), que pode ser constatado observando as tabelas 6 e 7. Em 2005 houve uma significativa redução.

Quanto aos critérios considerados para classificar os domicílios como adequados, segundo o IBGE, o principal parâmetro é o acesso a redes de serviços urbanos. Em Mato Grosso a evolução desses serviços pode ser visualizada nas tabelas 3, 4 e 5.

Tabela 1
Domicílios particulares permanentes, por tipo e condição de ocupação – Estado de Mato Grosso, Centro-Oeste e Brasil – 2006

Região	Total	Domicílios particulares permanentes						
		Tipo			Condição de ocupação			
		Casa	Apto.	Cômodo	Próprio	Alugado	Cedido	outra
Mato Grosso	835.741	807.023	22.236	5.482	582.717	125.045	124.401	2.578
Centro-Oeste	3.961.244	3.640.203	294.009	27.032	2.627.467	781.189	519.452	33.136
Brasil	54.610.413	48.411.929	6.011.391	187.093	40.054.379	8.862.792	5.340.792	352.450

Fonte: IBGE/PNAD - 2006
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI

Tabela 2
Domicílios particulares permanentes e população residente por localização Estado de Mato Grosso, Centro-Oeste e Brasil – 2006

Especificação	Domicílios e população por localização					
	Domicílios			População residente		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Mato Grosso	835.707	637.186	198.521	2.856.806	2.189.050	667.756
Centro-Oeste	3.971.421	3.420.036	551.385	13.226.104	11.428.871	1.797.133
Brasil	54.679.074	46.360.458	8.318.616	186.362.230	155.193.826	31.168.404

Fonte: IBGE/PNAD - 2006
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI

Tabela 3
Percentual de domicílios particulares permanentes atendidos por esgotamento sanitário – 2001-2006

Discriminação	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	%	%	%	%	%	%
Tinham rede de coleta	45,41	46,46	47,97	48,03	48,24	48,48
Tinham fossa séptica	21,34	21,67	20,98	20,88	25,05	22,11
Tinham outro	25,59	25,12	25,11	25,48	25,05	24,64
Não tinham	7,64	6,74	5,94	5,60	5,29	4,78
Centro-Oeste						
Tinham rede de coleta	30,79	31,69	33,30	32,42	33,25	33,94
Tinham fossa séptica	12,91	13,30	12,13	9,09	11,33	10,54
Tinham outro	52,18	52,05	51,99	56,04	53,43	54,00
Não tinham	4,12	2,98	2,57	2,46+	2,02	1,52
Mato Grosso						
Tinham rede de coleta	7,36	8,95	13,16	11,14	12,17	13,01
Tinham fossa séptica	30,54	37,86	33,36	27,57	31,83	21,6
Tinham outro	54,79	48,35	47,38	55,38	50,94	62,40
Não Tinham	7,31	4,84	6,11	5,91	5,06	3,59

Fonte: IBGE/PNAD-2001-2006
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI

Tabela 4
Percentual de domicílios particulares permanentes atendidos por serviços de coleta de lixo – 2001-2006

Discriminação	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	%	%	%	%	%	%
Coletado diretamente	75,55	76,50	78,16	77,18	78,77	79,61
Coletado indiretamente	7,65	8,33	7,49	7,63	7,00	7,02
Outro destino	16,79	15,16	14,35	15,19	14,24	13,37
Centro - Oeste						
Coletado diretamente	78,33	80,58	80,74	79,45	80,90	82,06
Coletado indiretamente	6,05	5,25	5,39	7,30	6,22	5,78
Outro destino	15,62	14,17	13,86	13,25	12,88	12,17
Mato Grosso						
Coletado diretamente	64,31	66,40	65,09	69,08	71,77	70,81
Coletado indiretamente	5,82	6,60	6,45	4,65	1,17	4,75
Outro destino	29,87	27,00	28,46	26,27	27,06	24,44

Fonte: IBGE/PNAD-2001-2006
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI

A água com canalização interna é outro componente de medição dos domicílios como adequados. Em 2001 atingia 56,85% dos domi-cílios; já em 2006 sua participação é aumentada para 62,74%, menor que a média do Brasil , que nesse ano atingiu 81,07%.

Tabela 5
Percentual de domicílios particulares permanentes atendidos por serviços de água – 2001-2006

Discriminação	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	%	%	%	%	%	%
Com canalização interna - rede geral	77,83	79,12	79,67	79,61	79,82	81,07
Com canalização interna - outra rede	9,49	9,62	9,63	9,80	10,23	10,16
Sem canalização	25,36	22,51	21,40	21,18	19,88	8,77
Centro-Oeste						
Com canalização interna - rede geral	72,11	74,19	75,26	77,31	76,91	78,46
Com canalização interna - outra rede	18,25	18,08	18,09	16,71	18,83	17,90
Sem canalização	19,28	15,47	13,30	11,96	8,52	3,64
Mato Grosso						
Com canalização interna - rede geral	56,85	61,06	60,71	60,41	63,66	62,74
Com canalização interna - outra rede	22,46	21,17	23,34	23,46	26,14	26,79
Sem canalização	41,36	35,54	31,90	32,26	20,48	10,46

Fonte: IBGE/PNAD-2001-2006
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI

Tabela 6
Evolução do déficit habitacional do Estado de Mato Grosso – 2000, 2002-2006

Déficit habitacional					
2000	2002	2003	2004	2005	2006
97.650	107.198	111.744	133.964	118.207	127.000

Fonte: IBGE-Censo-2000 - PNAD-2002-2006
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações – SEI
OBS: Foi considerado déficit habitacional o somatório de domicílios cedidos por empréstimo + cedido de outra forma + outra forma.

Tabela 7
Evolução do déficit habitacional em valores percentuais do Estado de Mato Grosso – 2002, 2003-2006

Déficit habitacional em %				
2002	2003	2004	2005	2006
12,79	13,15	14,53	11,93	13,19

Fonte:IBGE-Censo-2000 - PNAD-2002-2006
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI
Nota: Foi considerado déficit habitacional o somatório de domicílios cedidos por empréstimo + cedido de outra forma + outra forma.
Cálculos da SEPLAN.

Evolução do déficit habitacional no Estado de Mato Grosso – 2000-2006

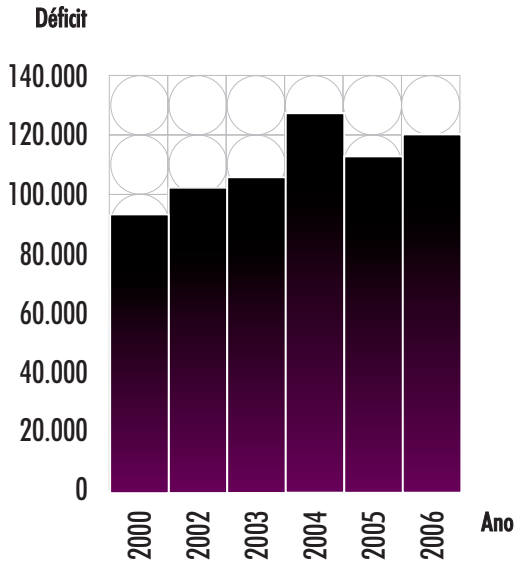


Tabela 8

Evolução do Número de casas construídas através do programa habitacional do Governo do Estado de Mato Grosso – 2003-2006

Especificação	2003	2004	2005	2006	Total
FETHAB	3.525	5.238	69	812	9.644
BMC	1.475	2.454	298	366	4.593
MM / PROSOL	371	1.495	0	0	1.866
PAR	704	3.005	1.960	2.146	7.815
*CASA FÁCIL	0	1.632	0	0	1.632
*INCRA / INTERMAT	1.852	3.574	200	0	5.626
*LIONS	0	0	64	0	64
*MEU TETO	0	0	0	600	600
TOTAL	7.927	17.398	2.591	3.924	31.840

Fonte:SINFRA-2006
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI
FETHAB = Fundo Estadual de Habitação, BMC = Bolsa de Material de Construção, MM = Morar Melhor, PAR = Programa de Arrendamento Residencial.
Nota: * Recursos dos Governos Estadual e Federal.

Trabalho e Renda

Inicialmente deve-se compreender que o desenvolvimento com inclusão social é uma meta que deve ser perseguida por todo governante. Dessa forma, as contribuições para alcançar esse objetivo deverão passar obrigatoriamente por ações e políticas que privilegiem como princípio básico de inclusão social a via do trabalho e, conseqüentemente, obtenção de renda.

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, em 2006 foram admitidos no Estado de Mato Grosso (tabela 5) 227.021 indivíduos e foram desligados 222.890, saldo positivo de 4.131 vagas.

Com relação ao rendimento, no Estado de Mato Grosso, o rendimento médio mensal das pessoas economicamente ativas era de R$ 791,00, valor inferior à média nacional, que nesse ano correspondia a R$ 797,00 (PNAD, 2006).

Quanto à renda domiciliar, 22,48% das famílias recebiam em 2006 até 1 salário mínimo; 29,25% possuíam renda entre 1 e 3 salários mínimos; 5,72% com renda de 3 a 5 salários mínimos; 3,99% com renda entre 5 e 10 salários mínimos; 1,28% com renda entre 10 e 20 salários mínimos; 0,55% com renda superior a 20 salários mínimos e 36,69% dos domicílios compostos por pessoas com idade superior a 10 anos não possuíam nenhum rendimento nesse período.

Porém, o que ainda continua causando preocupação é a distribuição de renda em nosso Estado. Segundo dados da PNAD, pode-se observar que Mato Grosso continua sendo um dos estados brasileiros com maiores índices de concentração de renda (índice de Gini de 0,520), confirmando que ainda é longo o percurso necessário para atingir padrões distributivos mais igualitários.

Em 2006 a população ocupada no Estado era de 1.368.000 habitantes, o que correspondia a aproximadamente 92% da população economicamente ativa. Deste total, 29,83% estavam ocupadas na agricultura; 10,77% na indústria; 10,11% na indústria de transformação; 6,22% na construção civil; 16,78% no comércio e reparação; 7,61% no serviço doméstico; 5,84% na administração pública e, segundo a tabela 4, pode-se observar as demais atividades econômicas e sua participação no total das atividades dentro do Estado.

Observando alguns indicadores sobre o mercado de trabalho mato-grossense, observa-se que 5,47% da população economicamente ativa é composta por analfabetos; 8,78% têm entre 1 e 3 anos de estudo; 19,80% têm de 4 a 7 anos de estudo; 12,19% têm de 8 a 10 anos de estudo; 15,34% têm de 11 a 14 anos de estudo e 4,06% têm mais de 15 anos de estudo (PNAD, 2006).

Quanto à idade da população ocupada em Mato Grosso, verifica-se que 27,50% da população ocupada nas diversas atividades econômicas em 2005 tinha até 9 anos de idade quando começou a trabalhar; 45,05% tinham de 10 a 14 anos de idade; 18,47% tinham de 15 a 17 anos de idade; 5,84% tinham de 18 a 19 anos de idade; 2,22% tinham de 20 a 24 anos de idade e 0,92% começaram a trabalhar com mais de 25 anos de idade.

Ainda quanto ao perfil do trabalhador mato-grossense, 61,17% da mão-de-obra ocupada é do sexo masculino contra 38,83% do feminino. Destes, 71,41% trabalham na zona urbana, contra 28,59% da rural.

Com relação à taxa de desemprego, este era um indicador que diferenciava Mato Grosso do conjunto do país, como demonstra o fato deste percentual, em 2005, corresponder a 7,98% da população economicamente ativa, contra 9,31% da média nacional. Observe na tabela 2 sua evolução entre 2000 e 2006, quando há uma elevação de patamar, alcançando a sua melhor performance em 2004.

O combate ao desemprego, à pobreza e à desigualdade social é uma tarefa de difícil execução, sobretudo devido a sua forte relação com a dinâmica macroeconômica nacional.

É nesse sentido que o Governo do Estado está trabalhando, tanto para ofertar novas vagas de trabalho, como para viabilizar a capacitação profissional. No período de 2003 a 2006, 42.282 trabalhadores foram capacitados (Resultados da Gestão 2003-2006), por meio de parcerias, nas mais variadas áreas. O Sine de Mato Grosso, após um salto de qualidade e eficiência na prestação de serviços, no período 2003-2006, colocou 66.278 pessoas no mercado de trabalho.

Antonio Abutakka
Economista, técnico da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso – SEPLAN. Mestre em Geografia pela UFMT – Área de concentração - Ambiente e Desenvolvimento Regional.

Tabela 1
Pessoas de 10 anos ou mais de idade e população economicamente ativa, no Estado de Mato Grosso – 2000-2006

Ano	População Residente (hab)	Pessoas de 10 anos ou mais de idade	População Economicamente Ativa (PEA)	Participação da PEA/ População Residente (%)
2000 (2)	2.504.353	1.961.942	1.130.799	45,15
2001 (1)	2.560.537	2.405.355	1.317.595	51,28
2002 (1)	2.604.723	2.086.235	1.326.741	50,93
2003 (1)	2.662.418	2.120.249	1.332.481	50,05
2004 (1)	2.759.134	2.229.552	1.485.807	53,85
2005 (1)	2.803.274	2.316.442	1.585.783	56,57
2006 (1)	2.866.474	2.360.138	1.493.156	52,09

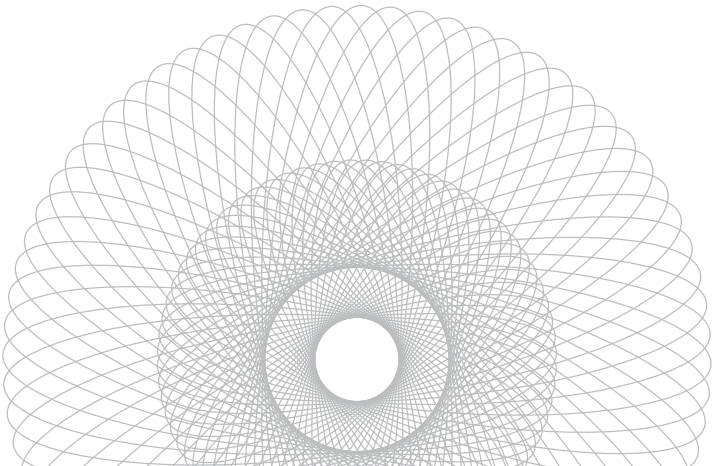
Fonte: IBGE
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI
(1) PNAD
(2) Censo

Tabela 2
População economicamente ativa, ocupada e taxa de desemprego, no Estado de Mato Grosso e Brasil – 2000-2006

Ano	Mato Grosso			Brasil		
	População economicamente ativa	População ocupada	Taxa de desemprego (%)	População economicamente ativa	População ocupada	Taxa de desemprego (%)
2000 (2)	1.130.799	989.294	12,51	76.158.531	64.704.927	15,04
2001 (1)	1.326.595	1.236.842	6,00	83.243.239	75.458.172	9,35
2002 (1)	1.326.741	1.236.817	6,78	86.055.645	78.179.622	15,43
2003 (1)	1.332.481	1.237.278	7,14	87.787.660	75.814.456	13,64
2004 (1)	1.485.807	1.401.007	5,70	92.860.128	84.596.294	8,90
2005 (1)	1.521.783	1.400.269	7,98	96.031.971	87.089.976	9,31
2006 (1)	1.493.156	1.367.789	8,40	97.528.322	89.318.095	8,42

Fonte: IBGE/PNAD
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI
(1) PNAD
(2) Censo

Inicialmente deve-se compreender que o desenvolvimento com inclusão social é uma meta que deve ser perseguida por todo governante.



O combate ao desemprego, à pobreza e à desigualdade social é uma tarefa de difícil execução, sobretudo devido a sua forte relação com a dinâmica macroeconômica nacional.

Pirâmide de Renda – Mato Grosso – 2006

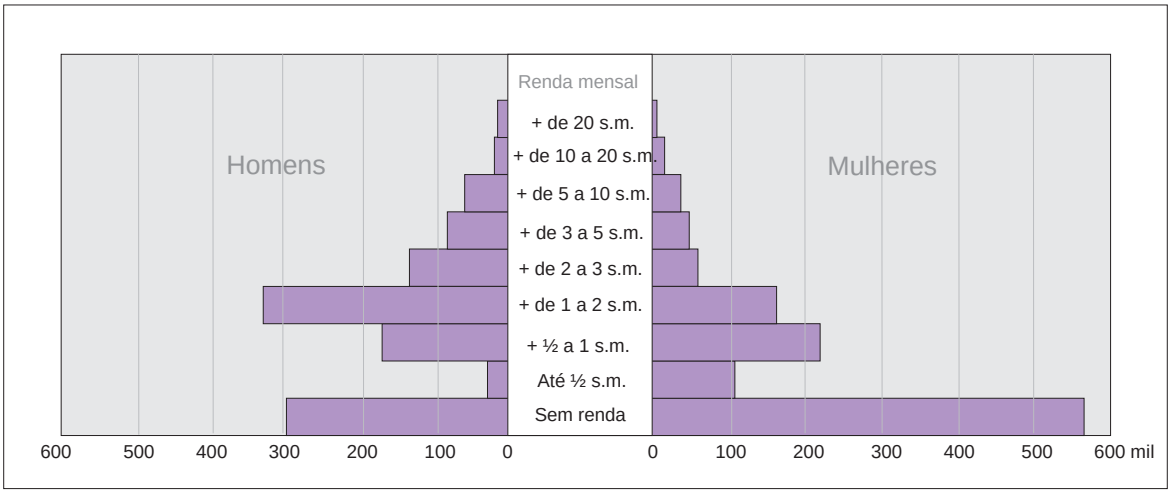
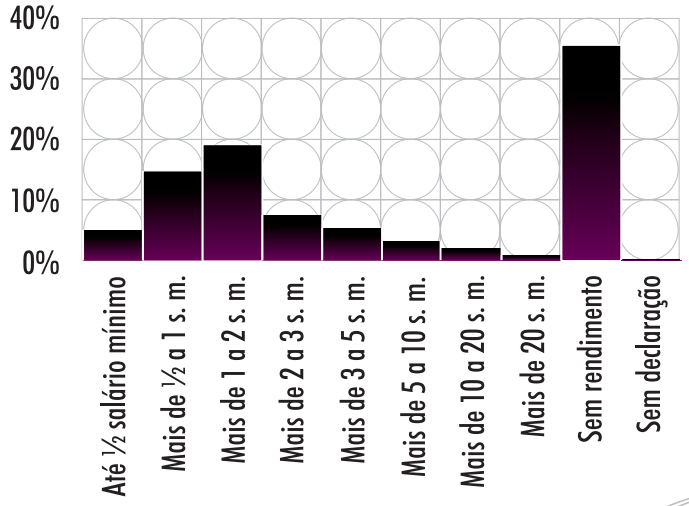


Tabela 3
Pessoas de 10 anos ou mais de idade e valor do rendimento mensal, por sexo – Estado de Mato Grosso – 2006

Classes de rendimento mensal	Pessoas de 10 anos ou mais de idade			
	%	Total	Homens	Mulheres
Total	100	2.360.000	1.192.000	1.168.000
Até 1/2 salário mínimo	5,52	130.000	31.000	99.000
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	16,96	400.000	186.000	215.000
Mais de 1 a 2 salários mínimos	20,91	493.000	330.000	163.000
Mais de 2 a 3 salários mínimos	8,34	197.000	146.000	51.000
Mais de 3 a 5 salários mínimos	5,72	135.000	93.000	42.000
Mais de 5 a 10 salários mínimos	3,99	94.000	66.000	28.000
Mais de 10 a 20 salários mínimos	1,28	30.000	22.000	9.000
Mais de 20 salários mínimos	0,55	13.000	12.000	1.000
Sem rendimento	36,69	866.000	306.000	560.000
Sem declaração	0,04	1.000	1.000	-

Fonte: IBGE/PNAD-2006
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI
* Nota: Valor aproximado.

Gráfico 1 - Participação da população com 10 anos ou mais de idade no rendimento médio mensal no Estado de Mato Grosso – 2006



No Estado de Mato Grosso, o rendimento médio mensal das pessoas economicamente ativas era em 2006 de R$ 791,00, valor inferior à média nacional, que nesse ano correspondia a R$ 797,00.

Tabela 4
Número de pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade, por atividade do trabalho principal, contribuição para instituto de previdência e participação no total – 2005-2006

Contribuição para instituto de previdência no trabalho principal	Grupamentos de atividade do trabalho principal	Variável X Ano			
		Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (Mil pessoas)		Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (Percentual)	
Total	Total	1.402	1.368	100,00	100,00
	Agrícola	436	408	31,09	29,83
	Indústria	132	147	9,43	10,77
	Indústria de transformação	121	138	8,65	10,11
	Construção	83	85	5,94	6,22
	Comércio e reparação	265	229	18,87	16,78
	Alojamento e alimentação	51	54	3,66	3,94
	Transporte, armazenagem e comunicação	53	53	3,76	3,86
	Administração pública	69	80	4,94	5,84
	Educação, saúde e serviços sociais	103	103	7,33	7,52
	Serviços domésticos	105	104	7,47	7,61
	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	38	35	2,70	2,59
	Outras atividades	67	69	4,80	5,04
	Atividades mal definidas ou não declaradas	-	-	-	-
Contribuintes	Total	603	603	43,01	44,11
	Agrícola	83	83	5,91	6,06
	Indústria	80	89	5,67	6,48
	Indústria de transformação	72	83	5,13	6,08
	Construção	22	20	1,54	1,44
	Comércio e reparação	151	123	10,78	9,00
	Alojamento e alimentação	13	15	0,95	1,11
	Transporte, armazenagem e comunicação	28	31	1,99	2,29
	Administração pública	59	72	4,23	5,23
	Educação, saúde e serviços sociais	90	89	6,41	6,50
	Serviços domésticos	24	23	1,68	1,70
	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	11	12	0,80	0,87
	Outras atividades	43	47	3,05	3,44
	Atividades mal definidas ou não declaradas	-	-	-	-
Não contribuintes	Total	799	764	56,99	55,89
	Agrícola	353	325	25,18	23,77
	Indústria	53	59	3,76	4,29
	Indústria de transformação	49	55	3,52	4,03
	Construção	62	65	4,40	4,78
	Comércio e reparação	113	106	8,09	7,78
	Alojamento e alimentação	38	39	2,72	2,83
	Transporte, armazenagem e comunicação	25	22	1,77	1,58
	Administração pública	10	8	0,71	0,61
	Educação, saúde e serviços sociais	13	14	0,92	1,01
	Serviços domésticos	81	81	5,79	5,91
	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	27	24	1,89	1,72
	Outras atividades	25	22	1,75	1,60
	Atividades mal definidas ou não declaradas	-	-	-	-

Fonte IBGE/PNAD-2004-2005
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI

Tabela 5
Evolução do emprego no Estado de Mato Grosso nas atividades econômicas – 2003-2007

Ano	Admitidos	Desligados	Saldo	Variação
2003	201.391	185.078	16.313	5,64
2004	253.451	225.683	27.768	8,77
2005	240.380	246.156	-5.776	-1,66
2006	227.021	222.890	4.131	1,13
*2007	71.795	53.671	18.124	4,75

Fonte: MTE – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923/65
* Até março/2007
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI

Tabela 6
Evolução do emprego mensal no Estado de Mato Grosso nas atividades econômicas em 2006

Meses	Admitidos	Desligados	Saldo	Variação
Janeiro	19.500	15.430	4.070	1,11
Fevereiro	23.274	15.769	7.505	2,03
Março	21.550	19.867	1.683	0,44
Abril	17.444	19.484	-2.040	-0,54
Maio	18.325	21.713	-3.388	-0,89
Junho	18.891	16.534	2.357	0,63
Julho	19.494	16.724	2.770	0,73
Agosto	19.728	18.041	1.687	0,44
Setembro	20.023	17.338	2.685	0,70
Outubro	19.840	20.660	-820	-0,21
Novembro	16.648	22.587	-5.934	-1,52
Dezembro	12.304	18.743	-6.439	-1,67

Fonte: MTE – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923/65
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI

Segundo dados da PNAD, pode-se observar que Mato Grosso continua sendo um dos estados brasileiros com maiores índices de concentração de renda (índice de Gini de 0,520), confirmando que ainda é longo o percurso necessário para atingir padrões distributivos mais igualitários.

Aspectos Econômicos

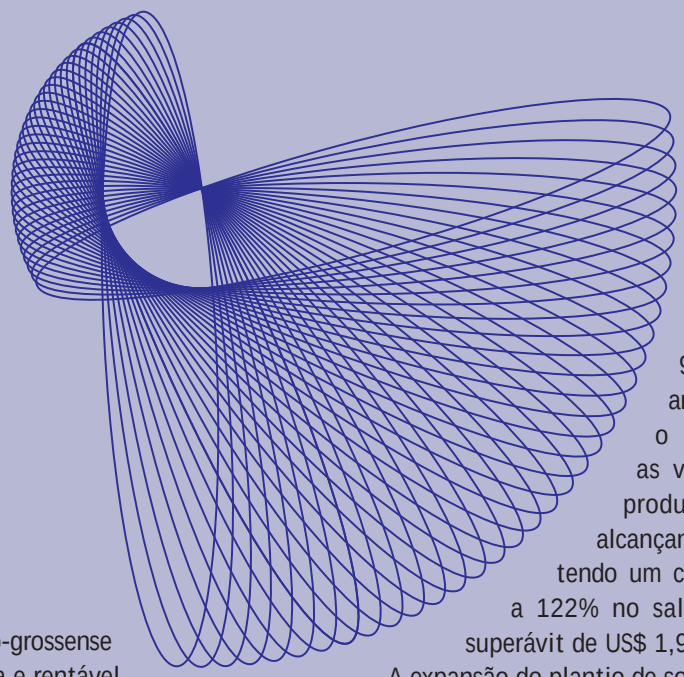
Aspectos Econômicos

As informações constantes do meio econômico reúnem um conjunto de dados sobre a realidade econômica do Estado de Mato Grosso, abrangendo uma série histórica das atividades da agropecuária, indústria, comércio, comércio exterior, agregados econômicos, transportes, energia e finanças públicas, compondo assim, os principais indicadores econômicos.

Essas informações são elaboradas, principalmente, a partir dos resultados das Pesquisas Agropecuárias Municipais – PAM, Previsões de Safras dos Levantamentos Sistemáticos da Produção Agrícola - LSPA, Pesquisa Industrial Anual – PIA, e Pesquisa Anual do Comércio – PAC, todas realizadas pelo IBGE, Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, SINFRA, SEFAZ, REDE/CEMAT. Estão apresentadas em tabelas e gráficos, e algumas atividades que foram possíveis estão disponíveis para o Brasil, Centro-Oeste e Mato Grosso.

A série histórica contida neste estudo contribuirá para a compreensão das modificações no perfil econômico do Estado. Vale frisar que essas informações são compostas fundamentalmente por dados secundários (que são valiosos como subsídios aos administradores, no planejamento de suas ações). Elas ainda fornecem elementos essenciais que permitem conhecer importantes aspectos socioeconômicos do Estado de Mato Grosso, possibilitando, assim, o monitoramento das ações através de indicadores, se constituindo, portanto, numa importante ferramenta para o direcionamento das políticas econômicas.

Agropecuária



Atualmente a agropecuária mato-grossense é uma atividade próspera, segura e rentável. Com um clima tropical, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 18% de toda a água doce disponível no Brasil (ZSEE-MT). De acordo com o Censo agropecuário da FIBGE de 1995/96, o Estado tem 48 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, o que equivale a 46% das terras agricultáveis do Centro-Oeste e 14% do Brasil.

Esses fatores fazem do Estado um lugar de vocação natural para a agropecuária e todos os negócios de sua cadeia produtiva, considerada a principal locomotiva da economia mato-grossense. Estima-se que este setor responde por um em cada três reais gerados no Estado.

Em 2005, o setor foi responsável por 32,2% do Produto Interno Bruto estadual (PIB), 80% das exportações totais e 40% dos empregos formais do Estado (RAIS). O seu valor adicionado chegou a alcançar um montante da ordem de R$ 10,7 bilhões, ficando em terceiro lugar no ranking nacional, perdendo apenas para Minas Gerais e São Paulo, o que equivale a 18,2% do valor adicionado do setor agropecuário brasileiro. No período de 2002 a 2005, a sua taxa de crescimento anual foi de 12,1%.

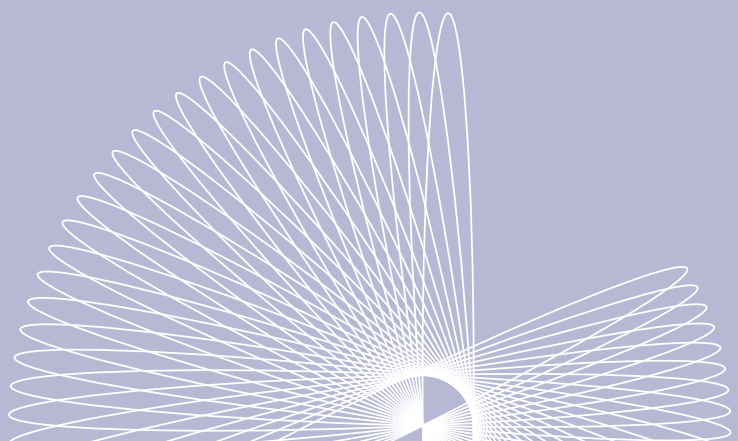
Mato Grosso lidera o ranking nacional na produção de grãos e oleaginosas: é o primeiro produtor e exportador de soja e algodão, terceiro na produção de arroz e sétimo na produção de cana-de-açúcar. A safra de grãos, em dez anos, por exemplo, saltou de 8,5 milhões de toneladas para 23,5 milhões de toneladas entre as safras 1996/1997 e 2006/2007, cuja produção cresceu 236%, ou 13,0% ao ano, enquanto que a do Brasil foi de 5,0% a.a.

Nos últimos anos, poucos estados apresentaram um crescimento tão expressivo no saldo da balança comercial do agronegócio. Os números comprovam: em 2000, as exportações do setor eram de US$ 1,0 bilhão, com um superávit de US$ 942 milhões. Em sete anos, o Estado dobrou o faturamento com as vendas externas de produtos agropecuários, alcançando US$ 2,3 bilhões, tendo um crescimento superior a 122% no saldo comercial, com superávit de US$ 1,9 bilhão.

A expansão do plantio de soja é um dos maiores exemplos do potencial e vocação agrícola mato-grossenses. O crescimento da soja em Mato Grosso foi vertiginoso nesses últimos dez anos. Na safra 1995/1996, a colheita foi de 5 milhões de toneladas. Com a safra de 15,6 milhões de toneladas em 2005/2006, a produção mais que triplicou, em conseqüência dos ganhos de produtividade.

A pecuária também foi destaque no Estado, com avanço tanto para a bovinocultura quanto para a avicultura, cuja produção aumentou de 1995 para 2006 cumulativamente em 84,1% e 101,5%, respectivamente, ou seja, nesses onze anos, cresceu a taxas médias anuais de 5,71% e 6,58% ao ano, respectivamente.

Atualmente a agropecuária mato-grossense é uma atividade próspera, segura e rentável. Com um clima tropical, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 18% de toda a água doce disponível no Brasil (ZSEE-MT).

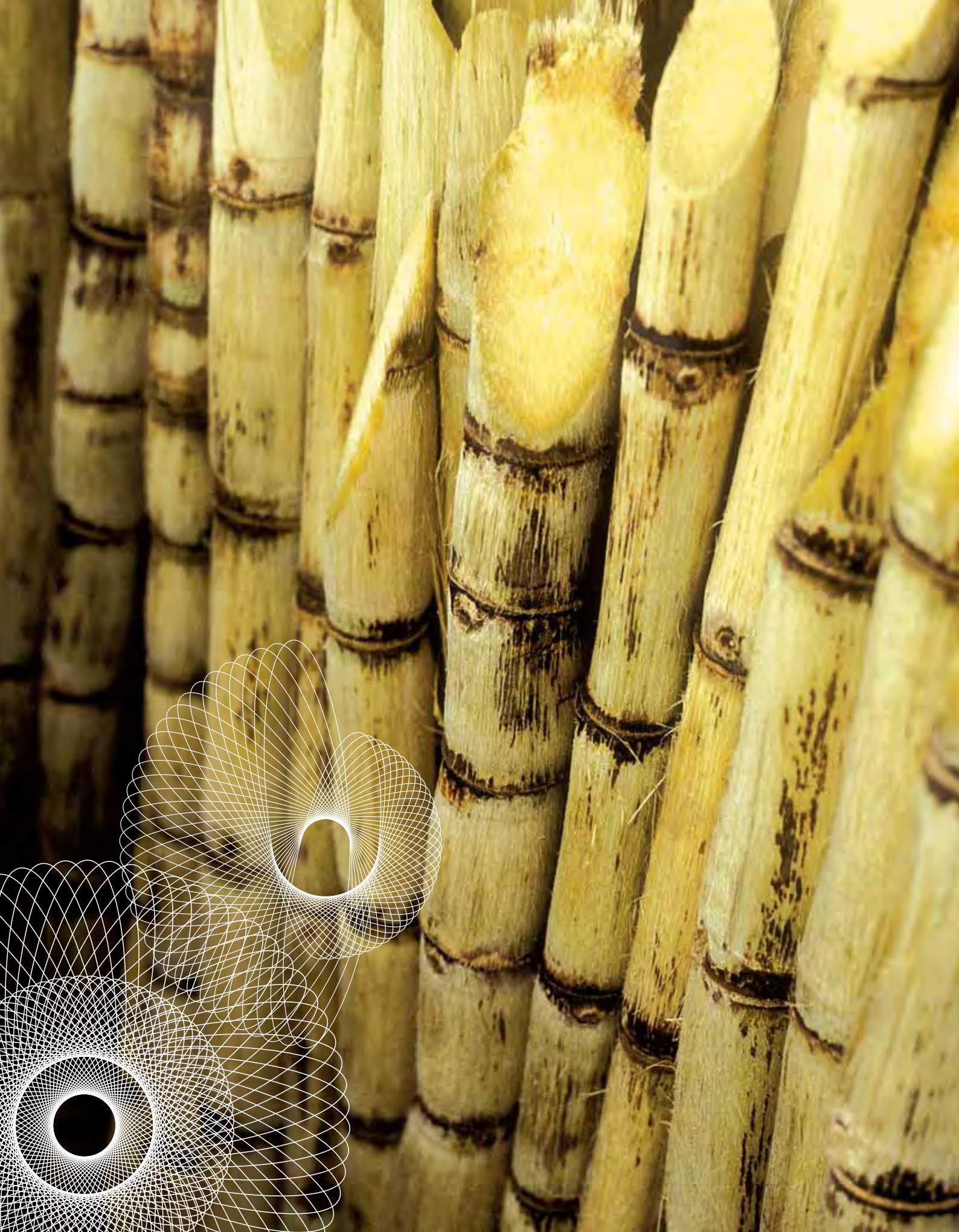


O bom desempenho das exportações do setor e a oferta crescente de emprego na cadeia produtiva não podem ser atribuídos apenas à vocação agropecuária estadual. O desenvolvimento científico-tecnológico e a modernização da atividade rural, obtida por intermédio de pesquisas e da expansão da aquisição de máquinas e implementos, contribuíram igualmente para transformar o Estado numa das mais respeitáveis plataformas nacionais do agronegócio. A adoção de programa de sanidade animal e vegetal, garantindo a produção de alimentos saudáveis, também ajudou o Estado a alcançar essa condição.

A pecuária, embora com menor intensidade, registrou também crescimentos. De 2002 a 2006 a bovinocultura aumentou 17,49%, ou seja, 4,11% ao ano. Em 2006, foi considerado o primeiro do ranking nacional na produção de bovino, com 26 milhões de cabeças de gado, participando com 12,66% do rebanho nacional e 37% do rebanho do Centro-Oeste (tabela 22). A produção de carne bovina, que era de 592 mil toneladas em 2002, saltou para 1,1 milhão de toneladas em 2006, registrando um crescimento de 86%, ou 16,7% ao ano. A produção de carne suína que era de 21,4 mil toneladas em 2002, atingiu em 2006 quase 70 mil toneladas, registrando um crescimento de 227,1%, ou 34,5% ao ano. No setor avícola, o Estado cresceu nesses quatro anos 70,5%, ou 11,3% ao ano(tabela 23).

O complexo carne, que inclui outros tipos de produto, também investe em pesquisas, por intermédio do melhoramento genético e na certificação de origem do produto, objetivando oferecer aos consumidores alimentos seguros e de alta qualidade.

Marilde Brito Lima
Economista, técnica da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso – SEPLAN. Especialista em Planejamento e Programação Econômica UFMT.



Agricultura

Tabela 1
Área colhida dos principais produtos agrícolas do Estado de Mato Grosso – 1995-2007

ANOS	Área Colhida (ha)							
	Algodão Herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Café (em coco)	Feijão	Milho	Soja	Sorgo	Trigo
1995	69.390	417.074	16.292	36.915	439.390	2.322.825	18.718	-
1996	55.075	429.086	11.986	30.619	542.636	1.956.148	38.626	-
1997	42.259	355.231	17.062	28.572	573.276	2.192.514	55.544	-
1998	106.483	364.148	22.151	25.214	410.934	2.643.389	37.875	1000
1999	200.182	726.682	32.671	30.164	440.612	2.635.010	46.838	430
2000	257.762	698.518	35.323	28.326	541.792	2.906.448	103.845	1000
2001	412.315	450.413	43.277	28.285	536.420	3.121.353	100.780	500
2002	328.046	434.829	34.052	31.201	719.945	3.818.231	72.770	2.000
2003	290.531	439.502	33.980	38.166	880.623	4.413.271	147.873	1.377
2004	469.780	738.165	34.517	43.476	941.092	5.263.428	183.291	1.660
2005	482.391	853.581	29.448	42.006	1.052.946	6.106.654	113.795	747
2006	392.408	279.813	16.145	34.826	1.079.970	5.811.907	113.806	494
2007(1)	546.317	272.164	16.227	44.146	1.646.049	5.131.235	99.017	-

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.
(1) LSPA - Previsão de safras - Set/2007.

Tabela 2
Área colhida dos principais produtos agrícolas do Estado de Mato Grosso – 1995-2007

ANOS	Área Colhida (ha)						
	Abacaxi	Banana	Cana-de-Açúcar	Laranja	Mandioca	Melancia	Tomate
1995	741	25.434	98.906	1.462	23.764	638	188
1996	656	22.272	118.506	1.107	17.915	1.221	225
1997	691	56.247	133.950	1.040	18.421	969	178
1998	856	30.148	136.462	1.203	23.977	1.230	155
1999	929	29.387	147.873	1.226	21.424	1.324	151
2000	1.070	26.323	135.029	1.343	27.317	1.464	179
2001	1.011	22.885	166.510	1.381	32.617	1.245	164
2002	994	7.876	176.746	647	33.305	1.166	118
2003	1.033	11.734	196.684	1.044	25.138	1.478	113
2004	1.208	10.914	206.829	702	37.341	1.080	115
2005	1.070	8.425	205.961	469	38.498	1.983	125
2006	1.658	7.527	202.182	479	39.943	791	143
2007(1)	2.197	7.342	223.819	520	38.972	-	187

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.
(1) LSPA - Previsão de safras - Set/2007.

Tabela 3
Produção dos principais produtos agrícolas do Estado de Mato Grosso – 1995-2007

ANOS	Produção (t)								
	Algodão Herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Café (em coco)(3)	Feijão	Milho	Soja	Sorgo	Trigo	Girassol
1995	87.458	762.327	18.059	23.220	1.226.157	5.491.426	33.040	-	-
1996	73.553	721.793	9.359	20.472	1.514.658	5.032.921	78.487	-	-
1997	78.376	694.904	16.170	19.988	1.520.695	6.060.882	109.818	-	-
1998	271.038	776.502	27.474	16.343	948.659	7.228.052	63.427	1.500	-
1999	630.406	1.727.339	22.781	26.132	1.118.851	7.473.028	69.239	762	-
2000	1.002.836	1.851.517	22.824	24.663	1.429.672	8.774.470	157.620	1.800	-
2001	1.525.376	1.151.816	53.582	30.424	1.743.043	9.533.286	195.374	750	-
2002	1.141.211	1.181.340	20.478	39.578	2.311.368	11.684.885	139.217	2.640	3900(2)
2003	1.065.779	1.253.363	26.804	50.274	3.192.813	12.965.983	308.723	2.498	4700(2)
2004	1.884.315	2.177.125	18.559	66.492	3.408.968	14.517.912	369.922	3.734	-
2005	1.682.839	2.262.863	15.902	66.122	3.506.229	17.761.444	192.429	683	22.207
2006	1.437.926	720.834	8.689	46.218	4.228.423	15.594.221	253.554	970	29.370
2007(1)	2.035.489	712.168	9.152	64.272	6.129.616	15.493.051	188.517	-	32.873

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.
(1) LSPA - Previsão de safras - Set/2007.
(2) Fonte: CONAB.
(3) Até 2001 café (em coco); a partir de 2002 café (beneficiado ou em grão).

Tabela 4
Produção dos principais produtos agrícolas do Estado de Mato Grosso – 1995-2007

Ano	Produção (t)						
	Abacaxi (2)	Banana (3)	Cana-de- Açúcar	Laranja(2)	Mandioca	Melancia(2)	Tomate
1995	11.242	18.309	6.944.989	105.498	341.526	1.341	5.160
1996	9.106	13.962	8.462.490	65.660	140.476	2.790	3.901
1997	10.877	34.669	9.988.027	62.824	237.269	2.543	3.905
1998	15.160	22.334	9.871.489	73.294	304.119	3.305	3.245
1999	17.919	19.093	10.288.549	73.445	284.125	3.755	3.006
2000	19.699	16.556	8.470.098	86.269	362.191	4.900	4.098
2001	17.541	119.623	11.117.894	14.626	417.994	26.678	3.021
2002	16.488	53.360	12.640.658	7.218	418.442	20.694	2.355
2003	18.725	70.328	14.667.046	10.707	350.879	30.273	2.134
2004	22.812	66.978	14.290.810	7.281	536.069	22.517	2.234
2005	19.844	60.527	12.595.990	5.199	517.479	64.212	2.231
2006	38.087	55.470	13.552.228	4.757	563.653	20.047	2.403
2007(1)	52.327	57.867	15.875.313	5.485	552.916	-	3.318

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.
(1) LSPA - Previsão de safras - Set/2007.
(2) A produção de abacaxi, laranja e melancia está expressa em mil frutos até 2001; a partir de 2002, em toneladas.
(3) A produção de banana está expressa em mil cachos até 2001; a partir de 2002, em toneladas.

Tabela 5
Rendimento médio dos principais produtos agrícolas temporários do Estado de Mato Grosso – 1995-2007

Ano	Rendimento Médio (Kg/ha)							
	Algodão Herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Café (em coco)	Feijão	Milho	Soja	Sorgo	Trigo
1995	1.260	1.827	1.108	629	2.790	2.364	1.765	-
1996	1.335	1.682	780	668	2.791	2.572	2.031	-
1997	1.854	1.956	947	699	2.652	2.764	1.977	-
1998	2.545	2.132	1.240	648	2.308	2.734	1.674	1.500
1999	3.149	2.377	697	866	2.539	2.836	1.478	1.772
2000	3.890	2.650	646	870	2.638	3.018	1.517	1.800
2001	3.699	2.557	1.238	1.075	3.249	3.054	1.938	1.500
2002	3.478	2.716	601	1.268	3.210	3.060	1.913	1.320
2003	3.668	2.851	778	1.317	3.625	2.937	2.087	1.814
2004	4.011	2.949	537	1.529	3.622	2.758	2.018	2.249
2005	3.488	2.651	540	1.574	3.329	2.908	1.691	914
2006	3.664	2.576	538	1.327	3.915	2.683	2.227	1.963
2007(1)	3.587	2.788	651	2.510	4.115	2.928	2.249	-

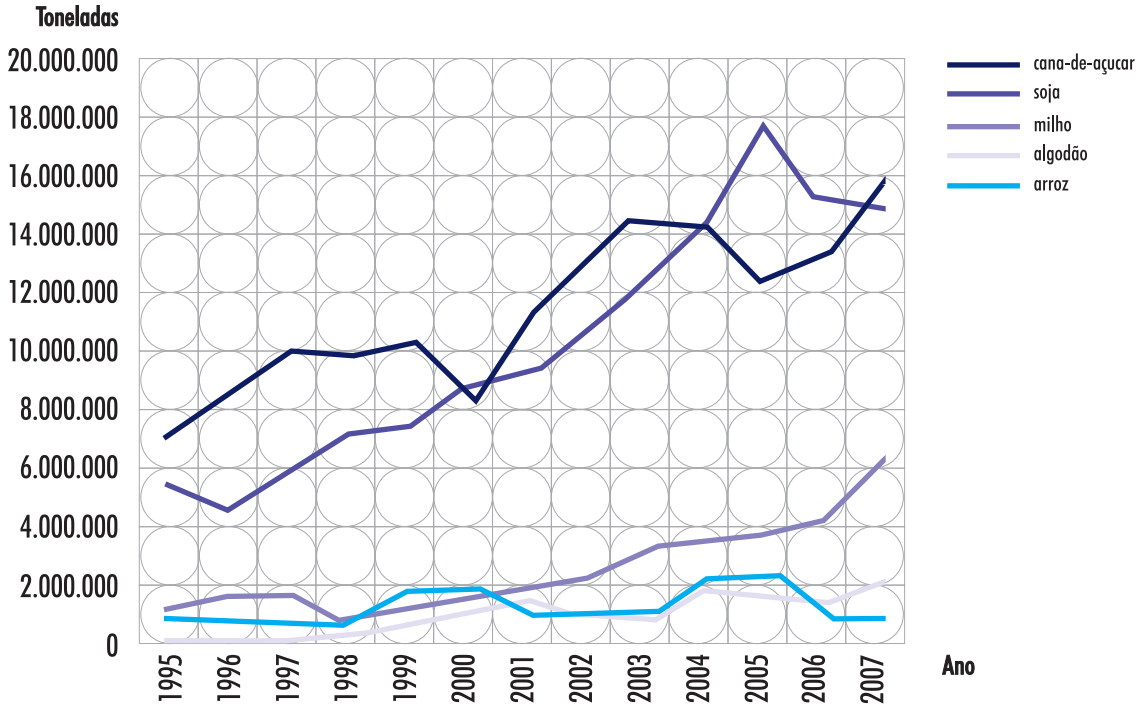
Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.
(1) LSPA - Previsão de safras.

Tabela 6
Rendimento médio dos principais produtos agrícolas permanentes do Estado de Mato Grosso – 1995-2007

Ano	Rendimento Médio (Kg / ha)						
	Abacaxi	Banana	Cana-de-Açúcar	Laranja	Mandioca	Melancia	Tomate
1995	15.171	719	70.218	72.160	14.371	2.101	27.446
1996	13.881	626	71.409	59.313	7.841	2.285	17.337
1997	15.740	616	74.565	60.407	12.880	2.624	21.938
1998	17.710	740	72.338	60.926	12.683	2.686	20.935
1999	19.288	649	69.576	59.906	13.261	2.836	19.907
2000	18.410	628	62.727	64.236	13.258	3.346	22.893
2001	17.350	5.227	66.770	10.590	12.815	21.428	18.420
2002	16.587	6.775	71.551	9.264	12.503	17.747	19.957
2003	18.126	5.993	74.571	10.255	13.958	20.482	18.884
2004	18.884	6.136	69.094	10.371	14.356	20.849	19.426
2005	18.545	7.184	61.157	11.085	13.441	32.381	17.848
2006	22.971	7.369	67.029	9.931	14.111	25.343	16.804
2007(1)	24.375	8.039	67.533	10.536	14.121	-	25.759

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.
(1) LSPA - Previsão de safras.

Gráfico 1 - Produção dos principais produtos agrícolas do Estado de Mato Grosso – 1995-2007



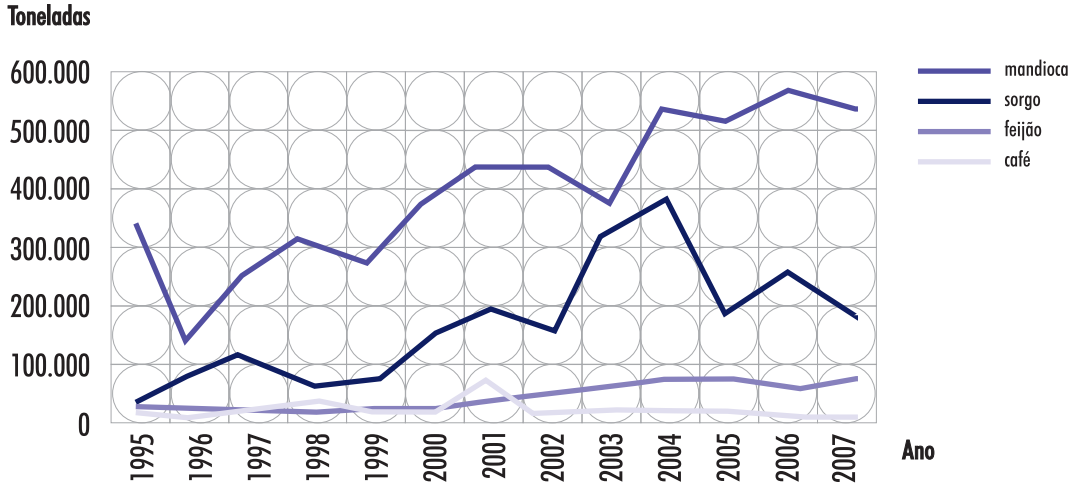


Gráfico 2 - Área plantada e quantidade de grãos produzidos no Estado de Mato Grosso – 2000-2007

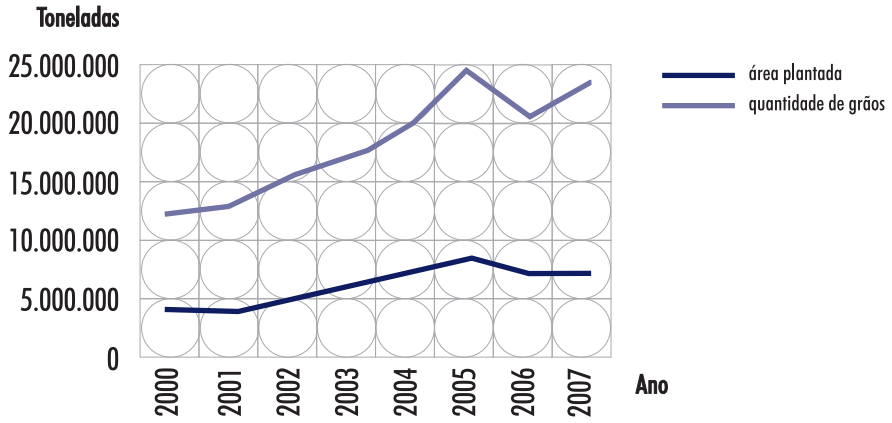


Tabela 7
Área plantada e colhida de grãos, oleaginosas e fibras Mato Grosso – 1990, 1995-2006

Ano	Área Plantada (ha)	Índice de crescimento	Área Colhida (ha)	Índice de crescimento	Perda (ha)	%
1990	2.332.905	100%	2.278.034	100%	54871	100,00%
1995	3.335.569	142,98%	3.306.229	145,14%	29340	53,47%
1996	3.054.338	130,92%	3.052.415	133,99%	1923	3,50%
1997	3.253.190	139,45%	3.253.190	142,81%	0	0,00%
1998	3.676.122	157,58%	3.590.890	157,63%	85232	155,33%
1999	4.181.859	179,26%	4.087.657	179,44%	94202	171,68%
2000	4.581.767	196,40%	4.550.357	199,75%	31410	57,24%
2001	4.680.323	200,62%	4.664.711	204,77%	15612	28,45%
2002	5.419.910	232,32%	5.414.112	237,67%	5798	10,57%
2003	6.220.537	266,64%	6.215.587	272,85%	4950	9,02%
2004	7.666.133	328,61%	7.647.483	335,71%	18650	33,99%
2005	8.729.003	374,17%	8.669.151	380,55%	59852	109,08%
2006	7.764.497	332,83%	7.744.194	339,95%	20303	37,00%

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.

Tabela 8
Valor da produção dos principais produtos agrícolas do Estado de Mato Grosso – 1995-2006

Anos	Valor da produção (mil reais)							
	Soja	Algodão Herbáceo	Milho	Cana-de-açúcar	Mandioca	Arroz (em casca)	Feijão	Banana
1995	676.787	31.331	105.541	141.619	98.423	90.295	10.088	65.946
1996	887.586	27.209	137.910	137.921	43.344	108.360	11.041	41.467
1997	1.284.698	39.712	130.162	202.720	58.754	120.985	11.665	69.649
1998	1.301.915	140.901	97.724	201.140	79.969	158.197	10.481	53.544
1999	1.455.573	379.478	120.577	154.985	80.939	351.923	16.778	60.620
2000	2.123.434	606.770	233.098	131.501	113.267	358.632	16.472	53.002
2001	2.261.184	998.346	195.097	193.674	140.266	255.941	25.057	70.631
2002	4.043.138	753.341	555.845	305.612	150.439	320.265	45.811	27.253
2003	6.717.224	1.233.456	873.021	434.441	153.974	506.453	57.463	35.230
2004	9.620.607	2.431.407	656.710	422.788	233.916	1.187.088	75.197	44.028
2005	6.678.093	4.119.679	799.379	339.249	236.702	697.311	89.250	52.371
2006	4.442.820	1.370.548	866.811	474.144	300.627	212.775	56.764	52.697

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.

Tabela 9
Valor da produção dos principais produtos agrícolas do Estado de Mato Grosso – 1995-2006

Anos	Valor da produção (mil reais)							
	Borracha (látex)	Abacaxi	Sorgo	Melancia	Café (beneficiado)	Coco-da-bahia	Girassol (em grão)	Uva
1995	18.163	6.660	1.819	1.402	19.534	228	-	35
1996	20.860	6.781	5.010	3.497	10.118	703	-	192
1997	9.247	6.764	6.316	3.146	23.212	1.475	-	1.046
1998	17.991	9.260	3.975	4.170	22.602	3.139	-	1.671
1999	25.466	10.067	4.778	4.579	22.790	4.267	-	2.182
2000	31.551	14.264	14.248	8.133	27.626	9.132	-	5.324
2001	34.123	13.107	14.460	5.632	31.619	7.198	-	3.381
2002	27.490	14.239	19.057	4.992	26.047	9.186	-	3.557
2003	31.327	15.638	42.150	9.901	32.173	12.899	-	5.055
2004	44.977	14.678	46.677	7.986	35.633	11.536	-	4.506
2005	44.351	17.269	23.584	26.708	28.775	17.707	18.046	5.389
2006	49.768	41.675	29.606	25.462	19.582	15.060	12.641	4.679

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.

Gráfico 3 - Perda na produção de grãos no Estado de Mato Grosso – 1990-2006

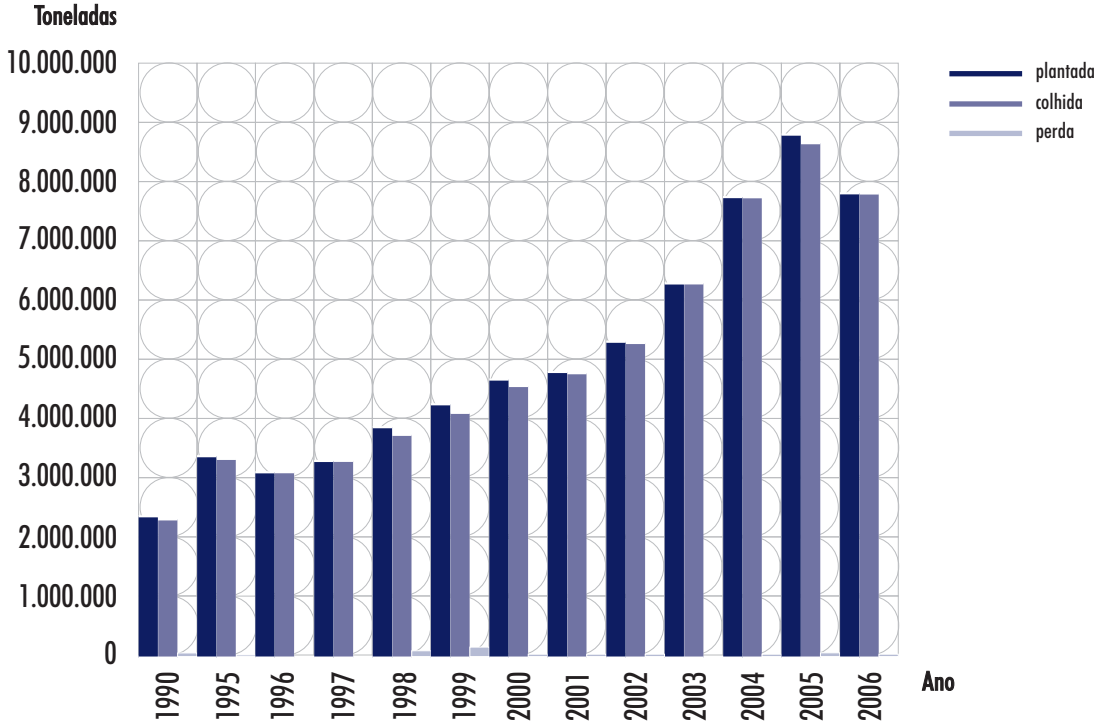


Gráfico 4 - Valor da produção dos principais produtos agrícolas do Estado de Mato Grosso – 1995-2006

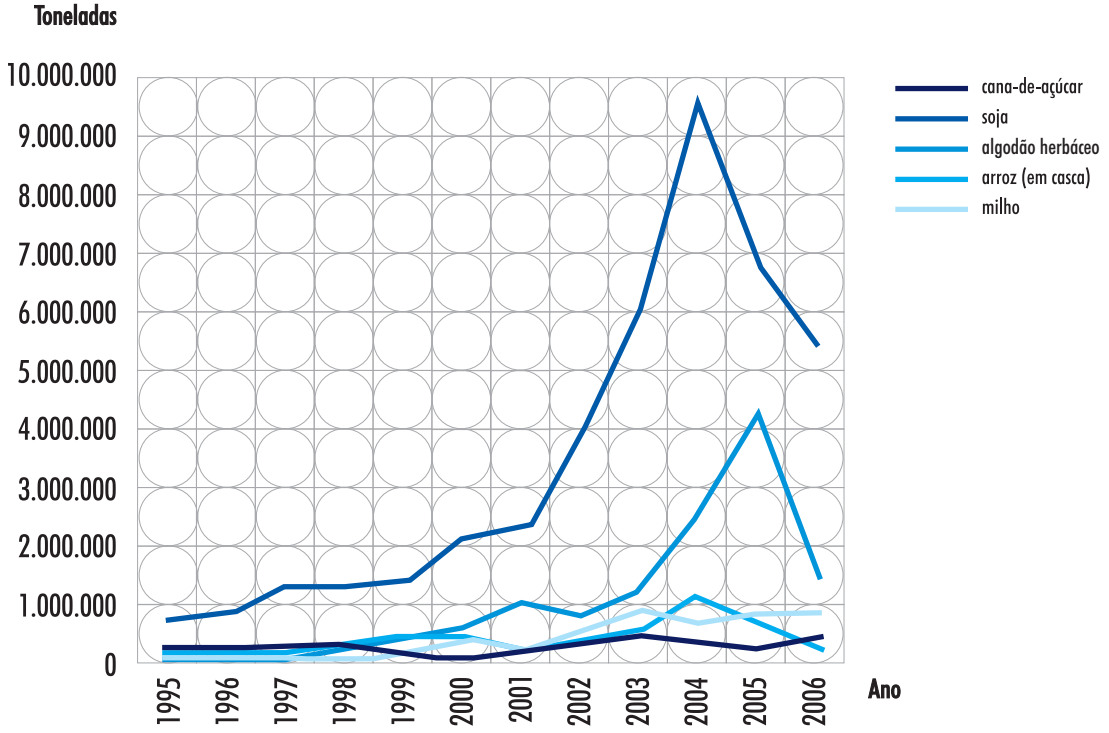


Gráfico 5 - Valor da produção dos principais produtos agrícolas do Estado de Mato Grosso – 1995-2006

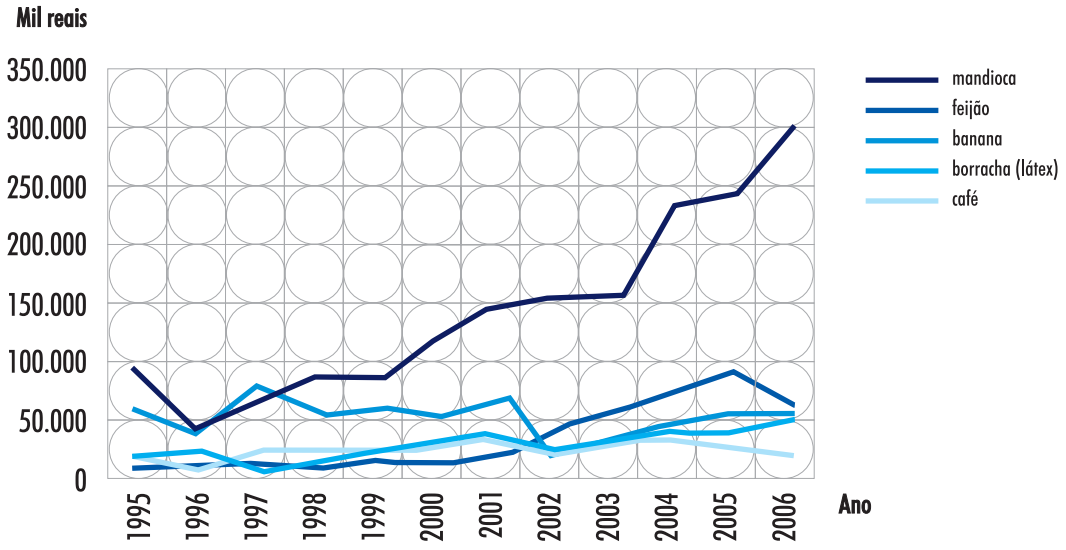


Tabela 10

Produção de grãos, oleaginosas e fibras de Mato Grosso e Brasil – 1995-2007

Ano	Mato Grosso(t)	Brasil(t)	Posição Mato Gosso/Brasil	Participação Centro-Oeste/Brasil (%)	Participação Mato Grosso/Brasil (%)
1995	7.641.687	79.865.432	3º	22,96	9,57
1996	7.451.267	69.154.691	3º	25,34	10,77
1997	8.500.833	75.118.943	3º	26,92	11,32
1998	9.332.995	75.573.607	3º	27,57	12,35
1999	11.068.538	83.091.229	3º	29,42	13,32
2000	13.265.642	84.666.313	3º	31,15	15,67
2001	14.233.651	100.382.496	3º	29,53	14,18
2002	16.520.717	98.436.697	3º	32,36	16,78
2003	18.866.237	125.096.718	3º	30,92	15,08
2004	22.447.027	120.593.946	2º	33,90	18,61
2005	25.465.548	114.035.576	1º	37,96	22,33
2006	22.317.692	118.351.361	2º	34,20	18,86
2007[1]	24.665.153	134.536.604	2º	33,42	18,33

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.
(1) LSPA - Previsão de safras.

Tabela 11
Produção de grãos, oleaginosas e fibras por produto (t) – Mato Grosso – 2002-2007

Produto	MATO GROSSO					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007[1]
Total	16.507.314	18.845.778	22.440.05 0	25.492.786	22.317.692	24.665.153
Algodão herbáceo (em caroço)	1.141.211	1.065.779	1.884.315	1.682.839	1.437.926	2.035.489
Amendoim (em casca)	1.367	1.157	3.724	18.219	3.814	9.167
Arroz (em casca)	1.181.340	1.253.363	2.177.125	2.262.863	720.834	712.168
Aveia (em grão)	-	-	-	-	-	-
Centeio (em grão)	-	-	-	-	-	-
Cevada (em grão)	-	-	-	-	-	-
Feijão (em grão)	39.578	50.274	66.492	66.122	46.218	64.272
Girassol (em grão)	-	-	-	22.207	29.370	32.873
Mamona (baga)	5.708	5.188	7.858	2.714	2.362	-
Milho (em grão)	2.311.368	3.192.813	3.408.968	3.483.266	4.228.423	6.129.616
Soja (em grão)	11.684.885	12.965.983	14.517.912	17.761.444	15.594.221	15.493.051
Sorgo granífero (em grão)	139.217	308.723	369.922	192.429	253.554	188.517
Trigo (em grão)	2.640	2.498	3.734	683	970	-
Triticale (em grão)	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.
(1) LSPA - Previsão de safras.

Tabela 12
Produção de grãos, oleaginosas e fibras por produto (t) – Centro-Oeste – 2002-2007

Produto	CENTRO-OESTE					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007[1]
Total	31.854.381	38.676.809	40.877.056	43.283.727	40.472.148	44.966.289
Algodão herbáceo (em caroço)	1.600.726	1.540.926	2.552.647	2.307.568	1.744.748	2.498.825
Amendoim (em casca)	3.781	6.543	13.284	41.095	13.483	9.167
Arroz (em casca)	1.607.651	1.736.406	2.788.013	2.862.821	1.138.356	1.156.344
Aveia (em grão)	8.208	14.795	14.973	12.250	10.900	-
Centeio (em grão)	-	-	690	375	-	-
Cevada (em grão)	300	810	5.380	3.732	1.730	-
Feijão (em grão)	327.752	406.907	326.910	406.978	388.107	407.272
Girassol (em grão)	-	-	-	47.304	55.403	70.871
Mamona (baga)	5.815	5.228	8.504	4.722	3.777	-
Milho (em grão)	7.229.770	10.076.802	9.493.826	7.857.797	10.102.477	13.436.532
Soja (em grão)	20.460.662	23.495.779	24.026.816	28.652.564	25.911.228	26.495.956
Sorgo granífero (em grão)	483.542	1.150.361	1.346.189	893.353	983.618	799.279
Trigo (em grão)	126.174	242.252	299.824	193.168	118.321	92.043
Triticale (em grão)	-	-	-	2.688	1.800	-

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.
(1) LSPA - Previsão de safras.

Gráfico 5 - Produção das principais culturas (soja, milho, arroz e algodão herbáceo) do Estado de Mato Grosso – 2002-2007

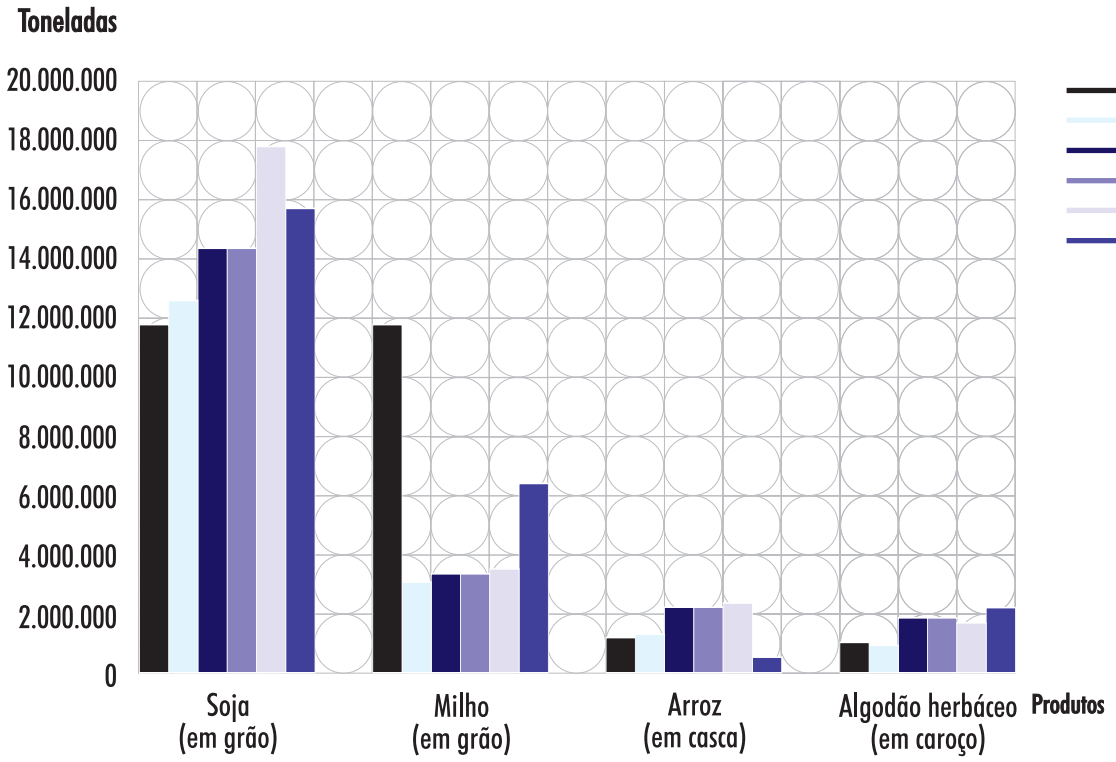


Tabela 13
Produção de grãos, oleaginosas e fibras por produto (toneladas) – Brasil – 2002-2007

Produto	BRASIL					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007(1)
Total	98.436.697	125.096.718	120.593.946	114.035.576	118.351.361	134.536.604
Algodão herbáceo (em caroço)	2.166.014	2.199.268	3.798.480	3.666.160	2.898.721	3.831.016
Amendoim (em casca)	195.284	187.719	236.488	315.239	249.916	225.423
Arroz (em casca)	10.445.986	10.334.603	13.277.008	13.192.863	11.526.685	11.076.651
Aveia (em grão)	298.686	435.092	459.526	522.428	405.657	246.593
Centeio (em grão)	5.073	3.814	4.315	6.109	2.353	4.752
Cevada (em grão)	244.600	345.320	397.160	326.251	202.940	262.238
Feijão (em grão)	3.064.228	3.302.038	2.967.007	3.021.641	3.457.744	3.374.807
Girassol (em grão)	-	-	-	60.735	87.362	101.885
Mamona (baga)	75.961	83.682	138.745	168.802	95.000	93.992
Milho (em grão)	35.940.832	48.327.323	41.787.558	35.113.312	42.661.677	51.696.811
Soja (em grão)	42.107.618	51.919.440	49.549.941	51.182.074	52.464.640	58.257.945
Sorgo granífero (em grão)	786.757	1.804.919	2.158.872	1.522.839	1.604.920	1.341.460
Trigo (em grão)	3.105.658	6.153.500	5.818.846	4.658.790	2.484.848	4.023.031
Triticale (em grão)	-	-	-	278.333	208.898	212.008

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.
(1) LSPA - Previsão de safras.

Tabela 14
Participação de Mato Grosso na produção de grãos, oleaginosas e fibras do Centro-Oeste e Brasil – 2002-2007

Produto	% MT em relação ao Centro-Oeste						% MT em relação ao Brasil					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007(1)	2002	2003	2004	2005	2006	2007(1)
Algodão herbáceo (em caroço)	71	69	74	73	82	81	53	48	50	46	50	53
Amendoim (em casca)	36	18	28	44	28	1	1	1	2	6	2	4
Arroz (em casca)	73	72	78	79	63	62	11	12	16	17	6	6
Aveia (em grão)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centeio (em grão)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cevada (em grão)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Feijão (em grão)	12	12	20	16	12	16	1	2	2	2	1	2
Girassol (em grão)	-	-	-	47	53	46	-	-	-	37	34	32
Mamona (baga)	98	99	92	57	63	-	8	6	6	2	2	-
Milho (em grão)	32	32	36	44	42	46	6	7	8	10	10	12
Soja (em grão)	57	55	60	62	60	58	28	25	29	35	30	27
Sorgo granífero (em grão)	29	27	27	22	26	24	18	17	17	13	16	14
Trigo (em grão)	2	1	1	0	1	-	0	0	0	0	0	-
Triticale (em grão)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.
(1) LSPA - Previsão de safras.

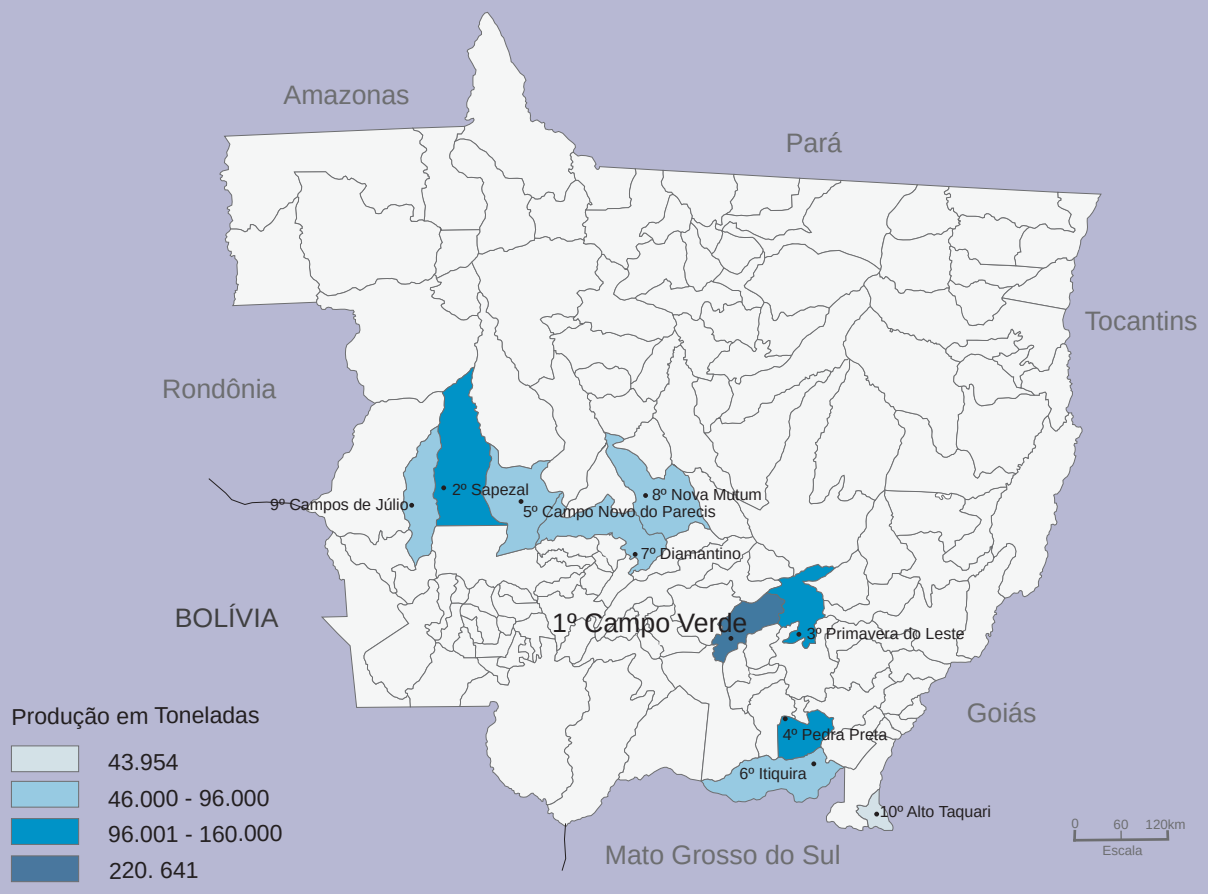
Em sete anos, o Estado dobrou o faturamento com as vendas externas de produtos agropecuários, alcançando US$ 2,3 bilhões, tendo um crescimento superior a 122% no saldo comercial.

Tabela 15
Ranking da produção de algodão herbáceo do Estado de Mato Grosso, por municípios – 2006

Municípios	Produção (t) - ALGODÃO HERBÁCEO			
	Produção (t)	Participação estadual(%)	Participação nos 10 maiores(%)	Ranking
ESTADO	1.437.926	100,00	-	-
TOTAL	1.017.320	70,75	100,00	-
Campo Verde	220.641	15,34	21,69	1º
Sapezal	158.345	11,01	15,56	2º
Primavera do Leste	116.598	8,11	11,46	3º
Pedra Preta	98.215	6,83	9,65	4º
Campo Novo do Parecis	95.243	6,62	9,36	5º
Itiquira	91.503	6,36	8,99	6º
Diamantino	84.016	5,84	8,26	7º
Nova Mutum	61.360	4,27	6,03	8º
Campos de Júlio	47.445	3,30	4,66	9º
Alto Taquari	43.954	3,06	4,32	10º

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.

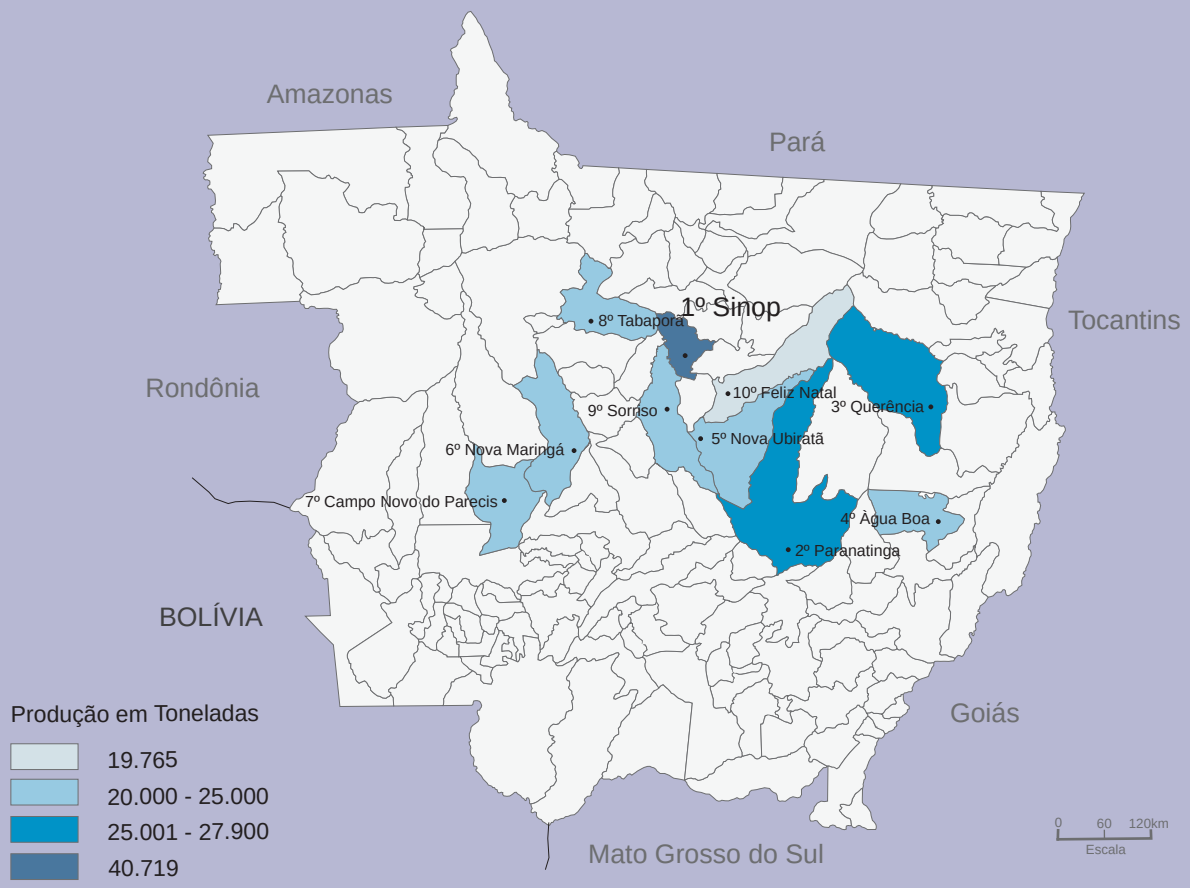
Ranking da produção de Algodão, por município – Mato Grosso



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2006

No período de 2002 a 2005, a taxa de crescimento anual do setor agropecuário foi de 12,1%. Mato Grosso lidera o ranking nacional na produção de grãos e oleaginosas: é o primeiro produtor e exportador de soja e algodão, terceiro na produção de arroz e sétimo na produção de cana-de-açúcar.

Ranking da produção de Arroz, por município – Mato Grosso



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2006

O desenvolvimento científico-tecnológico e a modernização da atividade rural, obtida por intermédio de pesquisas e da expansão da aquisição de máquinas e implementos, contribuíram igualmente para transformar o Estado numa das mais respeitáveis plataformas nacionais do agronegócio.

Tabela 16
Ranking da produção de arroz do Estado de Mato Grosso, por municípios – 2006

Municípios	Produção (t) - ARROZ			
	Produção (t)	Participação estadual (%)	Participação nos 10 maiores (%)	Ranking
ESTADO	720.834	100,00	-	-
TOTAL	248.054	34,41	100,00	-
Sinop	40.719	5,65	16,42	1º
Paranatinga	27.900	3,87	11,25	2º
Querência	25.500	3,54	10,28	3º
Água Boa	24.120	3,35	9,72	4º
Nova Ubiratã	23.922	3,32	9,64	5º
Nova Maringá	23.072	3,20	9,30	6º
Campo Novo do Parecis	21.600	3,00	8,71	7º
Tabaporã	21.285	2,95	8,58	8º
Sorriso	20.171	2,80	8,13	9º
Feliz Natal	19.765	2,74	7,97	10º

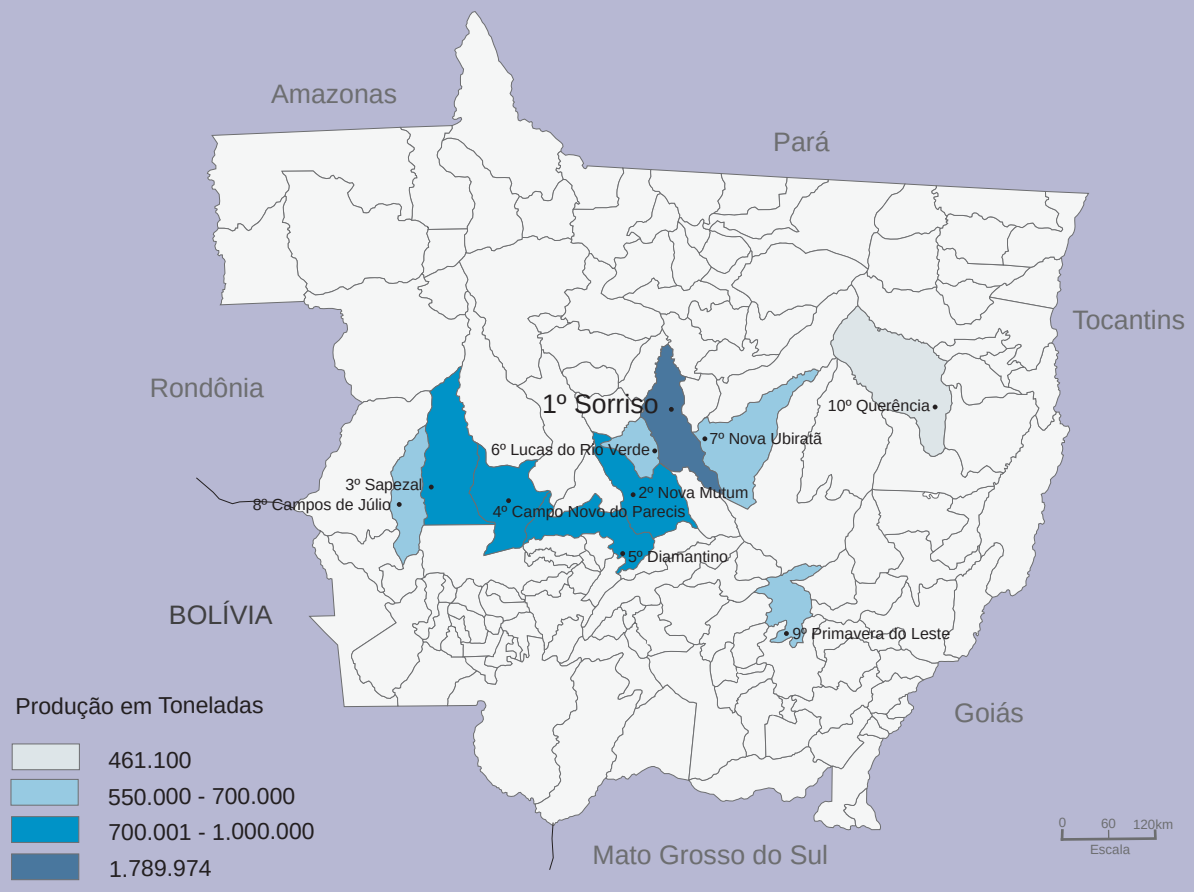
Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.

Tabela 17
Ranking da produção de soja do Estado de Mato Grosso, por municípios – 2006

Municípios	Produção (t) - SOJA			
	Produção (t)	Participação estadual (%)	Participação nos 10 maiores (%)	Ranking
ESTADO	15.594.221	100,00	-	-
TOTAL	8.265.886	53,01	100,00	-
Sorriso	1.789.974	11,48	21,65	1º
Nova Mutum	962.045	6,17	11,64	2º
Sapezal	931.653	5,97	11,27	3º
Campo Novo do Parecis	868.770	5,57	10,51	4º
Diamantino	794.880	5,10	9,62	5º
Lucas do Rio Verde	684.032	4,39	8,28	6º
Nova Ubiratã	631.029	4,05	7,63	7º
Campos de Júlio	591.963	3,80	7,16	8º
Primavera do Leste	550.440	3,53	6,66	9º
Querência	461.100	2,96	5,58	10º

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.

Ranking da produção de Soja, por município – Mato Grosso



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2006

O crescimento da soja em Mato Grosso foi vertiginoso nesses últimos dez anos. Na safra 1995/1996, a colheita foi de 5 milhões de toneladas. Com a safra de 15,6 milhões de toneladas em 2005/2006, a produção mais que triplicou, em conseqüência dos ganhos de produtividade.

Pecuária

Tabela 18
Principais rebanhos e produção de leite, no Estado de Mato Grosso – 1995-2006

Ano	Rebanho (cabeças)			Produção de leite (mil litros)
	Bovino	Suino	Vacas Ordenhadas	
1995	14.153.541	990.802	452.524	307.426
1996	15.573.094	689.514	353.240	375.397
1997	16.337.986	724.651	359.061	380.517
1998	16.751.508	759.928	382.027	406.374
1999	17.242.935	771.157	385.937	411.390
2000	18.924.532	834.084	401.427	422.743
2001	19.921.615	934.889	412.780	442.803
2002	22.183.695	1.034.608	435.716	467.095
2003	24.613.718	1.114.592	461.182	491.676
2004	25.918.998	1.315.443	474.120	551.371
2005	26.651.500	1.359.824	524.982	596.382
2006	26.064.332	1.439.626	519.178	583.854

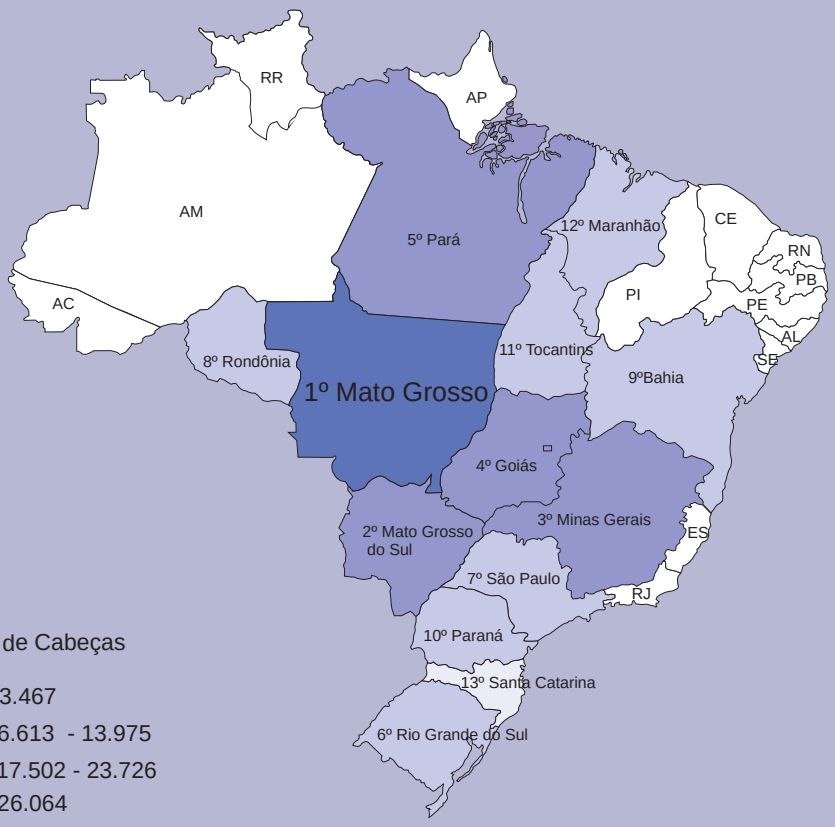
Fonte: IBGE, Produção Pecuária Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.

Tabela 19
Efetivo dos rebanhos Ovinos, Eqüinos, Asininos, Muares, Caprinos e Bubalinos no Estado de Mato Grosso – 1995-2006

Ano	Efetivo do rebanho (cabeças)					
	Ovinos	Equinos	Asininos	Muares	Caprinos	Bubalinos (1)
1995	100.496	219.057	4.041	52.540	35.387	37.206
1996	160.317	250.435	3.413	50.822	20.353	24.349
1997	170.293	256.337	3.530	52.076	24.618	25.328
1998	178.282	264.506	3.622	53.513	25.566	23.625
1999	184.963	267.768	3.772	54.186	26.978	23.729
2000	193.704	274.991	3.786	55.436	28.396	23.706
2001	205.570	283.796	3.790	56.986	30.771	24.099
2002	220.772	295.210	3.832	61.167	33.636	23.631
2003	240.562	306.845	3.875	64.899	36.637	15.493
2004	275.873	311.598	4.146	67.422	39.302	14.297
2005	324.865	314.544	4.182	71.312	43.220	14.297
2006	349.383	312.219	4.589	72.945	43.493	20.543

Fonte: IBGE, Produção Pecuária Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.
(1) O IBGE repetiu os dados de 2004 para o ano de 2005.

Ranking da produção de Bovino, por Estado – Brasil



Número de Cabeças

- 3.467
- 6.613 - 13.975
- 17.502 - 23.726
- 26.064

Fonte: IBGE-Produção Pecuária Municipal, 2006

A pecuária também foi destaque no Estado, com avanço tanto para a bovinocultura quanto para a avicultura, cuja produção aumentou de 1995 para 2006 cumulativamente em 84,1% e 101,5%, respectivamente.

Tabela 20
Rebanho avícola e produção de ovos no Estado de Mato Grosso – 1995-2006

Ano	Aves (cabeças)	Produção	
		Ovos de galinha (1.000 dúzias)	Ovos de codorna (1.000 dúzias)
1995	11.410.076	10.781	16
1996	14.126.465	18.700	214
1997	14.254.453	19.415	210
1998	15.359.068	20.484	218
1999	15.517.593	31.339	114
2000	15.955.329	37.587	115
2001	15.933.541	33.356	297
2002	19.128.323	40.138	301
2003	19.812.784	45.801	458
2004	19.668.407	47.623	509
2005	21.143.343	48.885	529
2006	22.992.534	54.184	521

Fonte: IBGE, Produção Pecuária Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.

Tabela 21
Principais rebanhos, produção de leite e ovos - Mato Grosso, Centro-Oeste e Brasil – 2003-2006

Especificação	Mato Grosso				Centro-Oeste				Brasil			
	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006
Bovino(1000 cabeças)	24.614	25.919	26.652	26.064	69.889	71.169	71.985	70.536	195.552	204.513	207.157	205.886
Suíno(1000 cabeças)	1.115	1.315	1.360	1.440	3.558	3.767	3.827	4.005	32.305	33.085	34.064	35.174
Aves(1000 cabeças)	19.813	19.668	21.143	22.992	88.849	92.180	100.868	100.724	927.303	950.542	1.005.879	1.020.372
Vacas ordenhadas (1000cab)	461	474	525	519	3.234	3.272	3.387	3.338	19.256	20.023	20.626	20.943
Produção de leite (1000 l)	491.676	551.371	596.382	583.854	3.534.533	3.619.725	3.778.490	3.721.881	22.253.863	23.474.694	24.620.859	25.398.219
Produção de Ovos (1000 dz)	46.259	48.132	49.414	54.705	228.589	234.781	239.476	255.060	2.714.618	2.797.284	2.891.067	3.057.607

Fonte: IBGE, Produção Pecuária Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.

Tabela 22
Participação de Mato Grosso nos principais rebanhos, produção de leite e ovos, em relação ao Centro-Oeste e Brasil – 2002-2006

Especificação	MATO GROSSO/CENTRO-OESTE				MATO GROSSO/BRASIL			
	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006
	Part. (%)	Part. (%)	Part. (%)	Part. (%)	Part. (%)	Part. (%)	Part. (%)	Part. (%)
Bovino(cabeças)	35,22	36,42	37,02	36,95	12,59	12,67	12,87	12,66
Suíno(cabeças)	31,34	34,91	35,54	35,96	3,45	3,97	3,99	4,09
Aves(cabeças)	22,30	21,34	20,96	22,83	2,14	2,07	2,1	2,25
Vacas ordenhadas (cab)	14,25	14,49	15,50	15,55	2,39	2,37	2,55	2,48
Produção de leite (1000 l)	13,91	15,23	15,78	15,69	2,21	2,35	2,42	2,30
Produção de ovos (1000 dz)	20,24	20,50	20,63	21,45	1,70	1,72	1,71	1,79

Fonte: IBGE, Produção Pecuária Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.

Tabela 23
Abate e peso morto de bovinos, suínos e aves no Estado de Mato Grosso – 2002-2006

Ano	Abate de animais					
	Cabeças			Peso Morto (kg)		
	Bovinos	Suínos	Aves	Bovinos	Suínos	Aves
2002	2.444.180	272.932	55.343.070	591.999.111	21.367.506	97.202.904
2003	2.761.603	468.216	63.918.010	645.158.600	39.005.580	127.771.807
2004	3.535.133	660.725	67.795.613	814.195.774	54.979.420	144.437.159
2005	4.081.659	908.630	72.667.973	930.797.063	73.582.970	152.920.922
2006	4.780.290	888.205	92.032.385	1.082.805.129	69.798.282	165.726.072

Fonte: IBGE, Produção Pecuária Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.

Gráfico 6 - Rebanho bovino dos principais Estados do Brasil – 2002-2006

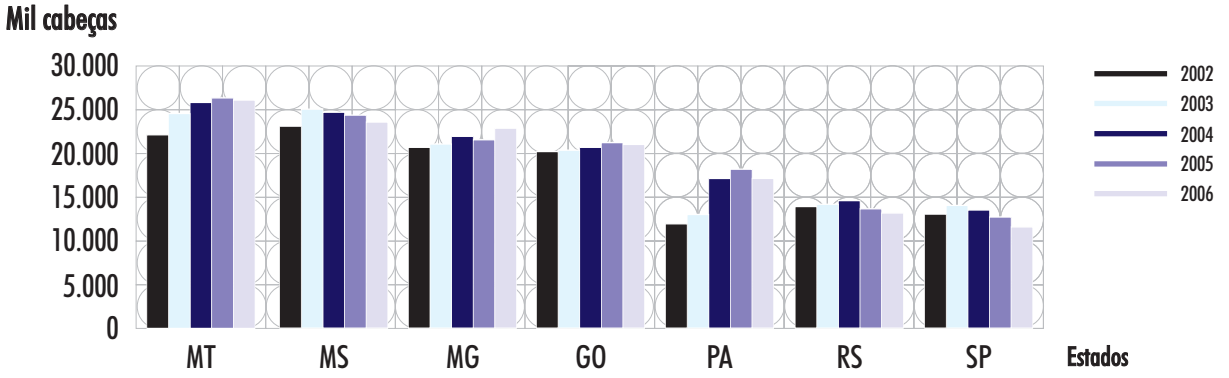


Tabela 24
Ranking dos Maiores Produtores de Bovinos do Brasil - 2002-2006

ESTADOS	Efetivo do Rebanho Bovino (1000 cabeças)					Ranking				
	2002	2003	2004	2005	2006	2002	2003	2004	2005	2006
Mato Grosso	22.184	24.614	25.919	26.652	26.064	2º	2º	1º	1º	1º
Mato Grosso do Sul	23.168	24.984	24.715	24.504	23.726	1º	1º	2º	2º	2º
Minas Gerais	20.559	20.852	21.623	21.404	22.203	3º	3º	3º	3º	3º
Goiás	20.102	20.179	20.420	20.727	20.647	4º	4º	4º	4º	4º
Pará	12.191	13.377	17.430	18.064	17.502	7º	7º	5º	5º	5º
Rio Grande do Sul	14.371	14.582	14.670	14.240	13.975	5º	5º	6º	6º	6º
São Paulo	13.701	14.046	13.766	13.421	12.790	6º	6º	7º	7º	7º
Rondônia	8.040	9.392	10.671	11.349	11.484	10º	10º	8º	8º	8º
Bahia	9.856	10.147	10.466	10.463	10.765	9º	9º	9º	9º	9º
Paraná	10.048	10.259	10.278	10.153	9.765	8º	8º	10º	10º	10º
Tocantins	6.979	7.660	7.925	7.962	7.761	11º	11º	11º	11º	11º
Maranhão	4.776	5.514	5.928	6.449	6.613	12º	12º	12º	12º	12º
Santa Catarina	3.118	3.190	3.263	3.377	3.461	13º	13º	13º	13º	13º

Fonte: IBGE, Produção Pecuária Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.

De 2002 a 2006 a bovinocultura aumentou 17,49%, ou seja, 4,11% ao ano. Nos útlimos 3 anos, foi considerado o primeiro do ranking nacional na produção de bovino, com 26 milhões de cabeças de gado, participando com 12,66% do rebanho nacional e 37% do rebanho do Centro-Oeste.

Gráfico 7 - Principais estados produtores de carne bovina do Brasil – 2006

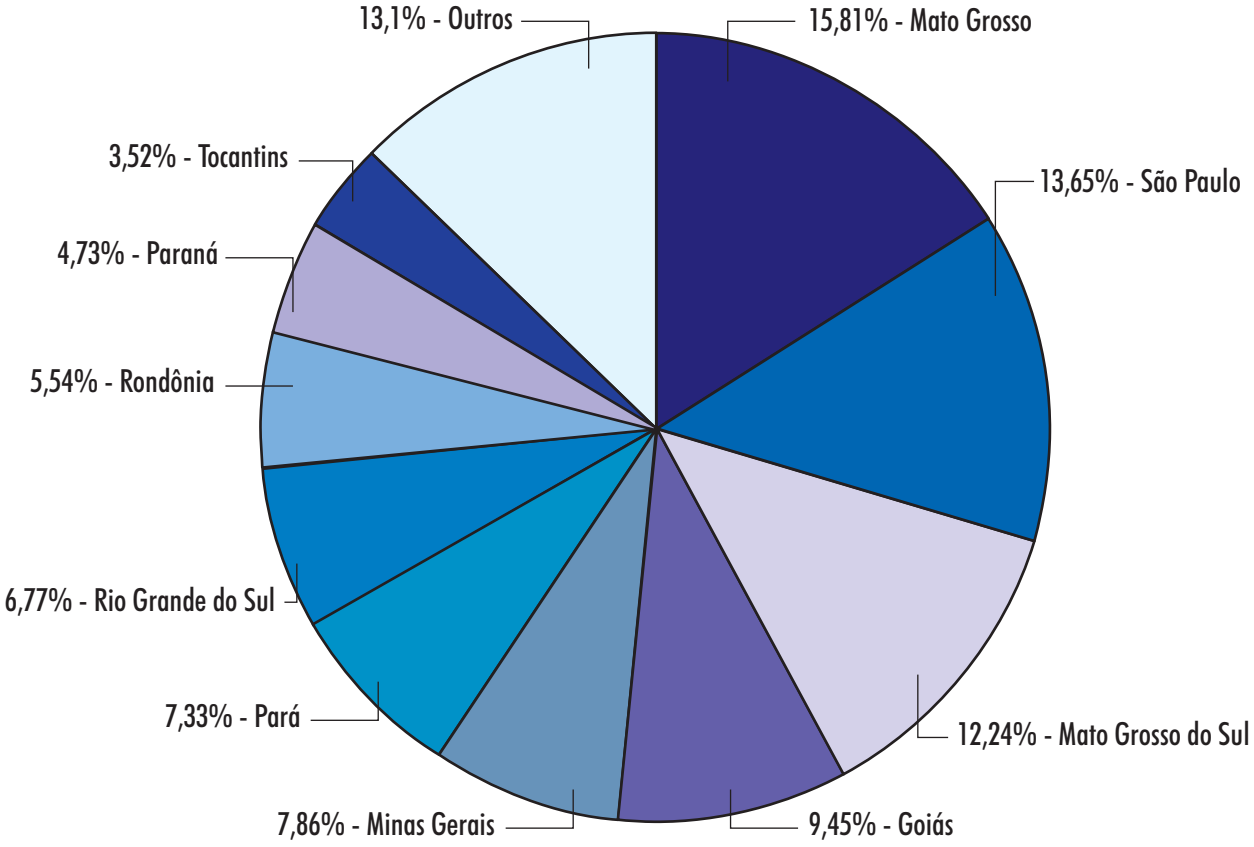
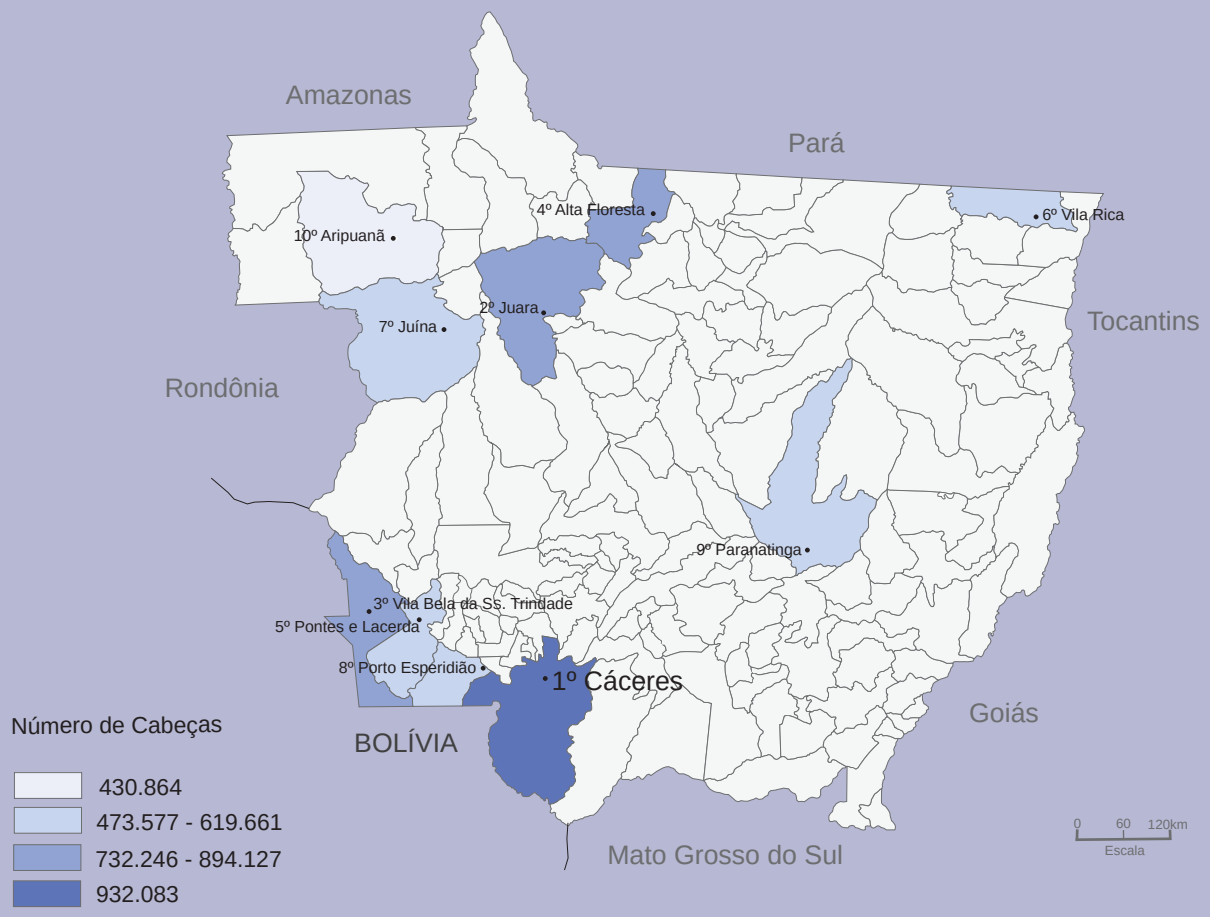


Tabela 25
Ranking dos principais Estados produtores de carne bovina do Brasil – 2006

Unidades da Federação	Abate (cabeças)	Participação %	Ranking
Brasil	30.230.222	100,00	
Mato Grosso	4.780.290	15,81	1º
São Paulo	4.126.182	13,65	2º
Mato Grosso do Sul	3.699.818	12,24	3º
Goiás	2.855.736	9,45	4º
Minas Gerais	2.376.563	7,86	5º
Pará	2.214.770	7,33	6º
Rio Grande do Sul	2.046.792	6,77	7º
Rondônia	1.674.940	5,54	8º
Paraná	1.429.046	4,73	9º
Tocantins	1.063.319	3,52	10º
Bahia	922.133	3,05	11º
Maranhão	720.070	2,38	12º
Pernambuco	359.586	1,19	13º
Santa Catarina	333.421	1,10	14º
Ceará	322.921	1,07	15º
Acre	275.027	0,91	16º
Espírito Santo	254.915	0,84	17º
Alagoas	155.242	0,51	18º
Piauí	126.888	0,42	19º
Rio Grande do Norte	95.659	0,32	20º
Amazonas	89.911	0,30	21º
Rio de Janeiro	70.154	0,23	22º
Paraíba	67.889	0,22	23º
Distrito Federal	42.419	0,14	24º
Roraima	29.896	0,10	25º
Amapá	6.549	0,02	26º

Fonte: IBGE, Produção Pecuária Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.

Ranking da produção de Bovino, por município – Mato Grosso



Fonte: IBGE, Produção Pecuária Municipal, 2006

A produção de carne bovina, que era de 592 mil toneladas em 2002, saltou para 1,1 milhão de toneladas em 2006, registrando um crescimento de 86%, ou 16,7% ao ano.

Tabela 26
Ranking dos Maiores Produtores de Bovinos do Estado de Mato Grosso, por municípios – 2006

Municípios	Efetivo do Rebanho Bovino			
	Total	Participação estadual (%)	Participação nos 10 maiores (%)	Ranking
ESTADO	26.064.332	100,00	-	-
TOTAL	6.600.157	25,32	100,00	-
Cáceres	932.083	3,58	14,12	1º
Juara	894.127	3,43	13,55	2º
Vila Bela da Santíssima Trindade	872.290	3,35	13,22	3º
Alta Floresta	732.246	2,81	11,09	4º
Pontes e Lacerda	619.661	2,38	9,39	5º
Vila Rica	616.151	2,36	9,34	6º
Juína	533.595	2,05	8,08	7º
Porto Esperidião	495.563	1,90	7,51	8º
Paranatinga	473.577	1,82	7,18	9º
Aripuanã	430.864	1,65	6,53	10º

Fonte: IBGE, Produção Pecuária Municipal.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações.

Indústria

O processo de industrialização no Estado de Mato Grosso vem aos poucos se solidificando por meio de sua vocação natural pela atividade agropecuária e todos os negócios de sua cadeia produtiva. Os resultados favoráveis na produção de grãos, oleaginosas e fibras, a partir dos anos 90, fizeram com que se estimulasse consideravelmente a expansão das atividades da agroindústria, atraindo, assim, investimentos produtivos, ampliando a geração de novos postos de trabalho, incrementando a renda e conseqüentemente melhorando a vida da população.

A indústria da transformação é uma das principais atividades da economia mato-grossense, com importância tanto no abastecimento interno como no desempenho exportador estadual. Sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) estadual em 2005 foi de 10,28%, tendo como destaque os segmentos da indústria de alimentos, madeira, álcool e minerais não metálicos, participando com 62,4%, 12,1%, 6,3% e 5,3%, respectivamente, do total do valor adicionado da indústria de transformação.

As agroindústrias, no geral, e as indústrias alimentares, em particular, são segmentos representativos do potencial de crescimento econômico das regiões onde as atividades agropecuárias constituem base preponderante da produção econômica. Tal se dá pela sua capacidade intrínseca de alavancar processos de integração e inovação tecnológica junto aos produtores e de articular os fluxos de produção do campo aos centros de consumo – provocando profundas alterações nas relações vigentes na agricultura e nas condições de acesso aos alimentos por parte das populações urbanas (Silveira, 2006).

Ao agregar valor aos produtos agropecuários, as atividades agroindustriais exercem efeito multiplicador sobre as oportunidades de emprego e renda, fixando mão-de-obra e incrementando o recolhimento de impostos – fatores decisivos na promoção do bem-estar social e na estruturação das cidades, especialmente de regiões de ocupação recente, como é o caso de vários municípios de Mato Grosso.

Programas governamentais propiciaram a expansão agroindustrial no Centro-Oeste e em especial no Estado, como foi o caso do Programa Nacional de Álcool (PROALCOOL). Os subsídios federais orientados à diversificação da matriz energética brasileira permitiram a consolidação de importantes pólos sucroalcooleiros no Estado, concentrando-se nos municípios de Nova Olímpia, Barra dos Bugres, Campo Novo do Parecis, São José do Rio Claro, Lambari D´Oeste, Jaciara e, por último, Poconé e Confresa, que progrediram rapidamente na especialização da produção e processamento da cana-de-açúcar.

Outros segmentos das agroindústrias, como esmagadoras, algodoeiras, fiações e beneficiadoras de cereais, se destacam em termos de novos investimentos por grandes empresas líderes de capitais locais atuantes nos mercados regionais. O extrativismo vegetal, por último, também demandou, atividades agroindustriais, sendo representativos deste segmento tanto o preparo do palmito, como o beneficiamento do látex.

Segundo dados do IBGE, em 2005, 80% das unidades locais industriais do Estado são voltadas para o segmento agroindustrial, gerando 88,6% dos empregos com carteira assinada, chegando a movimentar R$ 14 bilhões, o que representa 96,5% do Valor Bruto da Produção industrial do Estado.

De acordo com os dados levantados pela Pesquisa Industrial Anual do IBGE, em 2005, em termos de faturamento, o segmento de maior importância na indústria de transformação foi o de fabricação de produtos alimentares e bebidas, com 525 unidades, responsável pela geração de 31.528 empregos com carteira assinada, o que representou 45% dos empregos da indústria. Este movimentou um faturamento da ordem R$ 10,7 bilhões, que foi capaz de agregar em torno de R$ 5 bilhões, o qual representou 78,5% do Valor da Transformação Industrial do Estado.

Em seguida, têm-se os segmentos dos produtos da madeira, com 719 unidades locais, com 14.122 postos de trabalho e gerando um Valor da Transformação da ordem de R$ 387,6 milhões, o que representa em torno de 6,2% de todo o Valor Industrial. Essa atividade, em virtude de política ambiental no Estado, vem perdendo impulso, uma vez que em 2004 eram 22.057 empregados, reduzindo para 14.122 em 2005, o que representa uma variação negativa de 36% em relação ao ano anterior.

Em terceiro lugar, temos o segmento da produção de álcool, com apenas 11 unidades locais, mas capaz de gerar 5.536 empregos e agregar um Valor da Transformação Industrial de R$ 278 milhões, ou seja, 4,45%.

Em quarta posição temos o segmento de fabricação de produtos químicos, com 74 unidades locais, gerando 768 empregos com carteira assinada, o que faz com que agregue um Valor da Transformação da ordem de R$ 139 milhões o que representa 2,2% de todo o VTI estadual.

A indústria da transformação é uma das principais atividades da economia mato-grossense, tendo como destaque os seguimentos alimentícios, madeira e álcool, com importância tanto no abastecimento interno como no desempenho exportador estadual.

Esse segmento, em que pese ser o segundo em faturamento, é o quarto em termos de agregação do VTI, isso porque os custos das operações industriais são os mais elevados, apresentando uma relação CI/VBP de 84,9%, enquanto que a média estadual é de 57,14%.

Com relação aos empregos gerados na atividade, enquanto em 2005, a indústria da madeira perdeu impulso, a alimentar cresceu 24% em relação a 2004. Outro segmento que tem contribuído significativamente é a da produção de álcool, passando nesse período de 4.843 empregados para 5.536, o que significa um crescimento de 14% de 2004 para 2005.

É importante também registrar o elevado incremento da indústria metalúrgica básica que em 2005 registrou um crescimento de 154%, saltando de 11 unidades locais para 28. O que fez com que passasse de 115 empregos em 2004 para 1.058 em 2005, com salários médios de R$ 5.513, agregando um VTI de R$ 32,5 milhões.

Marilde Brito Lima
Economista, técnica da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso – SEPLAN. Especialista em Planejamento e Programação Econômica UFMT.

Tabela 1
Unidades locais, pessoal ocupado e salários, por classe e atividade econômicas – Estado de Mato Grosso – 2003-2005

Classes de Atividades	Unidades Locais[1]			Pessoal Ocupado em 31/12			Salários, retiradas e outras remunerações (Mil Reais)		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Mato Grosso	2.284	2.330	2.404	69.450	71.180	70.716	519.256	611.343	687.019
Indústrias ex trativas	50	63	63	1.354	1.597	1.189	11.538	15.415	11.850
Indústrias de transformação	2.234	2.267	2.341	68.096	69.583	69.527	507.718	595.928	675.169
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	510	538	525	25.752	25.436	31.528	196.669	222.978	291.456
Fabricação de produtos têxteis	39	53	48	792	822	791	6.801	9.911	11.902
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	77	74	64	1.126	946	755	4.854	4.519	4.158
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	23	23	26	1.177	1.137	1.638	9.661	11.518	14.250
Fabricação de produtos de madeira	863	820	719	22.413	22.057	14.122	133.324	148.849	114.230
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	6	7	8	80	113	93	423	702	542
Edição, impressão e reprodução de gravações	87	100	99	1.517	1.689	1.645	11.312	14.246	13.773
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	9	9	11	4.677	4.843	5.536	64.099	77.396	88.658
Fabricação de produtos químicos	59	60	74	727	829	768	11.147	20.955	21.058
Fabricação de artigos de borracha e plástico	48	51	55	1.269	1.596	1.501	8.259	10.644	13.663
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	179	176	192	3.234	4.159	4.136	21.510	27.976	34.157
Metalurgia básica	8	11	28	493	115	1.058	4.542	1.379	5.833
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	97	126	135	1.678	2.083	1.707	11.435	16.576	20.818
Fabricação de máquinas e equipamentos	34	46	49	438	599	578	4.215	5.242	6.661
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	13	11	13	276	276	253	1.960	2.164	2.395
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	49	36	45	661	636	619	5.409	4.890	5.628
Fabricação de móveis e indústrias diversas	106	101	201	1.410	1.933	2.240	9.351	11.361	17.538
Outros	27	25	49	376	314	559	2.747	4.622	8.449

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual, 2003-2005.
Elaboração: SEPLAN-MT, Superintendência de Estudos e Informações - SEI.
(1) A PIA - Empresa, pesquisa realizada pelo IBGE, tem como amostra um painel de unidades locais da indústria que possuem 5 ou mais pessoas ocupadas no período do levantamento.

Segundo dados do IBGE, em 2005, 80% das unidades locais industriais do Estado são voltadas para o segmento agroindustrial, gerando 88,6% dos empregos com carteira assinada, chegando a movimentar R$ 14 bilhões, o que representa 96,5% do Valor Bruto da Produção Industrial do Estado.

Gráfico 1 - Pessoal ocupado na indústria de Mato Grosso, por gênero – 2005

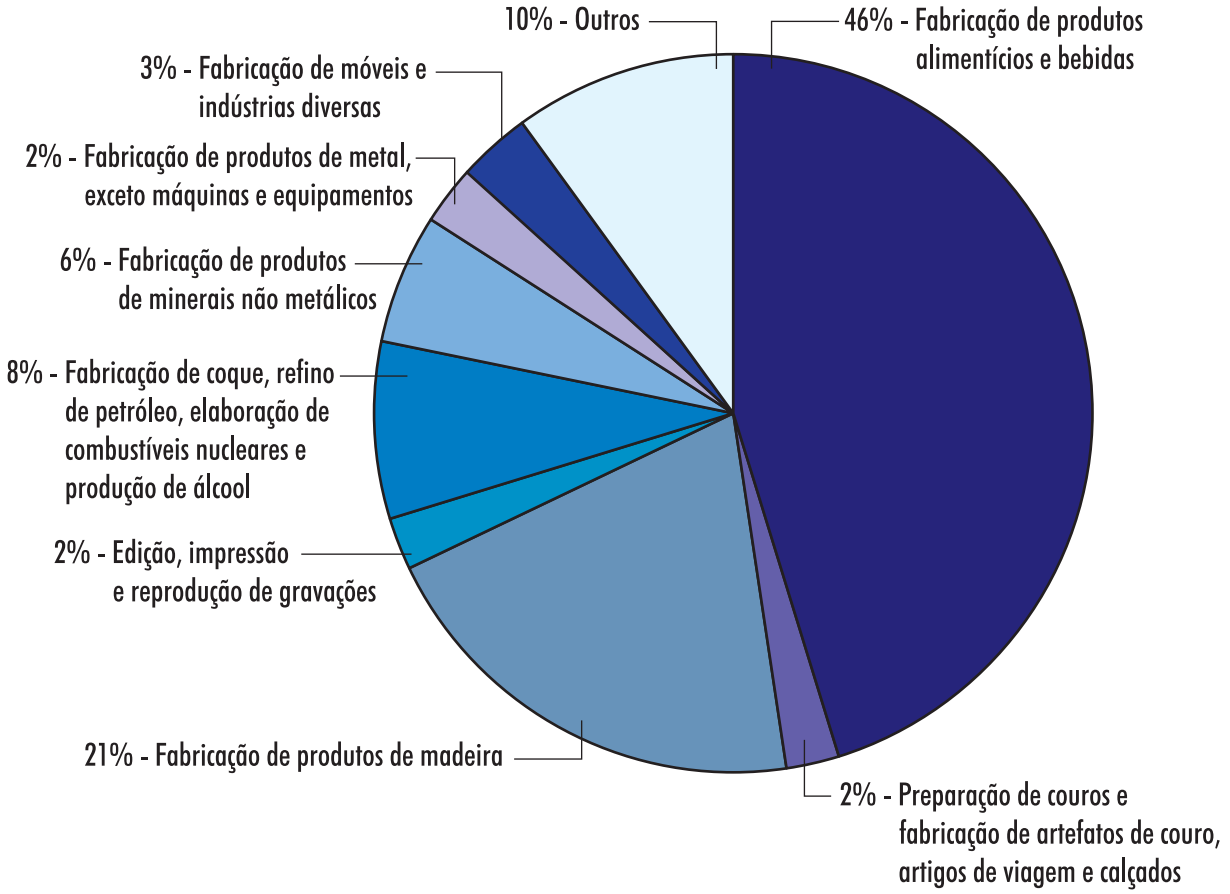


Gráfico 2 - Pessoal ocupado nas principais atividades industriais no Estado de Mato Grosso – 2003-2005

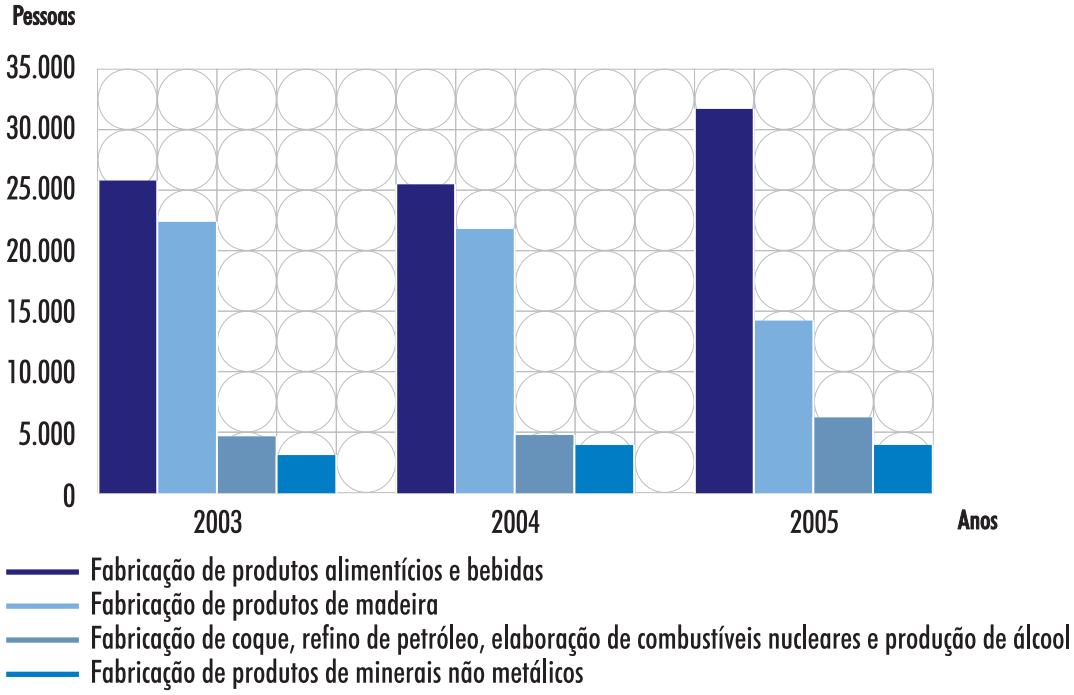


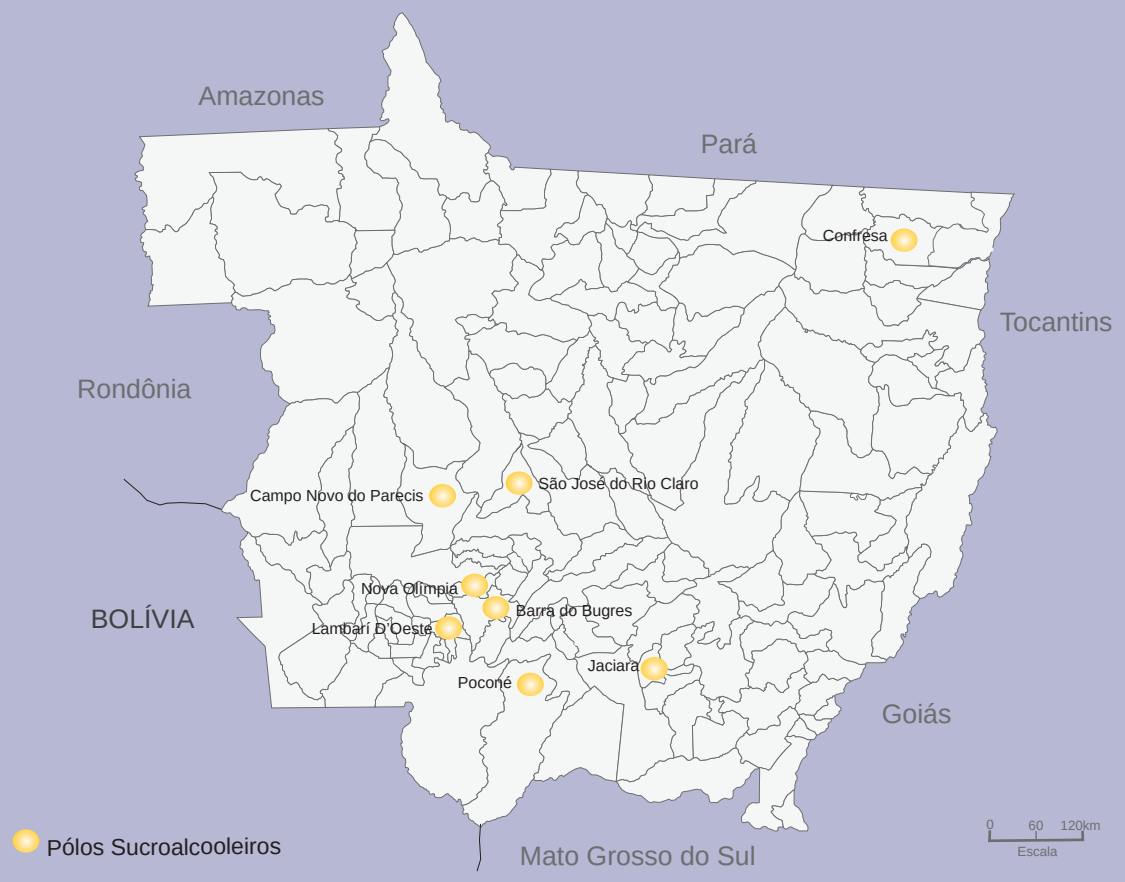
Tabela 2

Custos das operações industriais, valor bruto da produção e da transformação industrial, por classe de atividades econômicas, do Estado de Mato Grosso – 2004-2005 (em mil reais)

Classes de Atividades	Custos das Operações Industriais		Valor Bruto da Produção Industrial		Valor da Transformação Industrial		CI/VBP	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Mato Grosso	9.448.859	8.380.497	14.715.610	14.677.313	5.266.751	6.296.816	64,21	57,10
Indústrias extrativas	64.126	50.313	147.694	99.699	83.568	49.386	43,42	50,46
Indústrias de transformação	9.384.733	8.330.184	14.567.916	14.577.614	5.183.183	6.247.430	64,42	57,14
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	6.851.492	5.801.906	10.676.252	10.706.726	3.824.760	4.904.820	64,18	54,19
Fabricação de produtos têxteis	44.212	23.933	70.446	60.697	26.234	36.764	62,76	39,43
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	10.686	12.722	16.462	17.426	5.776	4.704	64,91	73,01
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	305.631	231.854	351.077	305.303	45.446	73.449	87,06	75,94
Fabricação de produtos de madeira	478.799	390.856	1.004.697	778.546	525.898	387.690	47,66	50,20
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	2.687	1.435	5.886	4.579	3.199	3.144	45,65	31,34
Edição, impressão e reprodução de gravações	20.438	13.542	37.263	49.499	16.825	35.957	54,85	27,36
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	475.414	580.236	705.340	858.542	229.926	278.306	67,40	67,58
Fabricação de produtos químicos	845.572	781.724	1.024.986	920.773	179.414	139.049	82,50	84,90
Fabricação de artigos de borracha e plástico	60.272	92.312	101.193	137.646	40.921	45.334	59,56	67,06
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	80.597	199.333	230.890	348.260	150.293	148.927	34,91	57,24
Metalurgia básica	38.824	43.280	53.322	75.763	14.498	32.483	72,81	57,13
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	91.220	89.472	153.625	159.879	62.405	70.407	59,38	55,96
Fabricação de máquinas e equipamentos	7.247	6.322	19.015	23.869	11.768	17.547	38,11	26,49
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	8.100	13.299	19.129	30.188	11.029	16.889	42,34	44,05
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	4.111	3.528	10.461	11.004	6.350	7.476	39,30	32,06
Fabricação de móveis e indústrias diversas	56.493	41.690	81.356	77.947	24.863	36.257	69,44	53,49
Outros	2.938	2.740	6.516	10.967	3.578	8.227	45,09	24,98

Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Anual, 2004-2005.
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI.

Pólos Sucroalcooleiros do Estado de Mato Grosso



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2006

Programas governamentais propiciaram a expansão agroindustrial no Centro-Oeste e em especial no Estado, como foi o caso do Programa Nacional de Álcool (PROALCOOL). Os subsídios federais orientados à diversificação da matriz energética brasileira permitiram a consolidação de importantes pólos sucroalcooleiros no Estado.

Gráfico 3 - Valor da Transformação Industrial de Mato Grosso - 2005

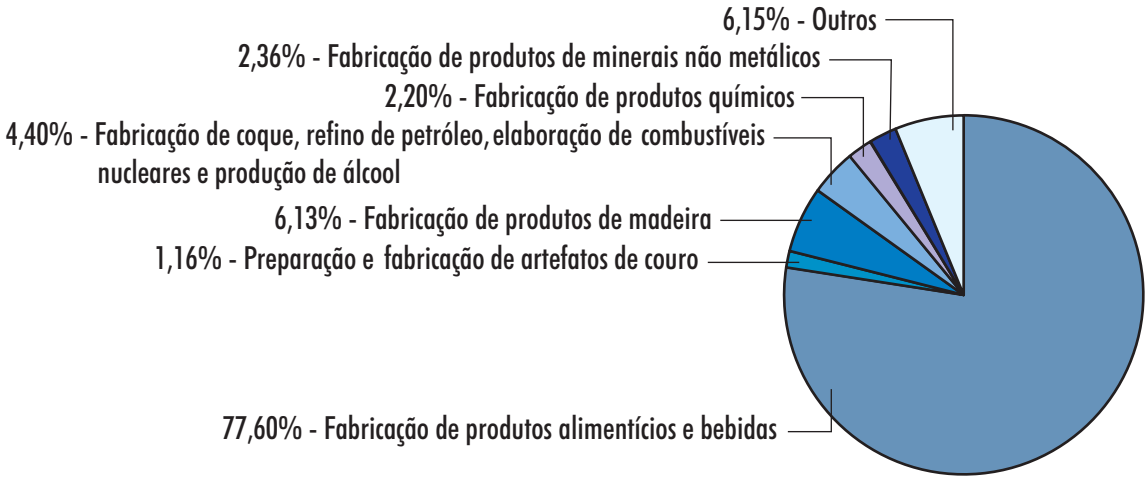
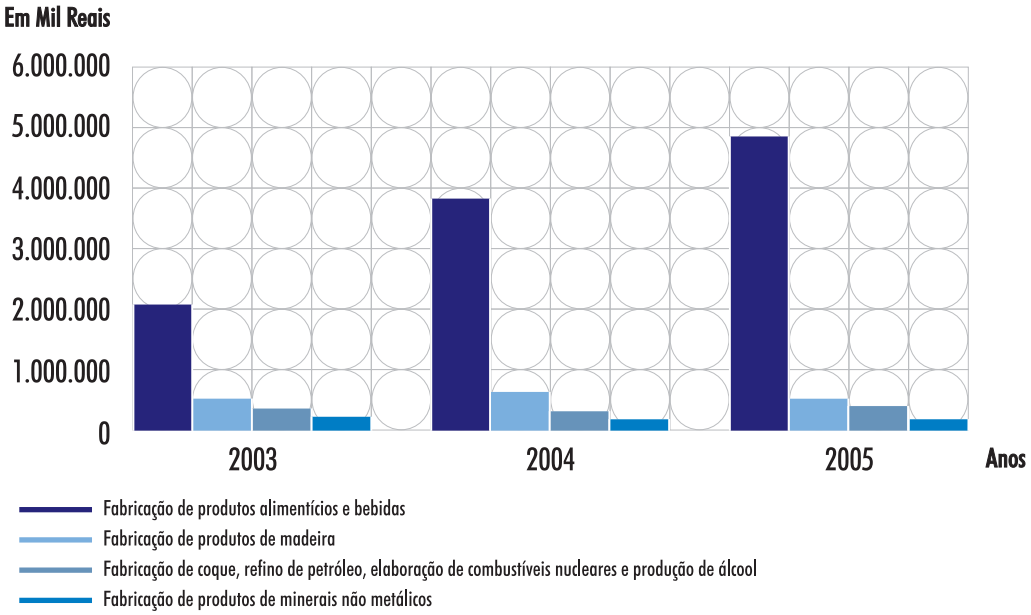


Gráfico 4 - Valor da transformação industrial das principais atividades do Estado de Mato Grosso – 2003-2005



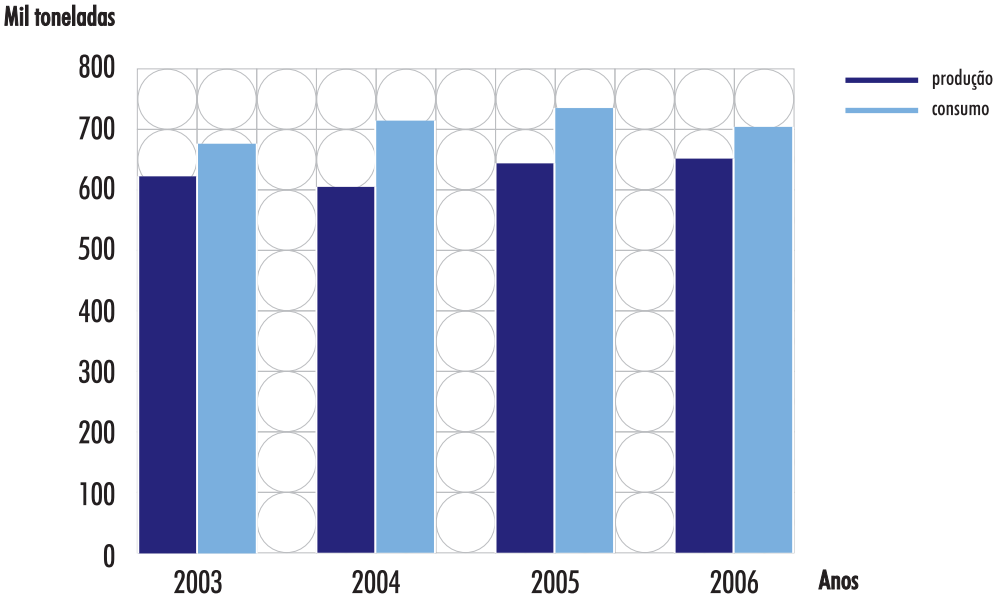
As agroindústrias, no geral, e as indústrias alimentares, em particular, são segmentos representativos do potencial de crescimento econômico das regiões onde as atividades agropecuárias constituem base preponderante da produção econômica (Silveira, 2006).

Tabela 3
Produção e consumo de cimento (em mil toneladas) do Estado de Mato Grosso, Centro-Oeste e Brasil – 2003-2006

Anos	MATO GROSSO		CENTRO-OESTE		BRASIL	
	Produção (mil t)	Consumo (mil t)	Produção (mil t)	Consumo (mil t)	Produção (mil t)	Consumo (mil t)
2003	624	668	3.535	3.040	34.010	33.785
2004	602	717	4.062	3.469	34.413	34.176
2005	637	737	4.401	3.789	36.673	35.645
2006(1)	642	701	4.570	3.686	36.673	38.332

Fonte: SNIC, 2003-2006.
Elaboração: SEPLAN / Superintendência de Estudos e Informações - SEI.
(1) Dados preliminares sujeitos à revisão.

Gráfico 5 - Produção e consumo de cimento do Estado de Mato Grosso – 2003-2006



Comércio

A atuação das atividades do setor terciário (comércio e serviços) no desempenho da dinâmica econômica local e nacional é muito importante, uma vez que historicamente têm sido propulsoras não só do desenvolvimento econômico como também sóciocultural. Segundo dados do IBGE, em 2004, 97% das micro e pequenas empresas do Brasil estão nesse setor, gerando mais de 55% do emprego com carteira assinada e mais de 25% da massa salarial brasileira, representando mais de 60% do PIB brasileiro.

Em Mato Grosso, no ano de 2005, de acordo com o Cadastro Central das Empresas (IBGE), o setor apresentou mais de 77 mil empresas instaladas, gerando mais de 393 mil empregos. A atividade de maior importância no setor terciário é o comércio, registrando mais de 62% dos estabelecimentos da categoria, sendo responsável pela geração de 148 mil empregos. No Brasil, há cerca de cinco milhões, gerando aproximadamente 30 milhões de empregos.

Analisando o desempenho econômico da atividade comercial em Mato Grosso no ano de 2005, segundo dados da Pesquisa Anual da Indústria – PIA, realizada pelo IBGE, este apresentou variação positiva de 13,12% no valor da margem de comercialização em relação a 2004, impulsionado pelo comércio varejista, quando este registrou valores em 2005 de R$ 1.964 milhões contra R$ 1.328 milhões em 2004.

Enquanto os dados do comércio como um todo apresentaram resultado positivo, observa-se que o comércio de veículos, peças e motocicletas e o comércio por atacado tiveram variação negativa de -15,59% e -4,9%, respectivamente.

Analisando-se a estrutura produtiva da atividade comercial de Mato Grosso, no período de 2004 e 2005, através dos números médios de receita bruta e de margem de comercialização verifica-se que os dados são inferiores aos registrados pelos demais estados da região Centro-Oeste. Em contrapartida, os valores das remunerações pagas e o número de pessoal ocupado no Estado superaram os resultados médios auferidos na região e no país.

A receita bruta de revenda nesse período passou de R$ 20,85 bilhões para R$ 22,74 bilhões, ou seja, sofreu incremento de 9,08%, enquanto a média da região foi de 16,35% e a nacional foi de 19,61%. Esse número foi fortemente influenciado pelo resultado que apresentou o comércio por atacado (-1,93%), muito embora o comércio varejista tenha apresentado o melhor desempenho de todo o Centro-Oeste (32,65%). Esse fato foi conseqüência da grande participação daquele segmento (58%) na receita bruta total, enquanto o varejo representou 32%. Quanto ao segmento de revenda de veículos e peças, o aumento na receita bruta significou 17,16%, ou seja, um pouco acima da média da região.

Na comparação da margem de comercialização, Mato Grosso também apresentou números abaixo da média da região. No Estado a margem elevou-se em 13,12%, enquanto o Centro-Oeste 16,77% e o Brasil 21,03%. Novamente o desempenho do comércio atacadista

(-4,93%) ofuscou o excelente crescimento obtido pelo varejo (47,99%), ainda que o peso relativo na margem de comercialização total do segmento atacado (42%) fosse menor que o do varejo (48%). A revenda de veículos e peças também sofreu uma retração de 15,59%, resultado este que também corroborou negativamente na formação da margem de comercialização total.

Por sua vez, as remunerações pagas pelas empresas comerciais partiram de R$ 716 milhões em 2004 para R$ 901 milhões em 2005, conquistando a melhor média de crescimento do Centro-Oeste, 25,80%, ultrapassando a média regional que foi de 20,60% e a brasileira, de 20,80%. Nesse comparativo o comércio atacadista superou a média regional e a nacional, pagando 23,30% acima do ano anterior. O varejo desembolsou a mais 32,39% em 2005 do que em 2004. Vale ressaltar que, do montante pago pelo comércio, 60,8% foram referentes às remunerações do comércio varejista.

A atividade de maior importância no setor terciário é o comércio, registrando mais de 62% dos estabelecimentos da categoria, sendo responsável pela geração de 148 mil empregos.

Os dados referentes ao número de pessoal ocupado no comércio em Mato Grosso também foram comparativamente melhores. Passaram de 116 mil pessoas ocupadas em 2004 para 128 mil em 2005, o que representou um acréscimo de 10,28%. Para a região o percentual foi de 7,91 e para o país 9,84. Outra vez o comércio no varejo, com aumento de 13,85% e seu peso relativo de 71% no total de pessoal ocupado, foi responsável pelo número acima das médias, compensando os números do atacado e de veículos e peças, respectivamente 5,13% e -0,48%.

Marilde Brito Lima
Economista, técnica da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso – SEPLAN. Especialista em Planejamento e Programação Econômica UFMT.

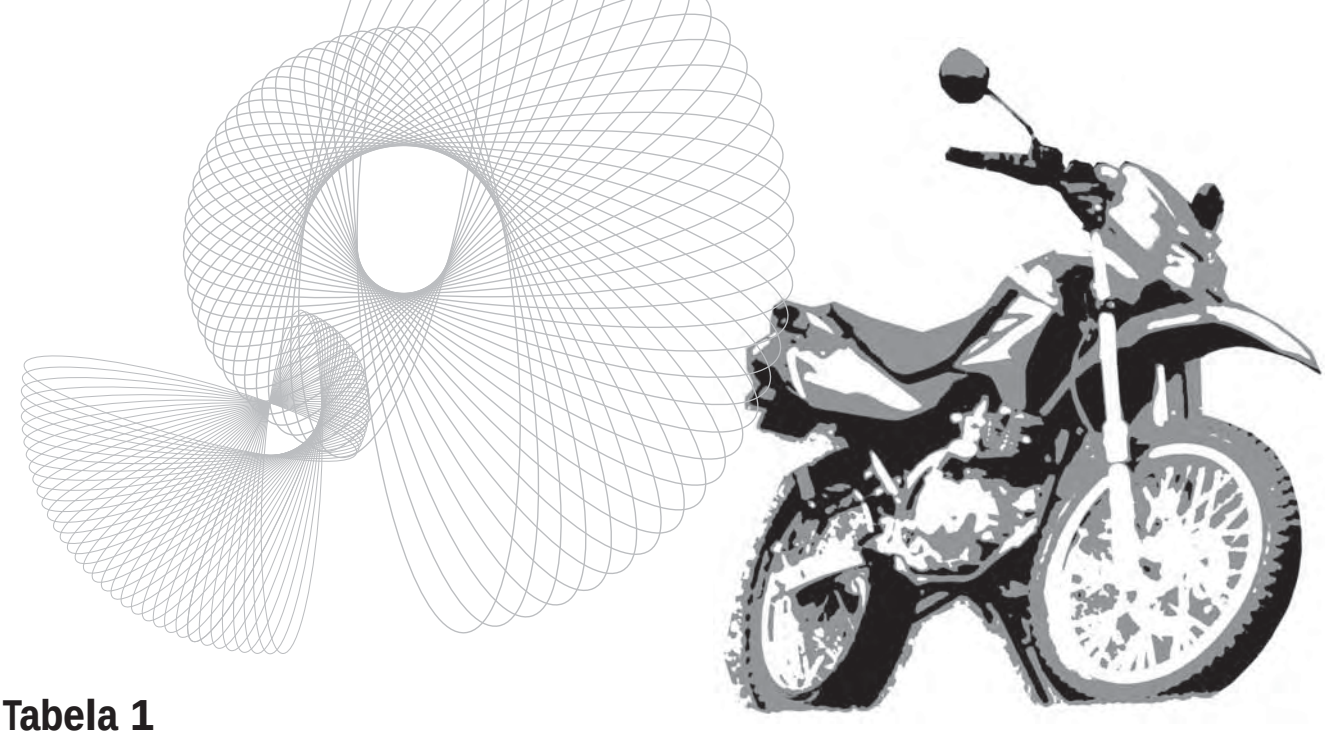


Tabela 1

Dados gerais das empresas comerciais, segundo Unidades da Federação da Região Centro-Oeste, por categorias do comércio – 2004-2005

Região Centro-Oeste e Unidades da Federação de atuação das empresas, por categorias do comércio	Dados gerais das empresas comerciais (em mil reais)								
	Receita bruta de revenda			Margem de comercialização [1]			Salários, retiradas e outras remunerações		
	2 004	2 005	Var.%	2 004	2 005	Var.%	2 004	2 005	Var.%
BRASIL	864.799.197	1.034.399.575	19,61	151.647.736	183.538.939	21,03	43.814.771	52.928.948	20,80
Centro-Oeste	77.342.816	89.990.093	16,35	13.029.273	15.214.018	16,77	3.162.116	3.813.435	20,60
Mato Grosso	20.847.084	22.739.035	9,08	3.613.860	4.088.135	13,12	716.507	901.385	25,80
Comércio de veículos, peças e motocicletas	2.001.664	2.345.054	17,16	469.366	396.189	-15,59	129.234	139.654	8,06
Comércio por atacado	13.314.801	13.057.727	-1,93	1.816.793	1.727.138	-4,93	173.270	213.639	23,30
Comércio varejista[2]	5.530.619	7.336.254	32,65	1.327.701	1.964.808	47,99	414.003	548.092	32,39
Mato Grosso do Sul	12.083.803	14.236.632	17,82	1.782.439	2.135.182	19,79	535.382	612.933	14,49
Comércio de veículos, peças e motocicletas	1.272.244	1.674.260	31,60	225.149	260.433	15,67	77.456	102.663	32,54
Comércio por atacado	5.863.408	6.740.269	14,95	735.446	880.361	19,70	125.661	141.859	12,89
Comércio varejista[2]	4.948.151	5.822.103	17,66	821.844	994.388	20,99	332.265	368.411	10,88
Goiás	26.212.312	31.503.732	20,19	4.419.893	4.958.072	12,18	1.060.148	1.267.625	19,57
Comércio de veículos, peças e motocicletas	3.762.159	4.338.737	15,33	831.932	787.763	-5,31	164.253	190.114	15,74
Comércio por atacado	11.134.467	13.198.396	18,54	1.299.707	1.614.606	24,23	248.851	310.520	24,78
Comércio varejista[2]	11.315.686	13.966.599	23,43	2.288.254	2.555.703	11,69	647.044	766.991	18,54
Distrito Federal	18.199.617	21.510.694	18,19	3.213.081	4.032.6 29	25,51	850.079	1.031.492	21,34
Comércio de veículos, peças e motocicletas	3.083.119	3.821.869	23,96	479.902	761.717	58,72	122.352	148.475	21,35
Comércio por atacado	6.954.989	8.280.676	19,06	825.238	1.105.265	33,93	172.027	187.193	8,82
Comércio varejista[2]	8.161.509	9.408.149	15,27	1.907.941	2.165.647	13,51	555.700	695.824	25,22

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Comércio 2004-2005.
Elaboração: SEPLAN / Superintendência de Estudos e Informações - SEI.
(1) Receita líquida de revenda menos o custo de mercadoria vendida. Refere-se ao resultado obtido pelo esforço de venda de mercadoria deduzido dos custos de aquisição das mercadorias pelas empresas.
(2) Inclusive comércio a varejo de combustíveis e lubrificantes.

Gráfico 1 - Comparativo da Receita Bruta de Revenda dos Estados do Centro-Oeste

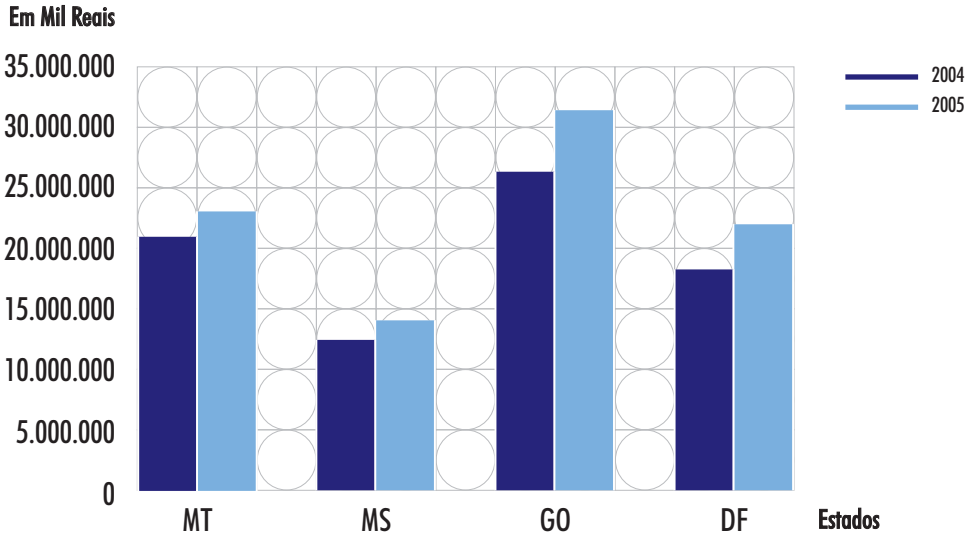


Gráfico 2 - Receita bruta de revenda, segundo Estados da Região Centro-Oeste por categorias do comércio - 2005

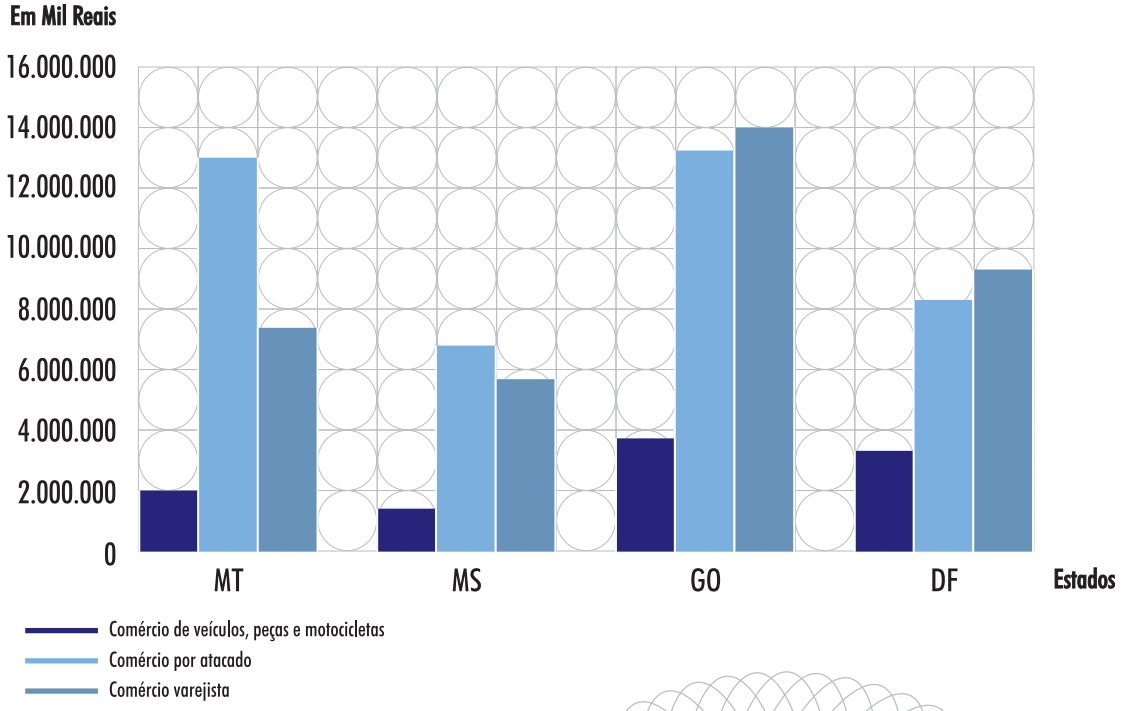


Gráfico 3 - Comparativo da Margem de Comercialização de Revenda por Estados da Região Centro-Oeste

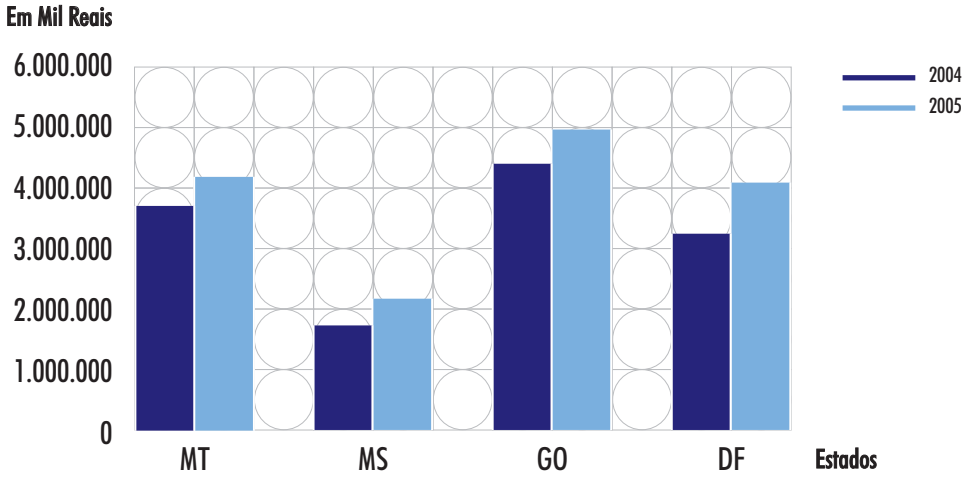


Gráfico 4 - Margem de Comercialização, segundo Estados da Região Centro-Oeste, por categorias do comércio - 2005

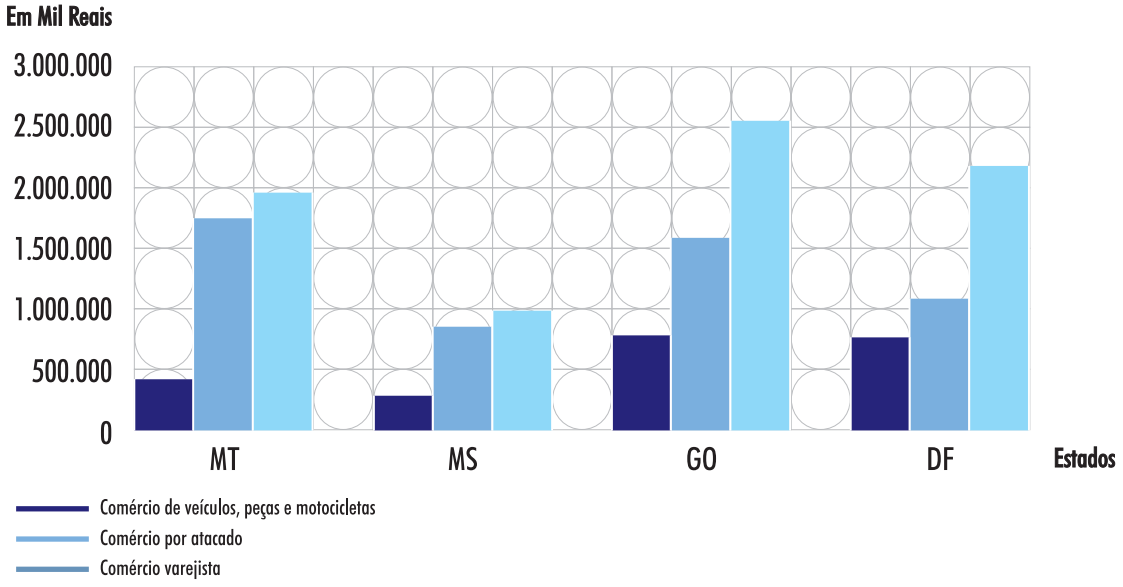


Tabela 2
Dados comparativos das empresas comerciais, segundo Unidades da Federação da Região Centro-Oeste, por categorias do comércio – 2004-2005

Região Centro-Oeste e Unidades da Federação de atuação das empresas, por categorias do comércio	Dados gerais das empresas comerciais					
	Pessoal ocupado em 31.12			Estabelecimentos com receita de revenda		
	2004	2005	Var.%	2004	2005	Var.%
BRASIL	6.440.382	7.073.847	9,84	1.407.053	1.501.778	6,73
Centro-Oeste	543.526	586.544	7,91	105.348	125.533	19,16
Mato Grosso	115.873	127.786	10,28	21.780	25.680	17,91
Comércio de veículos, peças e motocicletas	17.585	17.500	-0,48	2.691	2.797	3,94
Comércio por atacado	18.489	19.438	5,13	1.854	1.882	1,51
Comércio varejista (1)	79.799	90.848	13,85	17.235	21.001	21,85
Mato Grosso do Sul	90.618	96.192	6,15	17.111	19.138	11,85
Comércio de veículos, peças e motocicletas	9.592	14.277	48,84	1.387	2.286	64,82
Comércio por atacado	13.149	14.305	8,79	1.231	1.419	15,27
Comércio varejista (1)	67.877	67.610	-0,39	14.493	15.433	6,49
Goiás	213.578	218.806	2,45	47.302	55.893	18,16
Comércio de veículos, peças e motocicletas	26.576	24.901	-6,30	5.012	4.708	-6,07
Comércio por atacado	30.513	32.628	6,93	3.509	3.860	10,00
Comércio varejista (1)	156.489	161.277	3,06	38.781	47.325	22,03
Distrito Federal	123.457	143.760	16,45	19.155	24.822	29,58
Comércio de veículos, peças e motocicletas	12.243	13.773	12,50	1.396	1.530	9,60
Comércio por atacado	13.203	13.979	5,88	655	986	50,53
Comércio varejista (1)	98.011	116.008	18,36	17.104	22.306	30,41

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Comércio 2004-2005.
Elaboração: SEPLAN / Superintendência de Estudos e Informações.
(1) Inclusive comércio a varejo de combustíveis e lubrificantes.

Gráfico 5 - Comparativo do número de Pessoal Ocupado por Estados da Região Centro-Oeste

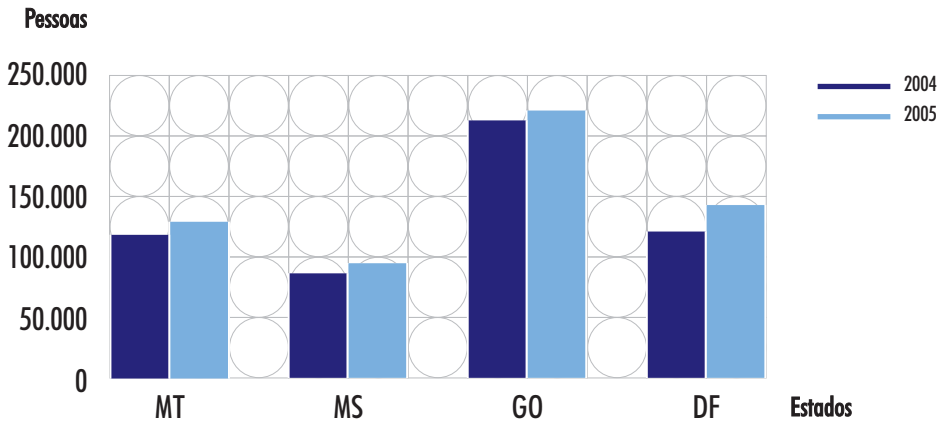
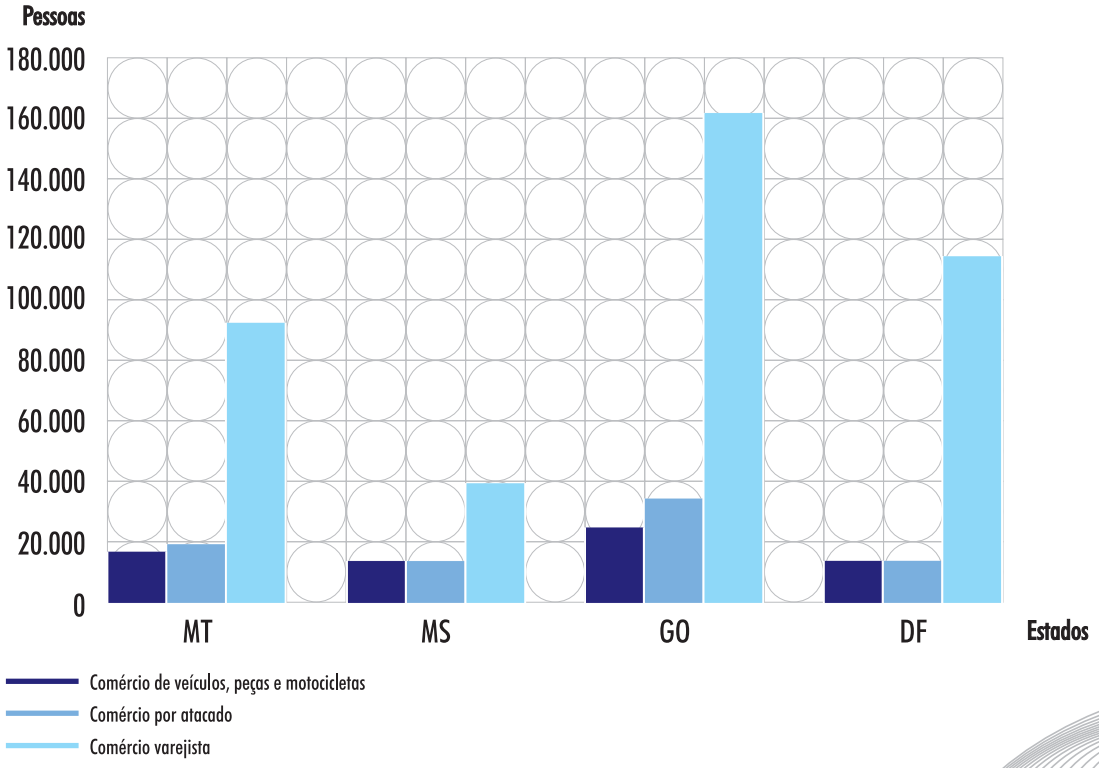


Gráfico 6 - Pessoal ocupado, segundo Estados da Região Centro-Oeste, por categorias do comércio – 2005

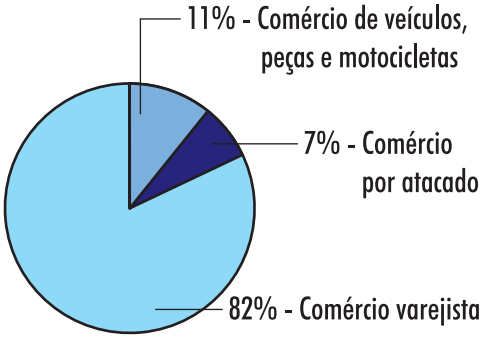


Os dados referentes ao número de pessoal ocupado no comércio em Mato Grosso também foram comparativamente melhores. Passaram de 116 mil pessoas ocupadas em 2004 para 128 mil em 2005, o que representou um acréscimo de 10,28%.

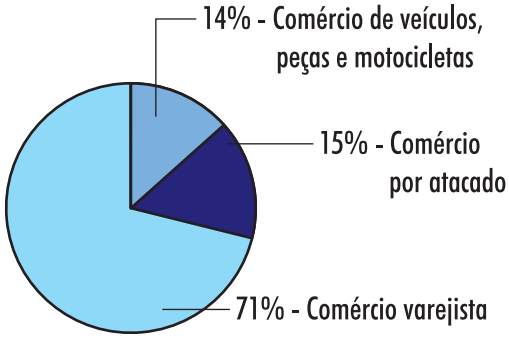
A atuação das atividades do setor terciário (comércio e serviços) no desempenho da dinâmica econômica local e nacional é muito importante, uma vez que historicamente têm sido propulsoras não só do desenvolvimento econômico como também sóciocultural.

Gráfico 7 - Participação dos segmentos do comércio no Estado de Mato Grosso – 2005

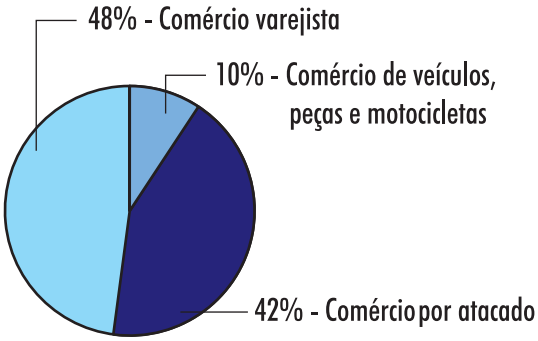
Número de estabelecimentos



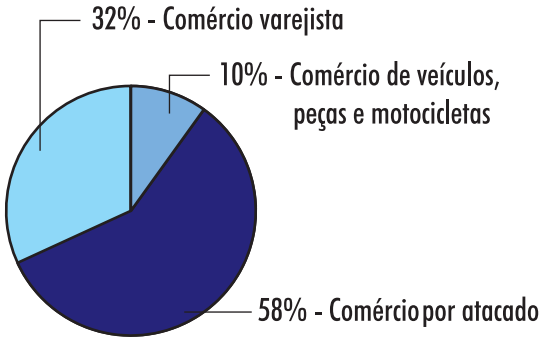
Pessoal ocupado



Margem de comercialização



Receita bruta de revenda



Mercado Externo

O desempenho da economia brasileira vem sendo liderado pelo comércio exterior. Em 2006 as exportações mato-grossenses somaram US$ 4,33 bilhões, registrando um crescimento de 4,38% em comparação a 2005, quando esse total atingiu US$ 4,15 bilhões. Já as importações de 2006 alcançaram US$ 407 milhões, registrando taxa negativa de 0,85% sobre o período anterior, obtendo, assim, um saldo superavitário na balança comercial de US$ 3,9 bilhões, sendo responsável por 8,5% da balança comercial do Brasil e 12% superior ao saldo da balança do Centro-Oeste (tabela 1).

Em que pese a baixa cotação do dólar frente ao real, o crescimento da economia mato-grossense vem sendo liderado pelo comércio exterior. Nos últimos seis anos a balança comercial do Estado registrou saldo comercial expressivo, com participação efetiva no crescimento do PIB do Brasil, contribuindo com uma taxa média anual de 26,8%, conforme demonstram os dados da Secretaria do Comércio Exterior (tabela 1).

Esses resultados vêm confirmar o crescimento consolidado do Estado através do avanço do agronegócio, cujo segmento continua sendo o carro-chefe das exportações mato-grossenses. No ano passado, ele representou 86% das vendas externas do Estado de Mato Grosso, tendo somente o complexo soja somado US$ 3,1 bilhões sendo responsável por 71,5% da pauta das exportações do Estado, conforme tabela 4.

Em seguida, registraram também as vendas de carnes bovinas, suínas e aves, com participação de 6% das exportações do Estado, cuja atividade alcançou um montante da ordem de US$ 263,6 bilhões, contra 171,2 bilhões em 2005, apresentando crescimento anual de 54% em relação ao ano anterior.

Um dos destaques em crescimento nesse ano foram as vendas de ouro em barras, que passaram de US$ 1,1 bilhão em 2005 para US$ 39,4 bilhões em 2006, registrando crescimento de 2.725% em relação ao período anterior (tabela 4).

O principal destino dos produtos exportados de Mato Grosso foi a União Européia, com participação de 43%; a Ásia ocupou o segundo lugar com 35%, vindo em seguida Oriente Médio, Europa Oriental, África e demais países com participação menos expressiva, como: Estados Unidos, Reino Unido, Itália, Rússia, Espanha, Japão, Alemanha e Tailândia. No geral, os produtos mato-grossenses foram remetidos para mais de 50 destinos diferentes (tabela 3).

Já em 2007 as exportações somaram U$ 5,13 bilhões, registrando um crescimento de 18,4%, bem acima do verificado no ano anterior que foi de apenas 4,38%. Isto contribuiu para obtermos um saldo na balança comercial de U$ 4,378 bilhões, o que significa 11% do saldo da balança comercial do Brasil, apresentando com isso, um impacto positivo de 6,6% no crescimento do ano anterior.

É importante destacar as ações que o Estado vem adotando através de políticas públicas importantes nas áreas fiscal, tributária, de incentivos, de financiamento e logística. Além das ações de defesa sanitária vegetal e animal, que representam instrumentos importantes e capazes de assegurar a competitividade dos produtos matogrossenses nos mercados nacional e internacional.

Isso atraiu para o Estado empresas de grande porte, como: Bunge Alimentos S/A, com participação de 19% nas exportações estaduais, Amaggi Exportações e Importações Ltda (12,2%), Cargil Agrícola S/A (10,4%), ADM do Brasil Ltda. (9,0%), Comércio e Indústrias Brasileiras Coinbra S/A, (5,3%), Noble Brasil Ltda. (2,0%) e outras de menos importância.

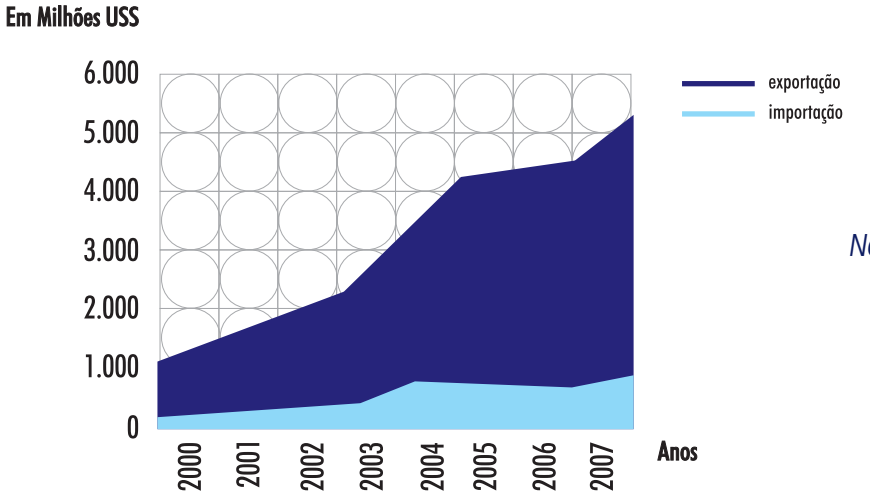
Marilde Brito Lima
Economista, técnica da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso – SEPLAN. Especialista em Planejamento e Programação Econômica UFMT.

Tabela 1
Evolução da Balança Comercial do Brasil, do Centro-Oeste e do Estado de Mato Grosso – em U$ milhões FOB – 2000-2007

Discriminação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
EXPORTAÇÃO								
Brasil	55.086	58.223	60.362	73.084	96.475	118.308	137.807	160.649
Centro-Oeste	1.833	2.471	2.856	3.801	5.187	7.177	7.497	9.694
Mato Grosso	1.033	1.396	1.796	2.186	3.103	4.152	4.333	5.131
IMPORTAÇÃO								
Brasil	55.839	55.572	47.240	48.305	62.835	73.551	91.396	120.621
Centro-Oeste	1.135	1.379	1.545	1.684	2.321	2.951	3.984	5.775
Mato Grosso	91	137	209	277	418	410	407	753
SALDO								
Brasil	*-753*	*2.651*	*13.122*	*24.779*	*33.640*	*44.757*	*46.411*	*40.028*
Centro-Oeste	*698*	*1.092*	*1.311*	*2.117*	*2.866*	*4.226*	*3.513*	*3.919*
Mato Grosso	*942*	*1.259*	*1.587*	*1.909*	*2.685*	*3.742*	*3.927*	*4.378*

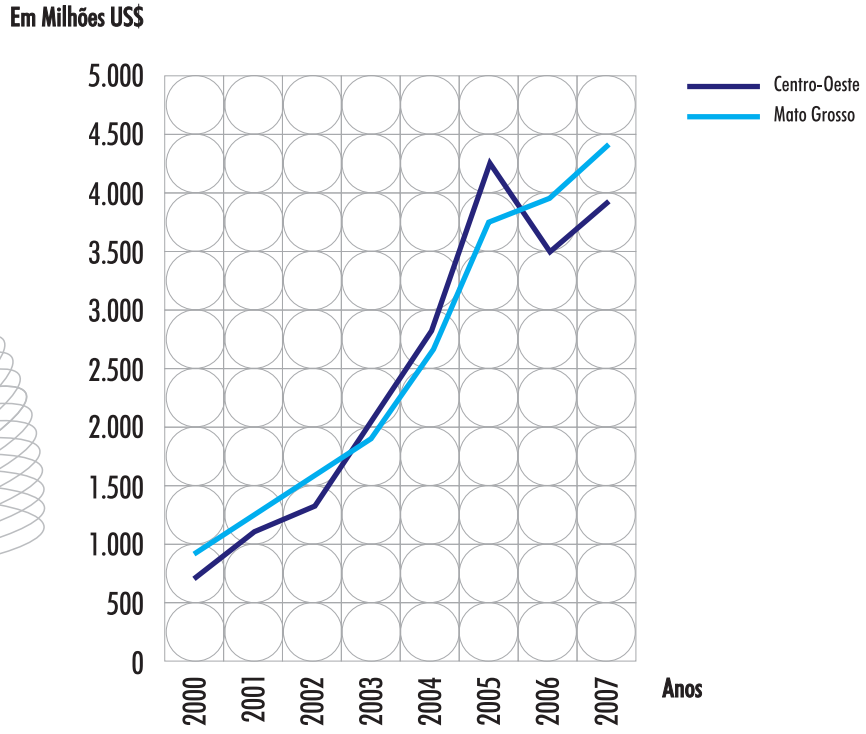
Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações.

Gráfico 1 - Exportações e importações do Estado de Mato Grosso – 2000-2007



Nos últimos seis anos a balança comercial do Estado registrou saldo comercial expressivo, com participação efetiva no crescimento do PIB do Brasil, contribuindo com uma taxa média anual de 26,8% no saldo da balança comercial do Estado, conforme demonstram os dados da Secretaria do Comércio Exterior.

Gráfico 2 - Saldo da balança comercial do Centro-Oeste e Mato Grosso – 2000-2007



Os resultados da balança comercial vêm confirmar o crescimento consolidado do Estado através do avanço do agronegócio, cujo segmento continua sendo o carro-chefe das exportações mato-grossenses.

Tabela 2
Exportações brasileiras por Blocos Econômicos – em US$ Milhões FOB – 2004-2007

Blocos Econômicos	Brasil				Variação %		
	2004	2005	2006	2007	2005/04	2006/05	2007/06
EUA	20.341	22.741	24.773	25.314	1,12	1,09	1,02
União Européia	24.160	26.492	31.045	40.428	1,10	1,17	1,30
ALADI (Exclusive MERCOSUL)	10.787	13.702	17.166	18.749	1,27	1,25	1,09
Ásia (Exclusive Oriente Médio)	14.564	18.552	20.816	25.086	1,27	1,12	1,21
MERCOSUL	8.912	11.726	13.986	17.354	1,32	1,19	1,24
DEMAIS	17.711	25.105	30.021	33.718	1,42	1,20	1,12
TOTAL	96.475	118.318	137.807	160.649	1,23	1,16	1,17

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações.

Tabela 3
Exportações do Centro-Oeste, de Mato Grosso, por Blocos Econômicos – em US$ Milhões FOB – 2004-2007

Blocos Econômicos	Centro-Oeste				Variação %			Mato Grosso				Variação %		
	2004	2005	2006	2007	2005/04	2006/05	2007/06	2004	2005	2006	2007	2005/04	2006/05	2007/06
União Européia	2.619	2.997	3.182	4.560	1,14	1,06	1,43	1.569	1.646	1.886	2.534	1,05	1,15	1,34
Ásia	1.273	2.208	2.404	2.682	1,73	1,09	1,12	930	1.564	1.525	1.449	1,68	0,98	0,95
Oriente Médio	344	555	509	630	1,61	0,00	1,24	202	321	233	232	1,59	0,73	1,00
Europa Oriental	156	362	258	607	2,32	0,71	2,35	42	105	172	312	0,00	1,64	1,81
Africa(excl.Oriente Médio)	138	322	329	326	2,33	1,02	0,99	-	-	-	-	-	-	-
Aladi(excl.MERCOSUL)	-	-	-	-	-	-	-	62	155	0	151	2,50	-	-
DEMAIS	656	731	814	889	1,11	1,11	1,09	297	361	403	453	1,22	1,12	1,12
TOTAL	5.186	7.175	7.496	9.694	1,38	1,04	1,29	3.102	4.152	4.219	5.131	1,34	1,02	1,22

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações.

O principal destino dos produtos exportados de Mato Grosso foi a União Européia, com participação de 43%; a Ásia ocupou o segundo lugar com 35%, vindo em seguida Oriente Médio, Europa Oriental, África e demais países com participação menos expressiva.

Gráfico 3 - Exportações do Estado de Mato Grosso por Blocos Econômicos – 2007

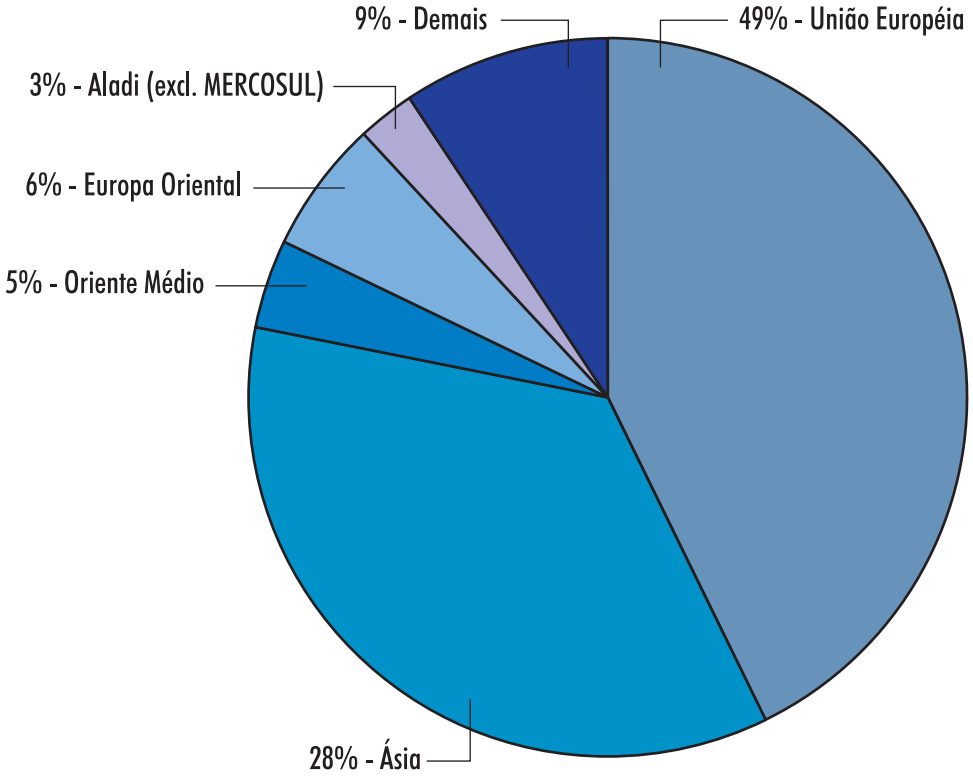


Tabela 4
Principais produtos exportados do Estado de Mato Grosso – 2006-2007

Produtos Exportados	2007			2006			Var.%
	Mil US$ FOB	Part%	Tonelada	Mil US$ FOB	Part%	Tonelada	2007/06
TOTAL DO ESTADO	5.130.866	100	14.930.769	4.333.468	100	14.632.435	18,40
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS	5.055.617	98,53	14.820.899	4.226.057	97,52	14.482.492	19,63
OUTROS GRAOS DE SOJA,MESMO TRITURADOS	1.889.223	36,82	6.822.137	2.263.292	52,23	9.920.599	-16,53
BAGACOS E OUTS.RESIDUOS SOLIDOS,DA EXTR.DO OL	725.846	14,15	2.988.781	604.109	13,94	2.987.735	20,15
MILHO EM GRAO,EXCETO PARA SEMEADURA	658.982	12,84	3.692.480	50.206	1,16	429.511	1212,57
CARNES DESOSSADAS DE BOVINO,CONGELADAS	473.216	9,22	191.373	395.309	9,12	165.911	19,71
ALGODAO SIMPLESMENTE DEBULHADO,NAO CARDADO NE	271.477	5,29	222.134	159.553	3,68	143.361	70,15
OLEO DE SOJA,REFINADO,EM RECIPIENTES COM CAPA	144.178	2,81	183.197	108.279	2,50	198.770	33,15
OLEO DE SOJA,EM BRUTO,MESMO DEGOMADO	135.446	2,64	194.165	121.978	2,81	253.112	11,04
CARNES DESOSSADAS DE BOVINO,FRESCAS OU REFRIG	112.640	2,20	17.247	97.893	2,26	17.093	15,06
OUTRAS MADEIRAS SERRADAS/CORTADAS EM FOLHAS,E	76.792	1,50	96.949	83.495	1,93	114.326	-8,03
OURO EM BARRAS,FIOS,PERFIS DE SEC.MACICA,BULH	73.166	1,43	3	39.367	0,91	2	85,86
CARNES DE GALOS/GALINHAS,N/CORTADAS EM PEDACO	65.307	1,27	56.605	36.168	0,83	36.435	80,57
OUTRAS MADEIRAS PERF. ETC., NÃO CONIFERAS	57.883	1,13	48.125	---	0,00	---	---
OUTS.COUROS BOVINOS,INCL.BUFALOS,DIVID.UMID.P	39.344	0,77	6.573	35.004	0,81	10.526	12,40
PEDACOS E MIUDEZAS,COMEST.DE GALOS/GALINHAS,C	32.645	0,64	23.522	23.141	0,53	20.822	41,07
MADEIRA DE IPE,SERRADA/CORTADA EM FOLHAS,ETC.	32.227	0,63	31.268	30.862	0,71	35.281	4,42
OUTRAS CARNES DE SUINO,CONGELADAS	30.356	0,59	13.716	9.264	0,21	4.231	227,69
OUTS.COUROS BOVINOS,INCL.BUFALOS,N/DIV.UMID.P	26.119	0,51	10.177	29.217	0,67	11.973	-10,60
OUTRAS MADEIRAS TROPICAIS,SERRADAS/CORT.FLS.E	24.021	0,47	33.940	7.172	0,17	11.092	234,92
PREPARACOES ALIMENTICIAS E CONSERVAS,DE GALOS	20.094	0,39	6.825	6.049	0,14	2.720	232,20
PREPARACOES ALIMENTICIAS E CONSERVAS,DE BOVIN	17.930	0,35	5.322	32.961	0,76	9.605	-45,60
OUTROS TIPOS DE ALGODAO NAO CARDADO NEM PENTE	17.863	0,35	14.661	22.384	0,52	20.031	-20,20
BEXIGAS E ESTOMAGOS,DE ANIMAIS,EXC.PEIXES,FRE	17.217	0,34	9.016	12.202	---	9.383	41,10
OUTS.ACUCARES DE CANA,BETERRABA,SACAROSE QUIM	14.145	0,28	48.950	23.684	0,55	59.792	-40,28
OUTRAS MIUDEZAS COMESTIVEIS DE BOVINO,CONGELA	12.073	0,24	8.403	7.103	0,16	6.192	69,96
OLEO DE SOJA,REFINADO,EM RECIPIENTES COM CAPA	11.901	0,23	12.340	1.087	0,03	1.538	994,37
OUTS.MAD.COMP.FOLHEADA,ESPESS.Ñ SUP.A 6MM	11.432	0,22	11.637	---	0,00	---	---
PERNAS,PAS E PEDACOS NAO DESOSSADOS DE SUINO,	11.104	0,22	4.363	1.805	0,04	719	515,10
DIAMANTES NAO SELECIONADOS,NAO MONTADOS,NEM E	9.734	0,19	0	3.472	0,08	0	180,38
SULFETOS DE MINERIOS DE COBRE	9.734	0,19	5.541	---	---	---	---
CARCACAS E MEIAS-CARCACAS DE SUINO,CONGELADAS	9.220	0,18	6.281	11.861	---	6.124	-22,27
OUTRAS MADEIRAS COMPENSADAS,FOLHEADAS OU ESTR	9.131	0,18	11.743	4.345	0,10	5.316	110,13
SORGO EM GRAO,EXCETO PARA SEMEADURA	7.614	0,15	43.018	---	0,00	---	---
OUTS.COUROS/PELES,INT.BOVINOS,PREPARS.ETC.	7.557	0,15	406	4.794	0,11	293	57,62
DEMAIS PRODUTOS	75.249	1,47	109.870	107.411	2,48	149.943	-29,94

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações.

Gráfico 4 - Principais produtos exportados do Estado de Mato Grosso – 2006-2007

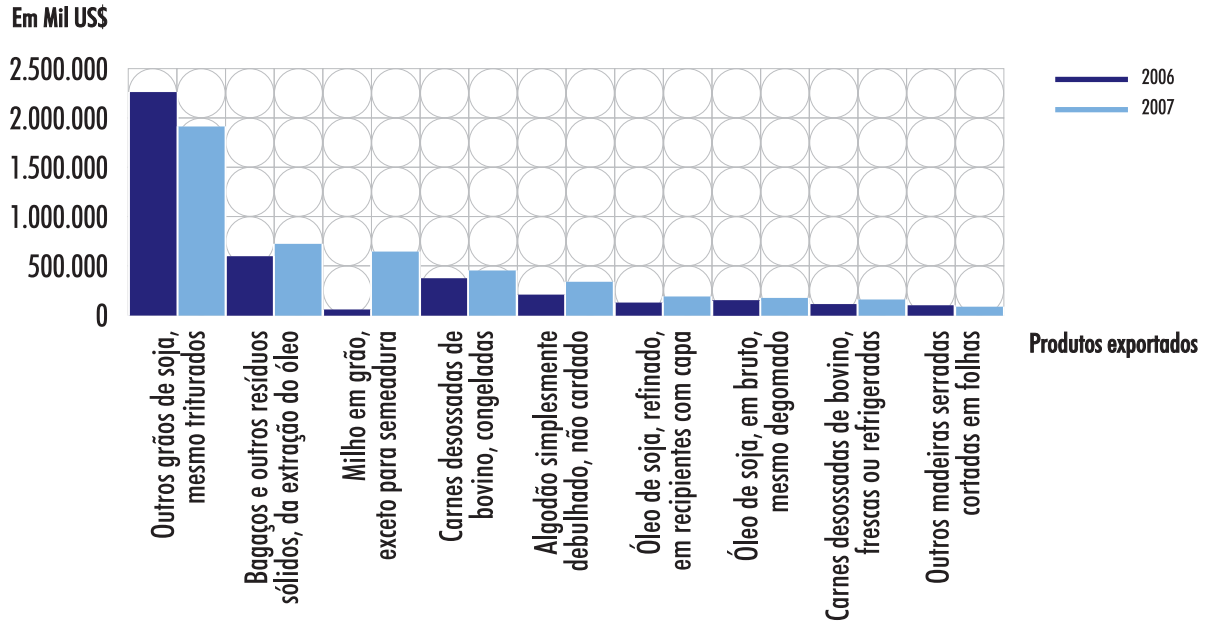
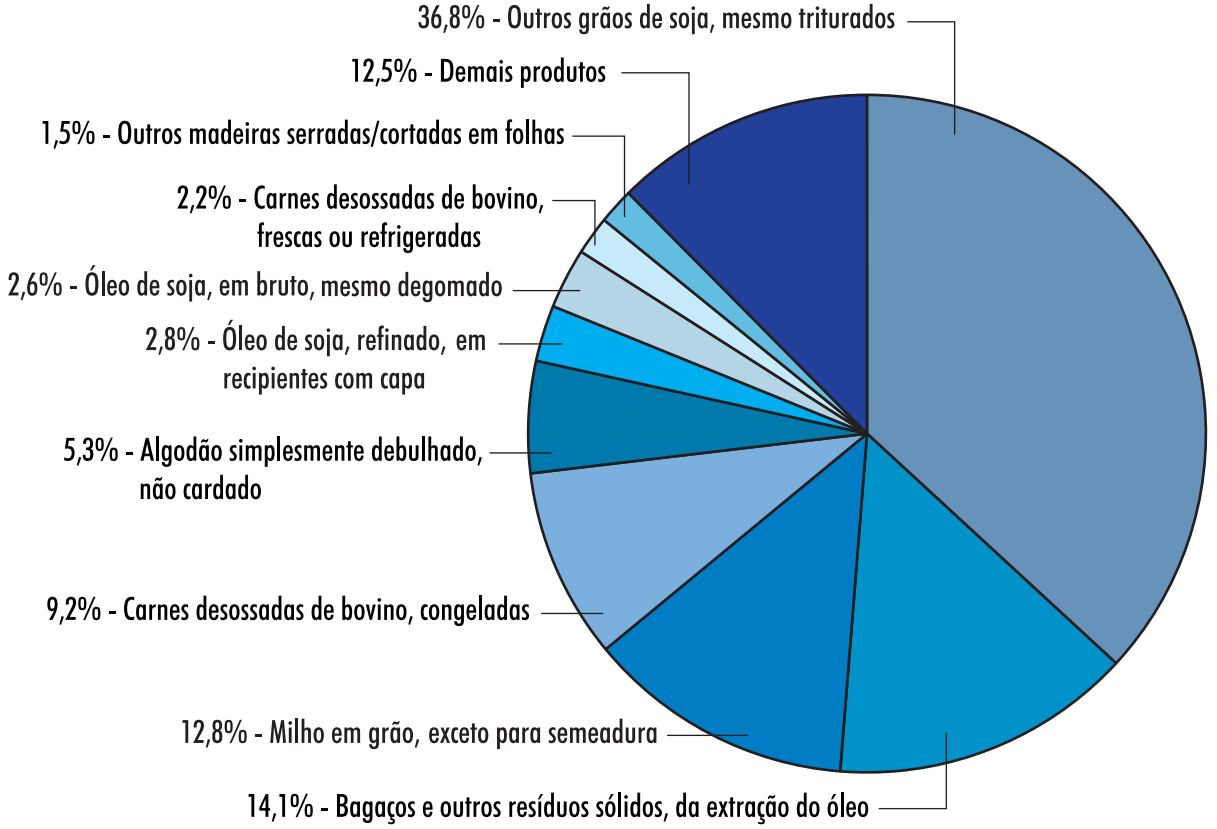
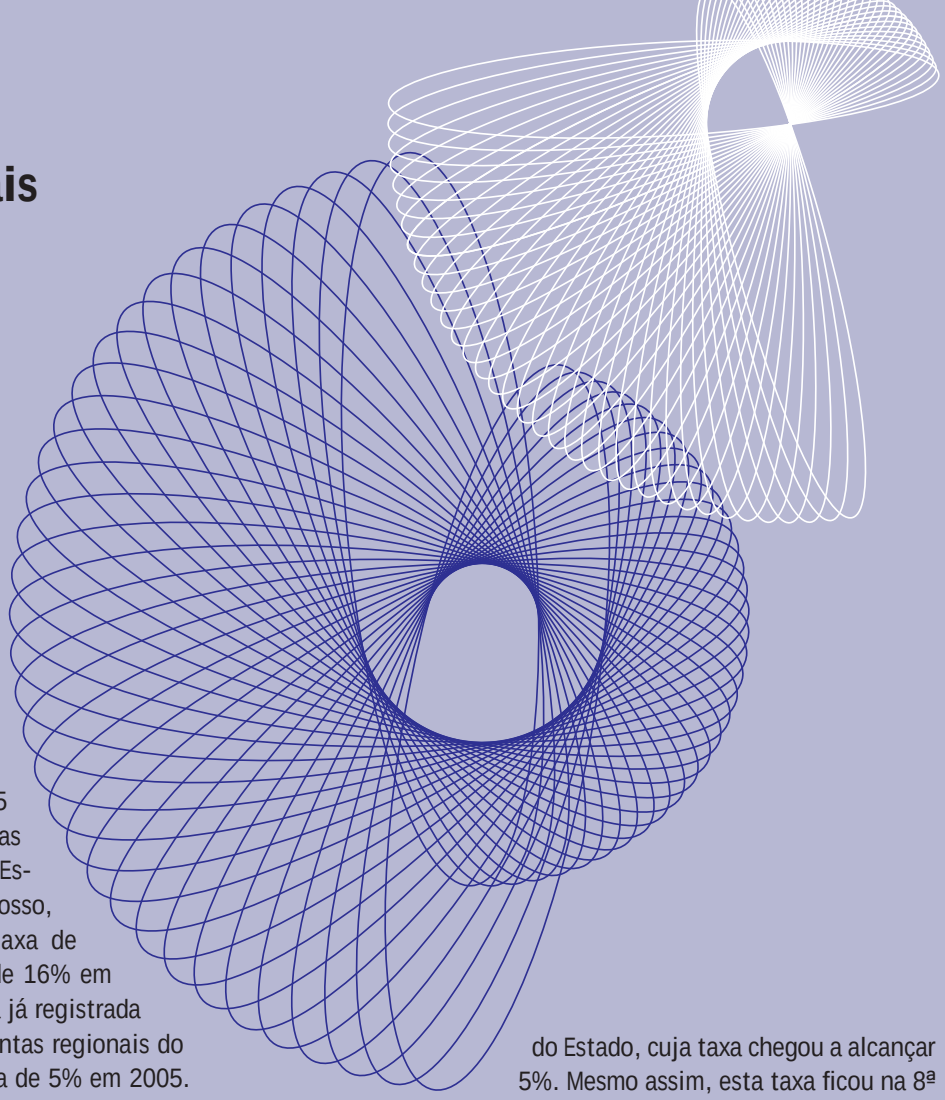


Gráfico 5 - Participação dos principais produtos exportados do Estado de Mato Grosso – 2007



Contas Regionais



De acordo com os resultados elaborados da nova série do Produto Interno Bruto (PIB) de 2002 a 2005 pelo IBGE, em convênio com as Secretarias de Planejamento Estaduais, o Estado de Mato Grosso, após o registro da maior taxa de crescimento anual do país, de 16% em 2004, e também a maior taxa já registrada na história do cálculo das contas regionais do Estado, passou para uma taxa de 5% em 2005.

O PIB, que é a soma de toda produção gerada pelos mais diversos setores econômicos do Estado de Mato Grosso, no ano de 2005, registrou em valores correntes um montante da ordem de R$ 37,47 bilhões, ou, US$ 15,38 bilhões, contra R$ 36,96 bilhões, ou, US$ 12,63 bilhões, em 2004.

O PIB per capita, que é a divisão do PIB pela população residente do Estado, alcançou em 2005 R$ 13.365,00, ficando na 6ª posição no ranking nacional, acima da média brasileira que foi de R$ 11.658,00.

Em 2004, o desempenho da agricultura foi incomparável. Nenhum outro Estado do Brasil teve um crescimento em volume tão expressivo no setor quanto Mato Grosso (28%), além dos preços excelentes, que alcançaram índice de 1,24% em relação ao ano anterior. A safra de grãos e oleaginosas, por exemplo, saltou de 15,6 milhões de toneladas em 2003 para 18,6 milhões de toneladas. Isso fez com que a participação do Valor Adicionado (VA) da agricultura alcançasse 11,9%, se igualando à de São Paulo e sendo superado apenas pela de Minas Gerais (12,8%) que é a maior do país.

Já em 2005, o Estado enfrentou uma crise nos preços das commodities internacionais, afetando drasticamente a renda dos agricultores, e conseqüentemente o PIB total do Estado, cuja taxa chegou a alcançar 5%. Mesmo assim, esta taxa ficou na 8ª posição no ranking do Brasil.

Contudo, esses resultados fizeram ainda com que o Estado apresentasse a segunda economia que mais cresceu na nova série 2002-2005, acumulando uma variação no volume do Valor Adicionado total de 126,5% em 2005, ficando atrás apenas do Estado de Tocantins, com 126,7%. Assim, o Estado que era em 2004 a 12ª economia com participação de 1,9% no ranking nacional, retraiu em 2005 para a 14ª posição e participação de 1,7% no PIB brasileiro.

Em que pese os preços do agronegócio enfrentarem crise nesse ano, o volume da produção do setor agropecuário do Estado foi excelente, sendo responsável por 18,2% do Valor Adicionado da agropecuária do Brasil, representando o 3º Estado maior produtor no ranking nacional, ficando atrás apenas dos Estados de Minas Gerais (29,9%) e São Paulo (18,7%).

Analisando o setor agropecuário, em 2005 pode-se observar que a maior participação do Estado está na atividade agrícola, que representou 12,4% do valor adicionado bruto do Brasil. Já a pecuária, apesar do Estado possuir o maior rebanho bovino brasileiro, participou ape-nas com 5,8% do valor adicionado da pecuária nacional, ficando em 8º no ranking nacional.

Assim, com esses resultados obtidos em 2005, o setor agropecuário registrou taxa de crescimento do volume em 11%, e índices de preços de 0,98%, que interferiram negativamente no montante do valor produzido. O valor adicionado(VA) nesse setor em 2005 (R$ 10,74 bilhões) retraiu em torno de 8% em comparação a 2004, quando atingiu R$ 11,66 bilhões, e a sua participação no PIB do Estado passou de 35,3% em 2004 para 32,2% em 2005.
Analisando setorialmente os resultados, observamos que, como a indústria estadual é eminentemente agroindustrial, esse setor também sofreu o impacto dos preços internacionais, atingindo sobretudo a indústria de transformação, cujo valor adicionado registrou uma retração de 5,94%, passando de R$ 3,65 bilhões em 2004 para R$ 3,43 bilhões em 2005, muito embora tenha evoluído em volume no mesmo período (7,74%).
Observando a indústria como um todo (indústria de transformação, energia, construção civil e extrativismo), esta apresentou uma redução menor do VA em 2005 (-5,01%), em relação a 2004, do que o da indústria de transformação, influenciado pelo resultado positivo do setor energético, que para o mesmo período cresceu 10,31%. Na participação do PIB em 2005, a indústria colaborou com 18,66%, contra 19,88% em 2004.

Em 2004, o desempenho da agricultura foi incomparável, nenhum outro Estado do Brasil teve um crescimento em volume tão expressivo no setor quanto Mato Grosso (28%).

A participação do setor serviços na formação do PIB em 2005 elevou para 49,17%, contra 44,77% no ano anterior, em detrimento da crise do setor agropecuário, que perdeu participação, fazendo com que elevasse o Valor Adicionado do setor serviços em 11,14%, cujo valor foi da ordem de R$ 16,42 bilhões em 2005, contra R$ 14,77 bilhões do ano anterior. A atividade que mais colaborou foi a APU, cujo VA teve um incremento de R$ 602 milhões, ou 17,36%. Também influenciaram positivamente no total de serviços as Atividades Imobiliárias, Intermediação Financeira, o Comércio e Serviços de Reparos e Manutenção, cujas atividades apresentaram incremento no valor nominal de 8,75%, 20,52% e 3,45% respectivamente.

É importante ressaltar que embora o setor serviços tenha apresentado incrementos positivos em valores nominais, 11,14%, a atividade do comércio, que é a de maior importância (28,53%), apresentou uma taxa de crescimento de apenas 3,45%, influenciado pelas taxas negativas dos subsetores do comércio varejista como um todo, mais precisamente o de veículos automotores e motocicletas (0,91%), combustíveis e lubrificantes (0,88%), e de produtos alimentícios e bebidas (0,90%).

Essa atividade foi a que se mostrou mais sensível ao choque de preços que afetou principalmente a agropecuária, e conseqüentemente a agroindústria. Fenômeno esse que restringiu, além da renda da cadeia produtiva, o poder de compra do trabalhador, reduzindo o consumo das famílias mato-grossenses.

Marilde Brito Lima
Economista, técnica da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso – SEPLAN. Especialista em Planejamento e Programação Econômica UFMT.

Tabela 1
Produto Interno Bruto a preços de mercado do Estado de Mato Grosso e Brasil – 2002-2007

Anos	Brasil(Em milhões)		Tx. Cresc. Anual (%)	MT(Em milhões)		Tx. Cresc. Anual (%)	Participação MT/BR (%)
	Preços correntes em U$	Preços correntes em R$		Preços Correntes em US$	Preços Correntes em R$		
2002	505.712	1.477.822	2,70	7.166	20.941	-	1,42
2003	552.239	1.699.948	1,15	9.060	27.889	4,00	1,64
2004	663.552	1.941.498	5,66	12.632	36.961	16,16	1,90
2005	881.753	2.147.239	3,16	15.385	37.466	5,00	1,74
2006	1.067.706	2.322.818	3,70	-	-	-	-
1º./trim.2007	283.404	597.359	(1)4,50	-	-	-	-
2º./trim.2007	320.572	635.310	(1)5,00	-	-	-	-
3º./trim.2007	336.704	645.158	(1)5,30	-	-	-	-

Fonte: SIDRA / IBGE / SEPLAN-MT, 2002-2006 - Acesso em fev./2008.
FMI, World Economic Outlook Database, Abril 2007.
(1) Variação em volume em relação ao mesmo período do ano anterior.
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações.

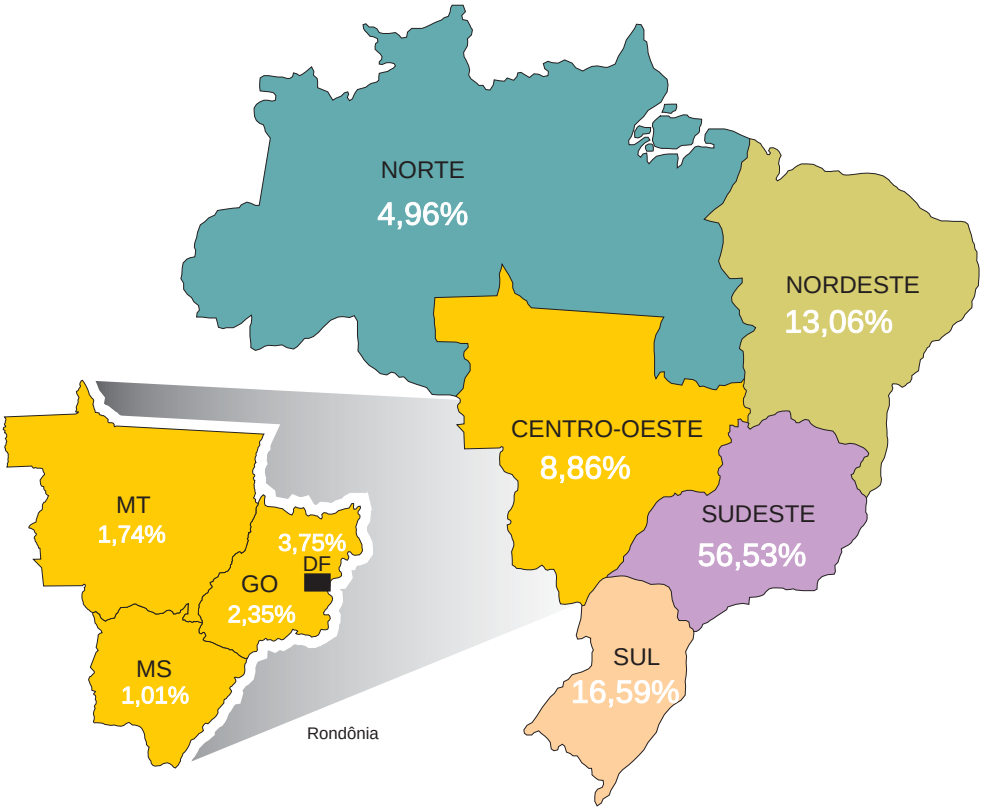
Tabela 2
Produto Interno Bruto per capita – Brasil e Mato Grosso – 2002-2006

Anos	PIB Per Capita (Em US$)		PIB Per Capita (Em R$)	
	Brasil	Mato Grosso	Brasil	Mato Grosso
2002	2.867	2.713	8.378	7.928
2003	3.085	3.361	9.498	10.347
2004	3.654	4.595	10.692	13.445
2005	4.787	5.488	11.658	13.365
2006	5.717	-	12.437	-

Fonte: SIDRA / IBGE / SEPLAN-MT, 2002-2006.
FMI, World Economic Outlook Database, Abril 2007.
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações.

O PIB, que é a soma de toda produção gerada pelos mais diversos setores econômicos do Estado de Mato Grosso, no ano de 2005, registrou em valores correntes um montante da ordem de R$ 37,47 bilhões, ou, US$ 15,38 bilhões, contra R$ 36,96 bilhões, ou, US$ 12,63 bilhões, em 2004.

Participação do PIB a preços correntes (%) – Brasil - Regiões



Fonte: SIDRA/IBGE/SEPLAN, 2005

Analisando o setor agropecuário, em 2005 pode-se observar que a maior participação do Estado está na atividade agrícola, que representou 12,4% do valor adicionado bruto do Brasil.

Tabela 3
Valor Adicionado Bruto a preço básico do Estado de Mato Grosso, por atividades econômicas e Produto Interno Bruto a preços de mercado – 2002-2005

Atividades Econômicas	Valor Adicionado em R$ milhões			
	2002	2003	2004	2005
Agricultura, Silvicultura e Explor.Florestal	4.017	6.160	9.788	8.737
Pecuária e Pesca	1.506	1.705	1.873	2.007
Industria Extr. Mineral	39	56	93	58
Ind. de Transformação	1.795	2.231	3.650	3.433
Ind. da Constr. Civil	924	971	1.800	1.619
Energia e Água	434	725	1.014	1.119
Comércio e Serv.Manut. Reparação	2.036	3.818	4.529	4.685
Alimentação e Alojamento	211	244	358	419
Transportes, Armazenagem e Correio	598	686	838	819
Servicos de Informação	399	575	683	762
Ativ.Imobiliárias e Aluguéis	1.934	2.122	2.432	2.645
Interm.Financeira, Seguros e Previd.Complem.	889	957	997	1.202
Administração, Saúde e Educ. Pública	2.671	3.118	3.468	4.070
Saúde e Educação	247	290	384	614
Serviços Prestados às Empresas	402	523	405	495
Demais Serviços	475	582	679	708
Valor Adicionado Bruto a preço básico	18.577	24.761	32.992	33.392
(+)Impostos Líquidos de Subsídios	2.364	3.128	3.969	4.074
PIB a preços de merc.corrente	20.941	27.889	36.961	37.466

Fonte: SIDRA / IBGE / SEPLAN-MT, 2002-2005.
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações.

Tabela 4
Participação em % do Valor Adicionado Bruto a preço básico, por atividades econômicas – Mato Grosso – 2002-2005

Atividades Econômicas	2002	2003	2004	2005
Agricultura, Silvicultura e Explor.Florestal	21,63	24,88	29,67	26,16
Pecuária e Pesca	8,11	6,89	5,68	6,01
Industria Extr. Mineral	0,21	0,23	0,28	0,17
Ind. de Transformação	9,66	9,01	11,06	10,28
Ind. da Constr. Civil	4,97	3,92	5,46	4,85
Energia e Água	2,34	2,93	3,07	3,35
Comércio e Serv.Manut. Reparação	10,96	15,42	13,73	14,03
Alimentação e Alojamento	1,14	0,98	1,08	1,25
Transportes, Armazenagem e Correio	3,22	2,77	2,54	2,45
Servicos de Informação	2,15	2,32	2,07	2,28
Ativ.Imobiliárias e Aluguéis	10,41	8,57	7,37	7,92
Interm.Financeira, Seguros e Previd.Complem.	4,79	3,87	3,02	3,60
Administração, Saúde e Educ. Pública	14,38	12,59	10,51	12,19
Saúde e Educação	1,33	1,17	1,16	1,84
Serviços Prestados às Empresas	2,16	2,11	1,23	1,48
Demais Serviços	2,56	2,35	2,06	2,12
Valor Adicionado Bruto a preço básico	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: SIDRA / IBGE / SEPLAN-MT, 2002-2005.
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações.

Tabela 5
Taxa de crescimento do Valor Adicionado por atividade econômica em % – Mato Grosso – 2003-2005

Atividades Econômicas	2003	2004	2005
Total	3,72	16,02	5,00
Agricultura, Silvicultura e Exp.Florest.	1,65	28,03	10,91
Pecuária e Pesca	9,21	0,90	0,70
Indústria extrativa mineral	5,68	9,82	-17,13
Indústria de transformação	9,22	12,68	6,97
Eletricidade, gás e água	8,38	12,76	5,21
Construção	5,27	13,87	2,20
Comércio	2,82	19,77	-3,11
Alojamento e alimentação	-1,92	11,83	2,90
Transportes, Armazenagem e Correio	-5,14	12,73	4,55
Serviços de Informação	22,99	21,71	14,34
Interm.Financeira, Seguros e Previd.Complem.	2,50	14,24	9,37
Ativ.Imobiliárias e Aluguéis	0,12	10,16	2,26
Administração, Saúde e Educ. Pública	3,21	3,86	2,23
Saúde e Educação	1,59	9,50	5,33
Serviços Prestados às Empresas	6,53	17,61	11,43
Demais Serviços	-5,32	20,34	-3,29

Fonte: SIDRA / IBGE / SEPLAN-MT, 2003-2005.
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações.

Gráfico 1 - Evolução do PIB a Preços de Mercado dos Estados do Centro-Oeste

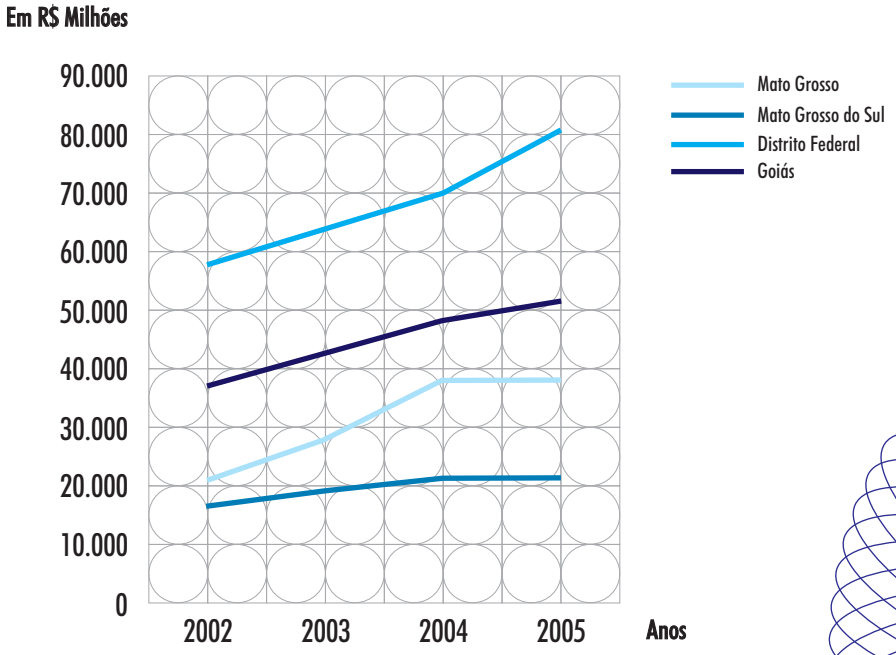


Gráfico 2 - Participação dos Estados no PIB do Centro-Oeste - 2002-2005

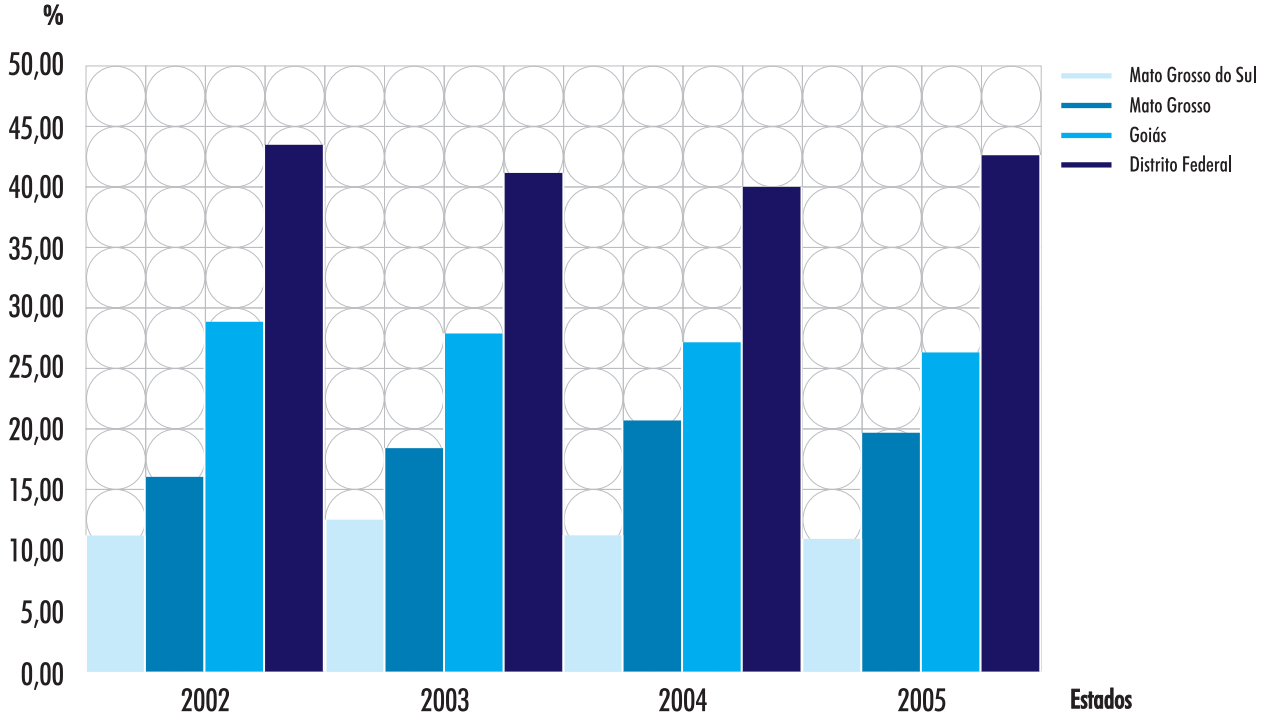


Gráfico 3 - Evolução do PIB per Capita do Brasil e Estados do Centro-Oeste

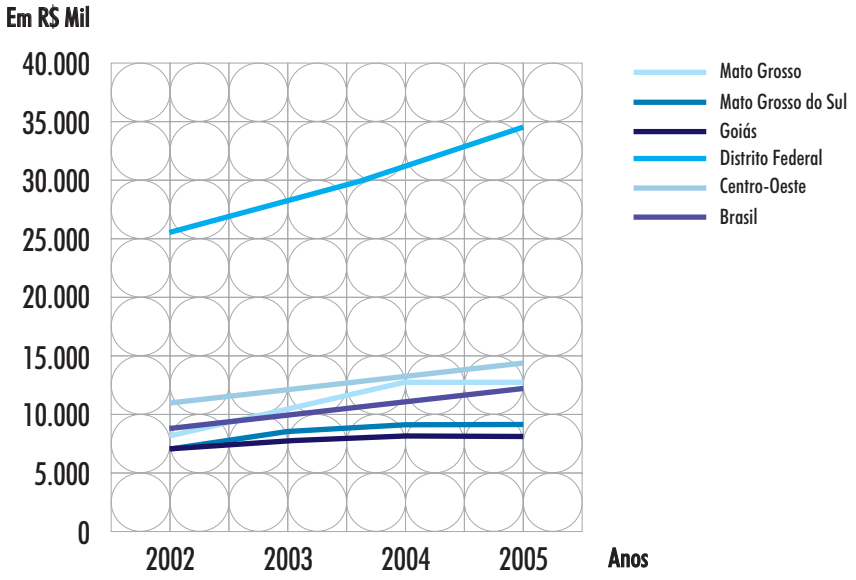


Gráfico 4 - Taxa de Variação real do PIB – 2003-2005

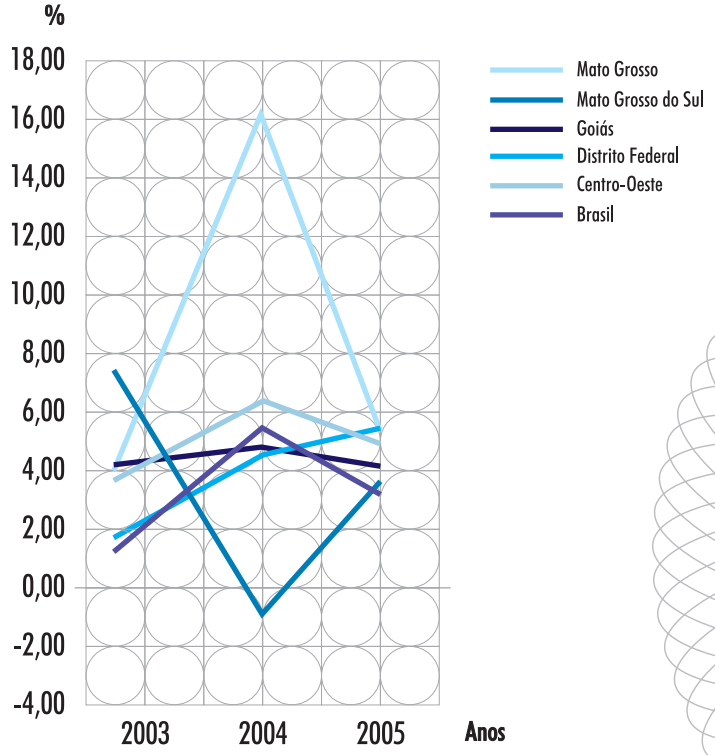
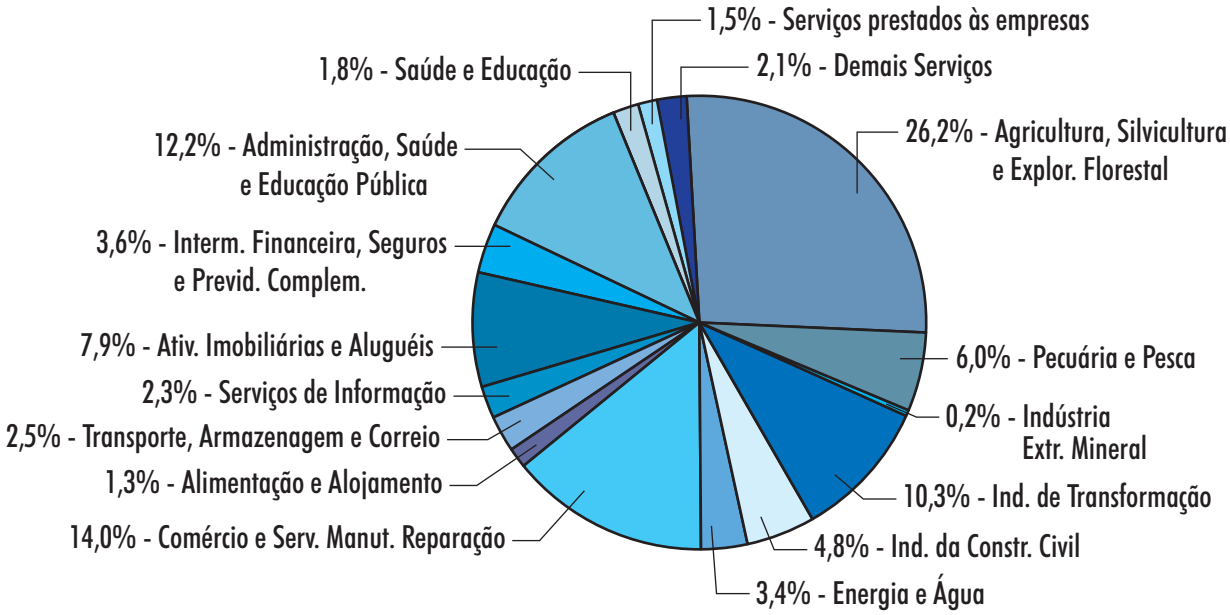
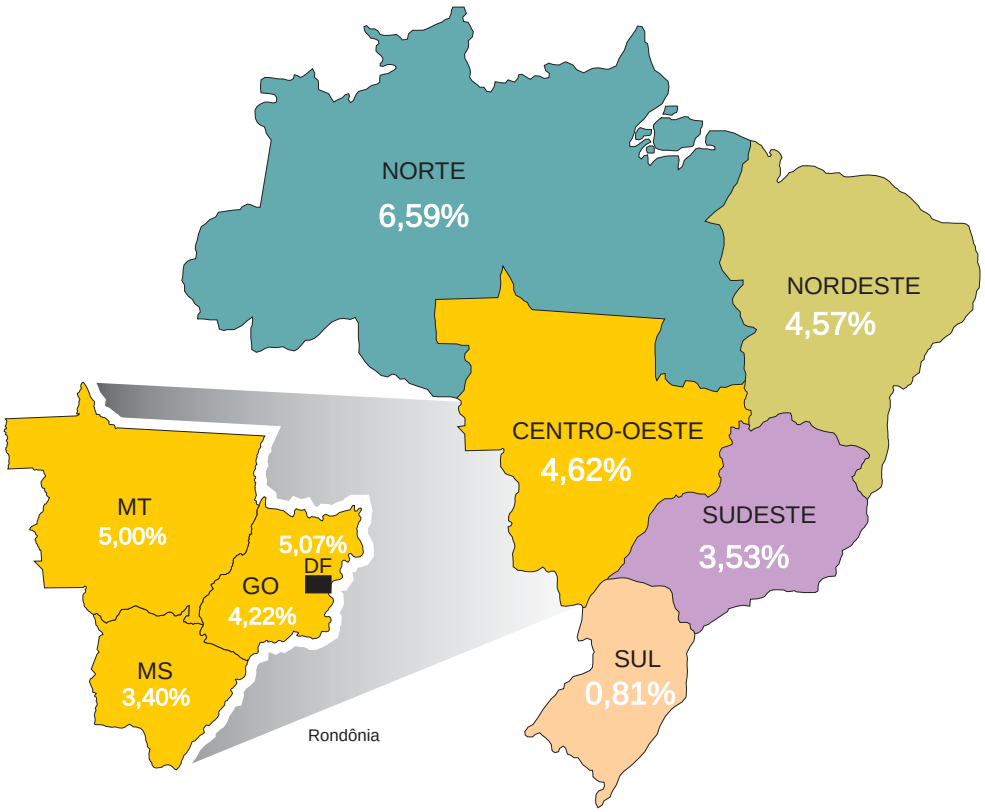


Gráfico 5 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto de Mato Grosso – 2005



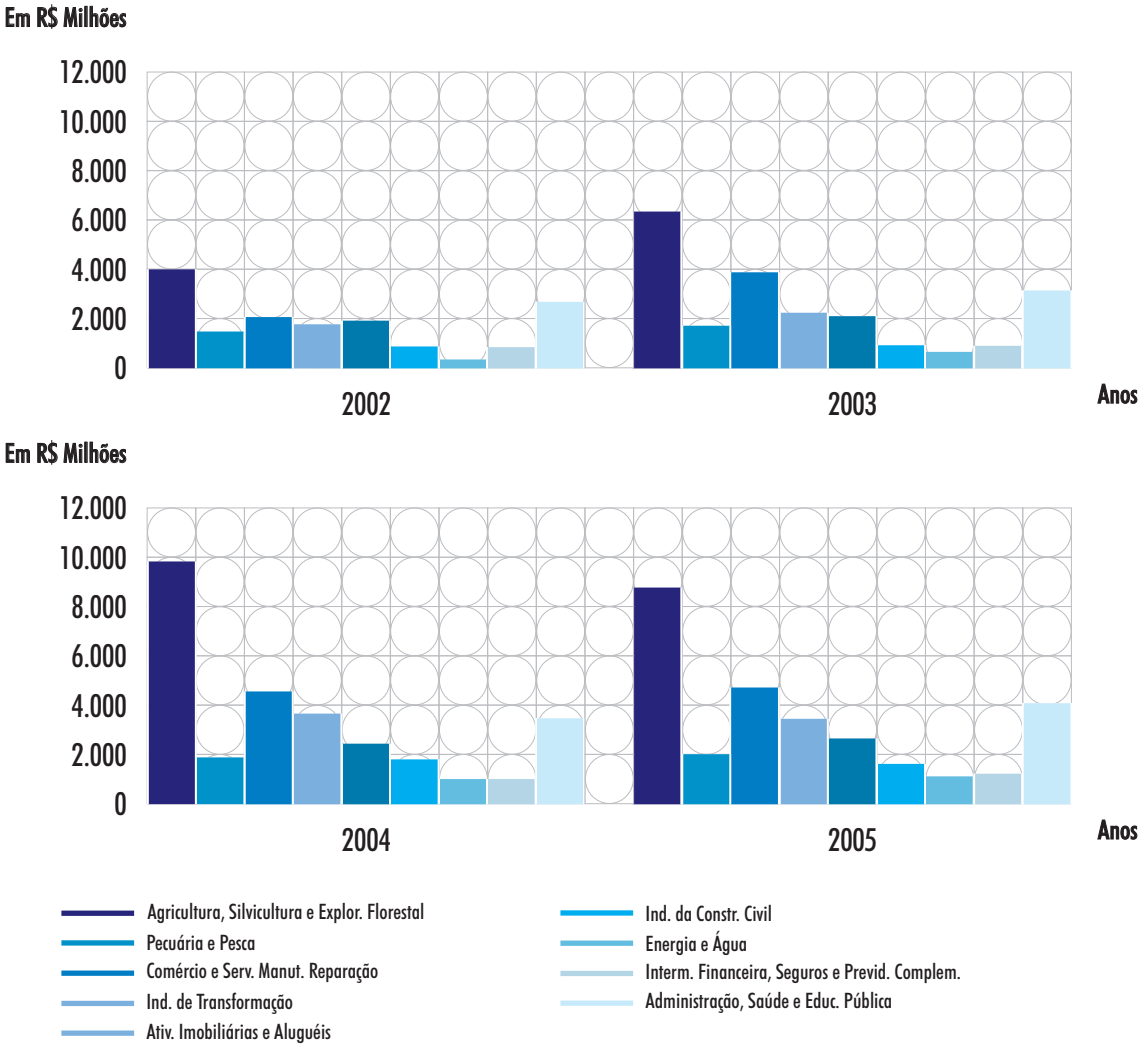
Variação Real do PIB (%) – Brasil – Regiões – 2005



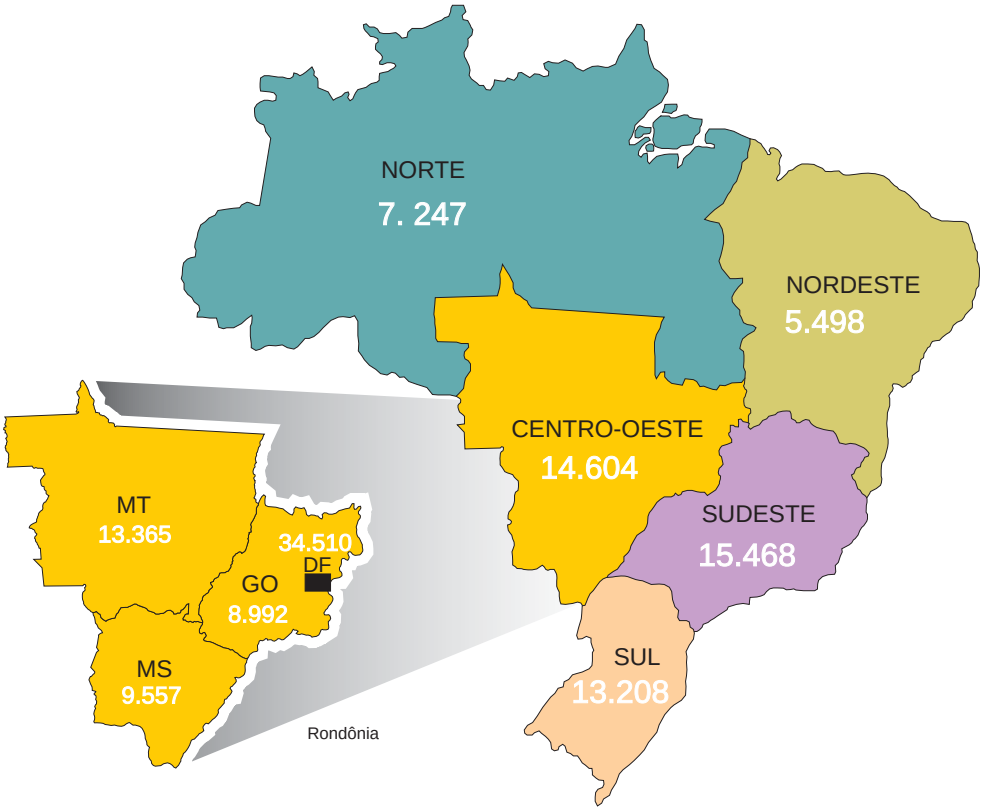
Fonte: SIDRA/IBGE/SEPLAN, 2004/2005

Mato Grosso, após o registro da maior taxa de crescimento anual do país, de 16% em 2004, e também a maior taxa já registrada na história do cálculo das contas regionais do Estado, passou para uma taxa de 5% em 2005.

Gráfico 6 - Evolução do valor adicionado bruto a preço básico no Estado de Mato Grosso, por atividades econômicas – 2002-2005



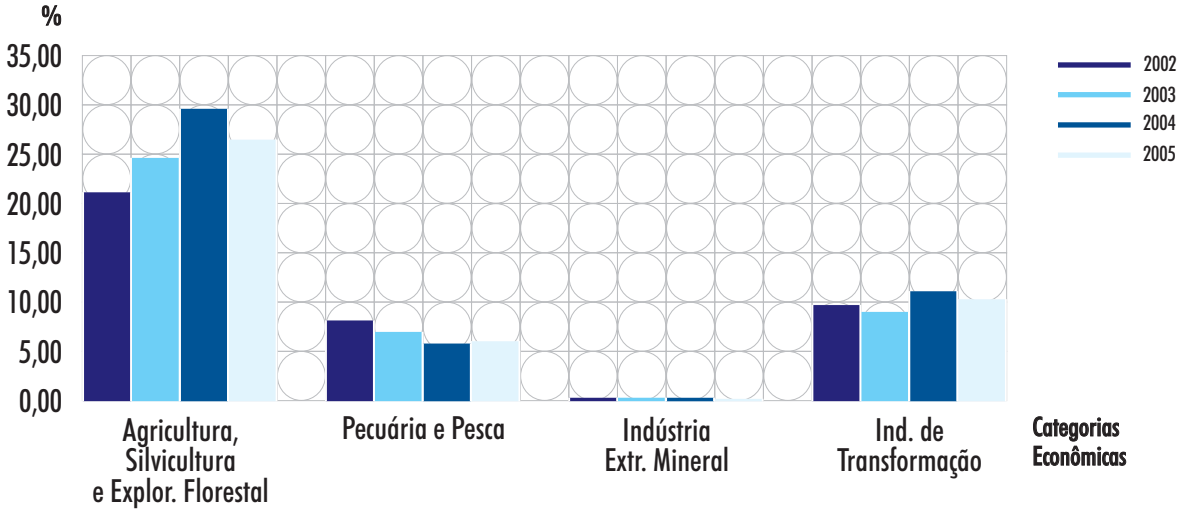
PIB per capita (R$) – Brasil – Regiões – 2005



Fonte: SIDRA/IBGE/SEPLAN, 2005

O PIB per capita, que é a divisão do PIB pela população residente do Estado, alcançou em 2005 R$ 13.365,00, ficando na 6ª posição no ranking nacional, acima da média brasileira que foi de R$ 11.658,00.

Gráfico 7 - Participação das Atividades Econômicas no PIB de Mato Grosso – 2002-2005



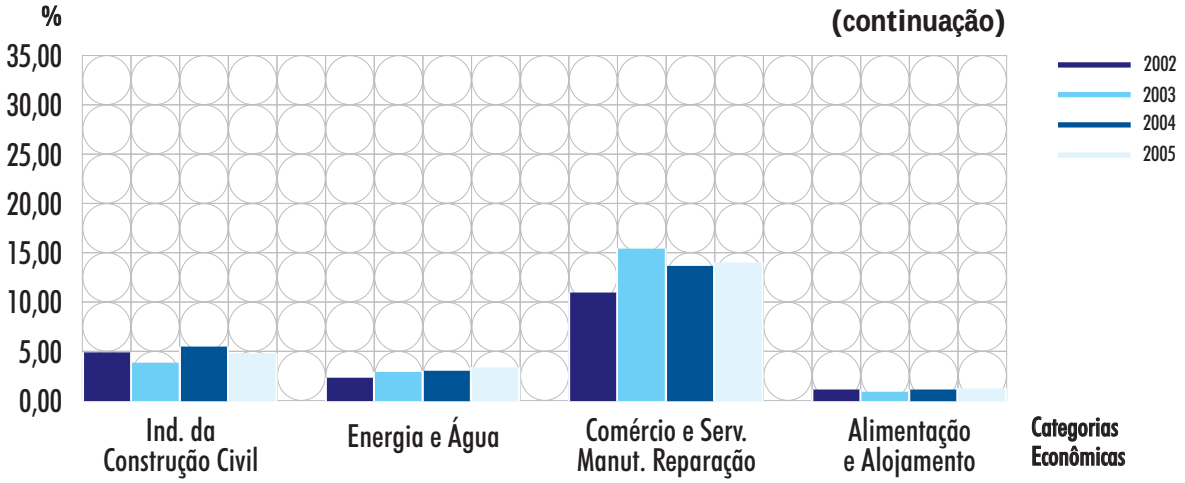
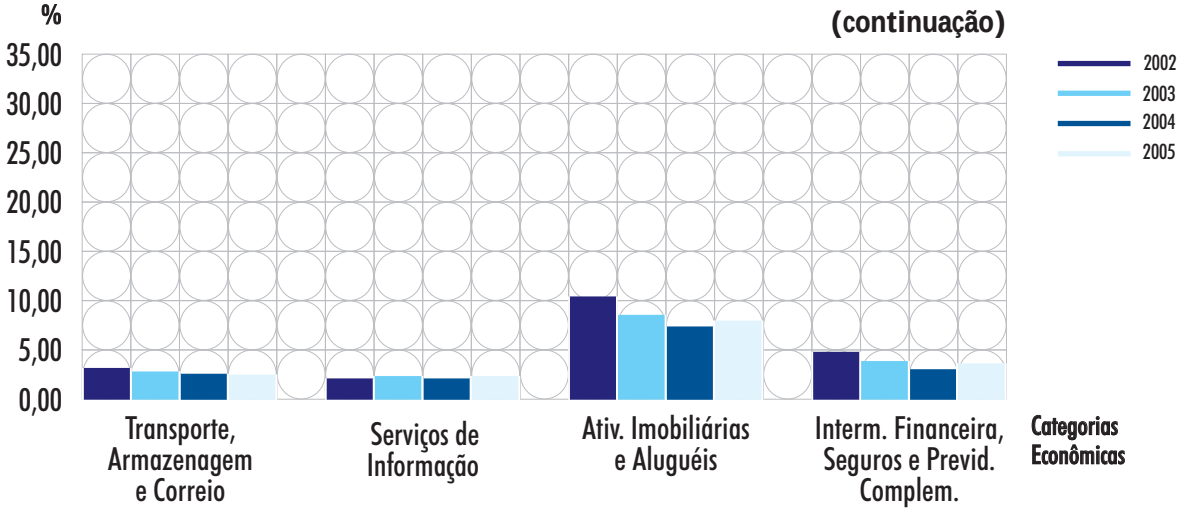
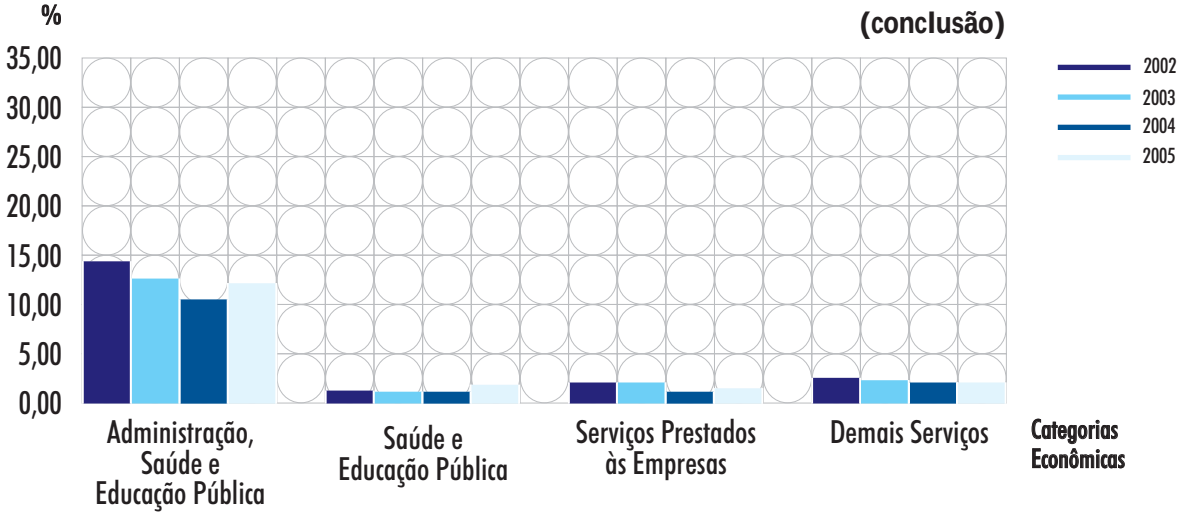
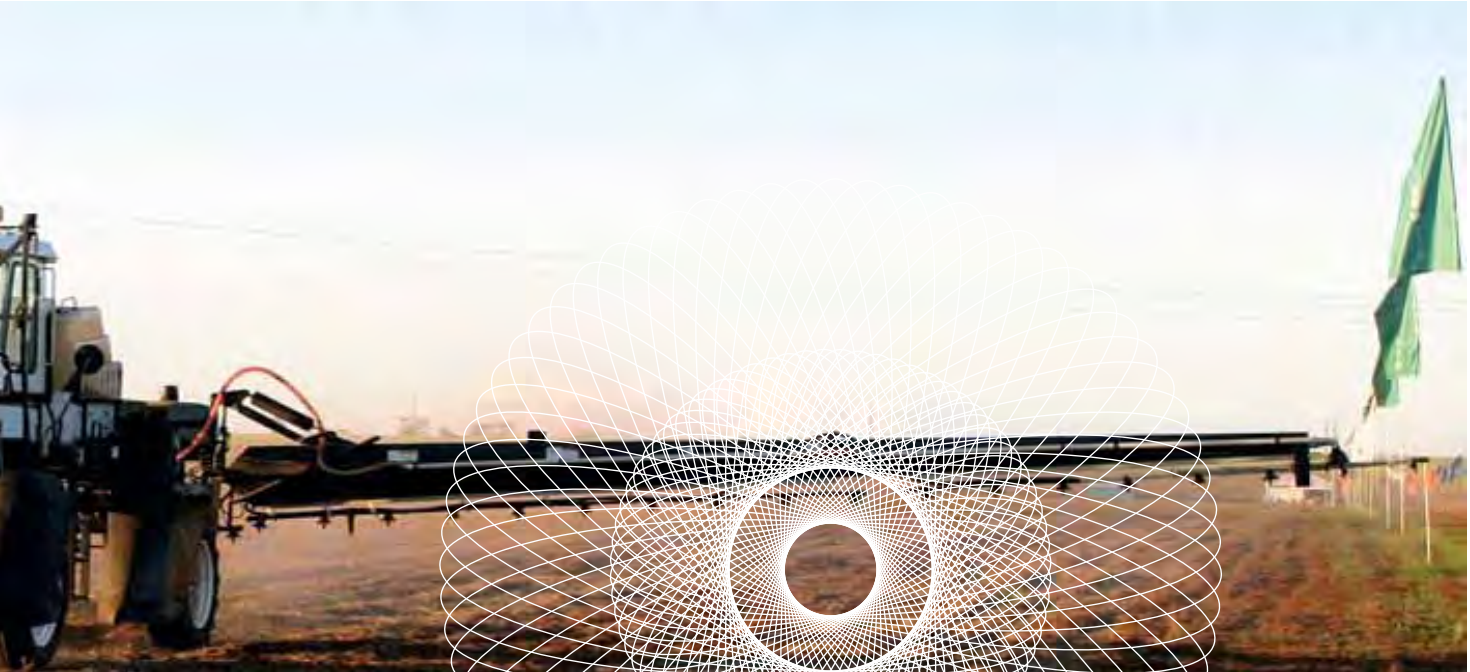


Gráfico 7 - Participação das Atividades Econômicas no PIB de Mato Grosso – 2002-2005







Infra-Estrutura
Transportes

O cenário da infra-estrutura no setor de transporte em Mato Grosso resume-se aos transportes fluviais e terrestre. Pelo rio Paraguai, liga a região de Cáceres, no sudoeste de MT, passando por Corumbá e Ladário até Nova Palmira, no Uruguai; a hidrovia Araguaia-Tocantins que pode ser usada no escoamento da região leste no modal (hidrovia, ferrovia), através da Ferrovia de Carajás até o porto de Itaqui (Maranhão); o corredor da BR-163 até o porto de Santarém, no Pará; e os terminais da hidrovia Madeira–Amazonas, que tem como via de acesso a BR-174 até os portos de Porto Velho (RO) e o terminal de Itacoatira, no Rio Amazonas. As suas malhas básicas mato-grossenses são as rodovias federais BR-070, BR-158, BR-174, BR-163, BR-364 e as estaduais MT-100, MT-130, MT-170, MT-220, MT-320, MT-338 e por final a rede ferroviária (Ferronorte), que se encontra em operação na fronteira com MS nos terminais mato-grossenses de Alto Taquari e Alto Araguaia.

São as alternativas que o Estado tem para implantar os sistemas modais e resolver problemas sistêmicos de infra-estrutura do transporte, possibilitando melhor escoamento da produção a preços competitivos, e estimulando o aproveitamento das potencialidades e características produtivas de cada região, promovendo a dinâmica integradora e impulsora do desenvolvimento econômico com eqüidade social e sustentabilidade, com o efetivo funcionamento do sistema modal de transporte.

O governo estadual gestiona com ações que favorecem novos arranjos para que ocorra a integração dos pólos produtores regionais e suas áreas de atração, por meio de corredores de rodovias troncos e vicinais que interliguem e estimulem a utilização das multimodais aquaviárias e ferroviária. Os entrepostos polarizarão o fluxo de carga e o reordenamento econômico das regiões (transporte mais barato em função dos grandes volumes transportados por quilômetro).

Com esta nova matriz modal concluída, o Governo do Estado de Mato Grosso prevê uma maior participação efetiva da hidrovia e da ferrovia no transporte integrado de cargas, à medida que haja otimização e conclusão do sistema a médio e a longo prazo. A expectativa do governo quanto ao transporte rodoviário é que ocorra redução nos transportes interestaduais que são feitos em grandes distâncias, que sobrecarregam as rodovias e inflacionam o custo do frete, utilizando-o em maior proporção em níveis dos transportes regionais intermodais.

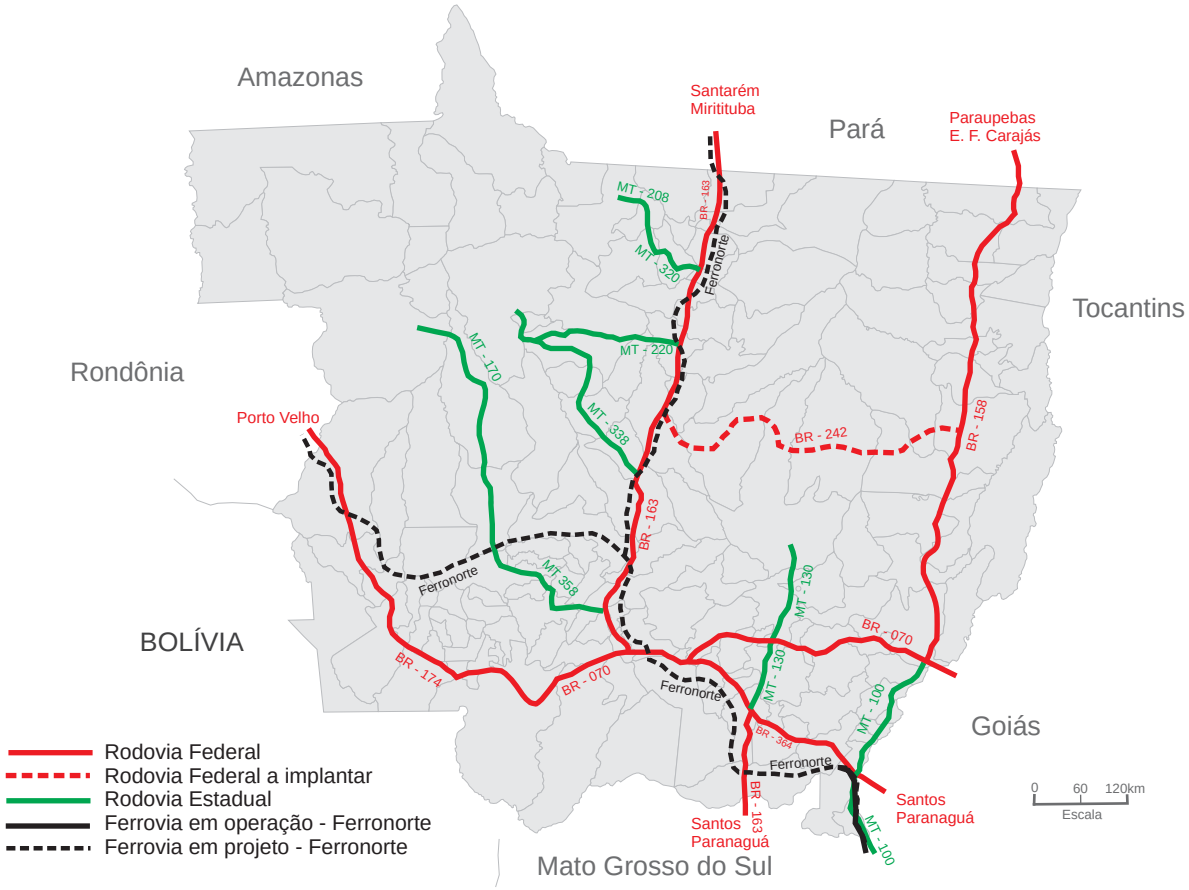
A Rede Rodoviária
Suporte ao Sistema Modal

O Estado conseguiu cumprir a meta do Programa Estradeiro recuperando 900km de rodovias já asfaltadas, duplicando a quantidade de quilometros pavimentados de estradas no Estado e mantendo as demais estradas existentes não asfaltadas em condições satisfatórias na gestão 2003-2006, graças ao empenho do governo, aplicando com seriedade os recursos do Fundo Estadual de Transportes e Habitação (Fethab), renegociando contratos antigos a preços menores e as parcerias firmadas com o governo federal, prefeituras, parlamentares e iniciativas das Parcerias Público-Privadas (PPP).

Transporte Terrestre

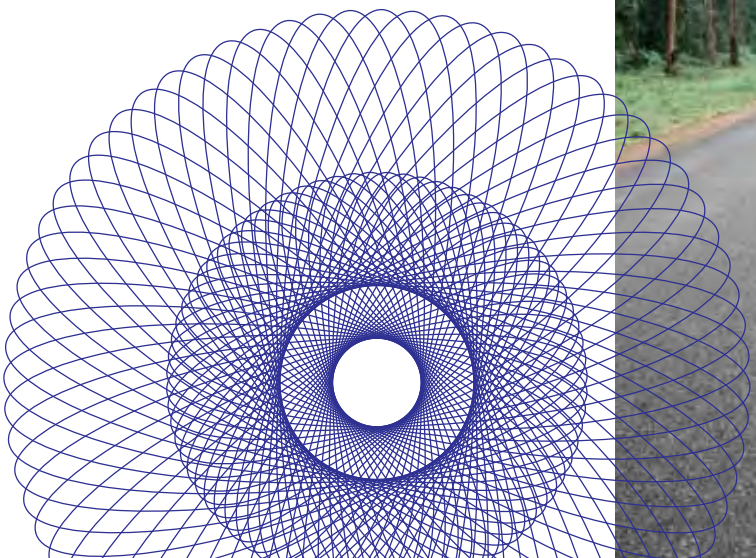
Segundo a Sinfra, o Estado conta com uma malha de 32.979,72km de rodovias, sendo 28.100,82km são estaduais e 4.878,90 são federais. Deste total, apenas 6.855,48km são pavimentados, sendo 3.589,48km de rodovias estaduais e 3.266,00km sob a jurisdição federal (tabela 1), o que equivale a 21%. As demais, em sua arrasadora maioria, constituídas de rodovias implantadas e em leitos naturais que em períodos chuvosos ocasionam gravíssimos problemas de trânsitos nas regiões e acarretam elevados custos dos fretes.

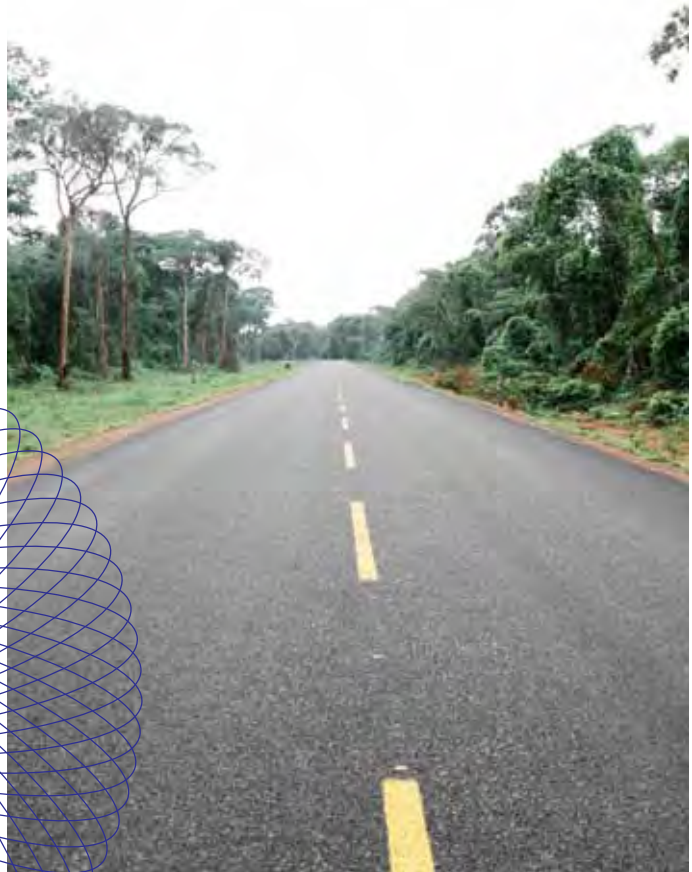
Principais eixos de transporte – Mato Grosso



Fonte:SEPLAN, 2006

Segundo a Sinfra, o Estado conta com uma malha de 32.979,72km de rodovias, sendo 28.100,82km estaduais e 4.878,90 federais.





Transporte Multimodal

De acordo com as informações da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura de Mato Grosso – Sinfra, apresentamos os principais corredores de transporte em utilização nas exportações da produção do Estado.

1. Corredor Norte

A principal rota é Sorriso-Alto Araguaia-Santos-Rotterdam, sendo também usada a rota Sorriso-Paranaguá –Roterdam, utilizando as BR-163/BR-364/BR-262 e a Ferronorte. Neste corredor, a situação desejada seria pela conclusão da pavimentação da BR-163 até o Porto de Santarém ou os corredores dos rios Teles Pires e Tapajós, que ligariam o norte de Mato Grosso a Santarém.

2. Corredores Noroeste

A principal rota do transporte da produção da região noroeste mato-grossense se faz utilizando as BR-364/BR-174/MT-235/MT-170 e a hidrovia Madeira-Amazonas, para escoamento da produção dos pólos de Campo Novo do Parecis e Sapezal até os portos de Porto Velho, em Rondônia, e o porto exportador de Itacoatiara, no Amazonas, que funciona à plena carga. A situação desejada seria a utilização do corredor da BR-364 entre Comodoro e Sapezal, conclusão dos Projetos em estudo de pavimentação dos corredores de transporte modal da MT-343 entre Barra do Bugres e Cáceres e da MT-339/246 ligando a região de Tangará da Serra, permitindo acesso e vantagens competitivas com a plena utilização da hidrovia do rio Paraguai entre o terminal de Morrinho e Corumbá.

3. Corredor Sudeste

A principal rota é Primavera do Leste-Alto Araguaia-Santos-Rotterdam, sendo também usada a do corredor Primavera do Leste - Paranaguá–Rotterdam pelas MT-130/BR-070/BR-163/BR-364/BR-262 e a Ferronorte. A situação desejada neste corredor seria a conclusão pela Ferronorte de 250km ligando Alto Araguaia a Rondonópolis.

4. Corredor Centro-Nordeste

A principal rota é Nova Xavantina-Alto Araguaia-Santos-Rotterdam, sendo também usada a rota Nova Xavantina-Paranaguá-Rotterdam pelas BR-163/BR-364/BR-158/BR-262/MT-130 e a Ferronorte. O ideal neste corredor seria a conclusão da pavimentação da BR-158 entre Ribeirão Cascalheira e a divisa de MT/PA, para, através das rodovias BR-158/PA-150 e PA-257, chegar a Parauapeba–PA, daí até o porto de Itaqui através da Ferrovia de Carajás, ou ainda pela hidrovia Rio das Mortes-Araguaia entre Nova Nazaré e Xambioá, em Tocantins (TO), BR-242 ligando a BR-163 à BR-158 e pela rodovia BR-158/BR-226 até Estrito-MA seguindo até o Porto de Itaqui pelas Ferrovias Norte-Sul e Carajás.

Transporte Fluvial

Com relação ao sistema fluvial, Mato Grosso tem para o escoamento de sua produção duas importantes hidrovias, a hidrovia do rio Madeira e a do rio Paraguai.

A Hidrovia do rio Madeira/Amazonas integra a antiga MT-235, hoje federalizada, tendo seu traçado incorporado à BR-364 no seguimento do entroncamento da BR-163 (Posto Gil), passando por Novo Diamantino, Itanorte, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Campos de Júlio e Comodoro até a BR-174, daí seguindo até o porto de Porto Velho, em Rondônia, até o Terminal de Itacoatiara, no rio Amazonas.

A hidrovia do rio Paraguai, de utilização tradicional, em condições naturais, e uma artéria para o Mercosul, com seus 3.442km de extensão, desde Cáceres até o seu final no estuário do rio da Prata, proporciona acesso e serve de escoamento para grandes áreas no interior do continente, sendo transportadas cargas de soja, açúcar e madeira.

O fluxo de cargas nas hidrovias vem crescendo nos últimos anos, sem, no entanto, corresponder com a demanda gerada pelo setor produtivo.

Transporte Ferroviário

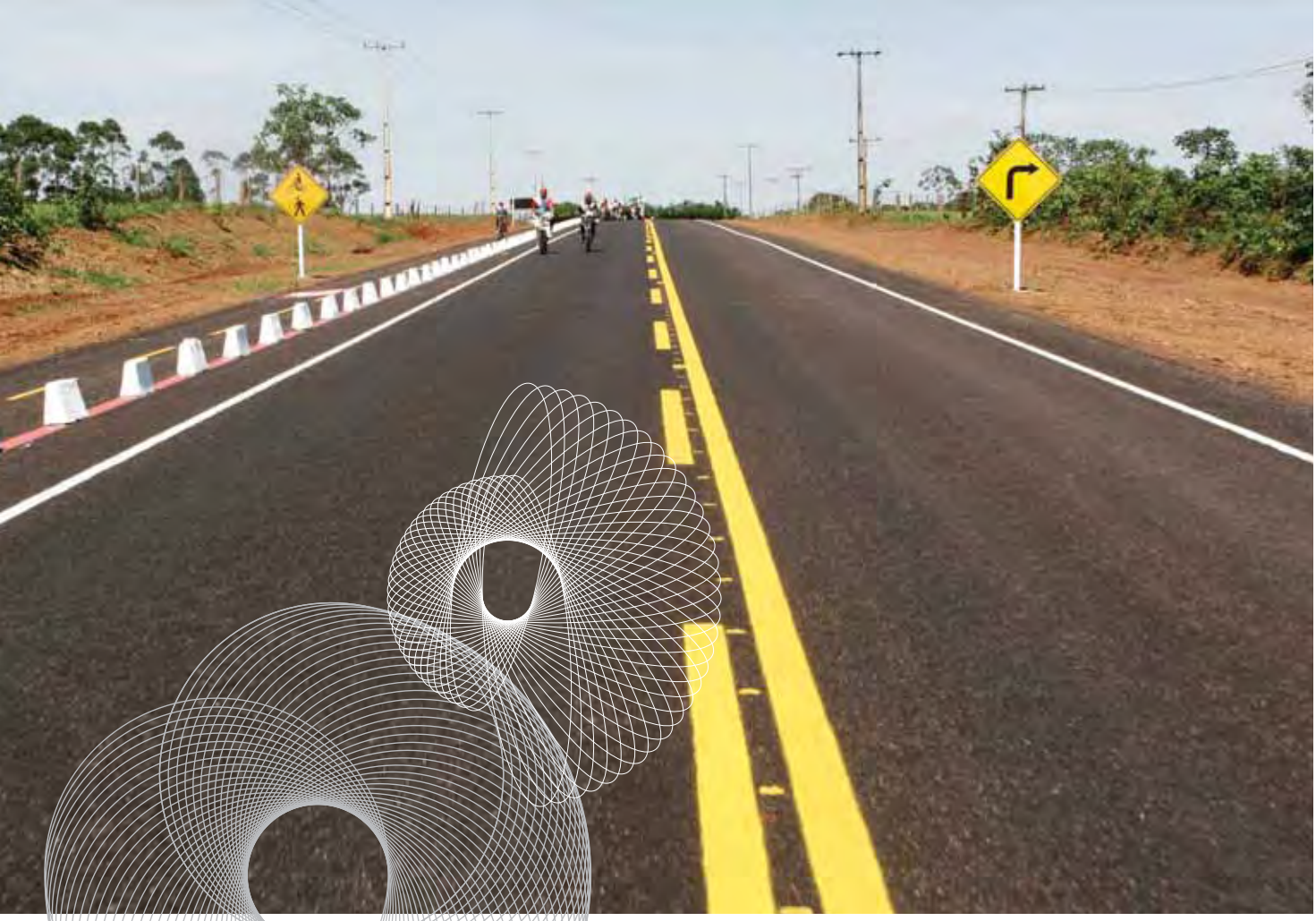
A integracao de Mato Grosso à malha ferroviária é recente. A Ferronorte, cuja construção teve início em 1992, com sua primeira etapa concluída e em pleno funcionamento, responde hoje pelo movimento de importação e exportação de cargas no total de 6.564.360,00 toneladas, segundo dados da Ferronorte. São 410km que ligam Aparecida do Taboado (MS) aos terminais de Chapadão do Sul (MS), Alto Taquari (MT) e Alto Araguaia (MT), garantindo alternativa eficaz para o transporte da produção agrícola e insumos utilizados no Estado. Esse trecho, interligado aos 900km da Ferroban-Ferrovia Bandeirantes S/A, alcança o porto de Santos, permitindo uma redução no mínimo de 30% no custo do transporte da produção da região servida pela ferrovia. A segunda fase do projeto prevê a expansão em mais 250km, até o entroncamento com a BR-163(MT), próximo a Rondonópolis e perspectiva de chegar até Cuiaba.

Luiz Carlos Dorileo
Economista, técnico da Área Instrumental do Governo.
SEPLAN-MT.

Transporte multimodal

Fonte: SEPLAN, 2007

O setor de transporte em Mato Grosso concentra-se basicamente nos transportes terrestres e fluviais, sendo o terrestre o mais importante.



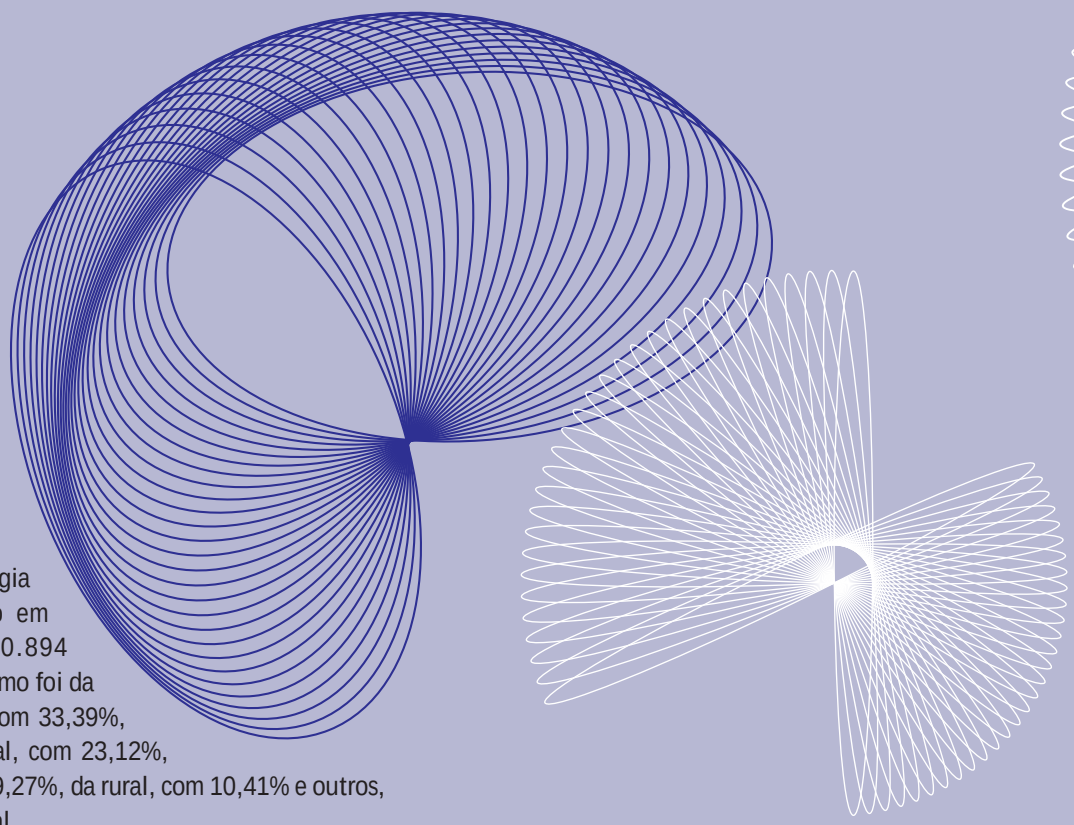
A expectativa do governo quanto ao transporte rodoviário é que ocorra redução dos transportes interestaduais, utilizando-se em maior proporção os transportes regionais intermodais.

Tabela 1
Extensão da Rede Rodoviária, Pavimentada, Não Pavimentada, por Dependência Administrativa, em Km, MT/2006

Situação da Rede	Planejada (A)	Em Obra de Implantação (B)	Não Pavimentada			Em Obra de Pavimentação (D)	Pavimentada				Total (A+B+C+D+E)
			Len.	Imp.	Total (C)		Pav.	Eod.	Dup.	TOTAL(E) Total (E)	
Federal	639.00	-	55,00	526,20	581,20	337,10	3.266,00	6,70	48,90	3.321,60	4.878,90
Estadual	4.521,10	115,80	10.415,35	9.012,22	19.427,77	425,12	3.589,48	-	21,55	3.611,03	28.100,82
Total	5.160,10	115,80	10.470,55	9.538,42	20.008,97	762,22	6.855,48	6,70	70,45	6.932,63	32.979,32

Fonte: Coordenadoria de Estudos e Projetos - COEP / Secretaria de Estado de Infra-Estrutura - SINFRA, 2007.
Legenda: Len. – Leito Natural; Eod – Em obra de duplicação; Dup. – Duplicada; Pav. – Pavimentada; Imp. – Implantada.
Obs.: Dados, com correção, em função de trechos sobrepostos e em duplicidade, segundo a SINFRA.

Energia



O consumo de energia elétrica no Estado em 2006 foi de 3.950.894 MWh. O maior consumo foi da classe residencial, com 33,39%, seguido da comercial, com 23,12%, da industrial, com 19,27%, da rural, com 10,41% e outros, com 13,81% do total.

No período de 2000 a 2006 o consumo apresentou um crescimento de 25,30%. Este foi influenciado principalmente pelo aumento de consumo da classe rural, com 126,63%, seguido pela classe outros, 36,05%, comercial, com 35%, industrial, com 10,41% e residencial, com 9,55%.

O elevado crescimento verificado na classe de consumo rural é conseqüência do crescimento de 161,11% no número de consumidores rurais, resultado dos programas Luz no Campo e Luz para Todos.

O Programa Luz no Campo, financiado pelo Ministério de Minas e Energia e pelo Governo do Estado, foi o maior programa de eletrificação rural já realizado na América Latina, e um dos maiores do mundo. Do total de recursos investidos, 75% foram oriundos dos governos federal e estadual. A REDE-CEMAT participou com 15% e as prefeituras dos municípios com 10%.

O Programa Luz para Todos, lançado em novembro de 2003 pelo Governo Federal com o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país, tem como objetivo levar energia elétrica para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até 2008. O programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas.

A chegada da energia elétrica, resultado dos programas acima citados, está contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das áreas beneficiadas. Os programas também têm facilitado a integração das iniciativas públicas no meio rural, tanto no que diz respeito aos programas sociais e ações de atendimento de serviços básicos (educação, saúde, abastecimento de água) quanto às políticas de incentivo à agricultura familiar, aos pequenos produtores e comerciantes locais. O objetivo dos programas é que o acesso à energia elétrica contribua para a diminuição da pobreza e aumento de renda das famílias atendidas.

Jorge M. Kuroyanagi
Engenheiro Civil, técnico da Àrea Instrumental do Governo - SEPLAN-MT. Especialista em Gestão Voltada para Resultados.

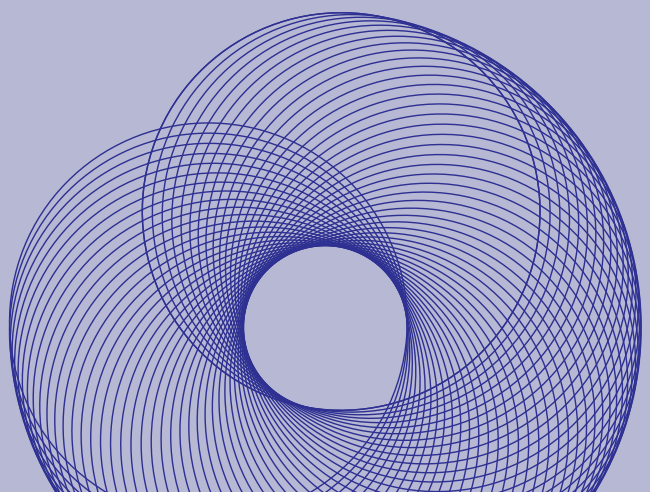


Tabela 1
Número de consumidores de energia elétrica, por classe, do Estado de Mato Grosso – 1999-2006

Anos	TOTAL	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros
1999	539.166	449.654	5.936	51.357	25.614	6.605
2000	578.501	479.346	6.887	56.011	29.000	7.257
2001	625.688	512.593	8.336	60.683	36.396	7.680
2002	670.932	544.182	10.176	62.639	45.736	8.199
2003	706.456	569.698	10.634	64.204	53.283	8.637
2004	750.060	604.644	11.861	66.949	57.433	9.173
2005	791.593	634.766	12.066	69.193	66.038	9.530
2006	827.762	660.382	12.236	69.584	75.722	9.838

Fonte: REDE-CEMAT, 1999-2006.
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI.

Tabela 2
Consumo de energia elétrica do Estado de Mato Grosso, por classes, em kWh – 1999-2006

Anos	TOTAL	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros
1999	2.853.648.303	1.169.911.940	580.747.985	615.809.214	138.963.765	348.215.399
2000	3.152.965.428	1.204.344.570	689.582.114	676.505.291	181.405.213	401.128.240
2001	3.017.463.224	1.069.543.593	749.862.875	639.732.778	184.778.498	373.545.480
2002	3.298.366.954	1.109.817.845	851.610.810	693.913.351	225.687.791	417.337.157
2003	3.644.817.592	1.155.321.622	966.370.099	760.489.504	297.611.540	465.024.827
2004	3.864.704.933	1.197.448.012	976.253.646	825.299.493	365.996.793	499.706.989
2005	3.980.272.773	1.285.187.561	848.170.792	902.331.775	413.484.545	531.098.100
2006	3.950.894.172	1.319.301.269	761.401.515	913.316.510	411.123.489	545.751.389

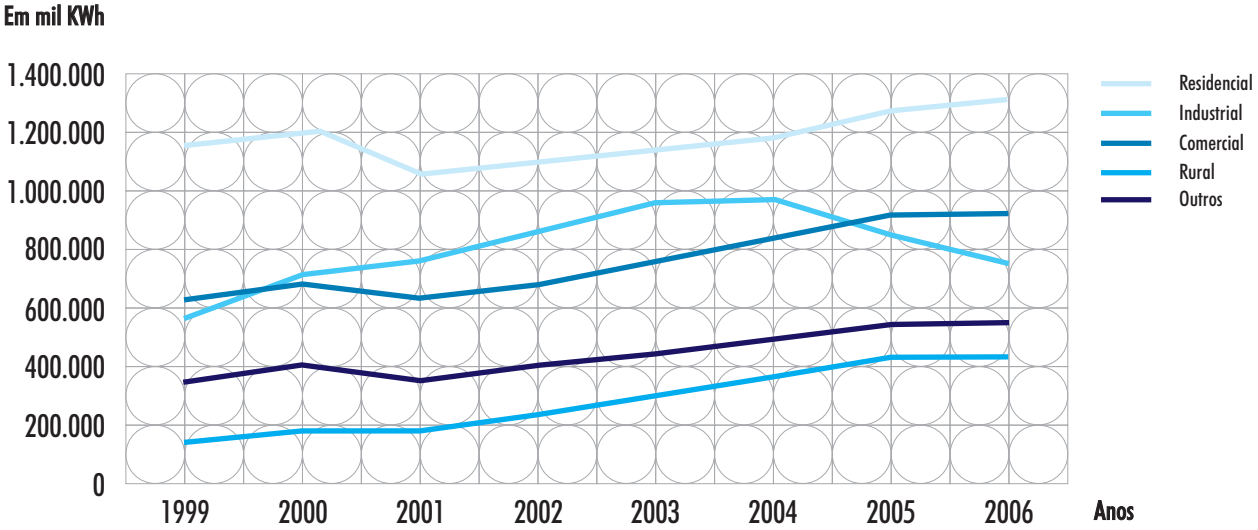
Fonte: REDE-CEMAT, 1999-2006.
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI.

Tabela 3
Crescimento anual em porcentagem, do consumo de energia elétrica do Estado de Mato Grosso, por classes, em kWh – 2000-2006

Anos	TOTAL	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros
2000	10,49	2,94	18,74	9,86	30,54	15,20
2001	-4,30	-11,19	8,74	-5,44	1,86	-6,88
2002	9,31	3,77	13,57	8,47	22,14	11,72
2003	10,50	4,10	13,48	9,59	31,87	11,43
2004	6,03	3,65	1,02	8,52	22,98	7,46
2005	2,99	7,33	-13,12	9,33	12,97	6,28
2006	-0,74	2,65	-10,23	1,22	-0,57	2,76

Fonte: REDE-CEMAT, 2000-2006.
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI.

Gráfico 1 - Consumo de energia elétrica do Estado de Mato Grosso – 1999-2006



Finanças Públicas

Aos Poderes Públicos competem o fomento e a regulação da atividade econômica, a garantia da ordem social e a aplicação de políticas públicas que gerem benefícios à coletividade. Diante disso, a ação financeira do Estado abrange tanto o processo de arrecadação, distribuição e utilização dos recursos financeiros, como também a atuação dos organismos públicos em diferentes setores da vida econômica, seja por meio de empresas estatais, seja por um controle mais direto do comércio exterior e dos mecanismos de consumo e investimentos.

O Estado, no que tange a sua atuação para satisfazer as necessidades coletivas, mediante a contraprestação direta em bens e serviços à população, bem como para manter o seu próprio funcionamento, precisa de recursos financeiros que são captados da coletividade. O conjunto desses recursos é denominado Receita Pública, a qual representa todo ingresso orçamentário de caráter não-devolutivo, auferido pelo Estado para alocação e cobertura dos gastos do setor público.

A Administração Pública, enquanto gestora desses recursos, comprometida com os princípios legais e constitucionais que a regem, para orientar as ações de governo, utiliza mecanismos de planejamento de longo e curto prazos que possibilitam a implementação de políticas públicas, o acompanhamento tanto da elaboração quanto da execução do orçamento público e o cumprimento das metas fiscais, permitindo ainda a prestação de contas dos resultados, o que dá transparência aos seus atos de gestão que devem ser submetidos ao controle social.

Os instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais deve ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, que estão relacionados na Constituição Federal nos artigos 165 a 169 e na Constituição Estadual nos artigos 162 a 167, são:

Plano Plurianual (PPA)

Consiste em um instrumento técnico de planejamento elaborado no primeiro ano de Governo (no caso, 2003) para vigorar nos quatro anos subseqüentes (2004-2007); é aprovado por lei ordinária e, conforme texto constitucional, deve estabelecer de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, ou seja, de longo prazo. O PPA 2004-2007 foi instituído pela Lei Estadual nº 8.064, de 30 de dezembro de 2003, revista pela Lei nº 8.175, de 12 de agosto de 2004, tem suas ações organizadas em 108 programas, os quais devem ter objetivo definido, indicador e o conjunto de ações necessárias identificadas nos Orçamentos Anuais como projetos ou atividades, para alcançar as diretrizes estabelecidas pelo Governo no intuito de suprimir problemas da sociedade, considerando a limitação anual das receitas públicas.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

De acordo com o §2º, art. 165 da CF/88, compreenderá, de forma antecipada, as metas dispostas em programas e ações que devem ser priorizados na alocação de recursos, incluindo as despesas de capital, para o exercício financeiro subseqüente; orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA; disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, se for o caso. A LDO para o exercício de 2005 foi instituída pela Lei Estadual nº 8.777, de 26 de agosto de 2004; e a LDO para o exercício de 2006 pela Lei Estadual nº 8.360, de 2 de agosto de 2005.

Lei Orçamentária Anual (LOA)

É o instrumento que possibilita a implementação das metas e prioridades estabelecidas na LDO, compatibilizadas com o PPA. Corresponde a um plano de trabalho para um exercício financeiro, em que estão descritas as ações a serem executadas para atender a sociedade, com indicação da origem e da aplicação dos recursos a serem utilizados. Desse modo, contém a previsão de todas as receitas a serem arrecadadas no exercício financeiro e fixa todos os gastos que a administração pública estará autorizada a executar. A LOA compreende três orçamentos descritos na CF/88: o Orçamento Fiscal, que engloba a despesa e a receita referentes aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; o Orçamento de Investimento, relativo às

empresas em que o poder público detenha a maioria do capital social com direito a voto; e o Orçamento da Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social), que abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público. A razão da desvinculação dessas ações do orçamento fiscal para um orçamento específico da seguridade social é a garantia de que esses recursos não serão desviados para qualquer fim.

A Lei Orçamentária Anual nº 8.263, de 28 de dezembro de 2004, previu recursos para o Orçamento Consolidado do Estado de Mato Grosso de 2005 na ordem de R$ 5.184.082.706,00 (cinco bilhões, cento e oitenta e quatro milhões, oitenta e dois mil, setecentos e seis reais). Assim como a Lei nº 8.430, de 29 de dezembro de 2005, a Lei Orçamentária Anual estimou a receita e fixou a despesa para o ano de 2006 no montante de R$ 6.045.445.855,00 (seis bilhões, quarenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil e oitocentos e cinqüenta e cinco reais). Dos totais acima, R$ 100.000,00 (cem mil reais) e R$ 2.160.000,00 (dois milhões, cento e sessenta mil reais), em 2005 e 2006, respectivamente, referem-se a orçamento de investimento da estatal MT FOMENTO, cujas operações não ocorrem no sistema contábil oficial (SIAF).

Composição do Orçamento de 2005-2006 com Recursos de Todas as Fontes

DESCRIÇÃO	Recurso todas as Fontes (R$)			
	2005	%	2006	%
Orçamento Fiscal	4.124.319.317	79,55	5.680.371.475	93,96
Orçamento da Seguridade Social	1.059.663.389	20,44	362.914.380	6,00
Total	5.183.982.706	99,99	6.043.285.855	99,96
Orçamento de Investimentos	100.000	0,01	2.160.000	0,04
TOTAL GERAL	5.184.082.706	100	6.045.445.855	100

Fonte: LOA, Exercícios de 2005 e 2006, SEPLAN-MT.

Análise do Resultado Orçamentário

Conforme determina o artigo 101 e anexos da Lei Federal nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Neste tópico será analisado, por meio do Balanço Orçamentário consolidado (Administração Direta + Autarquias e Fundações), o resultado que decorre do confronto da receita prevista e despesa fixada com a receita e despesa realizadas, relativamente à execução dos orçamentos fiscal e de seguridade do Governo do Estado em 2006, comparado àquele alcançado em 2005, não considerando o orçamento de investimento. Esse confronto de realização permite conhecer o resultado Orçamentário do Exercício, sob a forma de superávit ou déficit orçamentário, conforme o disposto no artigo 102, da Lei nº 4.320/64.

A Receita Orçamentária alcançou, em 2005, o montante de R$ 5,36 bilhões diante de uma previsão de R$ 5,18 bilhões, excluídas as deduções para o FUNDEF, gerando um excesso de arrecadação de aproximadamente R$ 172,94 milhões, o qual tornou-se fonte de recursos para abertura de Créditos Adicionais. Todavia, o resultado do Balanço Orçamentário, apresentado na Tabela 1, evidencia que o exercício de 2005 foi encerrado com déficit orçamentário no valor de R$ 19,74 milhões, devido ao baixo desempenho da receita de capital em relação à previsão da LOA. Pode-se verificar, ainda, que o exercício de 2006, ao contrário do de 2005, foi encerrado com excelente resultado, registrando um superávit orçamentário no valor R$ 39,9 milhões. Isso se deu porque a receita corrente realizada montou em R$ 5,61 bilhões e os gastos nesta mesma categoria, despesas correntes, limitaram a R$ 4,87 bilhões. O superávit corrente, que foi de R$ 0,74 bilhões, financiou o déficit das despesas de capital e gerou o superávit orçamentário em análise.

As Receitas Correntes têm uma grande representatividade no Orçamento do Estado de Mato Grosso. No exercício de 2005 (Tabela 1), as receitas correntes alcançaram R$ 5,79 bilhões, o que representa 99,51% da receita total, contra uma previsão de R$ 5,37 bilhões. Já no exercício de 2006 (Tabela 1), ingressaram R$ 6,08 bilhões referentes a esta receita, o que representa aproximadamente 97,86% do total das receitas realizadas no exercício. Observa-se que em 2006 houve um crescimento nominal da Receita Corrente em torno de 5,1% em relação à receita do exercício anterior.

Dentre as Receitas Correntes, a Tributária é a mais significativa fonte de recursos do Estado, corresponde aos ingressos de recursos originários basicamente de impostos e taxas; responsável, em 2005, por 59,16% das receitas correntes. Em 2006, alcançou o montante de R$ 3,50 bilhões, representando 57,65% do total das Receitas Correntes no exercício considerado e um acréscimo de 2,4% em relação à arrecadação de 2005.

O ICMS é o Tributo mais representativo do Estado, correspondendo a 90,08% da arrecadação total das Receitas Tributárias, em 2005. Conforme demonstrado no Tabela 3, em 2006, foram arrecadados aproximadamente R$ 3,14 bilhões.

No Tabela 1, observa-se que as Receitas de Capital, no exercício de 2006, atingiram o montante de R$ 132,72 milhões. A conta Alienação de Bens foi a mais representativa, com 63,3% do total, seguida pelas Transferências de Capital, com 27,6%.

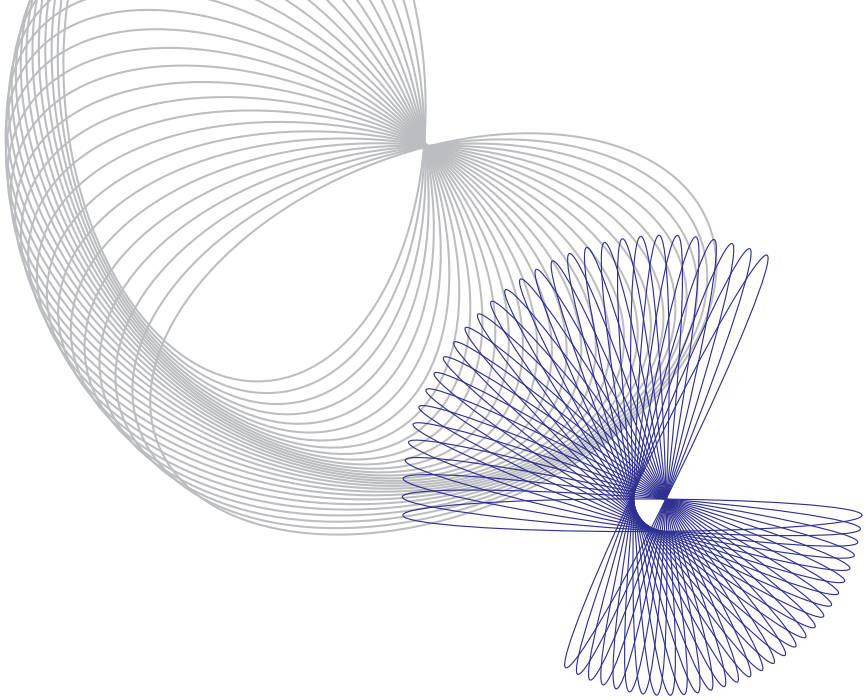
Considerando todas as fontes de recursos, conforme demonstrado na Tabela 1, a despesa realizada em 2005 totalizou R$ 5,37 bilhões, valor 6,17% inferior à dotação inicial de R$ 5,73 bilhões. Em 2006, a despesa realizada é inferior à fixada em 10,46%. Com esse resultado tem-se que a despesa realizada não acarretou, nos exercícios analisados, prejuízo em relação à manutenção do equilíbrio fiscal, principal objetivo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ana Lúcia da Silva Paula Rodrigues
Contadora, técnica da Área Instrumental da SEPLAN-MT.

Tabela 1
Resultado orçamentário consolidado das receitas e despesas do Estado de Mato Grosso – 2005-2006

Receitas	2005			2006		
Títulos	Previsão	Execução	Diferença	Previsão	Execução	Diferença
TOTAL RECEITAS CORRENTES	5.370.013.742,00	5.789.251.519,72	419.237.777,72	6.411.138.094,00	6.084.507.735,53	326.630.358,47
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	3.540.328.574,00	3.425.379.968,18	-114.948.605,82	4.107.847.416,00	3.507.851.071,46	-599.996.344,54
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	400.847.217,00	507.222.531,01	106.375.314,01	567.442.678,00	559.649.095,90	-7.793.582,10
RECEITA PATRIMONIAL	54.472.473,00	79.417.802,50	24.945.329,50	24.552.834,00	75.516.276,92	50.963.442,92
RECEITA AGROPECUÁRIA	152.758,00	280.045,36	127.287,36	441.465,00	124.716,44	-316.748,56
RECEITA INDUSTRIAL	6.235.459,00	4.284.972,74	-1.950.486,26	6.774.805,00	6.141.938,67	-632.866,33
RECEITA DE SERVIÇOS	132.977.662,00	141.009.962,78	8.032.300,78	203.057.710,00	141.832.155,45	-61.225.554,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.061.793.146,00	1.479.083.869,16	417.290.723,16	1.305.734.723,00	1.547.391.025,48	241.656.302,48
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	173.206.453,00	152.572.367,99	-20.634.085,01	195.286.463,00	246.001.455,21	50.714.992,21
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	287.984.014,00	28.331.000,77	-259.653.013,23	168.840.762,00	132.718.441,30	-36.122.320,70
ALIENAÇÃO DE BENS	8.431.104,00	4.786.079,40	-3.645.024,60	9.687.152,00	84.027.250,24	74.340.098,24
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	1.740.323,00	1.771.272,53	30.949,53	4.526.996,00	2.312.330,58	-2.214.665,42
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	277.812.587,00	19.711.033,80	-258.101.553,20	154.626.614,00	36.657.704,00	-117.968.910,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	2.062.615,04	2.062.615,04	-	9.721.156,48	9.721.156,48
SUBTOTAL RECEITAS	5.657.997.756,00	5.817.582.520,49	159.584.764,49	6.579.978.856,00	6.217.226.176,83	-362.752.679,17
(-) DEDUÇÕES DO FUNDEF	-474.015.050,00	-460.658.929,44	13.356.120,56	(536.693.001,00)	(474.917.396,85)	-61.775.604,15
SUBTOTAL RECEITAS	5.183.982.706,00	5.356.923.591,05	172.940.885,05	6.043.285.855,00	5.742.308.779,98	300.977.075,02
DÉFICIT	546.314.559,00	19.747.571,22	-526.566.987,78	325.575.943,00		-325.575.943,00
T O T A L	5.730.297.265,00	5.376.671.162,27	-353.626.102,73	6.368.861.798,00	5.742.308.779,98	-626.553.018,02
Despesas	**2005**			**2006**		
Títulos	Previsão	Execução	Diferença	Previsão	Execução	Diferença
CRÉDITOS ORÇ. E SUPLEMENTARES	5.644.052.816,00	5.332.864.048,00	-311.188.768,00	5.801.705.870,00	5.140.252.250,79	-661.453.619,21
CRÉDITOS ESPECIAIS	86.244.449,00	43.807.114,27	-42.437.334,73	567.155.928,00	562.062.813,54	-5.093.114,46
SUBTOTAL	5.730.297.265,00	5.376.671.162,27	-353.626.102,73	6.368.861.798,00	5.702.315.064,33	-666.546.733,67
SUPERAVIT	-	-	-	-	39.993.715,65	39.993.715,65
T O T A L	5.730.297.265,00	5.376.671.162,27	-353.626.102,73	6.368.861.798,00	5.742.308.779,98	-626.553.018,02

Fonte: Balanços Orçamentários - Exercícios 2005 e 2006, SEFAZ-MT 2007.



O ICMS é o Tributo mais representativo do Estado, correspondendo a 90,08% da arrecadação total das Receitas Tributárias, em 2005. Conforme demonstrado no Tabela 3, em 2006, foram arrecadados aproximadamente R$ 3,14 bilhões.

Tabela 2
Receita Orçamentária arrecadada confrontada com a prevista, em R$ milhões, e sua participação no PIB do Estado de Mato Grosso – 2002-2006

Ano	Receita Prevista (A)	Receita Arrecadada (B)	Diferença (B-A)	PIB (Em R$ Milhões)	(%) Receita Arrecadada/PIB
2002	2.873	3.190	317,13	20.941	15,23
2003	3.429	3.985	556,45	27.889	14,29
2004	4.302	4.796	494,67	36.961	12,98
2005	5.370	5.789	419,24	37.466	15,45
2006	6.411	6.085	(326,63)	...	...

Fonte: SEFAZ/SEPLAN.
Notas: Dados trabalhados pela Superintendência de Estudos Estatísticos e Informações - SEPLAN/MT.
* Dados estimados sujeitos a alterações.

Tabela 3
Receita tributária realizada do Estado de Mato Grosso, por tributos – 2005-2006

Discriminação da Receita	2005	%	2006	%
	Em R$		Em R$	
Impostos	3.382.847.067,01	98,76	3.468.970.960,20	98,89
ICMS*	3.085.602.386,48	90,08	3.138.316.233,14	89,47
IRRF	161.643.447,58	4,72	167.651.737,16	4,78
IPVA	129.884.626,87	3,79	155.755.269,07	4,44
ITCD	5.716.606,08	0,17	7.247.720,83	0,21
Taxas	42.532.901,17	1,24	38.880.111,26	1,10
TOTAL GERAL	3.425.379.968,18	100,00	3.507.851.071,46	100,00

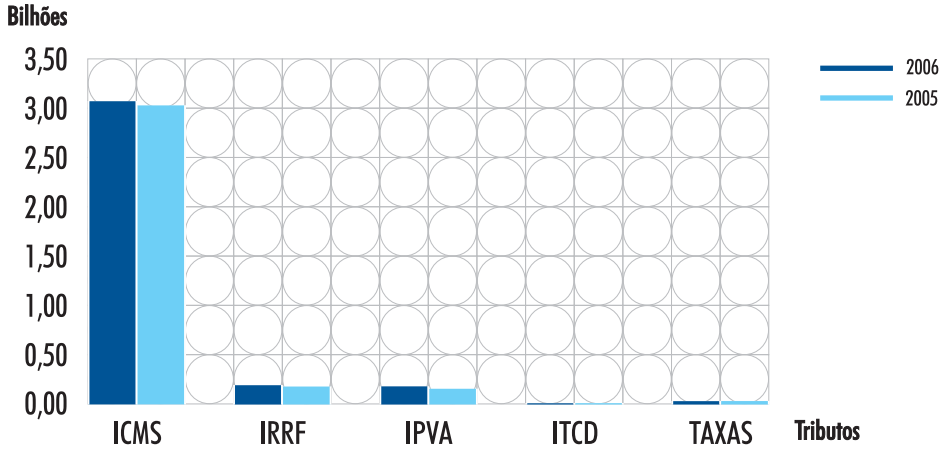
Fonte: Balanços Orçamentários - Exercícios 2005 e 2006, SEFAZ/MT, 2007.
Nota: (1) Os valores do ICMS produzem valores diferentes do contábil, por ajustes efetuados.

Tabela 4
Arrecadação do ICMS, por atividade econômica, do Estado de Mato Grosso – 2004-2006

Setores	Arrecadação ICMS - R$					
	2004	%	2005	%	2006	%
Comércio	652.290.687,33	22,12	634.198.362,23	20,56%	619.647.331,27	19,72%
Indústria	292.560.614,88	9,92	316.191.061,18	10,25%	317.610.964,71	10,11%
Pecuária	78.945.695,95	2,68	88.840.572,99	2,88%	87.506.108,95	2,79%
Agricultura	122.656.529,04	4,16	87.758.334,53	2,84%	79.986.360,92	2,55%
Transporte	130.071.541,20	4,41	141.528.318,93	4,59%	119.959.695,18	3,82%
Comunicação	279.034.481,20	9,46	308.974.628,86	10,01%	329.225.537,17	10,48%
Energia Elet.	276.755.520,42	9,38	297.597.019,18	9,65%	311.523.265,07	9,92%
Subs.Trib.Com.	942.815.833,49	31,97	1.029.398.918,08	33,36%	1.056.335.204,37	33,62%
Importação	5.764.200,37	0,20	5.450.499,50	0,18%	3.416.633,65	0,11%
Exportação	24.266,29	0,00	110.725,51	0,00%	80.366,93	0,00%
Dif.Alíquota	66.213.624,24	2,25	70.690.003,79	2,29%	72.068.289,42	2,29%
Cor.Mon.ICMS	5.707.785,34	0,19	6.122.400,09	0,20%	4.378.404,47	0,14%
Ação Fiscal ICMS	96.034.660,67	3,26	98.508.959,93	3,19%	139.787.576,70	4,45%
Total do ICMS	2.948.875.440,42	100,00	3.085.369.804,80	100,00%	3.141.525.738,81	100,00%

Fonte: GARP/SEFAZ.
Nota: Dados trabalhados pela Superintendência de Estudos Estatísticos e Informações - SEI/SEPLAN.

Gráfico 1 - Total de Tributos Arrecadados no Estado de Mato Grosso



Dentre as Receitas Correntes, a Tributária é a mais significativa fonte de recursos do Estado, corresponde aos ingressos de recursos originários basicamente de impostos e taxas.

Turismo

O turismo organizado, como atividade econômica e com características empresariais, é recente em Mato Grosso, sendo considerado um marco quando a Embratur, em 1976, declarou Chapada dos Guimarães como "zona prioritária de turismo", dentro de uma política de interiorização da oferta turística, colocando nos mercados interno e mundial novos atrativos, além daqueles vinculados às cidades litorâneas.

Com o avanço da agricultura moderna no Estado, nas décadas de 70 e 80, intensifica-se também o turismo de negócio como conseqüência do desenvolvimento econômico.

O aglomerado urbano Cuiabá/Várzea Grande constitui-se no maior pólo emissivo de turismo interno, e centro receptor e redistribuidor de fluxos turísticos internacionais do Estado, devido sua infra-estrutura de apoio disponível, como o aeroporto internacional Marechal Rondon, localizado em Várzea Grande, e rodoviária Cássio Veiga de Sá, de grande porte e estruturada em Cuiabá, com também acesso rodoviário para as demais áreas com atrativos turísticos (conforme tabela 1).

O Estado contava em 2005, conforme a Sedtur, com uma rede hoteleira que disponibilizava 10.494 leitos, com 35% destes no aglomerado urbano de Cuiabá/Várzea Grande; e quanto aos serviços turísticos de apoio, o Estado possuía 137 agências de viagens e 84 transportadoras turísticas, sendo 57,6% destas localizadas no pólo regional de Cuiabá/Várzea Grande (Seplan, 2006).

Estimativas indicam que o turismo receptivo de lazer contribui para a arrecadação do município que investe nesta atividade, uma variável de 5% a 20% das receitas tributárias totais, com uma aplicação do orçamento municipal destinado ao desenvolvimento da atividade turística, de 0% a 5%, que no geral são aplicados em promoção de eventos, infra-estrutura básica e divulgação (Seplan/CNEC, 2001).

Os ambientes econômicos nacional e internacional atravessam um período de estabilidade e exuberância, respectivamente. Como conseqüência, percebe-se mundo afora que a produção e o consumo estão em alta, com tendência de redução da pobreza absoluta, cujo cenário reflete o novo padrão de crescimento para a economia mundial, com melhora tecnológica informacional, fortalecimento da iniciativa privada e comércio internacional em expansão.

É bom também o desempenho das economias dos países emergentes, como o caso do Brasil, somado às inflações baixas, regime de câmbio flexível e redução de déficits fiscais e de conta corrente, produzem um cenário que tem reduzido as incertezas, o que tende a aumentar o fluxo de investimentos para novos mercados nos próximos anos.

O cenário é favorável à continuidade do crescimento da economia brasileira e do ambiente de negócios, mesmo sabendo que essa tem sido inferior à média mundial, com estimativa de continuidade dessa tendência, devido à ausência de importantes reformas internas como a tributária, previdenciária, trabalhista e política.

O crescimento da economia brasileira vem sendo liderado pelo comércio exterior, do qual, Mato Grosso tem participação efetiva, com resultados positivos nas balanças comerciais de exportações e importações, que obtiveram os melhores resultados da sua história, contribuindo com 8,5% no crescimento do saldo da balança comercial brasileira em 2006. Segundo o MTUR (2006), os dados econômicos internacionais mostram uma forte relação entre o ambiente econômico e o crescimento do turismo, respondendo este último até com maior dinamismo no período de 1975 a 2000, cuja atividade cresceu a um ritmo médio de 4,4% ao ano, ao mesmo tempo em que o crescimento econômico mundial médio, medido pelo Produto Interno Bruto, foi de 3,5% ao ano.

O turismo destaca-se como uma das atividades econômicas que mais geram trabalho e distribui renda, que, segundo a Organização Mundial do Turismo, foi responsável aproximadamente por 8% do total de empregos gerados no mundo, e o mercado das viagens representou em 2004 cerca de 30% do total das trocas internacionais de serviços comerciais (MTUR, 2006).

Observa-se também uma tendência ao longo dos últimos anos de desconcentração dos fluxos internacionais de turistas, com a inclusão de novos destinos, sabendo que em 1950 somente 3% das chegadas internacionais dirigiam-se para fora dos 15 principais países receptores, dentre eles, Estados Unidos, Canadá, México e países da Europa; já em 2004, este percentual foi alterado para 43% (MTUR, 2006).

Novos atores devem entrar na disputa do mercado turístico mundial, no entanto, aquele que se adaptar melhor às orientações do mercado e apresentar, com maior eficiência, a singularidade de seus destinos, relativos às paisagens, à cultura, ao patrimônio e à qualidade dos serviços oferecidos, terá maior sucesso na consolidação da atividade.

Incluir a atividade turística na estratégia de desenvolvimento econômico pode significar importante oportunidade para reduzir desigualdades regionais, tanto no plano interno quanto entre regiões, proporcionando empregos diretos e reduzindo a pobreza. No entanto, essa perspectiva só poderá ser realizada para as comunidades objeto de recepção dos fluxos de turistas, que adotarem uma gestão responsável, buscando o equilíbrio entre os aspectos ambientais, econômicos e socioculturais, ou seja, o desenvolvimento sustentável do turismo, sem o qual podem tornar-se vulneráveis e suscetíveis aos problemas de degradação ambiental e social.

Apesar dos bons resultados da atividade turística nos últimos anos no Estado, apresentando um crescimento de 37% no fluxo de turistas internos e externos em 2003 (RDM, 2007), o turismo praticado aqui não alcançou uma posição relevante nos mercados turísticos, nacional e internacional, e apresenta-se incompatível com seu grande potencial cênico e cultural.

É o momento de oportunizar ainda mais o crescimento do agronegócio no Estado, e o bom momento das economias brasileira e mundial, fazendo com que, além do fortalecimento do turismo de negócio, outras modalidades sejam potencializadas e constituam efetivamente em Trade Turístico todo o circuito turístico dentro de uma estratégia regional.

Apontam-se como pontos fortes os atrativos naturais diversificados em relação ao ecossistema existente desde Formações Florestais, as variações do Cerrado e o Pantanal, além de paisagens específicas de cada ambiente, com destaque aos rios, cachoeiras, chapadas e grutas, e a biodiversidade da flora e fauna associadas. Os atrativos culturais também são apontados como ponto forte, sendo marcante a cultura indígena, de comunidades tradicionais e ribeirinha com elevado valor aos monumentos históricos, festas religiosas e folclóricas, gastronomia e artesanato. Ainda como positivo, tem-se o reconhecimento nacional e internacional dos destinos turísticos de Chapada dos Guimarães e do Pantanal; bem como a proximidade do aglomerado Cuiabá/Várzea Grande, que disponibiliza toda infra-estrutura de atendimento ao turista.

Mato Grosso já demonstrou ser capaz de promover importantes revoluções, como a da agricultura moderna de grãos e oleaginosas nos planaltos, verdadeiras cadeias organizadas na moderna concepção de arranjos institucionais coletivos, que reúnem pesquisadores e empresas, proporcionando o extraordinário crescimento da agricultura no Cerrado. É hora de promover uma outra revolução, desta vez, a do ecoturismo em regiões com grande potencial cênico ao seu desenvolvimento.

Lígia Camargo
Engenheira cartógrafa, técnica da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso, mestre em Geografia pela UFMT – Área de Concentração: Ambiente e Desenvolvimento Regional.

Apontam-se como pontos fortes os atrativos naturais diversificados em relação ao ecossistema existente desde Formações Florestais, as variações do Cerrado e o Pantanal, além de paisagens específicas de cada ambiente.

Tabela 1
Atrativos Turísticos do Estado de Mato Grosso, por Municípios com potencialidade turística – 2003

MUNICÍPIOS	Distância (Km) CUIABÁ	TIPO DE TURISMO	Potencialidade Turística	OBSERVAÇÃO
ACORIZAL	58,7	Grutas, cavernas e rios.	baixa	Atrativo sem infra-estrutura.
AGUA BOA	720,3	Feiras e exposições agroindustriais.	baixa	
ALTA FLORESTA	757,1	Parques e reservas de fauna e flora, terras insulares (ilhas), rios, cachoeiras e corredeiras, feiras e exposições e festival da canção.	baixa	
ALTO ARAGUAIA	418,1	Grutas, cavernas, cachoeiras, corredeiras e exposição agropecuária.	baixa	Cachoeira e queda d'água.
ALTO PARAGUAI	214,1	Rios e córregos, grutas e cavernas.	baixa	Gruta de interesse arqueológico, com visita permitida somente a cientistas e estudiosos do assunto com acompanhamento de guia especializado.
ARAPUTANGA	330,6	Rios e córregos, festa do peão boiadeiro e São João.	baixa	Praia de rio.
ARIPUANÃ	992,3	Grutas, cavernas, rios, córregos, cachoeiras e corredeiras, floresta amazônica, índios, parque e reservas de fauna e flora.	baixa	Gruta de interesse arqueológico, com visita permitida somente a cientistas e estudiosos do assunto com acompanhamento de guia especializado. Floresta amazônica com inúmeras espécies arbóreas e animais.
BARÃO DE MELGAÇO	128,7	Rios e córregos, lagos, lagoas, baías, nascentes, fontes e pantanal.	média	Possui praias de areia branca, água azul, piscosa e rica em flora, é muito utilizada para pesca. As principais Baias são: de Siá Mariana, Buritizal e Chacororé. O Pantanal apresenta milhões de espécies de aves, viveiros, ninhais, jacarés a margens de lagos e lagoas. É considerada reserva ictiológica da América do Sul e possui a maior superfície inundável do planeta.
BARRA DO BUGRES	159,6	Grutas e cavernas.	baixa	Gruta de interesse arqueológico, com visita permitida somente a cientistas e estudiosos do assunto com acompanhamento de guia especializado.
BARRA DO GARÇAS	500,5	Picos, morros, serras, montanhas, grutas, cavernas, rios, córregos, parques e reservas estadual de fauna e flora.	média	Praia de água doce formada no período da seca (julho a outubro) conta com 14 cachoeiras, grutas, trilhas de fácil acesso e mirantes.
CÁCERES	209,7	Montanhas, grutas, cavernas, rios e córregos, cachoeiras e corredeiras, praias e rios, pantanal, parque e reservas de fauna e flora nacional e estadual, lagos, lagoas, baías, feira e exposições, ruínas, edificações históricas e arqueológicas.	alta	Festa do peão boiadeiro e cavalhadas, festa do carnaval pantaneiro, corrida de reis, torneio internacional de pesca (primeira quinzena de setembro) e da piranha (final de março). Expoagro, FICO-feira da indústria e comércio e do vestuário, zona de promoções de exportações.
CAMPO VERDE	127,4	Planalto, planícies, chapadas, rios e córregos, parques e reservas nacional de fauna, flora.	baixa	Estação ecológica do rio da casca I e II. Parte da área da APA de Chapada dos Guimarães.
CANARANA	822,7	Rios e córregos, índios, eventos e manifestações culturais e feira de exposições.	baixa	Festa do peão boiadeiro realizada na 2º quinzena de julho.
CHAPADA DOS GUIMARÃES	62,8	Montanhas, grutas e cavernas, picos, morros, serras, rios e córregos, lagos, lagoas, baías, formações geológicas, cachoeiras e corredeiras, parques e reservas nacional e estadual de fauna e flora, sítios arqueológicos, edificações históricas, museus, e casarios.	alta	Parque nacional, criado em 1989, possui uma área de 33 hectares, a presença de ecossistemas como a savana e o cerrado são de grande atração para o ecoturismo internacional. Além disso, abriga uma central de projeto SINDACTA (sistema de defesa aérea do ministério da aeronáutica).

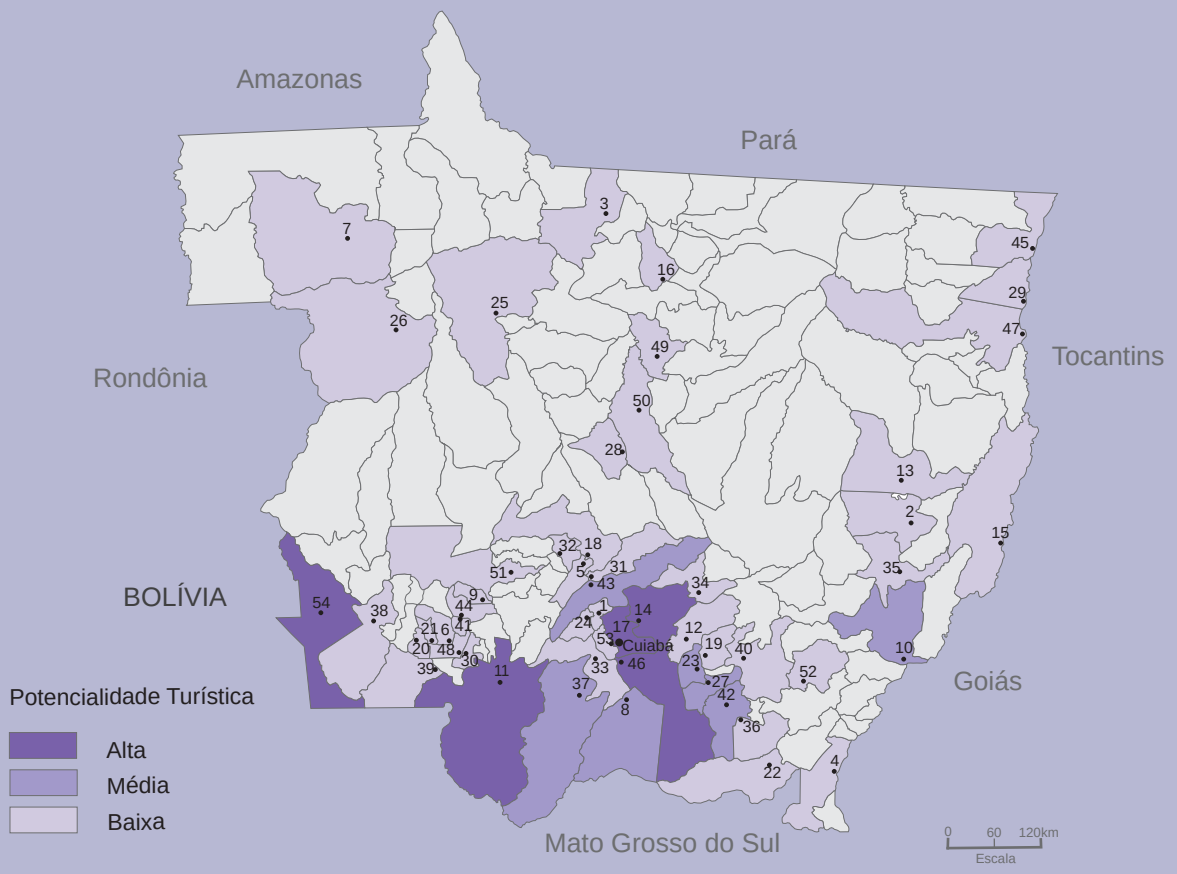
MUNICÍPIOS	Distância (Km) CUIABÁ	TIPO DE TURISMO	Potencialidade Turística	OBSERVAÇÃO
COCALINHO	747,5	Grutas e cavernas, rios e córregos, praia de rio.	baixa	Gruta localizada na Fazenda Água Preta apresenta estalactites e estagmites.
COLÍDER	617,1	Rios, córregos, feiras e exposições.	baixa	Presença de praias fluviais, cachoeiras, montanhas e matas. É propícia para pesca. Expolíder realizada na primeira quinzena de julho.
CUIABÁ	0	Picos, morros, rios e córregos, áreas de pesca, monumentos, edificações históricas, casarios, museus, bibliotecas, igrejas, artesanatos, balneários, feiras e mercados e exposições, eventos, manifestações culturais, (religiosas, artísticas, turísticas, gastronomia e folclores populares).	alta	É a capital do Estado, abriga o Centro Político Administrativo.
DIAMANTINO	199,6	Grutas e cavernas e índios.	baixa	Grutas de interesse arqueológico. Visita permitida somente a cientistas e estudiosos do assunto com acompanhamento de guia especializado.
DOM AQUINO	142,2	Grutas e cavernas, rios e córregos.	baixa	Gruta Coronel Ponce, de interesse arqueológico, visita permitida somente a cientistas e estudiosos do assunto com acompanhamento de guia especializado.
FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE	376,9	Rios e córregos.	baixa	Rio piscoso.
INDIAVAÍ	357,4	Rios e córregos.	baixa	
ITIQUIRA	347,7	Montanhas, serras, rio, córregos, cachoeiras e corredeiras, ecossistema pantanal, eventos e manifestações culturais.	baixa	Festa do peão de Itiquira (de 09 a 13/05).
JACIARA	142,7	Grutas, cavernas, rios e córregos, lagos, lagoas, baías, cachoeiras, corredeiras, índios, parques e reservas de fauna e flora estadual.	média	Gruta das Perdidas, é dedicado a pesquisas com visitas permitidas a instituições de pesquisas, educacionais e a pesquisadores, com autorização de guia especializado.
JANGADA	72,6	Rios, cachoeiras, córregos e índios.	baixa	Rio piscoso.
JUARA	628,3	Rios, córregos, cachoeiras, corredeiras, índios e feira de exposições.	baixa	Exposição agroindustrial do vale do Arinos, realizada na 2º quinzena de agosto.
JUÍNA	724,5	Grutas, cavernas, rios, córregos, índios, parques e reservas de fauna e flora nacional.	baixa	Localiza a reserva indígena nhambikwara, na chapada dos Parecis. Gruta 12 de outubro, com visita permitida com guia especializado e autorização da Funai.
JUSCIMEIRA	156,1	Córregos, cachoeiras, grutas e cavernas, rios e corredeiras, feiras e exposições, culinária, gastronomia e balneários.	média	Grutas e cavernas de interesse arqueológico, pinturas rupestres, composta de fontes de águas termais, com temperatura de 38º a 42º. Possui infra-estrutura hoteleira.
LUCAS DO RIO VERDE	332,4	Eventos programados, feiras e exposições.	baixa	Expolucas - exposição agropecuária.
LUCIARA	1.166,50	Rios e córregos, lagos, lagoas, baías, praias de rio e índios.	baixa	Localizado no rio Araguaia, é uma praia de areia branca e fina, ideal para acampamentos. A temporada de praia vai de julho a outubro.
MIRASSOL D'OESTE	288,6	Rios e córregos, feiras e exposições.	baixa	Festa do peão boiadeiro (ocorre na primeira semana de setembro) e exposição agropecuária.
NOBRES	142	Montanhas, grutas, cavernas, picos, morros, serras, rios e córregos, índios, parques e reservas de fauna e flora nacional.	baixa	A caverna da onça é localizada dentro do morro da onça, visitável no período da seca com acompanhamento de guia.
NORTELÂNDIA	244,3	Eventos programados, feiras e exposições.	baixa	
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	32,3	Montanhas, serras, rios e córregos, pantanal, índios e festa de Nossa Senhora do Livramento, carnaval animado.	baixa	Festa mais tradicional do município, com apresentação de dança do congo, ocorre no mês de abril. Ocorre grito de carnaval.

MUNICÍPIOS	Distância (Km) CUIABÁ	TIPO DE TURISMO	Potencialidade Turística	OBSERVAÇÃO
NOVA BRASILÂNDIA	194,6	Montanhas, serras, lagos, lagoas, baías, feiras e exposições.	baixa	Exposição agropecuária, realizada no mês de agosto.
NOVA XAVANTINA	635	Grutas, cavernas, rios e córregos, praias de rios e índios.	baixa	A Gruta de Sta. Terezinha, situada no vale da serra azul. Visita permitida somente a cientistas e estudiosos.
PEDRA PRETA	234,5	Grutas, cavernas, rios e córregos.	baixa	Sítio ecológico.
POCONÉ	94,8	Grutas, cavernas, rios e córregos, represa, área de pesca, edificações históricas, artesanatos, pantanal, centros culturais, parques e reservas de fauna e flora nacional e estadual.	média	A Casa de Poconé abriga a casa do artesão (onde se pode adquirir peças de cerâmica, trabalhos em cordas e urubamba e redes tecidas manualmente), além do museu e arquivo histórico e o centro de tradições e folclore.
PONTES E LACERDA	442,9	Rios e córregos, índios, feiras e exposições, parque e reservas de fauna e flora estadual.	baixa	Expoeste - exposição agropecuária e industrial do oeste mato-grossense.
PORTO ESPERIDIÃO	317,4	Rios e córregos, parques e reserva de fauna e flora, estadual.	baixa	
POXORÉO	290,6	Grutas, cavernas, cachoeira.	baixa	Grutas e cavernas de interesse arqueológico. As visitas são permitidas somente a cientistas e estudiosos.
RIO BRANCO	342,4	Rios e córregos, folclórico popular.	baixa	Festa do peão boiadeiro.
RONDONÓPOLIS	211,7	Grutas, cavernas, serras, rios e córregos, formações geológicas, índios, parques e reservas de fauna e flora nacional, esportes radicais e outros.	média	Sede da maior feira agropecuária do Centro-Oeste. Realiza esportes de canoagem de corredeiras e pesca esportiva.
ROSÁRIO D'OESTE	124	Grutas, cavernas, serras, rios e córregos, lagos, lagoas, baías, nascentes, fontes, praia de rio, canais naturais, artificiais, cachoeiras, corredeiras, floresta amazônica, cerrado, pantanal, parques e reservas com fauna e flora nacional, estadual e municipal.	média	Festa do carnaval pantaneiro, temporada de praia fluvial e festival de praia de imbaúba.
SALTO DO CÉU	357,5	Cachoeiras e corredeiras.	baixa	Queda d'água de 18 m de altura, localizada dentro do perímetro urbano.
SANTA TEREZINHA	1.313,50	Praia de rio e índios.	baixo	Localiza-se no rio Araguaia, sendo ótima para acampamento e pesca. A temporada vai de julho a outubro.
SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER	34	Picos, morros, serras, vales, rios e córregos, lagos, lagoas, baías, praia de rio, grutas e cavernas, montanhas, planaltos, planícies, terras insulares, pantanal, parques e reservas da flora e fauna estadual. Gritos de carnaval.	alta	É o maior carnaval do Centro-Oeste. No dia 08/12 há grito de carnaval e a molhação. Durante o carnaval a molhação ocorre todas as noites até o final do carnaval.
SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	1.143,00	Terras insulares, rios e córregos, lagos, lagoas, baías, praia de rio e índios.	baixa	Localiza-se a Ilha do Bananal, sob jurisdição do Tocantins é a maior ilha fluvial do mundo. Tem também o parque nacional do Araguaia, conta com mais de 40 lagos e com a aldeia de Santa Isabel da tribo Carajás. Esta tribo tem como atrativo a apresentação da dança aruanã, mediante taxa paga pelos turistas.
SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS	302,6	Manifestações culturais e folclóricas populares.	baixa	Festa do peão boiadeiro, realizada no mês de junho.
SINOP	472,4	Planaltos e planícies, chapadas, rios e córregos, praia de rio, ecossistema floresta amazônica, parques e reservas de fauna e flora estadual.	baixa	Têm praias fluviais e excelentes oportunidades de pesca no rio Teles Pires.
SORRISO	393,2	Feiras e exposições.	baixa	EXPORRISO - exposição comercial e industrial realizada na 1º quinzena de maio.
TANGARÁ DA SERRA	238,8	Montanhas, grutas e cavernas, serras, cachoeiras, corredeiras e índios.	baixa	Gruta de interesse arqueológico, com visita permitida somente a cientistas e estudiosos do assunto, com autorização da Funai.

MUNICÍPIOS	Distância (Km) CUIABÁ	TIPO DE TURISMO	Potencialidade Turística	OBSERVAÇÃO
TESOURO	366,6	Grutas e cavernas.	baixa	Gruta de interesse arqueológico, com visita permitida somente a cientistas e estudiosos do assunto, com autorização da Funai.
VÁRZEA GRANDE	7	Rios, córregos e praia de rio.	baixa	Excelentes condições para cruzeiros fluviais e excursões de pesca (rio Cuiabá e praia grande).
VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	521,1	Planaltos e planícies, grutas, cavernas, Serras, vales, lagos, lagoas, baías, cachoeiras, corredeira, pantanal, ruínas, índios, parques e reserva da fauna e flora estadual.	alta	Primeira capital de Mato Grosso. Gruta de interesse arqueológico, com visita permitida somente a cientistas e estudiosos; cachoeira dos Namorados com queda d'água de 80m de altura, forma um remanso para banho; Pantanal do Guaporé, com presença de botos cor-de-rosa. Festa de São Benedito, realizada no mês de julho, com apresentação de dança do congo, realizada pela comunidade e irmandade de São Benedito. Atrai turistas do Estado e do Brasil.

FONTE: CNEC, Pesquisa de campo 1997.
Elaboração: SEPLAN/SINF/Superintendência de Estudos e Informações.

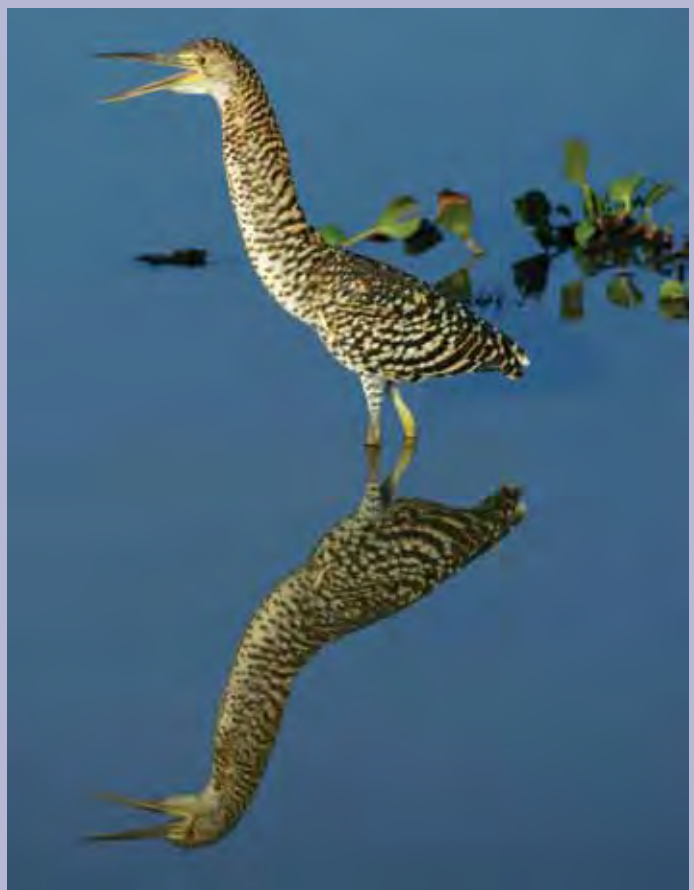
Potencialidade Turística – Mato Grosso



Municípios

1 - Acorizal
2 - Água Boa
3 - Alta Floresta
4 - Alto Araguaia
5 - Alto Paraguai
6 - Araputanga
7 - Aripuanã
8 - Barão de Melgaço
9 - Barra do Bugres
10 - Barra do Garças
11 - Cáceres
12 - Campo Verde
13 - Canarana
14 - Chapada dos Guimarães
15 - Cocalinho
16 - Colíder
17 - Cuiabá
18 - Diamantino
19 - Dom Aquino
20 - Figueirópolis D'Oeste
21 - Indiavaí
22 - Itiquira
23 - Jaciara
24 - Jangada
25 - Juara
26 - Juína
27 - Juscimeira
28 - Lucas do Rio Verde
29 - Luciara
30 - Mirassol D'Oeste
31 - Nobres
32 - Nortelândia
33 - Nossa Sra. do Livramento
34 - Nova Brasilândia
35 - Nova Xavantina
36 - Pedra Preta
37 - Poconé
38 - Pontes e Lacerda
39 - Porto Esperidião
40 - Poxoréo
41 - Rio Branco
42 - Rondonópolis
43 - Rosário Oeste
44 - Salto do Céu
45 - Santa Terezinha
46 - Santo Antonio de Leverger
47 - São Félix do Araguaia
48 - São José dos Quatro Marcos
49 - Sinop
50 - Sorriso
51 - Tangará da Serra
52 - Tesouro
53 - Várzea Grande
54 - Vila Bela da SS. Trindade

Fonte: CENEC, Pesquisa de campo, 1997



Lista de Abreviaturas e Siglas

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação
DATASUS – Departamento de Informações do Sistema Único de Saúde do Brasil
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
FJP – Fundação João Pinheiro
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MS – Ministério da Saúde
MTE – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
PNUD – Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEDTUR – Secretaria de Estado de Turismo de Mato Grosso
SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso
SES – Secretaria de Estado da Saúde de Mato Grosso
SINFRA – Secretaria de Infra-Estrutura de Mato Grosso
TRE – Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

Referências Bibliográficas

Atlas do Desenvolvimento Humano. PENUD. IPEA. FIP. IBGE. 1970-2000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Balança Comercial Brasileira. Ed. Aduaneiras, outubro de 1999 e 2000.

Centrais Elétricas de Mato Grosso. REDE-CEMAT. 1999-2006.

Cuiabá: Ed. Central de Texto. 2000-2006.

Departamento de Transporte de Mato Grosso. DETRAN. 1999-2006.

Fundação João Pinheiro. 2000-2003.

IBGE. Atlas Nacional do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. Anuário Estatístico do Brasil. vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. PNAD. 2002-2006.

_____. Pesquisa da Pecuária Municipal. PPM. Rio de Janeiro. 2001-2006.

_____. Pesquisa Industrial Anual. PIA. Empresa. Rio de Janeiro. 2002-2003.

_____. Pesquisa Anual do Comércio. PAC. Rio de Janeiro. 2001-2005.

_____. Cotas Regionais do Brasil. Rio de Janeiro. 2002-2005.

_____. Levantamento Sistemático de Produção Agrícola Municipal. Rio de Janeiro. 1995-2007.

_____. Censo Demográfico de Mato Grosso. Rio de Janeiro. 1940-2006.

_____. Estimativa da População Residente de Mato Grosso. Rio de Janeiro. 2001-2006.

_____. Contagem Populacional. Rio de Janeiro. 1996-1997.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2000-2003.

MATO GROSSO. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. SEPLAN. Diagnóstico Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso. DSEE. In: Pedologia. 2001.

_____. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. SEPLAN. Diagnóstico Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso. DSEE. In: Vegetação. 2001.

_____. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. SEPLAN. Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso. ZAEE. In: Áreas de Turismo Existentes e Potencial para Exploração. 2003.

_____. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. SEPLAN. Anuário Estatístico de Mato Grosso.

Ministério da Saúde. 1999-2006.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. 2000-2006.

Ministério do Emprego e Cidadania Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. 2003-2007.

Polícia Rodoviária Federal. PRF. 2000-2004.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

200-2003.

Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. SEDUC. 1999-2006.

Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso. Balança Geral do Estado. 1999-2006.

Secretaria de Estado de Saúde. SES. Banco de dados do Sistema Único de Saúde. DATASUS. 2002-2006.

_____. Secretaria de Estado de Saúde. SES.

Secretaria de Infra-Estrutura de Mato Grosso. SINFRA. 2003-2006.

Sistema Nacional de Indústria da Construção Civil.

SNIC. 2002-2004.

Silveira, José Maria F. J. "Agroindústria". Disponível em <www.esalq.usp.br>; Acesso em: 10 de outubro de 2007.

Superintendência de Assistência à Saúde. 1999-2007.

Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso. TRE. 1998-2006.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mato Grosso em números : edição 2008 / Organizadores Antônio Abutaka, Marilde Brito Lima. -- 2. ed. -- Cuiabá, MT : Carlini & Caniato, 2008.

Página de rosto: Governo do Estado de Mato Grosso. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.
ISBN 978-85-99146-41-5

1. Indicadores econômicos - Mato Grosso 2. Indicadores sociais - Mato Grosso I. Abutakka, Antônio. II. Lima, Marilde Brito.

08-01015 CDD-310.98172

Índices para catálogo sistemático:

1. Informações socioeconômicas : Mato Grosso 310.98172
2. Mato Grosso : Informações socioeconômicas 310.98172

Capa e Projeto Gráfico
Elaine Caniato

Editoração Eletrônica
Rosalina Taques | Elaine Caniato

Editoração de Tabelas
Marcos Juvenal

Editoração de Gráficos e Tratamento de Imagens
Gustavo Guimarães do Couto

Editoração Cartográfica
Leodete Miranda

Revisão
Doralice de Fátima Jacomazi

Fotografias
Ednilson Aguiar / Secom - MT
Edson Rodrigues / Secom - MT
Elaine Caniato
Guilherme Filho / Secom - MT
Lenine Martins / Secom - MT
Marcos Bergamasco / Secom - MT
Marcos Negrini / Secom - MT
Marcos Vergueiro / Secom - MT
Pedro Alves / Saúde - MT

Organização de Tabelas, Gráficos e Revisão dos originais para publicação
Seplan - MT

Carlini & Caniato editorial

Carlini & Caniato Editorial (nome Fantasia da Editora TantaTinta Ltda.)
Rua Nossa Senhora de Santana, 139 | sl. 03 | Goiabeira
78.020-820 | Cuiabá-MT | 65 3023.5714
www.carliniecaniato.com.br | www.tantatinta.com.br

Secretário de Estado de Educação
Ságuas Moraes Sousa

Secretário de Estado de Administração
Geraldo Aparecido de Vitto Júnior

Secretário de Estado de Saúde
Augustinho Moro

Secretário de Estado de Comunicação Social
José Carlos Dias

Procurador Geral do Estado
João Virgílio do Nascimento Sobrinho

Secretário de Estado de Meio Ambiente
Luiz Henrique Chaves Daldergan

Secretário de Estado de Esportes e Lazer
José Joaquim de Souza Filho

Secretário de Estado de Cultura
Paulo Pitaluga Costa e Silva

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Francisco Tarquínio Daltro

Secretário Extraordinário de Projetos Estratégicos - Mt Regional
Clóves Felício Vettorato

Secretária Extraordinária de Apoio às Políticas Educacionais
Flávia Maria de Barros Nogueira

ISBN 978-85-99146-41-5

Representação da UNESCO no Brasil

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Governo de Mato Grosso

Seplan

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral